



*I Seminário Amazônia em Questão
e a Questão da Amazônia*

ANAIIS

Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia: Diversidades, Lutas Sociais e Resistência



09 e 10 de Fevereiro de 2023
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Parintins-AM



I Seminário Amazônia em Questão e a Questão da Amazônia

Realização

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ)

Colegiado de Curso de Comunicação Social (CCS)

Colegiado de Curso de Serviço Social (CCSS)

Projeto Gráfico e Capa

Patrício Azevedo Ribeiro

Organizadores

Adelson da Costa Fernando
Sandra Damasceno da Rocha
Patrício Azevedo Ribeiro

Comissão Científica

Adelson da Costa Fernando
Gladson Rosas Hauradou
Greyssy Kelly Araújo de Souza
Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos
Patrício Azevedo Ribeiro
Sandra Damasceno da Rocha

Apoio Técnico

Renan Jorge Souza da Mota



APRESENTAÇÃO

Os cursos de Serviço Social e de Comunicação Social/Jornalismo do ICSEZ/UFAM possuem em suas grades curriculares disciplinas que estudam as complexidades da Amazônia em sua diversidade étnica, cultural, geográfica, territorial e ambiental. Especialmente, no Serviço Social, têm-se as disciplinas "Questão Social na Amazônia", "História Cultural da Amazônia" e "Introdução à Antropologia Cultural"; e em Comunicação Social/Jornalismo as disciplinas de "Economia e Meio Ambiente da Amazônia" e "História e Cultura da Amazônia". Trata-se de ferramentas que, ao abordarem a Amazônia, reiteram a presença e importância dos povos originários e comunidades tradicionais como grupos diferenciados e fundamentais para manutenção do território nesta parte do país.

A partir das experiências docentes e do acúmulo de debates na oferta dessas disciplinas, propomos o referido evento com a presença e participação dos discentes matriculados no período 2022/1. Assim, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2023, no auditório do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM) – realizou-se o I Seminário “Amazônia em Questão e a Questão da Amazônia”, que, em sua primeira versão, privilegiou a escolha do tema “Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia: diversidades, lutas sociais e resistência”.

Objetivou-se criar uma ambiência que propiciasse um diálogo interdisciplinar na cidade de Parintins/AM, mas também promover e assumir a versão histórica de que os povos e comunidades tradicionais possuem importância inegável no processo histórico de ocupação e formação da Amazônia e na conservação do meio ambiente. E, ainda, mostrar que seus direitos fundamentais têm sido constantemente ameaçados, invisibilizados e precarizados diante da lógica do capital e da instalação de grandes empreendimentos (como rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas e linhões, mineração, agroindústrias e exploração de recursos naturais para implementação de grandes projetos). Em geral, foi um evento que, de alguma forma, responde à missão da universidade ao relacionar o ambiente acadêmico com a comunidade local e regional, sobretudo estudantes de graduação, pós-graduação, professores, pesquisadores e demais profissionais de áreas afins.

As atividades do Seminário foram realizadas em dois dias. No dia 09/02/23, à tarde, houve a mesa de abertura, palestra, seguida de uma mesa redonda. Essa ação incluiu a participação de pesquisadores que discutem povos e comunidades tradicionais, discentes e docentes na organização. Além da exposição Fotográfica “Hixkaryana: história e cultura indígena em Nhamundá”. No dia 10/02/23, pela manhã, foram realizados minicursos; já pela tarde, ocorreu a apresentação de trabalhos no formato *on-line* pelo *Google Meet*; seguida de mesa redonda com lideranças de movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais da cidade de Parintins.

Acompanhe a seguir a Programação.

PROGRAMAÇÃO

09 de fevereiro de 2023

Tarde

Local: Auditório ICSEZ

Cerimônia da Mesa de Abertura

Palestra: Movimentos Sociais na Amazônia: territorialidades, identidades e lutas sociais.

Palestrantes: Prof. Dr. João Marinho da Rocha (CESP/UEA), Josias Ferreira de Souza (Liderança Sateré-Mawé)

Mediadora: Profa. Ma. Maria de Lourdes Ferreira da Silva

Mesa Redonda: O desafio da pesquisa com comunidades tradicionais: metodologias e experiências de campo

Palestrantes: Prof. Dr. Luiz Antonio Guerra, Profa. Ma. Francine Pereira Rebelo, Profa. Ma. Mirian de Araújo Mafra Castro, Jornalista Marcos Felipe

Mediadora e Debatedora: Profa. Dra. Sandra Damasceno da Rocha

10 de fevereiro de 2023

Manhã

Local: Salas de Aula do ICSEZ

MINICURSO 01: Abordagens participativas na pesquisa social

Facilitador: Prof. Dr. Gladson Rosas Hauradou

MINICURSO 02: Etnofotografia: desvelando culturas pela imagem

Facilitador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigo; Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando

Tarde

Apresentação de trabalhos na modalidade *on-line*

GT 01 - Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia: modos de vida, saberes e lutas sociais.

Coordenadores das sessões: Prof. Dr. Adelson da Costa Fernando, Prof. Dr. Gladson Rosas Hauradou

Mesa Redonda: Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia: vivências, saberes e resistências

Palestrantes: Representantes dos Movimentos Sociais de Parintins – indígena, quilombola, religião de Matriz Africana, educação do campo.

Mediadora: Profa. Dra. Greysy Kelly Araújo de Souza.

SUMÁRIO

COMUNICAÇÕES ORAIS	07
AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE AXIPICÁ, DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ/PA	07
A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL SATERÉ-MAWÉ: UMA ANÁLISE COLETIVA E ESTRUTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE BARREIRINHA/AM	18
NET-ATIVISMO AMERÍNDIO: A RESISTÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO INSTAGRAM	31
POVOS RURAIS EM TEMPOS DE VAZANTE/SECA DOS RIOS AMAZÔNICOS: A PARTICULARIDADE RIBEIRINHA NA AGROVILA DO CABURI	40
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL AMAZÔNIDA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	50
O APAGAMENTO DA CULTURA ALIMENTAR DOS POVOS INDÍGENAS E A SISTEMÁTICA NECROPOLÍTICA DOS YANOMAMI	62
DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES (CELAC): OMISSÕES NOTÓRIAS EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS	72
LAS COMUNIDADES CAMPESINAS Y ÉTNICAS DEL AMAZONAS SOPORTAN LOS EMBATES DEL “CAPITALISMO VERDE Y DE LOS DICTADOS IMPERIALES ESTADOUNIDENSES	90
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: BREVE HISTÓRICO, DOCUMENTOS LEGAIS E RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARINTINS-AM	106
DIÁLOGO DE SABERES: COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO ANDIRÁ, DEVOLUTIVA DAS PRODUÇÕES DA EDIÇÃO II	115
SOCIEDADE E CULTURA DOS POVOS TRADICIONAIS CABOCLA-RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DO LAGO DO MARAJÁ PARINTINS-AMAZONAS	125

AMAZÔNIA EM QUESTÃO: DEGRADAÇÃO E OS EFEITOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	135
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NO ICSEZ/UFAM	144
PESCADORES ARTESANAIS DE PARINTINS-AM: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PROFISSÃO	153
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO LAGO DO MÁXIMO	161
SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS JUNTO AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA	170
APROPRIAÇÕES DA AMAZÔNIA NO SEU PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO: A DIMENSÃO CULTURAL E AMBIENTAL EM QUESTÃO	179
HISTÓRIAS DE VIDAS: POSSIBILIDADES NOS PROCESSOS DE ANÁLISES DAS IDENTIDADES RIBEIRINHA E QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ	188
MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: GUARDIÕES DO BEM VIVER NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DO PAE-LAGO GRANDE EM SANTARÉM/PA	198
IMAGENS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A COVID-19 NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS DE PARINTINS: A EVIDÊNCIA DAS PERSONALIDADES POLÍTICAS	207

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE AXIPICÁ, DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ/PA

Regiane Prata de Matos, Greysy Kelly Araújo de Souza

Resumo

O caminho para a efetivação do acesso à escolarização de estudantes de Axipicá-PA ainda é um desafio, em decorrência de vários fatores estruturais e conjunturais que atingem a comunidade e a escola. O presente estudo apresenta um resumo do trabalho de conclusão de curso intitulado “As condições de acesso, permanência e escolarização de estudante da comunidade rural de Axipicá, no município de Oriximiná-PA”, da autora Matos (2023), defendido no curso de Serviço Social no ICSEZ/UFAM em 2023. Com objetivo de analisar as condições de acesso, permanência e escolarização de estudantes de uma escola municipal na comunidade rural/ribeirinha de Axipicá-PA, refletiu sobre aspectos presentes na comunidade que têm colaborado com o deslocamento migratório dos estudantes e suas famílias, em busca por oportunidades educacionais no espaço urbano. A pesquisa seguiu o enfoque qualitativo, através da realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes, professores e servidores da escola em Axipicá e da gestão municipal de educação em Oriximiná-PA. A análise dos dados revela a situação de dificuldades no trajeto até a escola, a precarização da estrutura escolar, a inexistência de turmas do ensino médio e a ausência de projetos e políticas públicas para a educação do campo em Axipicá. Diante deste cenário, o enfrentamento deve ser construído a partir de: a) investimento para melhoria das condições estruturais da comunidade e da escola; b) de maior financiamento de programas e políticas para a educação do campo, c) do fortalecimento da organização política dos movimentos sociais da educação do campo em Axipicá e d) de maior participação e fiscalização do poder público, este que deve estar presente e atuante em todos os territórios garantindo o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, para todas e todos aqueles que dela necessitam. O Serviço Social na área de educação ao propor reflexões sobre as expressões da questão social presente no acesso a escolarização em comunidade rurais/ribeirinhas, soma forças junto aos movimentos sociais de educação do campo, tencionando para a construção de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social via das políticas públicas mais eficazes pelo Estado.

Palavras-chave: Questão Social; Escolarização; Comunidade Rural/Ribeirinha; Amazônia; Brasil.

Introdução

No processo histórico de desenvolvimento do país, é possível destacar que a política econômica do governo Juscelino Kubitschek (JK) foi marcada pelo investimento maciço nos setores industriais, de transporte e energia, com seu ápice na construção de Brasília, que atendeu diretamente aos interesses dos industriais e da elite fundiária, quando proporciona a abertura e ampliação do setor rodoviário e de mercado consumidor, assim como a expansão da fronteira agrícola e de latifúndios. Entretanto, falando de Amazônia, para a grande

parcela da população que vivia no interior do país como os posseiros, as populações ribeirinhas e os povos indígenas, o governo JK representou deslocamento, expropriação e exclusão (MOREIRA, 2003). Os problemas sociais expressos no aumento do êxodo devido a modernização agrícola e concentração latifundiária no campo reprimia a produção camponesas familiar em contraposição a mecanização da produção.

A implantação dos grandes projetos minerais na Amazônia teve como fruto a inserção fiscal na região, perante o sistema capitalista mundial, situa o município de Oriximiná no Pará como um dos maiores projetos mineração de bauxita do Mundo. Em umas das operações na região, foi realizada a operação do Projeto Trombetas na década de 1970, que ocasionou múltiplas transformações no âmbito sócio espaciais, políticas, econômicas, demográficas e ambientais (PAULINO, 2015). Apesar de portar um dos maiores projetos de mineração do mundo é visível as desigualdades presentes neste território, tal como a oferta de escolas para a sua população e até mesmo o acesso a luz elétrica, que não chega ao acesso de várias comunidades rurais no interior de município Oriximiná/PA

Neste cenário histórico de implantação de políticas desenvolvimentistas sob a ideologia colonizadora de “integrar para não entregar”, gerou inúmeras expressões da questão social, principalmente o crescimento demográfico desordenado pelo intenso movimento migratório na região. Não havia uma estrutura no âmbito das políticas públicas sociais para atender as populações que chegavam na região, e menos ainda para as populações nativas que conviviam com o processo desenvolvimentista e suas consequências socioespaciais sangrentas.

De acordo com Souza, Melo e Lucimi (2012), o acesso implica em considerar as profundas e históricas diferenças que tangenciam o modo como o direito à educação vem sendo concretizado no Brasil, pois é incontestável que a Constituição Federal (CF) de 1988 permaneça tão distante de uma concretude aos sujeitos que compõem o sistema de educação brasileiro, em especial o que está previsto no artigo 205 que positiva a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. É possível destacar no âmbito dos direitos não efetivados, o que temos previsto através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no artigo 28, que indica que deve haver a oferta da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) para a população rural, e ainda que os sistemas de ensino devem promover adaptações as particularidades da vida rural no currículo, calendário escolar e a realidade do trabalho do campo. Oferta que, no caso de Axicá, não tem se aplicado efetivamente.

Vale destacar ainda que, apesar de problemas na materialização do direito, numa perspectiva histórica e processual, avançamos muito na concepção do direito à educação. O

Brasil adentrou no processo de redemocratização somente nos anos de 1988, posteriormente vivenciou uma contrarreforma neoliberal, com o período de privatizações dos anos de 1990. Paulatinamente as mudanças foram acontecendo no cenário político e econômico, com maior investimento na educação pública, em especial, a partir dos anos 2001 no governo do Presidente Lula. Período onde se retomou o desenvolvimento econômico com a justiça social e equidade, oferecendo novos horizontes para combater a questão da desigualdade no Brasil através do acesso à educação.

Apesar deste processo positivo, recentemente vivenciamos um cenário mais caótico de retrocessos, redução e congelamento de investimentos nas políticas sociais em 2016 no governo interino, que congelou por 20 anos os recursos para políticas como saúde, educação e assistência social. Em seguida, experimentamos os anos mais complexos do pós-ditadura militar, entre 2019 e 2022, com um governo antidemocrático que atacou severamente as políticas sociais, período este que dividiu espaço com a crise sanitária da pandemia do Covid-19.

O interesse por este debate sobre as condições de acesso, permanência e escolarização de estudantes de comunidades rurais/ribeirinhas ocorre pela relevância da política de educação para o Serviço Social, este que se mantém na luta pela defesa intransigente dos direitos sociais e luta em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para realizar o estudo, partimos de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema êxodo rural, questão social e educacional na Amazônia, e Serviço Social e o debate sobre a educação do campo, seguido de pesquisa qualitativa de campo na qual realizou-se entrevista semiestruturada e observação participante. Nesta direção, o referencial teórico nos permitiu analisar os dados a partir de duas grandes dimensões “a escola Municipal Santa Terezinha” e as “Condições de Acesso, Escolarização e Deslocamento dos estudantes de Axipicá-PA, dando ênfase a história da escola, a estrutura escolar, o perfil socioeconômico e territorial dos estudantes, principais dificuldades para o acesso; e projetos e políticas educacionais existentes.

Metodologia

A pesquisa de campo qualitativa permite que os pesquisadores ganhem experiência e conhecimento em primeira mão sobre as pessoas, eventos e processos que estudam, segundo Lakatos e Marconi (2009). A escolha por este tipo de pesquisa foi realizada também pelo direcionamento Serviço Social da para a pesquisa de campo, que tem como inspiração a perspectiva crítica, que busca conhecer para intervir e transformar.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como intuito fornecer e levantar dados aomergulhar na realidade de estudantes concluintes do ensino fundamental oriundos de comunidades/rurais que enfrentam diversos desafios cotidianos para obter o acesso à educação.

Para tratar a temática, foi realizada uma pesquisa de campo na escola Santa Terezinha em Axipicá entre 2018 e 2019, que se debruçou sob o olhar 11 (onze) participantes da pesquisa, entre eles estudantes, professores e servidores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha e de servidora da Secretaria de Educação de Oriximiná-PA. As participantes da pesquisa receberam uma cópia do termo de consentimento livre esclarecido, garantindo o sigilo de seus nomes e que os dados da pesquisa seriam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, podendo ser publicado em eventos acadêmicos, revistas ou capítulos de livro pela pesquisadora responsável. Também lhes foi explicado sobre os objetivos, riscos, a ausência de custos e o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento.

A análise final dos dados coletados tem como base a importância da pesquisa qualitativa para o campo Educacional e do Serviço Social, porque se trata de interpretar afundo a realidade do cotidiano do que está por trás da implementação de políticas e programas, desafios postos pelas expressões de questão social, que se materializam nos conflitos, embates, desafios e contradições presentes na sociedade.

O Êxodo Rural/Ribeirinho na Realidade Amazônica

O êxodo rural é um fenômeno social definido como o deslocamento de pessoas do campo (zona rural) para as cidades (zonas urbanas), incentivados por fatores diferenciados que contribuiu com a intensificação do processo de urbanização nos grandes centros urbanos no Brasil, devido ao aumento migratório para as cidades (JACQUES 2011).

O contexto histórico de ocupação da Amazônia ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 a Amazônia é marcada pela concentração fundiária e o aumento dos conflitos sociais. Os grandes projetos hidrelétricos, minerais e de colonização, ocasionaram a ocupação desordenada no campo, na cidade e o crescimento das principais cidades da Amazônia, como ressalta Souza (2009).

A ocupação na Amazônia entre a década de 60 e 70, que refletiu em um compulsório deslocamento migratório, apresentou vários problemas da questão agrária e ambientais na região, principalmente pela presença dos grandes projetos hidrelétricos, de mineração e colonização. Com as implantações dos projetos Modernizador desenvolvimentista no estado do Pará, implicou durante anos o aumento compulsório migratório interno e externo devido à

ofertade emprego e de uma vida melhor. Nesse cenário, situa o município de Oriximiná, que vivenciava as grandes transformações no sentido espaciais, sociais, políticas, econômicas, culturais e principalmente demográficas e ambientais, motivado pela inserção das políticas de desenvolvimento regional norteadas ao sistema capitalista mundial durante o regime militar (PAULINO, 2015 p.12).

As descobertas de reservas minerais a Província Mineral do Carajás, a região do Trombetas em Oriximiná-PA, de Paragominas e do Tapajós, todas no Estado do Pará, coloca em destaque a Amazônia Oriental presente nos estados do Pará. Com este movimento de busca de minerais para serem explorados, o fluxo migratório foi aumentando e se agravando no âmbito socioambientais, justamente por causa da implantação dos grandes projetos Minerais. É relevante destacar que, com a chegada dos representantes governamentais e das empresas que fazem parte da Mineração Rio do Norte (MRN) desencadeou o crescimento demográfico na região.

No que tange o caráter contraditório das políticas desenvolvimentistas refletidas nas expressões da questão social, bem como, a realidade das populações rurais no que se refere a ausência de políticas públicas para a permanência e desenvolvimento do meio rural. Consistindo no deslocamento rural de comunidade próxima ao município de Oriximiná é principalmente pela falta de acesso aos serviços de saúde e à educação no campo que não tem contribuído com a possibilidade de permanência e reprodução dos jovens moradores da comunidade rural.

Durante o processo de ocupação/integração proporcionou grandes fluxos migratórios na região do Baixo Amazonas, provocando o aumento ainda mais o grau de exclusão do processo de expropriação de terras na região, refletida nos conflitos de terras violento. Estes fatores causaram um grande deslocamento migratório compulsório das populações existentes de outros contingentes para novas áreas dentro da região, e constituindo novas comunidades rurais e ao mesmo tempo ocasionando o êxodo rural para os municípios do Baixo Amazonas.

Podemos identificar as dinâmicas das ações modernizadoras durante a implantação dos projetos de exploração de minérios na região do Trombeta em suas facetas. Por meio do relato oral de uma das primeiras professoras que apresentou a formação da comunidade através de sua experiência como educadora. De acordo com os moradores da comunidade Comunidade Axipicá/PA recebeu esse nome por antigos moradores que se fixaram na região naquele momento, a referida comunidade se constituiu durante o período de grande destaque da Amazônia Oriental, devido à trajetória desenvolvimentista que proporcionou esses deslocamentos migratórios se intensificaram ao longo da história.

No Baixo Amazonas, oeste do Pará, localiza-se o município de Oriximiná no rio

Trombetas, uma região belíssima que exibe em si uma grande riqueza em recursos naturais e minerais, que entre estas está a extração da bauxita pela Mineração Rio do Norte e outras empresas. E destaque-se a comunidade Axicicá/PA

Segundo o Plano Diretor de Oriximiná (2015) o município situa-se a Oeste do Estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos, faz limites a Oeste com Faro e o Estado de Roraima; a Leste, com Óbidos, ao Norte, com Guiana Francesa e Suriname; ao Sul com Juruti e Terra Santa. O município de Oriximiná possui a extensão de uma área territorial de 107. 445,91 km², limite pelas coordenadas 1º 46' 00" S e 55º 51' 30" W.

Questão Social na Amazônia e a Realidade Educacional de Axicicá - PA

Para Iamamoto, a conceituação de questão social é, [...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

No entanto, a onda neoliberal promove escassez de recursos para atender a todas as demandas sociais em suas totalidades e peculiaridade fragiliza as ações de um projeto ou programa no campo da política pública. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa ou em alguns momentos troca de favores, pois a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A presença ativa dos movimentos sociais nas questões de interesses geral dentro de um campo contraditório onde os conflitos se limitam entre o público e privado. Nesse momento, cabe ao Estado formulador de Políticas Públicas conseguirem perceber, compreender e selecionar as diversas demandas na área da saúde, moradia e etc.

De acordo com Behring e Boschetti (2016) as políticas sociais podem ser consideradas desdobramentos e/ou respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo. Assim, segundo as autoras, o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau do desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composição de forças no âmbito do Estado.

Destaca Ferreira e Brandão (2011, p.09), "as políticas públicas integram a educação do campo enquanto um direito que está presente na sociedade civil e que tem como finalidade destinar recursos públicos para atender a população camponesa". As ações das

políticas educacionais correspondem à participação social sendo responsável pela diminuição das desigualdades sociais atrelada às políticas públicas, e com a neutralização das expressões das questões sociais sendo reivindicados por essas políticas. Sabemos que a educação, mesmo sendo um direito fundamental para o desenvolvimento moral, social e crítico do ser humano, assegurada pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, ainda enfrenta muitas barreiras para ser pensada e tratada como um direito, logo devendo alcançar a todas as pessoas. Há fatores históricos advindos da formação social do Brasil, dentre eles a profunda desigualdade social, que perpetuam até os dias atuais que impedem que muitos não tenham acesso à educação básica, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Neste sentido, buscamos refletir sobre a questão socioeducacional presente no território Amazônico investigado, em especial buscando pontuar que primeiro para compreender o processo de povoamento no campo é importante esclarecer e definir o conceito de comunidade que será usada para refletir e analisar sobre a organização sociopolítica da comunidade Axipicá, que fica próxima ao município de Oriximiná no estado do Pará.

De acordo com os autores como Lira e Chaves (2016), o conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais no qual, junto com o conceito de sociedade, constituem as unidades mais complexas na Sociologia. Elas congregam agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. De forma geral, o termo comunidade é utilizado por grande parte da população para denominar e situar as áreas localizadas na zona rural. Geralmente reconhecida nas expressões da concepção regional a “Comunidades Rurais”, ou “Comunidades do Interior”, sendo que estes termos são adotados pelos diversos órgãos municipais.

Assim como outras comunidades rurais da época, a comunidade de Axipicá viabilizou a construção de uma pequena escola que a princípio se chamou de São Tomé, oferecendo apenas as primeiras séries iniciais de 1ª a 4ª série formando uma classe multisseriada.

E conforme a professora entrevistada, ao chegar na comunidade não havia estrutura para a implantação da escola, mas foi a própria comunidade que lutou para que a educação fosse implantada. Assim, de acordo com a entrevistada, *“barracão da comunidade no dia 19/02/1980, onde lecionei para 60 alunos em barracão coberto de palha de uma palmeira chamada Inajá. Ao passar dos anos com ajuda dos pais conseguimos uma escola onde continuei a trabalhar, as coisas foram evoluindo o prefeito mandou construir uma escola onde foi nomeada de Santa Terezinha (Professora 2).”*

Diante disso, os comunitários se organizaram para conseguir a construção de uma escola em Axipicá para garantir o direito de estudar na escola da comunidade ribeirinha.

Sobre esta questão Bicalho (2021) comenta que, “nos processos de formação e experiências educativas reais, os movimentos sociais lutam por escolas que protagonizam histórias, individuais e coletivas, problematizando-as. A luta por uma educação do campo passa pelo enfrentamento das várias cercas impostas pela escola tradicional, com seus projetos autoritários e deslocados da realidade camponesa”. (BICALHO, 2021 p.90)

Sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, a renda desses sujeitos do campo tem como base as atividades de pescas, agriculturas, destaca a interlocutora, *“A comunidade é boa de convívio de renda também, mas são pessoas de renda baixa, que só vivem de aposentadoria e o benefício da bolsa família mesmo a renda que tem na comunidade. É igual à outra comunidade rural no meio rural que a renda vem da pesca e agricultura ou vice-versa da troca e venda dessas coisas de ou benefícios do governo como bolsa família, a aposentadoria entre outros né (Servidora 3).*

Na manutenção da reprodução da vida dos ribeirinhos com sinalizar que, “Este depende tanto da terra quanto da água para seu trabalho, este por sua vez é baseado nas atividades de subsistências como pesca, a agricultura, a extração de produtos florestais, caça, a criação de pequenos animais domésticos [...]” (SILVA, 2017, p. 25).

Como ressalta o Silva (2017), para compreender a realidade da diversidade das identidades dos povos da Amazônia é preciso conhecer o processo pelo qual as relações socioespaciais e histórico-culturais estabelecem um sentimento de pertencimento por este território. Com relação às raízes que os ligam ao meio rural, pois tem toda uma trajetória de vida de seus familiares constituída no campo. Nas falas das estudantes assegurar o sentimento de pertencimento, *“que a gente mora na comunidade há 18 anos, mas comecei a estudar na escola da Comunidade Axipicá eu tinha 7 anos de idade”* (Estudante 1).

De acordo com o autor Silva (2017), existe um elo entre estas populações e os ecossistemas. E nesta relação com a natureza que as populações tradicionais constroem todo modo de vida a partir de um conhecimento empírico, que é transferido de pai para filho”. (Silva, 2017 p. 02). Com base neste contexto, pudemos conhecer mais sobre o processo histórico da criação da comunidade e da escola e o deslocamento migratório para a cidade, ou seja, representando a força e resistência no campo durante esse período de busca pelo direito à educação no meio rural. Essas expressões da questão social caracterizam este movimento social no campo na Comunidade de Axipicá pela busca do direito do acesso às políticas públicas entre elas, a efetivação real de política pública de educação.

Cabe destacar também que esses estudantes enfrentam inúmeras dificuldades para acessar a escola na comunidade, pois conforme conta o estudante 01, *“as dificuldades que a gente como aluno enfrenta as vezes quando seca muito não tem mais aula ou as situações dos ramos que não conseguir passar o carro da escola como agora. E também, no*

tempo da cheia a gente tem os ricos de pegar ferrada de arraia, aliás tem muita cobra no meio do matinho e lama nesse porto da escola” (Estudante1).

Como é sinalizado, que na comunidade Axipicá não oferta o ensino médio apenas o ensino fundamental, apresentando o deslocamento migratório com uma das demandas mais pulsante que motivação para o deslocamento.

Sobre esta questão de migrar para buscar melhores oportunidades educacionais, é, “[...]depende né, aqui não tem aula pra nós e precisamos de alguma forma estudar o ensino médio. (Estudante 1). Outro ainda aponta que, “aqui não tem ensino médio, a maioria é obrigado a estudar na cidade e depois de terminar os meus estudos vou volta pra minha casa no interior, mas eu passar na faculdade vou ficar em Oriximiná ou em outro lugar.” (Estudante 3).

Como ressalta a autora Souza (2021), a educação, através de suas práticas, está viva e presente nas comunidades, está nas relações, na cultura, nas lideranças, na luta e reivindicação por direitos. Está a contação de história feita pelos mais velhos, no sonho de melhoria de vida pelos mais jovens. Está representada e contextualizada na relação que se estabelece com o outro, com a família, os territórios e suas demandas locais e globais.

Para analisar, o acesso à educação no campo na escola da comunidade, é possível identificar a precarização do acesso à educação devido inúmeros fatores decorrentes, segundo as falas que é, “[...] estipulado pelas escolas, e cada escola tem autonomia para fazer um calendário de acordo com sua realidade. Porque tem o calendário da seca, tem o calendário da Castanha, e o calendário da cheia que é o caso do Sapuquá, ou seja, cada calendário é diferente de uma área para outra (Educadora 1).

Através da entrevista foi identificado que existe a construção de um específico calendário para contornar os possíveis problemas climáticos, bem como, os dias que são programados para o pagamento dos servidores públicos no município de Oriximiná. Conforme declara a entrevistada, “essa área aqui da frente da comunidade fica sem acesso quando seca fecha o caminho por onde você veio, aliás tudo isso vira terra e lama aqui na frente e a gente não sai na boca só tem um caminho, e os barcos ou canoas se erra o caminho encalha é complicado essa parte aí. Já terminamos o primeiro bimestre estamos no segundo bimestre que seria terminando agora nós vamos terminar só para o final de julho (Servidora 1).

Os estudantes da escola da comunidade Axipicá, assim como outras escolas localizadas do campo, passam por adversidades peculiares, as dificuldades enfrentadas pelos alunos daqui da comunidade esta relacionadas com transportes de alunos, e com relação à manutenção das salas e falta de materiais, as cadeiras estão quebradas, a quentura na sala, não tem lâmpadas e não piso apropriado é poeirento ou no caso dos

ramais que falta capinar e retirar os entulhos docaminho entre outros fatores.

Para permanência desses estudantes, buscamos conhecer a existência de projetos e ações realizadas para apoiar a permanência e o desejo de prolongamento dos estudos e ingresso no ensino médio. Nesta direção, buscamos conhecer acerca de projetos existentes na escola para saber como os processos de permanência estavam sendo acompanhados, diante de tantos desafios como discutimos até aqui. Mas de acordo com a professora, [...] *ocorreu a tentativa pela implantação do ensino médio e inclusive na comunidade que eu trabalhava no ano passado, esse projeto chamado SOME – que foi implantado nas comunidades rurais* (Servidora 4)

Um dos desafios para fazer com que o projeto fosse implantado de forma efetiva na comunidade, foi por terem sido construído sem pensar a realidade rural, seus desafios e limitações. Sobre esta questão a Servidora 02 nos comenta que, [...] *a professora que foi selecionada pra cá não se adaptou, pois ela queria volta todos os dias para a cidade depois de dar as aulas... Ela pegou um desses temporais e ficou apavorada e desistiu, daí então todo tempo se pergunta por que não apareceu nenhuma substituta pra ela até hoje se já foi autorizado foi pela SEDUC, mas ficou nesse processo* (Servidora 2).

É importante destacar os impactos e desafios da implementação da educação do campo, é imprescindível para o reconhecimento da identidade da diversidade dos sujeitos do campo elaborando políticas educacionais. Que valorize a identidades e culturas tão específicas como ados indígenas, povos das florestas, ribeirinhos, quilombolas, assentados, acampados, mulheres campo nessas, entre outras, exige esforço pedagógico e político no sistema educacional nas diversas escolas de comunidades rurais.

Faz-se importante ainda, refletir que as Políticas de Educação implantadas para estudantes de Axipicá em Oriximiná-PA se mostram insuficientes para agir diante das particularidades as quais se apresentam a questão socioeducacional de Axipicá. Conforme aponta uma das servidoras, *“não tem nenhuma política de incentivo para esses alunos que irão cursar o ensino médio na cidade, a não ser os projetos que são oferecidos nas escolas Estaduais em Oriximiná, no qual atua com o nivelamento escolar de alunos que tem dificuldades de aprendizagem ou que são refratários como é o caso do Projeto Mundiar.”*(Servidora 4).

Como reforça Silva (2017), dar visibilidade às comunidades ribeirinhas pressupõem inseri-los como protagonistas em um contexto de mudanças e transformações históricas que permeiam o sistema social, econômico, político e cultural da atual sociedade.

Como é possível refletirmos, as condições para chegar até a escola são precárias, a estrutura escolar demonstrou abandono de descaso para com a comunidade rural/ribeirinha, há uma ausência do Estado como promotor dos direitos, além disso, a realidade

socioeconômica das famílias é o retrato da desigualdade no território amazônico.

Considerações Finais

Com base nos resultados expostos nesta pesquisa, a educação rural/ribeirinha nesta localidade, necessita desenvolver políticas e projetos que sejam implementados conforme as demandas encontradas na escola comunidade rural. A partir do debate aqui realizado, compreendemos que o deslocamento ou êxodo rural/ribeirinho tem sido provocado por vários motivos, mas especialmente na comunidade de Axipicá a ausência do ensino médio na escola rural é o principal.

A situação socioeconômica das famílias, e as condições precárias da educação fazem com que os estudantes sonhem com a ida para escolas com mais qualidade. No entanto, o desejo pelo prolongamento dos estudos é atravessado pela necessidade de trabalhar e melhorar de vida. São inúmeros os fatores presentes na realidade ribeirinha.

Com base no objetivo geral deste trabalho, conhecer a realidade de acesso, permanência e escolarização dos estudantes de ensino fundamental da comunidade de Axipicá/PA, e a busca pelo prolongamento dos estudos através do deslocamento para escolas urbanas na cidade de Oriximiná/PA, pude vivenciar uma experiência marcante durante a pesquisa de campo, a observação participante. Primeiro, precisei mergulhar na realidade da comunidade e adquirir a confiança de toda comunidade escolar, estudantes, professores, servidores e gestores que puderam declarar através das entrevistas sobre as principais dificuldades e desafios presentes na escola.

Diante disso, observou-se a preocupação desses sujeitos (presidente da comunidade, professores, gestora escolar, pais e estudantes) em questionar uma maior participação do Estado, via políticas públicas e projetos, na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Dentre as propostas que a comunidade escolar busca, está o projeto de implantação do ensino médio na comunidade rural e também a compra de um transporte seguro para os estudantes, sendo ele um barco escolar que transporte semanalmente os estudantes que irão cursar o ensino médio fora da comunidade.

Referências

BEHRING, E. Rossetti: **Política social e fundamentos e história** - São Paulo: Cortez, 2016.

BICALHO, L. *In: Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades*. Greyssy Kelly Araújo de Souza (org.) 1. Ed. – Brasília: Faculdade Latino-Americana de

Ciências Sociais, 2021. – (Série cadernos Flacso; 19).

Brasil. Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FERREIRA, F.J.; BRADÃO, E.C. **Educação Do Campo**: Um Olhar Histórico, Uma Realidade Concreta- 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2003.

JACQUES, Moreira, Lima. Francisco Gilvan O fenômeno da “**chegada urbana**” em contraponto ao “êxodo rural”. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, Brasil – 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins**: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia / Charlene Maria Muniz da Silva. - Manaus: UFAM, 2009.

SOUZA, Greysy Kelly Araújo de. **Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades**. Greysy Kelly Araújo de Souza (org.) 1. Ed. – Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021. – (Série cadernos Flacso; 19).

SOUZA, Terezinha Ferreira de. **Modo de Vida de Migrantes Camponeses e a Construção do Espaço Rural**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia; 2009

A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL SATERÉ-MAWÉ: UMA ANÁLISE COLETIVA E ESTRUTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE BARREIRINHA/AM

Daniel Silva dos Santos, Rosana Ramos de Souza, Stephanie Caroline Farias Dias

Resumo

O artigo teve como fundamento os estudos acerca da historicidade, legalidade, das lutas e das organizações sociais dos povos indígenas, verificou-se as formas nas quais os povos originários combatem as legislações etnocidas e o eurocêntricas, tais afirmações foram consolidadas a partir de uma entrevista com o Capitão Geral da etnia Sateré-Mawé. O presente trabalho teve como objetivo geral aprofundar os conhecimentos acerca das populações indígenas do Baixo Amazonas, especificamente Barreirinha, discutir acerca do direito à educação escolar indígena por meio de bases legais, investigar a estrutura das escolas indígenas no município de Barreirinha. A partir dessas reflexões, busca-se contribuir para uma maior visibilidade dos povos indígenas, com ênfase na etnia Sateré-Mawé, bem como do atual cenário da educação escolar indígena para combater o preconceito, dando visibilidade ao entendimento dessa identidade e compreensão do modo de vida desse povo e dessa cultura.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Movimentos indígenas; Etnia Sateré-Mawé.

Introdução

Os povos originários desde a invasão europeia no Brasil até o presente momento vivem em busca da efetivação dos seus direitos, direitos esses conquistados por meio de manifestações, lutas e movimentos sociais. Historicamente os movimentos indígenas, segundo Chagas e Fahs (2022), começaram a se manifestar na década de 70 no Brasil quando houve a necessidade de proteção de terras por conta da política expansionista da Ditadura Militar, no entanto, Loebens (2008) enfatiza a extrema violência contra os povos indígenas, geradas pelas políticas de Ditadura Civil Militar para a Amazônia e o abandono desses povos por parte do Estado. Um dos relatos da entrevista com o capitão geral da aldeia Sateré-Mawé aborda que os movimentos indígenas são as próprias organizações indígenas: Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), Associação Indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá (AISMA), dentre outros, para ele o movimento indígena é fruto da própria consciência dos povos indígenas em relação aos seus direitos. A Constituição Federal de 1988 enfatizando que os povos originários possuem direito à cultura, terra e a União deve zelar pelo cumprimento de tais direitos:

Art. 231, CF. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las,

proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No entanto, por mais que se tenham leis favoráveis aos povos indígenas, ainda sim esses povos vivem em conflitos principalmente com empresários do agronegócio e produtores rurais, visto que há uma carência na efetivação das demarcações e fiscalizações das terras, esses acabam por desrespeitar as leis e praticam a ilegalidade.

Temos muitos desafios, a cada ano que passa, sucedem novos níveis de entendimento e não podemos deixar isso desvirtuar, somos incansáveis em fazer o nosso movimento Indígena sempre estar em evidência, porque é através dessas nossas articulações que nós buscamos fazer valer os nossos direitos. [...] Não estamos mais no tempo das guerras de forças, com armas, lanças, hoje a gente tem que buscar fazer valer o conhecimento que nós adquirimos, nossas experiências têm que contar para nos favorecer, principalmente nesse nosso mundo que tudo acontece numa velocidade tão expressiva, o mundo da tecnologia, nós precisamos acompanhar e entender esse processo, precisamos estar inseridos nele, para que o nosso povo tenha mais tempo de resistência, para estarmos mais preparados, não tem sido fácil para a gente (Capitão geral da etnia Sateré-Mawé, 2022).

Faz-se necessário enfatizar que a luta por terras não se refere apenas ao chão em que se pisa, mas envolve todo um processo sociocultural que parte de ter um território, pois é através do espaço territorial que o indígena pode se fazer presente, que há a possibilidade de viver e fazer a sua cultura; como sua moradia, seu modo de comer, seus ritos e a preservação do local de onde vivem. Em outras palavras, é a partir da terra que os povos indígenas conseguem reivindicar seus direitos como cidadãos. Há outras reivindicações também como esclarece Costa e Costa (2018, p. 6):

[...] tantas são as reivindicações indígenas evidenciadas ao longo das falas: falta de remédios para doenças causadas principalmente pelo contato com os brancos, que traziam consigo várias doenças, diante das quais os índios não apresentavam resistência; falta de escolas e de professores nas aldeias; de enfermeiros; de máquinas para o trabalho com a terra; etc. Embora a luta pela terra fosse a principal reivindicação [...], a consciência do direito à educação também aparecia em algumas falas, já reconhecendo inclusive a importância do estudo para o alargamento das suas atuações junto ao Estado e a Sociedade nacional. Esta percepção dá margem para o surgimento do protagonismo indígena na luta pelos seus direitos, e que na atualidade se tornou tão evidente. (*apud* BICALHO, 2010, p. 109).

O capitão geral da etnia Sateré-Mawé enfatiza na entrevista que o mesmo conseguiu fazer parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM/Governo do Amazonas) e possibilitou a oferta do curso técnico de Enfermagem para os indígenas. Assim foram beneficiados 62 estudantes indígenas e hoje a maioria trabalha na atenção básica da saúde indígena, também conquistou cursos na área de

manejo e criação de galinha caipira e alevinos, turismo/etnoturismo em parceria com a Amazonastur, fortaleceu a produção do artesanato indígena, idealizou a criação da Feira de Artesanatos e Produtos Indígenas de Parintins (FAIP). Faz-se necessário então a formação de lideranças comprometidas com a visibilidade e reconhecimento dos povos indígenas.

Eu faço parte da terceira geração que sucede esse cargo de capitão geral do povo Sateré-Mawé, passei a acompanhar a partir do momento que o movimento Indígena se organizou nos anos 82 pra frente e antes disso eu acompanhei o processo de luta pela demarcação de terra Indígena Andirá Marau, um marco muito importante que tiveram meu tio e meu pai, a partir daí nós passamos a lutar pela implementação dos nossos direitos na área da saúde, educação, cultural e também na área da produção (alimento) e não deixamos de fazer valer e manter sempre viva a nossa cultura e as nossas manifestações (Capitão geral da etnia Sateré-Mawé, 2022).

Tivemos várias lutas, eventos e manifestações a nível nacional e internacional, principalmente em Brasília, onde é o centro das decisões e das atenções de tudo em relação ao nosso país, nos sempre estivemos fazendo grandes mobilizações. A nossa liderança tem usado para fazer essa intermediação, para fazer frente e mediar, minha função é ser esse líder presente, uma referência no sentido de facilitar a compreensão do nosso trabalho e entender o porquê das nossas manifestações para alcançar nossos objetivos para nos favorecer (Capitão geral da etnia Sateré-Mawé, 2022).

De acordo com Loebens (2008) até 1988 o Estado Brasileiro considerava os "índios" como organizações primitivas conhecidas como tribos, que deveriam ser absorvidos pela sociedade brasileira, esse projeto finalizava no ano de 2000, ou seja, havia um objetivo respaldado por uma legislação etnocida. Portanto, o fortalecimento das assembleias indígenas, organizações sociais e movimentos indígenas foram de suma importância para que os direitos indígenas acontecessem na prática e a noção crítica de sujeito de direito por parte dos povos indígenas fomentaram ainda mais suas demandas e suas lutas.

Educação escolar indígena no município de Barreirinha: análise da base de dados

A Constituição Federal de 1988 traz o direito a educação diferenciada (princípios da EI), ponto importante para alavancar as questões requeridas pelos povos indígenas, visto que com o acesso a língua portuguesa, poderia ter acesso também a legislação, bem como sua compreensão para o asseguramento dos direitos dos povos indígenas, além da ocupação em cargos políticos, educacionais, direito e outros. A educação escolar indígena diferenciada é de extrema importância para resgatar a cultura desses povos, visto que houve uma grande dominação de ideias perante os indígenas, e culturalmente muita coisa foi perdida desde o tempo da colonização, pois a cultura indígena é passada através da oralidade e dos materiais

publicados.

Em relação a cultura, o povo Sateré-Mawé há mais de 300 anos de contato com a sociedade, consegue manter suas tradições e conseguimos fazer a oralidade e hoje trazer para a escrita o nosso idioma, conseguimos caminhar. Recentemente eu em parceria com outros parentes, criamos o primeiro dicionário Sateré, traduzido em português e na língua geral, faz parte de um processo de evolução que buscamos através da literatura fazer com que a nossa cultura esteja presente e fortalecida, não podemos perder nossa identidade (Capitão geral da etnia Sateré-Mawé).

Educação escolar indígena: marcos legais

A História mostra-nos que os interesses políticos e econômicos sempre se fizeram presentes na problemática que envolve os direitos indígenas, repercutindo assim, sobre a proteção jurídica dada a esses povos desde a colonização do Brasil até os dias atuais. Surge uma questão: como está a evolução destes direitos, considerando o direito indigenista e como esse amparo legal se dá no contexto constitucional vigente? Com base no processo do conhecimento antropológico, durante as décadas de 1970 e 1980 quando se percebeu que era errônea a ideia de integralização dos indígenas à sociedade, pois na verdade tratava-se de um extermínio cultural, surge a exigência de um reconhecimento jurídico de caráter permanente e de respeito às culturas indígenas, mais tarde consubstanciado ao caput do Art. 231. Dessa maneira, passou-se a prever a possibilidade de os indígenas viverem de acordo com suas próprias formas tradicionais de organização social e de vida, abandonando a tentativa de se homogeneizar aos grupos culturalmente diferentes.

Nesse sentido, o líder indígena nos afirmou em seu relato que alguns indígenas saem das suas aldeias como alternativa na busca por melhores condições de estudo, considerando a universalização das diferenças no seu comportamento, características físicas, em suas crenças, habilidades e em seus conhecimentos, consequentes das diversas experiências a serem enfrentadas noutra perspectiva a enfrentarem problemáticas como o preconceito a ser combatido pelo fato de buscarem melhores condições de estudo, não havendo faculdade na área indígena.

Estar na universidade, conquistar esse espaço, ainda que pelo sistema de cotas, foi uma conquista, não foi dado nada de graça, não foi o governo e nem a reitoria, foi uma luta muito grande, fiz parte dessa luta para conquistarmos as cotas na UEA através de muitas reuniões, diálogos, para convencer às autoridades e as Instituições sobre os nossos projetos, mas ainda há muito o que fazer, por isso buscamos parcerias, ampliar as nossas alianças (Capitão geral da etnia Sateré-Mawé).

Na concepção do líder indígena os motivos que fazem os jovens saírem das aldeias, mesmo existindo a educação escolar indígena, provoca uma série de conflitos, contudo, a afirmação de sua identidade, de seus valores, costumes e crenças, evidenciam os conhecimentos que lhe foram repassados, nesse contexto a alteridade cultural dos povos estão relacionados ao seu espaço a ser conquistado fora da aldeia.

Dessa forma, a criança indígena, como ser histórico e de direitos, constrói sua identidade a partir dessas experiências de vivência, produzindo cultura e desenvolvendo sua autonomia, responsabilidade e cidadania. [...] tais relações possibilitam adquirir conhecimentos que a tornarão um adulto responsável, autônomo e que dará continuidade às práticas culturais de seu povo. [...] garantindo o direito à autonomia dos povos indígenas quanto à escolha de seus modos de educar as crianças de até cinco anos de idade (ARAÚJO, 2020, p. 182).

Acrescenta-se a contribuição da Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, que:

Torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores como as licenciaturas. (BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Institui o Código Civil).

A lei retrata sobre a obrigatoriedade, tanto no conhecimento histórico do povo afro, tanto do povo indígena, nesse contexto em muitas Universidades e de acordo com o líder indígena não há disciplinas que melhor preparariam estes profissionais da educação para o ensino destas disciplinas. Além disso, a ausência destes estudos no currículo principal das licenciaturas contribui para a perpetuação de uma visão de mundo eurocêntrica, de preconceitos e estereótipos raciais e para uma atmosfera de intolerância cultural e religiosa, elementos nocivos para a unidade do Estado Brasileiro, que jurou combatê-los na Constituição e em tratados internacionais.

Em busca da viabilização do direito ao acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais com equidade e respeito às diferenças, o MEC viabilizou programas e ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), na qual fora criada em 2004 através das demandas dos movimentos sociais e era voltada para a formação continuada dos profissionais da área da educação, criação de materiais didáticos e paradidáticos específicos, melhoria na infraestrutura física e tecnológica para as escolas, ações de alfabetização para jovens e adultos, acompanhamento da frequência escolar dos estudantes em vulnerabilidade social, além de outras ações e meios. A SECADI é um órgão e como tal possuía competências de acordo com o Decreto nº 9.005 de 14 de março de 2017,

ela estava dividida em 4 diretorias que abrangem: Educação Especial; Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. No entanto, com a entrada do ex-ministro da Educação (Vélez Rodriguez) durante o mandato de Jair Bolsonaro, a SECADI foi extinta, dando lugar à uma subpasta, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), na qual, segundo o site Gov.br, a mesma tinha por atribuição planejar, orientar e coordenar, articulada com o sistema de ensino, políticas públicas para educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação de surdos e para o público de educação especial, permanece nessa Secretaria o programa PROLIND da SECADI, o quadro abaixo demonstra as ações e programações destinadas à comunidade indígena:

Tabela 1 – Programas e Ações da Semesp para a comunidade indígena

Programa/Ação	Objetivo
Ação Saberes Indígenas na Escola	A ação visa ofertar cursos específicos de formação continuada para professores indígenas que atuam, preferencialmente, nos anos iniciais do ensino fundamental.
Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI)	É um planejamento intergovernamental da Educação Escolar Indígena (EEI), seu objetivo é implementar as propostas da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), fortalecer a colaboração entre os entes federados, participação social, transparência das ações e a gestão por resultados. Ele é constituído por 7 (sete) desafios e possui 7 (sete) eixos estratégicos. Sua implementação está planejada para até 2023.

Fonte: Ministério da Educação (Gov.br), 2020

Se antes a SECADI oferecia quatro programas para as comunidades indígenas, com a Semesp, continua as quatro, sendo que um deles (Pronacampo), apesar de ter a Coordenação Geral de Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais (CGICQT) como responsável, não possuía clareza quanto as ações voltadas para as comunidades indígenas. A SECADI foi reinstituída com o novo Decreto novo decreto, de nº 11.342 a SECADI é reinstituída no Governo Lula. No entanto, conforme o decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 do governo Lula oficializa-se a criação do Ministério dos Povos Indígenas, sendo o primeiro na história da política brasileira a se dedicar exclusivamente as causas indígenas.

Art. 1º O Ministério dos Povos Indígenas, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política indigenista; II - reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; III - reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; IV - bem viver dos povos indígenas; V - proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e VI - acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção

nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas.

O ministério tem-se, portanto, funções como o reconhecimento, defesa e proteção dos direitos dos povos indígenas. Sua criação fortalece ainda mais as causas indigenistas no que diz respeito a luta contra o preconceito estrutural que existe na sociedade, preconceito esse que coloca o sujeito indígena como sujeito sem cultura, sem direitos e inferior.

Realidade amazônica: apontamentos das escolas indígenas em Barreirinha/AM

Dentro do contexto da região do Baixo Amazonas seguimos a descrição do município de Barreirinha, com uma população estimada de 27.355 pessoas, segundo o IBGE (Censo Escolar 2010), cuja a economia perpassa os setores primários (agricultura, pesca, pecuária, avicultura e extrativismo vegetal), secundário (indústria de arroz e fabricação de brinquedos de madeira) e terciário (comércios e serviços). No que diz respeito a educação, durante as pesquisas em meios digitais observa-se problemáticas referentes aos Centros de Educação Indígenas, na qual a falta de infraestrutura como a inacessibilidade, a ausência de equipamentos tecnológicos, sanitários inapropriados e a falta de laboratórios de informática denunciam a situação vulnerável da educação escolar indígena. Em contraste a esses pontos levantados, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, coletou-se as seguintes informações de uma escola indígena da região:

Tabela 2 - Dados da FNDE relacionado aos programas presentes no município de Barreirinha/AM

Entidade: Associação de Pais, Mestre e Comunitários da Escola Municipal Indígena Prof. ^a Rosa Cabral		Município: Barreirinha - AM
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola		
Data Pgto.	Valor (R\$)	Programa
17/ABR/2020	3.510,00	PDDE – Manutenção Escolar
17/ABR/2020	3.510,00	PDDE – Manutenção Escolar – 2ª Parcela
Total:	7.020,00	
PDDE Qualidade – Ensino Médio Inovador, Mais Cultura, Esc. De Fronteira, Atleta na Escola, Esc. Sustentável		
Data Pgto.	Valor (R\$)	Programa
23/OUT/2020	3.328,00	Edu. Conectada – PDDE Educação Conectada
13/NOV/2020	2.623,97	PDDE AE – Emergencial COVID-19
Total:	5.951,97	

Fonte: FNDE, 2022

Nota-se os valores muito abaixo do que uma escola indígena precisa para se manter, visto que suas necessidades são diferentes das necessidades de uma escola que está situada

na zona urbana, pois os mesmos possuem gastos excessivos com transportes, além de enfrentarem problemas como enchentes dos rios, falta de luz e água encanada, dentre outros fatores já apresentados.

Ao pesquisar os dados do Censo Escolar de três escolas indígenas de Barreirinha com maior número de matrícula, disponíveis na Plataforma do QEdu¹, encontrou-se as seguintes informações:

Quadro 1 – Dados da pesquisa realizada no QEdu sobre as escolas indígenas de Barreirinha/AM

ESCOLA	MATRÍCULAS	INFRAESTRUTURA	DEPENDÊNCIAS	SERVIÇOS
Centro de Educação Indígena	271 matrículas 11 Ensino Fundamental (anos finais); 260 Ensino Médio.	Não possui acessibilidade alguma. Possui TV e parabólica Possui Internet e 1 (um) computador para os alunos acessarem.	Possui somente salas de aula.	Alimentação é fornecida. Água tratada. Energia elétrica (rede pública); Possui fossa; Lixo é jogado em outra área.
Escola Indígena Nossa Senhora Aparecida	250 matrículas 19 Creche; 28 Pré-escola; 88 Ensino Fundamental (Anos Iniciais); 63 Ensino Fundamental (Anos Finais);	Possui dependências com acessibilidade, porém não há banheiros para atender a esse público. Não possui computador, DVD, parabólica, copiadora, projetor e TV para os alunos. No que se refere a equipamentos, só há impressora.	Possui: Sanitário dentro da escola, cozinha e sala dos professores. Não possui: Laboratório de informática e de ciências;	Alimentação é fornecida e a água é filtrada. Energia elétrica fornecida pela rede pública; Água retirada do rio;
	49 Educação de Jovens e Adultos; 3 Educação Especial.		Biblioteca e sala de leitura; Sala da diretoria e sala de atendimento especial; Quadra de esportes.	Não há tratamento de esgoto. Lixo é queimado. Não há internet.
Escola Indígena Prof. ^a Rosa Cabral	232 matrículas 8 Creche; 19 Pré-escolas; 86 Ensino Fundamental (Anos Iniciais); 100 Ensino Fundamental (Anos Finais); 18 EJA; 1 Educação Especial.	Possui dependências com acessibilidade, porém não há banheiros para atender a esse público. Possui Internet e 2 (dois) computadores para os alunos acessarem. No que se refere aos equipamentos, a escola possui DVD, impressora, projetor e TV.	Possui: Sanitário dentro da escola; Biblioteca e sala de leitura; Cozinha; Sala da diretora e sala dos professores. Não possui: Laboratório de informática e de ciências; Quadra de esportes; Sala de atendimento especial.	Alimentação é fornecida e a água é filtrada. Energia elétrica é fornecida pela rede pública. Água provém de um poço artesiano. Possui fossa. O lixo é queimado ou enterrado.

Fonte: Censo Escolar, 2021, INEP.

¹ Disponível em: qedu.org.br. dados do ideb/inep

Observa-se, portanto, realidades distintas de escolas indígenas que atendem números relativos de alunos, algumas com mais visibilidade e outras nem tanto, como é o caso do Centro de Educação Indígena que não possui imagem alguma na internet por estar situada numa região de difícil acesso, possui também altos índices de alunos atrasados dois anos nos estudos. Outras oferecem acessibilidade, porém de forma bastante precária, tudo para tentar atender ao máximo possível as demandas existentes no município para que as crianças indígenas não tenham que se deslocar e sair do local onde nasceram.

Sateré-Mawé e apontamentos finais

Os Sateré-Mawé são os povos inventores do guaraná. Segundo Lorenz (2015) o primeiro nome *Sateré* quer dizer “lagarta de fogo”, o segundo *Mawé* quer dizer “papagaio inteligente e curioso”. Quanto sua língua, o etnógrafo Curt Nimuendaju (1948 *apud* LORENZ, 2015), ela difere do Guarani-Tupinambá. Os pronomes concordam perfeitamente com a língua Curuaya-Munduruku, e a gramática, ao que tudo indica, é tupi. Os homens falam o Sateré-Mawé e a língua portuguesa, no entanto é possível encontrar mulheres que só falam a língua materna por viverem em aldeias mais afastadas. Os Sateré-Mawé são encontrados morando nas cidades de Barreirinha, Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus, todas situadas no estado do Amazonas.

Ao analisar nos últimos 30 anos a população Sateré-Mawé, Lorenz (2015) observou que os números triplicaram, na qual chegou ao número de 13.350 em 2014, segundo dados do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM. Em 2002/2003 foi possível encontrar aproximadamente 276 habitantes em Barreirinha, local onde é o terceiro maior em número de habitantes da Etnia Sateré-Mawé.

Essa sociedade está estruturada em clãs, seu principal ritual é o da tucandeira (passagem da puberdade para a vida adulta), esse evento reúne todos os clãs. Quanto ao casamento, os homens permanecem no local onde sua família vive, as mulheres que precisam se mudar e morar com a família do marido. O chefe da família é o tuxaua, segundo Alvarez (2009 *apud* LORENZ, 2015) “[...] O tuxaua é pensado como o irmão mais velho, o que está na linha de frente, o que dá suporte ao grupo”, ele quem distribui as atividades, resolve conflitos, promove os rituais e outros assuntos relacionados a aldeia. A sua alimentação provém da agricultura (destaque para o guaraná e a mandioca), são caçadores e coletores.

Segundo Bernal (2009) na economia Sateré-Mawé se destacam agricultura e artesanato. O sentido da produção naturalmente é diferente das sociedades urbanas e capitalistas, por ser voltada à comunidade acima de demais contextos. A economia indígena é significada a partir da necessidade humana presente. No cultivo, são consideradas

questões de ordem social, ritual e religiosa. Nota-se, assim, que a estrutura cotidiana e os hábitos manifestos da etnia são diferentes em boa medida dos sistemas de convivência adotados em sociedades não indígenas, o que significa dizer que as comunidades urbanas possuem ideias conflitantes com comunidades aldeadas, por isso o preconceito com esses povos é muito expressivo. E é justamente essa complexidade da vida que fundamenta a evolução humana.

Quando se fala em educação escolar indígena, não se pode pensar nela separada da cultura indígena, da vivência e da historicidade que esses povos carregam, deve haver o respeito no como e o porquê de se fazer daquela forma. Quando se fala em estrutura, não se fala só em paredes ou não se pode estabelecer que seja uma escola nos moldes do branco, talvez apenas querem um espaço como suas casas, mas que se tenha o suficiente de materiais didáticos que respeitem sua cultura para educar conforme os princípios daquela comunidade. Quando se fala em respeito, é o indígena não ter que passar pelos olhares preconceituosos dentro de uma Universidade só pelo fato de ser e pertencer a um clã. A visibilidade não são só as leis, é se fazer presente no cotidiano, é ter o reconhecimento que o guaraná, por exemplo, tão famoso, é um saber indígena, é estar presente nas falas políticas, educacionais e sociais. Infelizmente o que se tem nessas pesquisas é um progresso muito lento, enquanto estamos indo para a indústria 4.0, faz aproximadamente 522 anos que um povo luta com a sua própria vida, a cada dia perdendo territórios e a sua cultura. As políticas públicas, que possuem meios para ajudar e melhorar a vida dessas pessoas, simplesmente usam deles para se engradecer durante as eleições ou utilizam um discurso militante nas redes sociais.

Referências

Ação Saberes Indígenas na Escola. **Gov.br**, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2022.

ARAÚJO, J. V. de S. **Referencial Curricular Amazonense e a Educação Indígena**, 2020. p.182.

BARTOLI, Estevan. **Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas, Espaço e Economia**. 2020, posto online no dia 07 janeiro 2021. Disponível em: < <https://journals.penedition.org.br> >. Acesso em: 30 ago. 2022.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. Manaus: Faculdade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009. Disponível em: < <https://www.amazoniareal.com.br> >. Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL, Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em < <https://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em < <https://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, 2018c. **Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas** - POLIND. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, 2018c. **Programas e Ações**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, 2018c. **Programa PET conexões de saberes**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, 2018c. **Territórios Etnoeducacionais** - TEEs. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 07 set. 2022.

Busca de Escolas, Municípios e Estados. QEdu. 2022c. Disponível em: < <https://novoqedu.org.br> >. Acesso em: 31 ago. 2022.

CHAGAS, Inara; FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento Indígena**: história e principais objetivos!. Politize!, 19 de Abril 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

COSTA, Guilherme Luiz Pereira; COSTA, Ana Maria Morais. **Movimento indígena no Brasil**: militância, educação e o caminho para a preservação cultural. Anais V CONEDU, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br> >. Acesso em: 28 ago. 2022.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4.ed.- Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

LIBERAÇÕES – CONSULTAS GERAIS. FNDE, 2022. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2022.

LOEBENS, Guenter Francisco. Movimento e Organizações Indígenas no Brasil. CIMI, 14 Jul. 2008. Disponível em: <<https://cimi.org.br>>. Acesso em: 28 Ago. 2022.

LORENZ, Sônia da Silva. Sateré-Mawé. **Povos Indígenas no Brasil**, 2015. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org> >. Acesso em: 07 set. 2022.

PEREIRA, Meire Rose Santos. **Direito dos Povos Indígenas**. Enciclopédia Jurídica da PUCSP. Ed.1. Mar. 2022. Disponível em: < <https://enciclopediajuridica.pucsp.br> > Acesso em 29 ago. 2022.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (PNEEI). Gov.br, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec> >. Acesso em: 07 set. 2022.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (Pronacampo). Gov.br, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec> >. Acesso em: 07 set. 2022.

SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO. Gov.br. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec>>. Acesso em: 07 set. 2022.

VIDAL, Eliabe. **Obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, africana e afro-brasileira nas licenciaturas na área das ciências humanas**. Senado Federal. Ed.1. out. 2016. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br> >. Acesso em: 29 ago. 2022.

NET-ATIVISMO AMERÍNDIO: A RESISTÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO INSTAGRAM²

Ana Beatriz Viana de Melo, Marina Magalhães

Resumo

Este estudo busca entender as iniciativas dos movimentos indígenas nas redes sociais digitais, em especial na plataforma Instagram, com foco nas ações de resistência desenvolvidas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). As análises das postagens do mês de novembro de 2022 revelaram a predominância de denúncia de casos de violência, ameaças e invasões contra os territórios dos povos indígenas.

Palavras-chave: net-ativismo; povos indígenas; Coiab; Instagram; Amazônia.

Introdução

Desde as primeiras décadas do século XXI, com a disseminação da internet como um dos principais meios de comunicação, as organizações indígenas estabeleceram uma nova forma estratégica de integrar as tecnologias digitais em suas lutas políticas, resultando em ações de resistência net-ativistas. Logo, as experiências net-ativistas indígenas, seja em perfis em redes sociais, websites, audiovisual, entre outras, não significam somente uma nova forma de comunicar, mas também novas formas de representação de si, de resistir, reivindicar, denunciar e potencializar lutas em defesas dos seus direitos e preservação dos valores ancestrais. Trata-se assim, conforme mostra Pereira (2010; 2012; 2018), da apropriação das novas tecnologias na disseminação de novas práticas culturais, vetores e resultados do processo de digitalização no qual territórios, pessoas e coisas se materializam.

Para Munduruku (2012), os movimentos indígenas já existiam antes da invasão dos homens brancos no país. Suas histórias de defesas de territórios entre povos vizinhos aconteciam respeitosamente, até que o branco interveio nos seus costumes e desde então começaram os confrontos. Na realidade atual, nota-se como essa resistência coletiva teve continuidade ao longo dos anos, uma vez que os movimentos indígenas contemporâneos são rastros de resistências de diferentes gerações que permitiram que as novas gerações sobrevivessem, como explica Munduruku (2012):

² Este artigo divulga os resultados parciais do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “Net-ativismo ameríndio: a resistência das redes sociais digitais”, situado no âmbito do projeto de pesquisa “Cidadania Digital” (Humanitas/Fapeam), ambos desenvolvidos pelas autoras na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Campus Parintins.

[...] entendo que houve modificações substanciais por conta do surgimento de entidades indígenas capazes de dar continuidade, sob novas configurações, aos princípios que motivaram os próprios movimentos. Assim, é possível hoje verificar a existência não apenas de entidades indígenas especializadas na defesa de temas específicos (educação, saúde, propriedade intelectual, tecnologia, cultura, entre outras), mas também a aprovação de leis que entendem que as sociedades indígenas estão presentes no contexto nacional [...] (MUNDURUKU, 2012, p. 223).

Desde a chegada da internet, as novas formas de ativismo que surgem em colaboração com as redes sociais digitais representam um marco revolucionário na natureza da produção e comunicação da informação (DI FELICE, 2013). Por tal razão, criou-se o projeto de pesquisa “Net-ativismo ameríndio: a resistência das redes sociais digitais”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o objetivo de entender as iniciativas dos movimentos indígenas nas redes sociais digitais, em especial na plataforma Instagram.

O artigo aqui apresentado tem como foco compartilhar os primeiros resultados da pesquisa em torno das ações de resistência desenvolvidas pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) nessas redes. A Coiab surgiu em 1989, fruto de uma iniciativa de lideranças de organizações indígenas para representar e defender seus direitos, promulgados na Constituição Federal de 1988.

Logo, o estudo observa como uma entidade ativista consolidada fortaleceu suas lutas por meio do ativismo na internet, com interesse nas suas estratégias de comunicação anticolonial e no combate à desinformação e fake news, a partir de experiências que envolvem a participação de humanos e não-humanos. Como procedimentos metodológicos, foi desenvolvida uma pesquisa netnográfica no perfil @coiabamazonia no Instagram, no período entre 01 e 30 de novembro de 2022, a fim de analisar publicações em torno de casos de violência contra os povos indígenas.

O NET-Ativismo Ameríndio

O net-ativismo pode ser entendido como um conjunto de ações colaborativas ou movimentos que se formam em rede, composta por atores humanos e não humanos, e nas redes sociais digitais (MAGALHÃES, 2018). São exemplos de net-ativismo manifestações articuladas em colaboração com as plataformas digitais, protestos cibernéticos que emergem nas redes e podem – ou não – ocupar as ruas, associações involuntárias sem a figura centralizadora do sujeito etc. Em suma, são práticas e comportamentos que envolvem tecnologias, algoritmos, inteligências humanas e não humanas no uso e no contexto de reivindicações (FRANCO, SILVA, FRANCO, 2021).

Já o net-ativismo ameríndio é um conceito que especifica a apropriação das tecnologias pelas comunidades ameríndias, que vêm, historicamente, se utilizando desse recurso para expor suas dificuldades, lutas e mazelas (FRANCO, SILVA, FRANCO, 2021). Em outras palavras, trata-se do net-ativismo indígena, o encontro dos movimentos ativistas indígenas, que já existiam muito antes da internet, com as novas formas de ativismo digital (PEREIRA, 2017).

A intenção de investigar a atuação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) nas redes sociais digitais considera a ecologia comunicativa digital, que de acordo com Di Felice (2013) se volta para as múltiplas localidades das suas ações. No caso específico da Coiab, essas têm como origem as redes digitais e continuam nas ruas das cidades ou nas florestas, sem deixar a sua dimensão informativo-digital, sendo filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas online.

Tais ações expressam, assim, as dimensões não apenas locais ou urbanas, uma vez que a qualidade dessas ações e sua eficácia são o resultado muito mais de suas capacidades conectivas atópicas do que de suas específicas localidades físicas e geográficas (DI FELICE, 2013). Sendo assim, é possível identificar ações net-ativistas entre as estratégias da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Isso se reflete, por exemplo, na colaboração com a internet para a extensão das aldeias e de lutas, com produções realizadas pelos próprios povos por meio de site oficial e informações em perfis nas redes sociais digitais.

De acordo com Pereira (2018), no net-ativismo indígena torna-se evidente que a forma de interação forja uma nova condição ecológica, através das perspectivas do próprio habitante, o qual reconfigura, em rede e nas redes, as suas vivências. Para compreensão, nas concepções dos povos originários, os humanos e não humanos fazem parte das mesmas redes de conexões. A autora completa que “a própria floresta amazônica compõe um universo complexo, “redes em redes” deliberando por uma variedade ecossistêmica modulados por inúmeras diversidades biológicas, culturais e sociais” (PEREIRA, 2018, p.43).

Com base nos conceitos acima expostos, apresentaremos a seguir as análises da atuação da Coiab no Instagram, como resultados parciais de um mapeamento do ativismo ameríndio e amazônico nas redes sociais digitais. No tocante à plataforma, a escolha da rede social *Instagram* se deu por esta ser considerada a plataforma social com o crescimento expressivo no mundo, como aponta um levantamento feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — Sebrae (2022). Trata-se, portanto, de um ambiente social que proporciona espaços para campanhas direcionadas e preferidas para divulgação de marcas e engajamento com seu público.

No tocante ao mapeamento dos movimentos e organizações net-ativistas, o estudo levou em conta a seguinte questão: como entidades ativistas da Amazônia Brasileira fortaleceram suas lutas no ativismo digital? Os critérios para a seleção de perfis a serem analisados foram: 1) Organizações de ativistas indígenas em atuação na região amazônica; 2) Não terem fins lucrativos; 3) Representações que atendam às causas indígenas; 4) Terem no mínimo 10 anos de fundação.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) foi escolhida por atender a todos esses critérios. A rede ativista possui 33 anos de atuação em defesa dos povos indígenas, apresentando-se hoje como uma coordenação não-governamental em atividade nas regiões amazônicas e nas plataformas digitais. Logo, foi realizado um mapeamento dos perfis oficiais da coordenação, por meio do qual se constatou uma frequência maior de conteúdos postados no perfil oficial no Instagram, alvo da análise exploratória dos conteúdos sobre a defesa dos povos.

Diante do recorte apresentado, este estudo parte da hipótese de que iniciativas como esta contribuem no processo de conscientização sobre as representações dos povos indígenas. Sendo assim, pretende-se entender como uma entidade ativista consolidada fortalece suas lutas no ativismo digital, suas estratégias de comunicação anticolonial e o combate à desinformação e fake news.

O corpus de estudo consiste no cenário de pós-eleições presidenciais de 2022, cujo segundo turno ocorreu no dia 31 de outubro de 2022, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito. Tal período foi fundamental para as organizações e movimentos visualizarem como será o cenário político nos próximos anos. Por esse motivo analisaremos os conteúdos postados pelo perfil da Coiab relacionados à defesa dos povos indígenas, a fim de visibilizar as suas principais demandas e denúncias.

Análises: Resultados Parciais

O perfil oficial da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) no Instagram (@coiabamazonia), disponível e em: <https://www.instagram.com/coiabamazonia/>, foi criado em 2019 e funciona como uma extensão da iniciativa de lideranças indígenas que têm como missão “defender os direitos dos povos indígenas a terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade, considerando a diversidades de povos, e visando sua autonomia através de articulação política e fortalecimento das organizações indígenas” (COIAB, 2022, on-line).

Segundo último levantamento realizado por este estudo, em 6 de fevereiro de 2022, o perfil soma 3.094 publicações, entre *feeds* e *reels*, conta com um número significativo de

36,3 mil seguidores e segue outros 755 perfis na rede social.

Atualmente, a Rede de Jovens Comunicadores da Coiab é integrada por jovens entre 18 a 30 anos, que vivem em diversos estados da Amazônia Brasileira³. Essa rede demonstra a importância da luta digital e da junção das redes sociais com lideranças-base, como forma proporcionar estratégias para combater violências em seus territórios e firmar a lutar por direitos.

De acordo com o levantamento das publicações realizadas pelo perfil Coiab em novembro de 2022, após os resultados das eleições para presidente do Brasil, merece destaque a publicação de uma nota de repúdio “contra mais uma violência sofrida pelo povo da terra indígena Tanaru”. A Coiab, juntamente com outras organizações e movimentos indígenas, exigiu no dia 4 de novembro de 2022 o sepultamento do último sobrevivente indígena isolado da terra Tanaru.



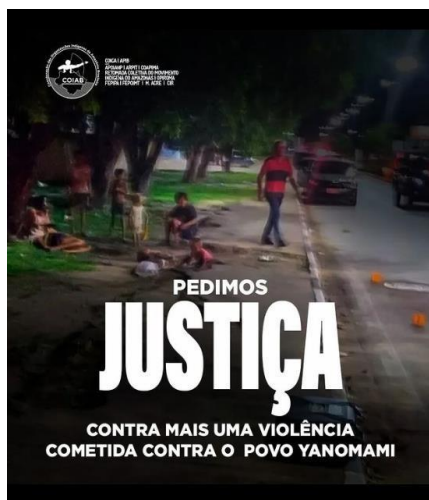
Fonte: Instagram @coiabamazonia

O caso aconteceu na região de Porto Velho, em Rondônia. O indígena isolado da terra Tanaru foi encontrado morto em 23 de agosto de 2022, e seu corpo foi submetido a uma espera de 45 dias para a realização de perícia, com o apoio de legistas do Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília (DF), além de mais três semanas em Vilhena (RO). O sepultamento era previsto acontecer entre 7 e 14 de outubro de 2022, o que não ocorreu devido à suspensão, por ordem do então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, que solicitou a ausência da obrigação legal do sepultamento do indígena Tanaru. Naquele período, houve solicitação dos fazendeiros no órgão federal para reivindicar a terra Tanuru, que ainda não havia sido demarcada e estava classificada sob restrição de uso, para que eles tivessem direito sobre área de 8.070 hectares.

³ A Amazônia brasileira envolve os seguintes estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

No perfil oficial da Coordenação, houve duas publicações na mesma semana sobre este caso. Defensores dos direitos dos povos indígenas como a Coiab solicitaram que seu sepultamento fosse realizado no seu local de origem. Finalmente, o pedido foi atendido pela Funai por determinação da Justiça Federal, no dia 4 de novembro de 2022, no sul de Roraima. Porém, o caso tornou-se conhecido como “índio do buraco”, pois o sepultamento ocorreu sem as homenagens que povos indígenas e defensores pretendiam realizar. Como ato de compromisso com o último indígena Tanaru, no dia 7 de novembro de 2022, afirma o compromisso de preservação das ancestralidades presentes nesta localidade como forma de lutar para manter o território sem as ações predatórias de agronegócio e do desmatamento.

A próxima publicação no Instagram do perfil da Coiab aqui destacada, do dia 12 de novembro de 2022, refere-se à violência contra os povos indígenas Yanomami. O perfil publicou: “Pedimos justiça contra mais uma violência cometida contra o povo Yanomami”. A Coordenação juntou-se às bases do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e à Hutukara Associação Yanomami (HAY) para exigir que autoridades investiguem o ataque aos indígenas em local público.



Fonte: *Instagram @coiabamazonia*

Segundo a nota:

[...] na noite desta sexta-feira (11), um grupo de indígenas Yanomami, oriundos da região do Ajarani, foi atacado quando acampava próximo à Feira do Produtor, em Boa Vista, Roraima. De acordo com as informações divulgadas, o ataque foi realizado por dois sujeitos que passaram de bicicleta pelo grupo, atirando contra os indígenas. Os disparos mataram uma mulher Yanomami, mãe de um bebê, e feriram um homem Yanomami, que se encontra hospitalizado. Exigimos que as autoridades investiguem com diligências os responsáveis pelo ataque. Conforme já foi afirmado pela HAY, a disposição de assassinar indígenas de passagem pela cidade, reunidos pacificamente e em local público, configura crime de ódio e deve ser investigado como tal [...] (COIAB, 2022, on-line)

A Coiab finaliza prestando solidariedade às famílias e ao povo Yanomami, destacando que estão enfrentando constantemente a violência na invasão de suas terras pelos garimpeiros, além de intimidações diversas na região. Nessa mesma época foram registrados outros três casos de ataques e agressões contra o povo Yanomami. Infelizmente, a violência foi intensificada após uma promessa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em combater o garimpo ilegal nas áreas indígenas.

Ainda nas análises, destaca-se outra publicação do perfil @coiabamazonia, do dia 22 de novembro de 2022. Na postagem, a Coiab publica mais um registro de violência contra os povos indígenas, neste caso contra o Povo Kanamari, denunciando as ameaças feitas por invasores dos seus territórios por meio de uma carta aberta assinada pela Associação dos Kanamari do Vale do Javari (AKAVAJA).

O fato aconteceu na primeira semana de novembro de 2022, na calha do rio Itacoaí, que pertence à bacia do alto Amazonas. Conforme a carta, uma liderança indígena foi ameaçada com uma arma por pescadores ilegais: “A ela, foi dito que os caçadores e pescadores ilegais não irão parar com a violência contra o povo do Vale do Javari enquanto as principais lideranças não forem assassinadas” (COIAB, 2022, on-line).



Fonte: Instagram @coiabamazonia

No acesso à carta oficial da AKAVAJA, a publicação oficial aconteceu dia 17 de novembro de 2022. Em trecho, a associação detalha o ataque cometido e solicita que as instituições fiquem alertas:

Viver sob a mira das armas dos invasores virou rotina para as lideranças e indígenas que navegam pelos rios da região. “A vida nunca mais foi a mesma”. Não há segurança alguma para viver dentro dos nossos territórios, temos medo por nós e pelos nossos parentes isolados. Essa situação foi mais uma que aconteceu aqui, mesmo após os terríveis assassinatos dos nossos irmãos e parceiros, Bruno e Dom, nada mudou e nos perguntamos: “Quanto dos nossos iremos perder nesta guerra?” (AKAVAJA, 2022, on-line)

É válido lembrar que em junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram assassinados na região amazônica do Vale Javari, região conhecida como a maior terra indígena do país. Tal crime teve como motivação as denúncias sobre a pesca ilegal da região. Mesmo diante deste fato, e da repercussão política internacional, tanto política como midiática das execuções das vítimas, os povos indígenas na região ainda vivem constantemente a violência dos invasores, sendo este um dos temas predominantes na atuação da Coiab no Instagram no período analisado.

Considerações parciais

O estudo aqui apresentado está nos seus processos iniciais. Ainda assim, é possível observar como a rede ativista selecionada articula as tecnologias como mecanismo para reivindicação social. Tal iniciativa propõe evidenciar as vozes dos povos na região amazônica, a fim de promover a conscientização entre as comunidades indígenas, e o público em geral, sobre seus enfrentamentos.

Quando as comunidades se conectam às redes digitais acontece uma expansão de seus territórios. Essa ecologia estende-se para além dos parâmetros geográficos, uma vez que a presença indígena nestes dispositivos colaborativos constitui uma vasta rede de conexão com outros povos, seja nacional e internacional, em busca de compartilhar os mesmos interesses e reivindicações.

A exemplo, o recorte citado neste estudo evidencia que a forma de interação se forma uma nova condição ecológica, através das perspectivas do próprio habitante, reconfigurando-se suas vivências por meio das conexões entre humanos e não humanos. Este processo de interação dos próprios povos indígenas com a floresta, como partes de uma mesma rede, pode ser entendido como net-ativismo a partir da inclusão das tecnologias digitais. Os manifestos realizados pelas e nas redes digitais tornam-se fundamentais para denúncias da violência contra povos e territórios indígenas, como demonstrado nos casos do povo Tanaru, Yanomami e Kanamari, que ainda monitoram seus territórios também para o fortalecimento contra a desinformação.

O perfil oficial da Coiab no Instagram é uma das redes de luta e resistência na região amazônica diante de ataques aos direitos indígenas ao longo dos anos, principalmente nos últimos quatro anos (2019-2022) pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Enfim, na primeira etapa deste estudo foi possível observar e refletir sobre a importância da comunicação indígena, não apenas por meio dos perfis em plataformas digitais, mas a articulação das lutas em rede nos diversos espaços meta-

geográficos, mobilizando desde a valorização das ancestralidades até as linhas dos direitos dos povos originários.

Referências

DI FELICE, M. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 267-283, 2013.

DI FELICE, M. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 4971, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69406>. Acesso em: 29 set. 2022.

DI FELICE, Massimo. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares//NET-ACTIVISM AND ECOLOGY OF ACTION IN RETICULAR CONTEXTS. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 267-283, 2013.

DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. (Org.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2017.

FRANCO, T.; SILVA, M. R.; SILVA, T. **O net-ativismo ameríndio brasileiro em período pandêmico**. Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp). Anais do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – São Paulo/SP – 07 a 11/06/2021.

MAGALHÃES, M. **Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais**. Lisboa: ICNOVA, 2018.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PEREIRA, E. A ecologia digital da participação indígena brasileira. **Lumina**, v. 12, n. 3, p. 93-112, 2018.

POVOS RURAIS EM TEMPOS DE VAZANTE/SECA DOS RIOS AMAZÔNICOS: A PARTICULARIDADE RIBEIRINHA NA AGROVILA DO CABURI

Alanna Stela Batista Teixeira Soares, Anna Belle Teixeira da Silva, Francly Wotete, Kamilly de Souza Tavares, Rosilda Soares de Oliveira

Resumo

O presente trabalho discute os efeitos do fenômeno natural de vazante/seca dos rios amazônicos na comunidade do Caburi, relacionado às expressões da questão social e a intervenção de políticas públicas nesse contexto. Além disso, enfatiza o fator socioeconômico como principal afetado pelo fenômeno citado. Sendo assim, buscou por meio levantamento exploratório e bibliográfico refletir sobre questões atinentes ao cotidiano, a intervenção das políticas públicas e as estratégias utilizadas pelos moradores no período sazonal dos rios. Os resultados sinalizam, em muitos momentos, o descaso do poder público com famílias rurais que dependem dos rios para sobreviver, e que vivem à mercê da sociedade, mas que aprenderam a lidar com o fenômeno das vazantes/secas. A luta dirária das famílias paira sobre melhores condições de saúde, educação, assistência, agricultura familiar, entre outras questões importantes que balizam o modo de ser e viver no meio rural amazônico.

Palavras-chave: Comunidade rural; Caburi; Ribeirinhos; Amazônia.

Introdução

Este trabalho insere-se nas discussões sobre a diversidade de povos rurais da Amazônia, considerando o fenômeno de vazante/seca dos rios. Trata-se de uma discussão

singular do contexto Amazônico, sobretudo dos municípios que fazem parte da Região Norte, visto tratar-se de evento natural, porém, hoje, com interferência humana no ambiente algumas questões se tornaram problemáticas.

Em especial, o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), *Campus Parintins*, tem se aproximado da discussão e da preocupação no que tange ao debate sobre a Amazônia. Tem-se identificado debates que refletem sobre as etnias, as questões ambientais e políticas, e esses estudos são mais aprofundados dentro das disciplinas, a exemplo de “Questão social na Amazônia, História Cultural da Amazônia e Introdução à Antropologia Cultural”.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar o cotidiano de famílias ribeirinhas moradoras da Agrovila do Caburi, área rural do município de Parintins no período da vazante/seca dos rios, articulando às expressões da questão social e a intervenção de políticas públicas nesse contexto. Resulta de revisão bibliográfica e levantamento

exploratório *in loco*. Assim, num primeiro momento, o texto discute elementos da Amazônia ribeirinha e a sua relação com a questão social, haja vista o entrelaçamento desta às situações de pobreza, saneamento básico, educação, entre outros fatores que explicam em parte a realidade amazônica.

Em seguida, apresenta a Agrovila do Caburi no âmbito do movimento rural amazônico, sua história, o cotidiano e a presença (ou não) de políticas públicas. Em seguida trata do fenômeno da vazante/seca dos rios e os efeitos na realidade ribeirinha dos moradores do Caburi, por meio de dados teóricos e exploratórios colhidos durante vivências com moradores deste território. Destarte, entende-se ser importante expandir olhares para situações que demarcam a situação singular da Amazônia e particular de muitos municípios, a fim de suscitar perspectivas melhores para a população juntamente rural, bem como reivindicar políticas públicas, considerando o princípio da regionalidade.

Amazônia ribeirinha e a relação com a questão social

A Amazônia compreende um dos maiores e mais complexos ecossistemas do mundo. Sua localização assenta-se na Bacia hidrográfica do Rio Amazonas, e tem superfície total de um pouco mais de 7 milhões de km² (TÚLIO NETO, 2010). Oferece um abundante recurso vegetal, seja no bioma e na fauna, com a finalidade de que os povos que nela habitam possam cultivar e colher, visto que, a exploração e o desmatamento é um dos inúmeros problemas causados pelo homem, causando grandes impactos ao meio ambiente e assim prejudicando a si próprio.

Sobre ela recaem afirmações como “pulmão do mundo”, embora com suas contradições. É a região que tem o maior rio da terra. Mas com os problemas advindos do passado colonialista, com a exploração de terras e minérios, a Região vem sofrendo, como afirmam Lima, Silva e Sousa (2012), pensar em Amazônia é remeter-se às práticas geopolíticas que permeiam o processo de construção territorial de nosso país.

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais com suas diversidades étnicas, culturais e sociais. São povos que historicamente constituem a formação social da Amazônia, desde o processo de colonização até a contemporaneidade.

Estes povos, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, coletores entre outros, mantém uma relação orgânica com a natureza na perspectiva da sustentabilidade e guardam particularidade na vida cotidiana, sejam elas: as relações de trabalho, educação, religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares.

Entre essa diversidade de povos que habitam e que estão em sua base formação,

destaca-se os ribeirinhos com uma cultura pautada nas etnias indígenas. São povos que, dentre outros determinantes, vivem às margens dos rios, cresceram cultivando a agricultura familiar, a pesca, tendo uma vida “livre” cercada pela floresta, terras, águas e outros recursos necessários à vida humana. Sem ter acessos a uma educação mais qualificada, muitos ribeirinhos não têm escolaridade formal, e poucos conseguem uma formação escolar.

Chaves (2019) enfatiza que os ribeirinhos possuem uma prática secular de ajuda mútua sob a premissa do trabalho comunitário. “Na Amazônia, o fundamento cultural que predomina e alicerça a racionalidade dos povos tradicionais é baseado nos saberes herdados dos povos indígenas que habitam a região desde tempo histórico anterior ao processo de colonização” (CHAVES, 2020, p. 61).

Por outro lado, com dinâmica radical do capitalismo na Amazônia, que fundamenta a acumulação do capital em períodos históricos, o cotidiano dos povos ribeirinhos foi/é aos poucos tangenciado por mudanças ou transformações que vão aparecer nas dimensões territoriais, ambientais, culturais e geográficas. Com isso, pluralizam-se as expressões da questão social pela Região. Vale dizer que:

A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (YAZBEK, 2009, p. 295).

Portanto, as expressões da questão social presente na Amazonia não são pautas novas, elas estão entrelaçadas pela pobreza, saneamento básico, educação, saques, precárias condições de moradia, entre outros fatores, que perduram desde sua gênese. As políticas públicas existentes, não conseguem suprir a necessidade dessa região (MARQUES, 2019).

Com isso as faces da questão social vêm sendo enfrentadas desde a ocupação da região até os dias atuais, de forma pontual e, certamente, muito residual. Entende-se que, os povos que vivem nessa região, tais como os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os seringueiros, os coletores, os pescadores e outros tem suas necessidades próprias, por isso que as políticas públicas devem atender as demandas da população regional, em especial, das comunidades ribeirinhas, que possuem diversas dificuldades quanto ao acesso fluvial e o exercício de direitos sociais fundamentais.

De acordo com Hauradou (2021, p. 47), para entender a questão social no contexto das “Amazônias” deve-se “[...] considerar as particularidades que dão ‘forma’ às regiões desse mosaico que é a Amazônia brasileira”. Que expressam tanto a riqueza

sociobiodiversa quanto a violência e as rapinagens instituídas. Assim sendo, as expressões da questão social apresentam particularidades quando nos debruçamos sobre as diferentes localidades desse ecossistema. “O agravamento da ‘questão social’ é potencializado quando o situamos em relação à pobreza”. (HAURADOU, 2021, p. 53).

Desse modo, a questão social na região amazônica não é nova em matéria, que varia de acordo com cada época e suas tendências políticas e econômicas, advindas do colonialismo e posteriormente do assistencialismo, que deflagra a crise ontológica de uma democracia que se mostra representativa e de uma política pública cega e surda às demandas da população, como é caso dos povos ribeirinhos.

Agrovila do Caburi: história, cotidiano e políticas públicas⁴

A Comunidade São Sebastião do Caburi, se localiza a 38km do noroeste do município de Parintins. É definida como área rural, e possui 4.821 habitantes de acordo com último censo de 2010 do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), tornando-se uma microrregião no Estado do Amazonas. Esta Comunidade foi fundada em 26 de outubro de 1979, compreende uma população próxima a cidade, onde as pessoas convivem entre o meio rural e urbano, possibilitando-as em manter as atividades agrícolas em pequena escala e prestar serviços na cidade.

O cotidiano dos moradores baseia-se no seu próprio raciocínio, onde o método de sobrevivência é o seu trabalho, deixando claro o desligamento de qualquer política pública na região, mas elas acabam tornando-se necessárias à implementação para servir a comunidade, que carece de tal método. A falta delas, se faz visível no dia a dia da população, que apesar de ter o seu próprio trabalho e ganho mensal ou diário, ainda assim, necessitam de prioridades que só podem ser resolvidas através das políticas públicas.

De acordo com Noda (2001), a pesca tem grande representatividade, principalmente, porque o peixe é a principal fonte de proteína das famílias ribeirinhas. A prática é intensa, sendo executada nos lagos, igapós, igarapés e rios, utilizando, como meio de transporte, normalmente, a canoa movida a remo e/ ou motor de rabeta. A pesca é praticada tanto na cheia, quanto na vazante dos rios, ao passo que a caça é mais importante na composição alimentar das famílias produtoras na época da cheia.

A comunidade ainda não tem telefonia móvel, com a chegada da internet em 2011 a população começou até acesso ao mundo digital, onde ficaria conectada das notícias

⁴ Baseando-se em informações obtidas em levantamento exploratório junto a um morador da comunidade do Caburi, que frisa que é necessário médicos no local, para atender necessidades de saúde dos moradores, e que há um detrimento a ser resolvida que é a implementação de uma lixeira pública. Essas informações resultam de material documental colhido com moradores da Comunidade.

pelo mundo. Segundo Neves (2019) ao chegar à comunidade do Caburi, o primeiro impacto foi que ela ficou completamente sem comunicação, não havia sinal de celular algum. A operadora Oi, que tinha concessão na região, não cobria com sinal suficiente a localidade. Quem mora na comunidade relatava que tinha que ligar para Parintins e depois esperar que as pessoas retornem à ligação para então se comunicar. Para a autora, somente 5 meses depois de seu estudo é que constatou-se a existência de um aplicativo da operadora Vivo, chamado TU Go, por meio do qual é possível aos moradores realizarem chamadas e enviar SMS via internet por wi-fi ou 3G/4G.

A comunidade do Caburi sofre um desafio ainda maior no período da seca, em caso de doenças ou atendimento de saúde. Em caso de emergência é necessário a chegada da “ambulancha”, onde os pacientes são conduzidos até cidade de Parintins para ter um atendimento melhor já que a comunidade não possui um médico. De acordo Neves (2019) as crianças e jovens ribeirinhos diariamente se deslocam de comunidades rurais próximas à escola na comunidade por meio de embarcações fluviais. Essa é a rotina de jovens estudantes ribeirinhos na Amazônia.

A comunidade escolar também é afetada nesses períodos em que as comunidades vizinhas colocam seus filhos para estudar na comunidade onde essas crianças são transportadas por barco nesse período as embarcações quase não chega às comunidades vizinhas para levar os alunos. Na maioria das vezes os alunos vêm de condução por conta própria, com seus rabetas ou pelas estradas onde ligam as comunidades do Caburi com as demais. Observa-se que no âmbito da Assistência Social ainda falta ser bem explícita com algumas ações diárias para população oferecendo não só as condições mais também orientando para que as pessoas sejam ajudadas.

Em relação à organização política, as formas de organização das comunidades tradicionais denotam a existência de identidades políticas diferenciadas que, por sua vez, produzem condições propícias para os mais diversos processos sociais, dentre os quais se destacam as ações comunitárias como meio para a organização sociopolítica. De certa forma, “pode-se afirmar que a principal finalidade da organização sociopolíticas desses grupos esta na busca pela conquista de seus direitos e na constituição de meios para atendimento das necessidades básicas de seus protagonistas” (LIRA; CHAVES, 2015, p. 75), elementos esses presentes no Caburi.

O fenômeno da vazante/seca dos rios e os efeitos na realidade ribeirinha dos moradores do Caburi

Do ponto de vista empírico, revela-se inicialmente o que representa o processo de vazante/seca dos rios (Imagem 1).

Imagem 1 – Registros fotográficos dos rios que estão entorno do Caburi.



Fonte: Arquivo de comunitários da Comunidade.

As inundações registradas na imagem 1 são periódicas e fazem parte da várzea e da terra-firme. Sobre as terras de várzea, mas que não dissociam tanto em termos sazonais do regime das águas, Fraxe, Pereira e Witkoski (2007) explicam que:

Durante um período do ano (4 a 5 meses), a maior porção dessa planície está submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre. A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro 'estações climáticas' no ecossistema de várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos (FRAXE, PEREIRA; WITKOSKI, 2007, p. 15).

No segundo semestre do ano ocorre naturalmente a vazante dos rios dependendo da sua proporção. São fenômenos naturais, contudo, com a intervenção humana no ambiente, o aumento da pecuária, os desmatamentos das árvores onde suas raízes são entrelaçadas ao solo, bem como a retirada de toda vegetação, isso impacta diretamente o solo. Logo, os problemas, sobretudo ambientais se agravam mais, onde as comunidades ribeirinhas começam a sofrer impactos.

Ao longo do século XX o relacionamento entre o homem e o planeta que o sustenta passou por uma profunda transformação, principalmente na percepção que este tinha da natureza e dos problemas ambientais. Os sistemas humanos e os sistemas ambientais encontram-se em dois pontos: onde as ações humanas causam diretamente mudança ambiental e onde as mudanças ambientais afetam diretamente o que os seres humanos valorizam (CAMARGO, 2022).

Esse contexto demarca grandes impactos naturais, chegando a fechar o canal de algumas comunidades em particularidade o Caburi. Obviamente que os efeitos nas famílias é grande em decorrência da decida dos rios, onde ficam muitos pedaços de madeiras no meio do canal dificultando o acesso. As famílias que vem em seus meios de transporte pelo canal até o rio Amazonas onde vão pegar as embarcações até o município de Parintins.

Nesses períodos o Caburi começou a passar por um processo provisório onde a locomoção é um grande desafio para as famílias, pois, produtores trazem seus produtos para Parintins para serem comercializados, e muitos agricultores perdem seus produtos de comercialização. Segundo Lamerche (1998), um produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção, na qual a prioridade e o trabalho estão estreitamente ligados à família.

No período de vazante a situação da saúde fica delicada com algumas emergências, pois o canal fica raso e o transporte não se movimenta. Em 2019 ocorreu um fato no período da pandemia, um senhor que vinha de uma comunidade vizinha, passava pelo canal, ao longo da viagem sua embarcação bateu em um pedaço de madeira que estava no caminho, dificultando ainda mais sua chegada até o rio Amazonas, chegando lá não tinha nenhuma embarcação, isso ocasionou sua morte.

Ademais, a comunidade está sem médico há mais de 6 meses. No posto de saúde faltam alguns medicamentos. A falta ou parcialidade de políticas públicas no Caburi são muitas, várias promessas e poucas ações, tanto do poder Municipal quanto Estadual. Uma das grandes dificuldades é para os alunos das comunidades vizinhas, nesse período as embarcações não chegam até suas comunidades dificultando o tráfego, a maioria das famílias vem por condução própria tanto pelos rios quanto pelo caminho que liga ao Caburi.

Registra-se que no âmbito ambiental uma questão que está afetando a Comunidade é a falta de lixeira pública, pois, a maioria da população despeja seus lixos nas beiras das estradas, fazendo queimadas, gerando grandes impactos ao meio ambiente. Foi enviado em 2000 para câmara dos vereadores de Parintins um projeto voltado para criação de uma lixeira na Comunidade, e até hoje espera-se uma resposta do poder municipal.

Dessa forma, com o desenvolvimento humano em constante aceleração, cabe ao

Estado e a sociedade, a aplicação e utilização de princípios existentes e/ou que irão surgir objetivando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e delineando as necessidades do homem com a preservação ambiental (ANTUNES, 2004).

Com efeito, as políticas de saúde precisam ser pensadas de forma integrada com as políticas sanitárias, reconhecendo que o investimento em tratamento de esgoto também repercute na saúde e qualidade de vida da população e na preservação do meio ambiente. A política pública deve ser vista como uma escolha racional de um agente de decisão, jamais como um resultado de barganha política que favorece os interesses pessoais dos governantes e, nada tem a ver com o bem-estar da população.

No que concerne à Assistência Social ainda falta ser bem explicitada com algumas ações para população, oferecendo não só condições, mais orientando as pessoas. São poucas pessoas que tem acesso a políticas públicas de forma equânime. A maioria da população é desempregada, pois sua metade são agricultores, pecuaristas e pescadores que tentam levar alimentos a suas famílias através da produção e cultivos próprios, a pesca é essencial para as famílias, muitos sobrevivem da pesca.

Por outro lado, a comunidade guarda aspectos de cidade na sua fisionomia física por possuir serviços urbanos, como iluminação pública, ruas asfaltadas, prédios públicos, escolas municipais e estaduais, telefonia, posto de saúde e outros. As atividades econômicas estão ligadas ao meio rural (agricultura 26% e pesca 20%), ao crescimento de atividades ligadas às cidades, como o funcionalismo público, e às atividades autônomas, como o comércio e a prestação de serviços (SILVA; OLIVEIRA, 2010).

Conclusão

Em muitos núcleos ocupacionais existentes às margens do Rio Amazonas e de seus afluentes e que gera, entre outros, prejuízos e dificuldades principalmente no que remete à locomoção e geração de renda, traz à tona os obstáculos enfrentados por estas pessoas.

Tendo em vista que as comunidades, geralmente se encontram distantes do centro populacional (leia-se cidade), existe a necessidade de se locomover até esta última, seja para buscar a geração de renda, para ter acesso a hospitais mais equipados ou ainda em busca de bens de consumo. De toda forma, é vital para estas pessoas irem até a cidade mais próxima.

Nesta agrovila, a principal dificuldade encontrada e que conseqüentemente impacta em outros fatores da vida dos ribeirinhos daquela região, é a econômica, pois, dependem do rio para basicamente tudo, e com a seca deste, os meios de transportes se tornam mais

trabalhoso devido a fatores como o aumento de utilização de combustível, por exemplo.

Ademais, há muito tempo essa coletividade enfrenta esse tipo de problema, não o bastante foi o modo de vida que aprenderam a ter, devido às heranças culturais e outros fatores. Importante frisar que não se discutiu aqui a alteração do *status quo* daquele povo, mas sim, como, vivendo desse jeito, podem sofrer menos perdas socioeconômicas e terem acesso a outras coisas necessárias ao seu bem-estar, de forma mais fácil.

O fenômeno natural aqui tratado, previsível, o que resta às autoridades é tratar para que os impactos dele sejam mais brandos, podendo fazer isso através de políticas públicas, seja incentivando a criação de cooperativas, associações de produtores rurais, de modo a gerar uma diminuição de gastos nos transportes de produtos, e melhorando a geração de renda dos produtores que tanto necessitam de sua venda ou utilizando a própria máquina pública para gerir melhor esse tipo de situação auxiliando o produtor rural.

Quanto a fatores como o transporte cotidiano, também dificultado no período de vazante dos rios, trata-se de questão de Direito Humano, de modo que, é justo e necessário que as pessoas tenham acesso, de modo fácil, a meios de transportes seguros e eficientes. Logo, também cabe ao Poder Público, exercer seu papel, para que se criem mecanismos que auxiliem os ribeirinhos na hora de exercer seu direito de ir e vir, bem como o de acesso à saúde e outros necessários.

Deste modo, não se encerra esta discussão aqui, mas sim, se abre um horizonte para as discussões a respeito do que enfrenta o povo ribeirinho no seu cotidiano e o que pode ser feito para que sua interação com a natureza possa continuar existindo sem prejuízos ao outro.

Referências

Antunes, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Ed. 12. ed.-Rio de Janeiro: Lumem Juris,2010.

CARMAGO, Ana Luzia de Brasil. **AS DIMENSÕES E OS DESAFIOS DO CONHECIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEPÇÕES, ENTRAVES E IMPLICAÇÕES À SOCIEDADE HUMANA**. Dissertação de Mestre em engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 27 de março de 2002

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993 (v.I).

NOSSO FUTURO COMUM: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NEVES, S. **Caburi: uma comunidade amazônica na sociedade em rede**. Revista Eco-Pós, v.25, n.3, p. 178-199, 2022. DOI: 10.29146/eco-ps. v25i3.27952.

HAURADOU, Gladson Rosas; RIBEIRO, Patrício Azevedo; ALVARADO,

Mariangel Sánchez. "**Questão social" e Serviço Social/ Trabajo Social nas "Amazônias" e América Central:** contradições e estratégias de enfrentamento sob a lógica do capital. Curitiba: CRV, 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista EM PAUTA**, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n.21, 2008

Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD) 11(1):99-108, janeiro-abril 2019

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, núm. 1, pp. 402-420, 2019

Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais / organizadores Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Henrique dos Santos Pereira, Antônio Carlos Witkoski, - Manaus: EDUA, 2007.p.15

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27

MARQUES, G. De S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NODA, S. et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In: DIEGUES, C. A.; MOREIRA, A. de C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

LIRA, Talita Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n 1, p. 66-76, jan/mar. 2016.

LIMA, Wendell Telles de; SILVA, Iatiçara Oliveira da; SOUSA, Lucileyde Feitosa .BREVE RETROSPECTIVA DAS ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS DE INCORPORAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. REVISTA RA'E GA 24(2012), p.18-37

www.geografia.ufpr.br/raega/ Curitiba, Departamento de Geografia –UFPR ISSN: 2177-2738.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL AMAZÔNIDA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Kamila Batista Fonseca, Joelen Pereira, Patrício Azevedo Ribeiro

Resumo

O artigo discute a produção acadêmica do Serviço Social amazônida que têm como centralidade povos indígenas e comunidades tradicionais, com recorte à produção dos estados que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS, nos últimos oito anos. Como procedimento metodológico, realizou-se revisão bibliográfica e levantamento documental (de 2014 a 2022) para coleta de dados em anais de congressos e trabalhos de conclusão de curso (mestrado e doutorado). Os resultados apontam, no total, 137 trabalhos os quais revelam uma diversidade de temas que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando o contexto urbano e rural da Amazônia. São frutos de estudos e pesquisas que singularizam e particularizam as questões territoriais, geográficas, ambientais, políticas, culturais e étnicas dos povos, assim como, evidenciam as políticas públicas e as expressões da questão social presentes na realidade amazônica.

Palavras-chave: Serviço Social; Produção de Conhecimento; Amazônia; Povos e Comunidades Tradicionais.

Introdução

Na Amazônia, em especial na parte que compreende os estados da Regional Norte da ABEPSS⁵, é importante sinalizar que, a primeira Escola de Serviço Social surgiu no estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, na década de 1940, sendo a fundação oficial em 1941 (MONTENEGRO, 1986). Já em 1950 surgiu no estado do Pará (Belém), seguido do Maranhão (São Luís), em 1953. Por outro lado, é somente em 1993 que ocorre a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação (PPG) vinculado à área de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), intitulado de PPG em Políticas Públicas. Os demais surgiram a partir de 1996 de modo que, dos 09 (nove) estados que compõem a ABEPSS/Norte apenas 05 (cinco) possuem PPGs na área da profissão, conforme reconhecimento da CAPES.

Entende-se que a criação da Pós-Graduação na Região Amazônica alavancou a produção de conhecimento no contexto do Serviço Social, trazendo em destaque as singularidades e particularidades das expressões da questão social que tensionam o cotidiano

⁵ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) divide o estado brasileiro em 06 regiões, tendo em vista seu processo estratégico de atuação no âmbito da graduação e da pós-graduação, quais sejam: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste, Sul I e Sul II. Neste trabalho, adotamos a divisão da ABEPSS. Logo, a Regional Norte contempla 08 estados da Amazônia brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins), e mais o estado do Piauí.

nos meios urbano e rural dos municípios. Considerando que a Amazônia brasileira concentra o maior número de povos indígenas do Brasil, uma expressividade de comunidades quilombolas, e ainda outros povos tradicionais como ribeirinhos, coletores, extrativistas, pescadores e outros, e conseqüentemente, os profissionais de Serviço Social lidam com esta diversidade étnica e política, faz-se mister identificar as produções científicas por parte dos pesquisadores da área na graduação e na pós-graduação.

É nessa direção que se assenta o presente artigo. O objetivo é discutir a produção acadêmica do Serviço Social que têm como centralidade povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, com recorte aos estados que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS, considerando as produções dos últimos oito anos. A discussão é resultado de revisão bibliográfica e levantamento documental (de 2014/2015 a 2022) para coleta de dados em diferentes fontes de informações.

Inicialmente priorizaram-se os Anais⁶ dos principais congressos da área do Serviço Social em nível internacional, nacional e regional (2015 a 2022). Nesses Anais, publicizados em sites de internet, foram utilizadas palavras-chave a fim de identificar os trabalhos; na seqüência foram organizados em planilhas eletrônicas obedecendo a uma classificação por evento científico, ano, título, objetivo e conclusão; por fim, foram elaborados gráficos por divisão de eventos e o quantitativo de trabalhos, considerando-se os temas em questão.

Posteriormente, investigaram-se as dissertações e as teses (2014 a 2022) dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da área de Serviço Social presentes na ABEPSS/Norte. Para a coleta de dados recorreu-se aos sites dos PPGs e ao site do banco de teses e dissertações da CAPES; na seqüência, a sistematização seguiu o procedimento anterior obedecendo à divisão por PPG.

Os resultados do levantamento estão divididos em duas partes, além dessa introdução. A primeira discute algumas notas sobre a relação triádica entre pesquisa, Serviço Social e produção de conhecimento. A segunda faz um panorama sobre a pós-graduação na Amazônia no que tange o Serviço Social. Por fim, apresentam-se os dados coletados nos Anais de congressos, dissertações e teses acerca do conhecimento produzido no âmbito da temática de povos indígenas e comunidades tradicionais; seguido das considerações finais.

⁶ O critério de escolha dos Anais foi ter acesso à fonte primária em sites online, tendo em vista o não acesso por parte dos autores aos CDs de anos anteriores. Por isso, o acesso aos Anais oscila no tempo. Alguns começam em 2015, outros, de 2016 em diante. Foram selecionados os seguintes: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia (SIQSSAM), Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP), Seminário Nacional Serviço Social e a Pesquisa Social na Amazônia.

Pesquisa, Serviço Social e Produção de Conhecimento.

De acordo com Netto (2009), o Serviço Social no Brasil, até os anos finais de 1960, desconheceu a pesquisa como parte constitutiva do perfil profissional. “Isto não significa que assistentes sociais, em seus espaços de trabalho [...], não tinham desenvolvido atividades investigativas ou participado, juntamente com outros profissionais, de projetos e atividades de pesquisa” (NETTO, 2009, p. 28-29). A preocupação mais acentuada com a produção acadêmica emerge na década de 1970 com o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, em um período de efervescência da Ditadura Militar.

Nesta mesma década a profissão tem registrado em sua história o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, de 1979. Trata-se de um marco simbólico no interior da profissão, tendo em vista “[...] a recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica” (IAMAMOTO, 2020, p. 5). Para essa autora, o “Congresso da Virada” significou redirecionamentos teórico-metodológicos na atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimento na área pois, o Serviço Social representa também o processo de aproximações sucessivas com tradição marxista.

Para Bourguignon (2007, p. 7), “os anos 80 marcam uma etapa de amadurecimento da produção teórica profissional, sendo a Universidade a grande protagonista deste processo. Já os anos 90 representam avanços quanto à consolidação do projeto ético-político da categoria [...]”, o que repercutiu na formação profissional e no direcionamento social na medida em que assumiu sua posição de classe trabalhadora e sendo representativa desta.

No que tange aos temas pesquisados pelos Assistentes Sociais a partir dos anos 1990, alguns estudos foram realizados a fim de identificar as tendências da produção de conhecimento pela categoria, sobretudo no âmbito da pós-graduação. Kameyama (1998) analisou 22 (vinte e dois) anos de produção acadêmica, de 1975 a 1997, ou seja, do período de emergência da pós-graduação ao contexto de apropriação ontológica da teoria marxiana pelo Serviço Social. Para além dessa análise, Silva e Carvalho (2005) realizaram um levantamento de teses e dissertações em dez Programas de Pós-Graduação, totalizando 760 trabalhos no intervalo de 1998 a 2002. Mais recentemente, Mendes e Almeida (2014) analisaram as tendências da pesquisa em Serviço Social a partir das demandas submetidas ao CNPq no período de 2011 a 2014.

No geral, essas investigações apontam que a produção acadêmica implica necessariamente na consolidação do Projeto Ético-Político e reafirmam a profissão como área de conhecimento no âmbito das ciências sociais. Por outro lado, identifica-se nos resultados que os temas pouco se debruçam ao debate dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, e quando aparecem centram-se nos eixos dos movimentos sociais, da questão

ambiental e da questão étnico-racial. Esse fato corrobora o pensamento sobre a necessidade da profissão se apropriar e avançar nas discussões em torno dos povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando a operacionalização das políticas sociais nas quais são usuários.

Particularmente, sobre a questão indígena, Amaral e Bilar (2020) realizaram um levantamento em dois periódicos Qualis A-1 da área do Serviço Social (Revista Katálysis e a Revista Serviço Social & Sociedade), bem como nos Anais do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social (ENPS), organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no intervalo de 2015 a 2019. A análise considerou a questão indígena como componente explícito da questão étnico-racial. Nos periódicos, no período pesquisado, foram publicados 327 artigos; destes, 07 versavam sobre a questão étnico-racial dos quais apenas 03 focavam na questão indígena. Já nos Anais do ENPS foram publicados 37 artigos que tinham como centralidade o debate de povos indígenas. Assim, “apesar da relevância dos dois periódicos estudados para o Serviço Social brasileiro, constata-se que pouco se tem avançado na disseminação da produção acadêmica acerca da questão étnico-racial, em especial sobre a temática indígena” (AMARAL; BILAR, 2020, p. 189).

Importante registrar que nos últimos dez anos o Serviço Social tem se aproximado do debate étnico-racial no processo de formação profissional, seja nas proposições das entidades representativas da categoria, seja na produção de conhecimento em artigos, dissertações e teses.

Em 2021, ao que parece, ocorreu um dos maiores avanços por parte das entidades representativas ao escolher como tema para o dia 15 de maio (em alusão ao dia da/o Assistente Social). “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente: trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais”. Com este tema buscou-se “reafirmar o Projeto ético-político profissional na defesa dos povos originários e tradicionais, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e muitos outros, que estão não só campo, mas também nas cidades” (CFESS, 2021, s/p).

Assim, considerando que a profissão continua sendo desafiada a estudar, pesquisar e produzir conhecimento cada vez mais acerca da realidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais, pautados nas concepções concretas conforme se autodenominam os povos, bem como a partir do que rege o Decreto Nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é que se propôs o presente artigo, com destaque à produção por parte do Serviço Social amazônida.

Serviço Social na Amazônia: a particularidade da Regional Norte da ABEPSS

Conforme sinalizado, a Regional Norte da ABEPSS alcança nove estados, a saber: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins. A literatura tem apontado que o Serviço Social, nesse contexto da Amazônia, surge atrelado ao fortalecimento do modo de produção capitalista, sob o desenvolvimento da industrialização no país voltado principalmente para o setor econômico. É uma profissão que, pela ótica do Estado, emerge com a tentativa de apaziguar as expressões da questão social naquele momento histórico. Oliveira (1988, p. 80) afirma que:

É no desenvolver das forças produtivas que se torna mais complexa a divisão social e técnica do trabalho. À medida que o capitalismo se desenvolve, a organização da produção requer um número cada vez maior de especialidades, tanto na esfera da produção e na esfera da realização de mercadorias, como no espaço de elaboração intelectual e moral da sociedade.

Destarte, a origem do Serviço Social amazônida está localizada no Estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, com a criação da primeira Escola de Serviço Social, em 1940, porém, sua fundação oficial só ocorreu em 15 de janeiro de 1941. Em 14 de janeiro de 1945, por meio do Decreto Lei 1.142, foi reconhecida pelo Governo Estadual na gestão de Álvaro Maia (MONTENEGRO, 1986).

Nesse período, a formação em Serviço Social baseava-se nas correntes filosóficas neotomistas e na perspectiva higienista, com a forte influência da Igreja católica e com o apoio do Estado para solucionar os problemas sociais. No ano de 1968 a referida Escola foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ofertando gratuitamente a formação em dois anos. Com a chegada à UFAM, o curso passou a ocupar prédio próprio e os docentes remunerados (ANDRADE; VALLINA; GAMA, 2020).

Posteriormente, no ano de 1950, surgiu a segunda Escola de Serviço Social na região amazônica, desta vez no Estado do Pará. Assim como os demais estados, o Pará passava por uma conjuntura emblemática marcada por mudanças econômicas, políticas e sociais. Na Região os problemas eram decorrentes das diversas migrações, tendo em vista o período dociclo da borracha que estava em alta (OLIVEIRA, 1988).

A terceira Escola de Serviço Social vai aparecer no ano de 1953, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. O Maranhão vivenciava “um momento de uma liderança ultraconservadora que se baseava no domínio do latifúndio e na liderança dos ‘coronéis’, ocasionando estagnação social, política e cultural (SILVA apud SILVA *et. al*, 2008, p. 4).

No que concerne aos estados da Amazônia que integram a Regional Norte da ABEPSS, vale dizer que apesar de a profissão estar firmada na década de 1940, foi somente

no ano de 1993 que ocorreu a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação (PPG) vinculado à área de Serviço Social na CAPES, particularmente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com o nome de PPG em Políticas Públicas. Passados três anos, foi criado o PPG em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA); em 2002, o PPG em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI); e em 2007, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) inaugurou o PPG em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Após dez anos, em 2017/2018, ocorreu em Tocantins o terceiro e o mais novo PPG específico do Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS.

Esses dados indicam que, dos 09 (nove) estados que compõem a Regional Norte da ABEPSS, apenas 05 (cinco) possuem PPGs na área da profissão, conforme reconhecimentoda CAPES. Primeiro é a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, com o curso de mestrado na área de formação em serviço social que iniciou desde 2007 com a nota 4. Segue com Universidade Federal do Pará – UFPA com curso de mestrado/doutorado em serviço social desde 1996 com a nota 5. Depois Universidade Federal do Tocantins – UFT em mestrado em Serviço Social desde 2008 com a nota 3. As Universidades do Maranhão e Piauí tem o curso de mestrado e doutorado em Políticas Públicas com as notas 6 e 5 (CAPES, 2022).

A produção de conhecimento na área do Serviço Social amazônida, certamente, tem desvelado com mais profundidade a dimensão continental da Amazônia em seus aspectos culturais, étnicos, territoriais, ambientais e geográficos. Desse modo, a pesquisa tem um lugar singular na produção acadêmica do Serviço Social, pois ela “[...] é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho” (BOURGUIGNON, 2007, p. 49).

Mathis *et al.* (2017, p. 221) afirma que na Amazônia os estudos e pesquisas precisam continuar a cumprir o papel singular que lhe cabem, qual seja: “interpretar, com rigor acadêmico, as expressões da questão social na Região como forma de contribuir para a proposição de políticas públicas voltadas às particularidades da vida social, bem como para as resistências e lutas políticas”.

Diante disso, apresentam-se os dados levantados nos Anais de congressos, nas teses e dissertações, frutos das produções da área do Serviço Social, que versam sobre a temática de povos indígenas e comunidades tradicionais sob a ótica da questão étnico-racial.

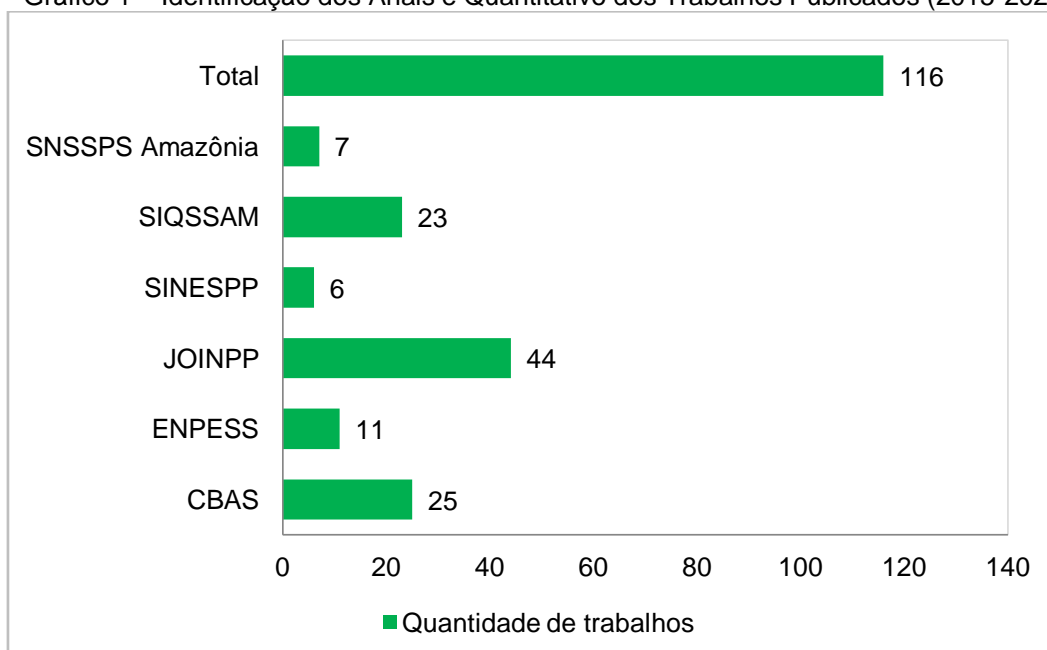
A produção de conhecimento nos Anais de Congressos

Inicialmente, discutem-se os dados que foram pesquisados nos Anais de congressos,

conforme delimitação sinalizada na introdução deste artigo. Os congressos compreendem o intervalo temporal de 2015 a 2022 sequenciados da seguinte forma e anos. Eventos localizados em universidades que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS e pertencentes a área do Serviço Social: SNSSPS Amazônia (2016 e 2019), SIQSSAM (2015), SINESPP (2018, 2020 e 2022) e JOINPP (2017, 2019 e 2021). Eventos específicos do Serviço Social organizados pelas entidades representativas da categoria (CFESS, ABEPSS, ENESSO)⁷: ENPESS (2016 e 2018) e CBAS (2016, 2019 e 2022).

No total, foram identificados 116 trabalhos. Para identificação foram utilizadas palavras-chave a fim de acessá-los nos Anais: povos indígenas, indígenas, questão indígena, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, Amazônia, povos tradicionais.

Gráfico 1 – Identificação dos Anais e Quantitativo dos Trabalhos Publicados (2015-2022)



Fonte: Levantamento bibliográfico e documental (2022).

No universo dos temas que envolvem povos indígenas e comunidades tradicionais, os trabalhos publicados nos Anais delimitam uma diversidade de objetos de estudos que, se alocados nos GTPs da ABEPSS, sobressaem, em grande maioria, temáticas que estão vinculadas aos GTPs de “Questões agrária, urbana e ambiental e Serviço Social”; “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, Feminismos, raça/etnia e sexualidades”; “Movimentos Sociais e Serviço Social”; e “Trabalho, questão social e Serviço Social”. Ou seja, os trabalhos problematizam seus objetos no âmbito desses quatro GTPs, o que é compreensível, uma vez que grande parte dessas publicações focaliza o ambiente

⁷ CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

rural amazônico em suas dimensões territorial, geográfica, cultural, social e ambiental.

Dos quatorze Anais pesquisados a JOINPP foi o congresso que mais teve trabalhos publicados, contabilizando 44 produções (38% do quantitativo). Considera-se que a JOINPP é o maior evento científico da área do Serviço Social localizado na região amazônica. Tem abrangência internacional com a primeira edição no ano de 2003 e, em 2021, completou dez edições. Entende-se que, pela sua história, reconhecimento e tempo de realização, e por ser organizado por uma universidade na qual o curso de Serviço Social integra a ABEPSS/Norte, justifica-se a quantidade de trabalhos publicados na JOINPP.

O CBAS aparece na segunda posição com 25 trabalhos publicados, correspondente a 20% de produções científicas. A primeira edição do CBAS ocorreu em 1947 promovido, à época, pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). É um evento histórico. Para Mota e Rodrigues (2020, p. 201) “o III CBAS se tornou uma referência no evoluir da profissão no país, justamente por ter inaugurado uma nova geração política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país”.

Os demais eventos correspondem a 42% distribuídos, respectivamente: SIQSSAM (22%), ENPESS (9%), SNSSPS Amazônia (6%) e SINESPP (5%). Levantar essas produções científicas no contexto da Amazônia é de suma importância, principalmente quando se discute a temática da questão indígena, povos e comunidades tradicionais a partir do Serviço Social, pois observa-se a necessidade de maior reconhecimento e aprofundamento de tais temas no contexto do Serviço Social, o que expressa o fortalecimento e o compromisso ético-político da profissão junto às classes historicamente invisibilizadas. Como pondera Netto (2006), o Projeto Ético Político vislumbra a construção de um novo modelo de sociedade sem discriminação, exploração ou dominação de classe, etnia e gênero.

Se comparado o quantitativo de 116 trabalhos em relação às décadas de existência da profissão na Região amazônica, com recorte à Regional Norte da ABEPSS, verifica-se, ainda, tímida a pauta e a visibilidade da temática indígena e de comunidades tradicionais pelos órgãos de representação das/os assistentes sociais, bem como pela produção acadêmica disseminada em eventos científicos e periódicos de significativa circulação e relevância na área (AMARAL; BILAR, 2020).

A produção de Conhecimento nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado

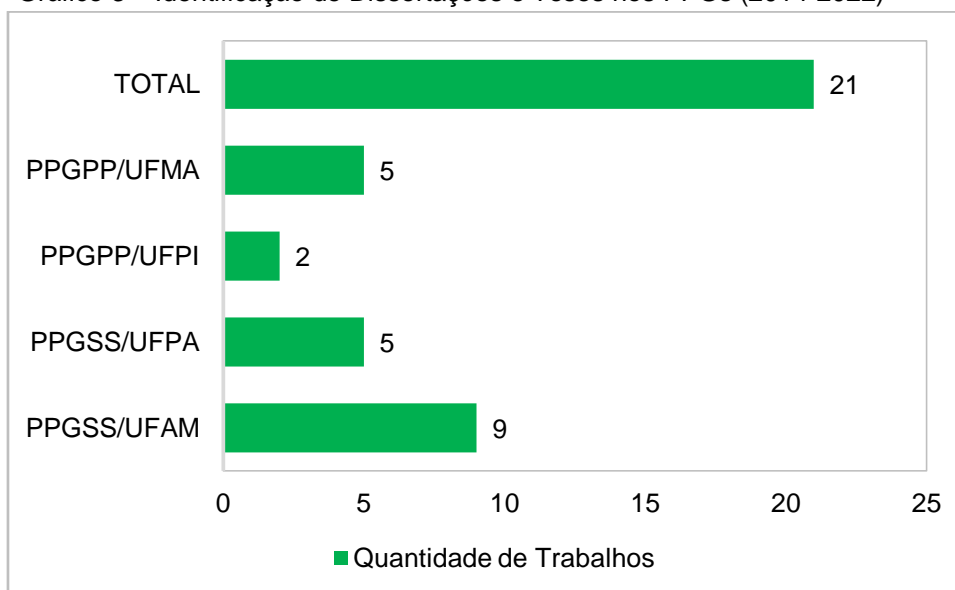
De acordo com Santana, Stampa e Carvalho (2020, p. 81), “os programas de pós-graduação da área de Serviço Social potencializam, pela formação pós-graduada, impactos

sociais, econômicos e culturais na vida social brasileira”. É uma profissão que produz conhecimento pautado na teoria crítica, e busca articular dialeticamente o debate da “[...] desigualdade de classe e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente” (Ibid., p. 81).

As autoras sinalizam ainda que, o conjunto de estudos e pesquisas nos PPGs da área do Serviço Social busca compreender e explicar a natureza dos problemas em nível regional, nacional e latino-americano em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado no contexto do capitalismo. Desse modo, entende-se que a pesquisa, como ferramenta reveladora do real, assume no contexto amazônico uma posição de enfrentamento às expressões da questão social que se acirram com a acumulação do capital.

O levantamento realizado nos sites dos PPGs da área do Serviço Social que fazem parte da Regional Norte da ABEPSS e no banco de Teses e Dissertações da CAPES, no intervalo de 2014 a 2022, identificou apenas 21 trabalhos que versam em seus objetos de estudos temas acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais (gráfico 3).

Gráfico 3 – Identificação de Dissertações e Teses nos PPGs (2014-2022)



Fonte: Levantamento bibliográfico e documental (2022).

Importante ressaltar que o PPGSS da UFT também integra a pós-graduação na Regional Norte da ABEPSS, no entanto, é o mais recente da área com as primeiras defesas de dissertação em 2021, mas ainda não disponíveis para consulta no site do PPG. Como se pode notar, o Programa da UFAM, nível de mestrado, é o que mais tem produzido estudos e pesquisas com foco em povos e comunidades tradicionais, fazendo uma interlocução com o debate socioambiental e sustentabilidade.

Chama-se atenção para o fato de que, no quantitativo de 21 trabalhos dos 07 (sete)

anos, a temática específica sobre a questão indígena ainda é incipiente para a dimensão do intervalo temporal de 2014 a 2022. Esse dado, de alguma forma, coaduna com as discussões que vêm sendo feitas por meio das entidades representativas do Serviço Social (em especial a ABEPSS) quanto à baixa produção acadêmica que abordam a questão indígena.

Assim, observa-se a urgência desse debate no campo acadêmico como um espaço democrático para discussões e produções acerca da temática indígena e outros povos tradicionais, com vistas à defesa dos direitos, visibilidades e resistência nos territórios.

Sobre isso, Nascimento *et al.* (2021, p. 188) enfatiza que “as/os amazônidas precisam ampliar as discussões sobre povos e comunidades tradicionais no cotidiano da formação uma vez que, sem o conhecimento dessa dimensão da realidade regional, a práxis não se realizará em consonância com o que se defende no próprio PEP”. Esse dado tem a ver com o debate de povos indígenas e comunidades tradicionais que é irrisório no processo de formação nos cursos de Serviço Social na Amazônia, bem como nos PPGs. Quando aparece, é transversalmente em uma ou outra disciplina, não sobressaindo a totalidade do debate.

Conclusão

Em que pese os limites deste trabalho, os resultados caminham para duas reflexões que consideramos centrais. A primeira diz respeito ao reduzido índice da produção de conhecimento sobre as particularidades de povos indígenas e comunidades tradicionais no Serviço Social brasileiro e amazônida. Entende-se que o debate envolvendo esses temas, em grande medida, deslinda-se por meio do debate étnico-racial, disso resulta a tímida produção por parte de pesquisadores/profissionais/pós-graduandos/graduandos da supracitada área de formação, pois as discussões concernentes às relações étnico-raciais no interior da profissão requer um imbricamento hercúleo com a formação social do Brasil e da Amazônia e com os fundamentos histórico e teórico metodológicos do Serviço Social.

As entidades do Serviço Social, a exemplo da ABEPSS e do CFESS, tem se aproximado e assumido, cada vez mais, o compromisso em debater a temática dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Contudo, em 2018 a ABEPSS elaborou o documento “Subsídios para o Debate sobre a Questão étnico-racial na Formação de Serviço Social”. Em 2021, o CFESS, ao trazer o tema de “povos originários e comunidades tradicionais” para as comemorações no mês de maio, oportunizou problematizar o tema no âmbito da produção acadêmica. Em 2022, o CBAS aprovou uma mesa temática durante a programação intitulada “Povos indígenas, quilombolas e Serviço Social no Brasil: desafios e perspectivas para o trabalho profissional no contexto das relações étnico-raciais”. Todos esses e outros aportes

são direcionamentos que provocam a discussão, ao mesmo tempo, instigam os estudos e pesquisas, em especial na Amazônia.

A segunda, corolário da primeira, diz respeito à importância da profissão em discutir e produzir conhecimento com centralidade na diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando a dimensão da Região Amazônica. E isso tem a ver com a formação em nível de graduação e pós-graduação. Por isso a defesa de disciplinas que incorporem o debate das relações étnico-raciais, chamando a atenção para a necessidade de se conhecer a realidade dos povos e comunidades tradicionais que dinamizam o território amazônico. É salutar que os amazônidas ampliem as discussões no cotidiano da formação uma vez que, sem o conhecimento da dimensão regional, a práxis não se realizará em consonância com o que se defende no Projeto Ético Político.

Referências

ANDRADE, R. F. C. de; VALLINA, M. M.; GAMA, R. R. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao boom do mercado educacional no Amazonas. *In: _____*. **A escola de serviço social de Manaus: primórdios da formação do estado do Amazonas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 26-35.

AMARAL, W. R. do; BILLAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro. 2º semestre de 2020, n. 46, v. 18, p. 180-195. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BOURGUIGNON, J. A. A Particularidade histórica da Pesquisa no Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis: EDUFSC, v.10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300005/3911>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área Serviço Social, 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>. Acesso em: 01 out. 2020.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. S. (Org.). **Serviço Social, Pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. **15 de maio: “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente”**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1800>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológicas**. 29.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/30303>. Acesso em: 02 jan. 2023.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). In: **Cadernos ABESS**. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Max Nazareno Miranda da; CRUZ, Jaqueline do Nascimento. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 216-224, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00216.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out/dez. 2014.

MONTENEGRO, R. de C. **A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1986.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaindigena-SITE.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

NASCIMENTO, M. A. C.; ARÊDA-OSHAÍ, M. C.; NASCIMENTO, N. S. F.; RIBEIRO, P. A. Negros e Indígenas na Amazônia no contexto da Formação Profissional em Serviço Social. In: CUNHA, M. G. N.; PRATES, J. C.; GOMES, V. L. B.; PINHEIRO, H. A. (Org.). **Procad Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no Norte e no Sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

OLIVEIRA, E. **Perspectivas hegemônicas e institucionalização do Serviço Social no Pará**. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém/PA, 1988.

SANTANA, J. V.; STAMPA, S.; CARVALHO, D. B. B. de. A pós-graduação em serviço social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. L. B. (Org.). **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020.

SILVA, M. O. da S. *et al.* O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. Edição Especial. Serviço Social: memória e história, n. 95, Ano XXIX, setembro, 2008.

O APAGAMENTO DA CULTURA ALIMENTAR DOS POVOS INDÍGENAS E A SISTEMÁTICA NECROPOLÍTICA DOS YANOMAMI

Rafaela Isler da Costa, Luisa Pinto da Silva, Bianca Moraes da Silva, Sheila Stolz da Silveira

Resumo

Pretende-se realizar uma análise crítica sobre a cultura alimentar dos povos indígenas Yanomami e sua trajetória histórica no Brasil, bem como os atravessamentos causados não apenas pelo processo de colonização vivenciado e que impactou profunda e diretamente os povos originários, mas também pelas atividades garimpeiras (legais e/ou ilegais) que constantemente violam os Direitos Humanos e Fundamentais dessas pessoas e suas comunidades, seja através dos distintos tipo de violência praticadas, seja através da destruição ambiental provocada – ambas ações causadoras do estado avançado de desnutrição que atinge, há décadas, Yanomami de todas as faixas etárias impondo-lhes, mais recentemente, uma vida sem dignidade e deliberadamente destinada ao etnocídio.

Palavras-Chave: Yanomami. Cultura Alimentar. Necropolítica. Etnocídio. Direitos Humanos.

Introdução

No presente ensaio, fruto das pesquisas realizadas junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH/FURG), pretende-se realizar uma análise crítica sobre a cultura alimentar dos povos indígenas Yanomami e sua trajetória histórica no Brasil, bem como os atravessamentos causados não apenas pelo processo de colonização vivenciado e que impactou estes povos originários de forma direta e avassaladora, mas também pelas atividades garimpeiras (legais e/ou ilegais) que constantemente violam os Direitos Humanos e Fundamentais dos membros dessas comunidades, seja através dos distintos tipo de violência praticadas, seja através da destruição ambiental provocada. Fazendo um recorte do (des) governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), constata-se a grave crise humanitária na qual os povos Yanomami se encontram, visto que depois um longo período de pandemia global (COVID-19) que dizimou 700 mil pessoas apenas no Brasil, receberam nas primeiras semanas de janeiro de 2023 – após a posse do novo governo – ajuda com alimentos, remédios e água potável. Imagens amplamente divulgadas na mídia nacional e internacional mostraram corpos de todas as faixas etárias – bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos – em estado avançado de desnutrição, padecendo, conseqüentemente, de enfermidades diversas resultantes da contaminação de suas terras tomadas pelo garimpo.

Giza-se que os indígenas possuíam, historicamente, uma cultura de plantio e caça, e com o avanço da violenta colonização perpetrada, não podiam mais comer as frutas e hortaliças que antes tinham de forma abundante à sua disposição na natureza. Seu conhecimento originário, sua cultura alimentar e suas crenças foram sendo desvalorizadas,

substituídas, subjugadas e, contemporaneamente, as mesmas imposições se repetem reiterando-se as violações.

A dignidade e os direitos desses povos foram postos à prova quando todos os seus pedidos de ajuda realizados durante a pandemia de COVID-19 foram desprezados por um governo que, descumprindo a Constituição Federal e o Direito Internacional, sempre se posicionou contra sua existência seja reproduzindo discursos de preconceito e exclusão, seja desconsiderando seus apelos.

Em síntese, pretende-se demonstrar nesse ensaio, sob a luz do conceito de Necropolítica e dos Direitos Humanos, o quanto as políticas públicas do governo de Jair Bolsonaro foram nefastas às populações originárias, analisando, em especial, a crise humanitária dos povos Yanomami acirrada pela atividade garimpeira exercida na região amazônica.

O Legado Alimentar Indígena, o Risco de Apagamento das Memórias e a Importância do Movimento Indígena

Nas terras em que atualmente chamamos de Brasil, estima-se que em 1.500 viviam em torno de 5 milhões de pessoas. Porém, com a chegada dos colonizadores, as populações originárias foram paulatinamente sendo dizimadas. Após 523 anos de colonização, vitimados por novos tipos de enfermidades, trabalho forçado, acultramento compulsório, abusos psicofísicos e sexuais, invasão e expulsão de seus territórios, escravidão e genocídios, os povos originários indígenas no Brasil foram reduzidos para pouco mais de 700 mil pessoas. Logo, os sobreviventes originários procuram, desde então, preservar sua diversidade cultural, seus conhecimentos ancestrais, suas línguas originárias.

Como é consabido, a nomenclatura – **índio** – decorre de um **equivoco náutico**, pois em 1492 os colonizadores pretendiam chegar nas terras da Índia, mas, por problemas climáticos, ficaram à deriva e chegaram à América Latina. Logo, no território que geopoliticamente denomina-se Brasil inexistia qualquer povo originário que se autointitulava “índio”. Portanto, é relevante esclarecer que existem povos autodeterminados, entre eles, os Guajajara, Guarani, Kaiowá, Terena, e os Yanomami.

Durante décadas, o termo “índio” foi utilizado como forma de demonstrar a superioridade branca sobre os povos originários. Porém, a partir de 1970, com o surgimento do movimento autointitulado indígena, os povos originários decidiram acolher o termo como forma de determinação étnica, de união entre todos os povos que lutavam e continuam lutando por seus Direitos Humanos e Fundamentais como forma de enfrentamento do sistemático extermínio a que foram e seguem sendo submetidos, bem como de preservação da

diversidade, da vida não humana e do meio ambiente ao qual estão intimamente conectados.

Quanto à diversidade sociocultural e étnica, existem hoje 222 povos originários, que falam 180 línguas diferentes, com suas respectivas organizações econômica e sociopolítica. O direito de ocupar territórios, bem como o acesso à recursos naturais depende de divisões hierárquicas intrínsecas, denominados sibs ou fratrias. Segundo o índio Baniwa, filósofo e antropólogo social Gersem José dos Santos Luciano, “sibs ou fratrias são identificados por nomes de animais, de plantas ou de constelações estelares que, por si só, já indicam a posição de hierarquia na organização sociopolítica e econômica do povo” (2006, p. 44).

Portanto, o direito à vida digna, a autonomia, a autodeterminação e a um meio ambiente benfazejo, assim como a multiculturalidade e a sustentabilidade seguem estando na base das reivindicações destas populações. Nesse sentido, de acordo com o historiador João Capistrano de Abreu (1988), em 1500, a alimentação indígena consistia em caça, pesca, mandioca, milho e frutas. As mulheres eram responsáveis pela plantação, colheita, cozinha, louça e bebidas fermentadas. Os homens, pela guerra, caças, pescas e derrubadas. Quando escravizados, os povos indígenas foram responsáveis pela alimentação dos colonizadores.

Josué Castro (1984) demonstra que a cultura alimentar da Amazônia, ainda que possua influências portuguesas, é predominantemente influenciada pelos hábitos alimentares e culturais dos povos indígenas, que têm por base a mandioca preparada conforme as técnicas tradicionais, que resultam em uma variedade infinita de massas. Além da mandioca, é muito comum na região amazônica o consumo de feijão, arroz, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, jabuti morto por queimadas, castanha-do-pará e a pimenta – esta última consumida em todas as suas formas pelos povos indígenas. Quanto às frutas, cabe destacar a banana, o cupuaçu e o açaí (KATZ, 2009).

Os povos indígenas também utilizavam técnicas para conservação dos pescados e, entre elas, o armazenamento em azeite de tartaruga ou de peixe-boi e também na piracuí – uma farinha feita do peixe ralado. Durante a colonização, os indígenas tinham roças de mandiocas. Porém, abandonaram a policultura, para cuidar da monocultura da cana. E, quando havia frutas, não podiam comer, pois os pomares eram de uso exclusivo dos senhores dos engenhos (CASTRO, 1984).

Igualmente, os indígenas forneciam toda a matéria prima, mas os colonizadores recusavam as técnicas de preparo, pois as achavam muito rudimentares quando comparadas aos seus hábitos europeus. Apesar disso, a simbiose cultural alimentar entre colonizador e povos indígenas pode ser averiguada, por exemplo, com a utilização dos frutos do coqueiro, trazido da Índia e introduzido no litoral nordestino, passando a fazer parte da culinária da região, como o autóctone cajueiro.

Tendo em vista o exposto, nota-se que são incontáveis os legados da cultura

alimentar dos povos indígenas e, portanto, devem ser preservados e valorizados não só como parte de seu patrimônio cultural e de sua identidade, mas também como parte da diversidade cultural brasileira. Dessa forma, como leciona Daniel Iberê

[...] pensar o alimento desde os povos originários é, antes de tudo, uma atitude de insurgência e rebeldia, de mulheres e homens e crianças e avós que carregam sobre seus ombros o peso maior de uma luta contra a exploração, contra os apagamentos, contra o assassinato das memórias e a imposição do discurso monológico de um poder que não reconhece outro que não seja o eco de seu próprio pensar. Vítimas anônimas que pagam o preço de existir, que insistem e resistem ao domínio das indústrias do veneno, mas que sofrem na própria pele os efeitos do colonialismo, que segue avançando sobre o solo sagrado da Mãe Terra (2020, p. 4).

Muito bem retratado pelo autor, o cenário atual é resultado de um processo histórico enraizado de etnocídio e exploração humana e ambiental. O garimpo, o extrativismo, a pesca e o desmatamento ilegais, assim como a concentração fundiária regulamentada e o agronegócio oficializado e com permissão de funcionamento nas regiões fronteiriças aos territórios indígenas, são apenas alguns exemplos.

Graves violações de direitos humanos dos povos Yanomami: o caso do garimpo ilegal, a desnutrição e a malária ignorados pelo Governo Bolsonaro

Segundo o Relatório intitulado “Yanomami sob ataque – garimpo ilegal na terra indígena e propostas para combatê-lo”, publicado em 2022 pelo Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal da TI YANOMAMI com base em dados de 2021, o garimpo ilegal é causa de violações sistemáticas dos Direitos Humanos das comunidades Yanomami, pois além do desmatamento, da destruição dos corpos hídricos, da extração ilegal de ouro, introduziu na região a malária e violência contra os povos indígenas.

No curto período de 2020 para 2021, o garimpo ilegal cresceu 46%, sendo a maior taxa aferida desde 1992. O referido relatório também destacou os motivos diretos da expansão do garimpo ilegal: a política governamental de incentivo a atividade, apesar de ilegal; a falta de transparência na cadeia produtiva do ouro e as falhas na cadeia regulatória; bem como o aumento do preço do ouro. E, entre as motivações indiretas, o desmantelamento das políticas ambientais, a crise econômica e o desemprego no país e, particularmente, o descaso com os direitos dos povos indígenas (SMGITY, 2022).

Em janeiro de 2023, o presidente do Conselho Distrital de Saúde indígena Yanomami, Junior Hekurari, denunciou que a terra indígena realizou 60 pedidos de ajuda ao Governo Federal e todos foram ignorados pelo ex-presidente. Inclusive, conta que das poucas

vezes em que o ex-governo o respondeu, entendeu que a situação era de normalidade (LÍDER, 2023).

Além disso, Hekurari denuncia que o Governo do ex-presidente Bolsonaro foi omissivo, além de ser marcado pela morte. Importa destacar que de acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami, o avanço do garimpo resultou em contaminação da água, violações e mortes de mulheres e até na queima de uma das seis unidades de saúde disponíveis. Estima-se que 570 crianças morreram nos últimos quatro anos (LÍDER, 2023).

De acordo com o médico André Siqueira, do Instituto Nacional da Fundação Oswaldo Cruz, a situação humanitária da terra indígena Yanomami é a pior que ele presenciou. Há desnutrição extrema em famílias inteiras, infecções respiratórias e doenças diarreicas. O médico classifica a situação como catastrófica e desastrosa, e menciona a falta de equipe e estrutura (BIERNATH, 2023).

No dia 20 de janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas divulgou que apenas no ano de 2022, 99 crianças do povo Yanomami morreram devido ao avanço do garimpo ilegal, sendo a desnutrição, a pneumonia e a diarreia as causas da morte. No mesmo ano, 11.530 casos de malária foram confirmados. Diante das graves violações de Direitos Humanos, o Ministério de Saúde do atual governo decretou emergência de saúde pública (QUASE, 2023).

A entidade indígena Hutukara enviou 21 ofícios ao longo de 2 anos, relatando que o povo Yanomami estava sofrendo conflitos sangrentos que poderiam atingir proporções de um genocídio. Além dos graves casos de saúde, o povo relatou o estupro de uma adolescente, o desaparecimento de um morador e a morte de duas crianças (CASTRO, 2022). Diante do exposto, conclui-se que o Governo Federal foi omissivo quanto aos Direitos Humanos dos povos indígenas no Brasil.

A política de lento extermínio dos povos indígenas

De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, aos povos indígenas são reconhecidos sua organização social, línguas, crença, tradições e os direitos originários sobre suas terras, as quais competem à União proteger e demarcar, bem como respeitar todos os seus bens. Dessa forma, tanto a demarcação das terras indígenas como a salvaguarda dessa população são constitucionalmente previstas.

Enquanto candidato à eleição, Bolsonaro discursou e foi ovacionado sob aplausos proferindo as seguintes palavras

[...] parem de querer viver, essa minoria, nas tetas de quem trabalha. Porque não é teta do governo, não. Porque o dinheiro não é do governo. O dinheiro é nosso. Pode ter certeza, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar. Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. **Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.** Com parcerias, nós vamos resgatar esse Brasil (BOLSONARO, 2018, sic, *grifos das autoras*).

No mesmo discurso, realizado no Clube Hebraico do Rio, Bolsonaro criticou os quilombos e as reservas indígenas, nomeando-as de **uma brincadeira**, na qual a nação teria sido entregue. Além de afirmar que os quilombolas não servem nem para procriação, que não fariam nada e gastam mais de 1 bilhão, afirmou que era necessário mudar a situação das reservas indígenas, já que essas sempre teriam uma riqueza em baixo (AFRODESCENDENTES, 2017, *grifos das autoras*).

No ano de 2021, Bolsonaro afirmou que não existiriam mais demarcação de terras indígenas e que seu governo colocou um ponto final nisso. Inclusive, cita que o julgamento do marco temporal no STF seria o mesmo que acabar com o Brasil (BOLSONARO, 2021). Já em 2022, enquanto candidato à reeleição, Bolsonaro asseverou que a expansão de demarcação das terras indígenas seria o fim do agronegócio, da segurança alimentar e da economia do campo (SAID, 2022). Tendo em vista as declarações de Bolsonaro, cabe analisar quais direitos dos povos originários foram violados.

Com o propósito de preservar a cultura e integrar os povos indígenas foi sancionado, em 1973, o Estatuto do Índio. De acordo com o artigo 19 do mencionado Estatuto, as terras seriam demarcadas por iniciativa e sob orientação do Órgão Federal de assistência ao Índio. E, conforme o artigo 65, o poder executivo teria o prazo de 5 anos para demarcação de suas terras (BRASIL, 1973).

Em 1993, o então presidente Itamar Franco assinou Decreto em 30 de julho de 1993, que acrescentou o inciso ao artigo 1º do Decreto de 13 de abril de 1993, que cria a comissão encarregada de coordenar atividades relativas ao “Ano Internacional dos Povos Indígenas” (BRASIL, 1993). Porém, em 2022, o referido Decreto foi revogado por Bolsonaro e substituído pelo Decreto n. 19.930 de 7 de janeiro de 2022 (BRASIL, 2022).

O Decreto revogado se refere ao “Ano internacional das Populações Indígenas do Mundo”, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993. No mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU, proclamou também que o período entre 1995 e 2004 como a Década Internacional dos Povos Indígenas no Mundo (MATHIAS, YAMADA, 2021). Em 1988, a Constituição Federal do Brasil, em seu Capítulo VIII, nos artigos 231 e 232, dispôs sobre a proteção dos povos indígenas, garantindo-lhes o usufruto exclusivo de suas riquezas (BRASIL, 1988).

Os povos indígenas possuem proteção internacional, através dos seguintes instrumentos jurídicos no âmbito da ONU: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Declaração sobre os Direitos Indígenas de 2007, Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1965, Pacto Internacional sobre Direitos econômicos, sociais e culturais de 1966, Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979, Convenção contra a tortura de 1984, Convenção internacional sobre os direitos da Criança de 1989 e a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989.

Os povos originários possuem proteção regional, com os seguintes instrumentos jurídicos: Declaração Americana do Direitos e Deveres do Homem de 1948, Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura de 1985, Protocolo de San Salvador sobre direitos econômicos, sociais e culturais de 1988 e Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher de 1994.

Os povos indígenas possuem proteção nacional, com os seguintes instrumentos jurídicos: Constituição Federal Brasileira de 1988, Decreto 65.810/69 (Promulga a Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial), Estatuto do Índio, Lei 7.716/89 (define crimes resultantes de raça e cor), Decreto 592/92 (Promulga Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos), Decreto 591/92 (Promulga Pacto Nacional de Direitos Humanos), Decreto 7.003/09 (Programa Nacional de Direitos Humanos) e o Decreto 5.051/04, que promulga a Convenção nº 169 da OIT, sobre a Organização do Trabalho dos Povos Indígenas.

Nesse diapasão, compreende-se que os povos originários possuem uma ampla gama normativa de seus direitos. As declarações e ações de Bolsonaro e de seu governo ignoraram deliberadamente a história dos povos originários, sua importância para o Brasil e para o mundo, bem como seus direitos. Em prol de suas convicções e de seus aliados recrudescer as sempre presentes violações dos Direitos Humanos dos povos indígenas, e, em especial, dos Yanomami.

O filósofo Mbembe se baseia no conceito de biopoder de Michel Foucault ao afirmar que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Consequentemente, leciona que o ser humano se torna sujeito a partir da forma como enfrenta a morte, argumentando que a política é um trabalho da morte; pois, basta voltar os olhares para os Estados modernos e averiguar que funcionavam como mecanismos do biopoder, sendo a escravização “uma das primeiras manifestações da biopolítica” (2018, p. 27).

A colonização e o apartheid são, para Mbembe, um cenário paradigmático da relação entre biopoder, estado de sítio e estado de exceção. A colônia, em nome da paz, torna-se um

“[...] local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização” (2018, p. 35). Por fim, o filósofo entende que o conceito de biopolítica é insuficiente para explicar o poder da morte da necropolítica, pois na contemporaneidade há o objetivo explícito de criar a destruição das pessoas em “mundos de morte, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o estatuto de mortos vivos” (2018, p. 71).

Dessa forma, conclui-se, da análise do cenário político brasileiro, que Bolsonaro utilizou seu poder para decidir quem morreria ou viveria. Em prol do sistema capitalista, incentivou o agronegócio sem nenhum critério de sustentabilidade, permitiu e incentivou a extração desenfreada e o garimpo ilegal, agiu de forma omissa com o povo Yanomami, transformando-o em mortos vivos, em famélicos (STOLZ, 2022), em desnutridos e em doentes crônicos.

Conclusão

É necessário que se problematize a forma como os povos originários vem sendo despersonalizados, tendo sua cultura e modo de vida menosprezado tanto pelo Estado como por parte da opinião pública brasileira. Urge uma profunda reflexão no sentido de promover o respeito às tradições originárias dos povos indígenas e demais populações tradicionais vulnerabilizadas.

A guisa de conclusão, pode-se afirmar que a desnaturalização dos povos indígenas, particularmente dos Yanomami, em seu próprio território. Em outros termos, uma demonstração clara da necropolítica instituída pelo governo de Jair Messias Bolsonaro e, como tal, um violento atentado aos Direitos Humanos dessa população.

Referências

AFRODESCENDENTES de quilombos ‘não servem nem para procriar’, diz Bolsonaro na Hebraica do Rio, 5 de abril de 2017. 1 vídeo (53s). Publicado pelo Canal Opera Mundi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcXJNGhUQy8>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BIERNATH, André. “A pior situação humanitária que já vi”: os relatos de médico que foi atender os yanomami. **British Broadcasting Corporation Brasil**, 22 jan. 2023. Disponível

em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64365655>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BOLSONARO diz que não haverá mais demarcação de terras indígenas, 7 de dezembro de 2021. 1 vídeo (1min02s). Publicado pelo canal Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EcM-fyWi92U>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BOLSONARO: “se eu chegar lá, não terá um centímetro de terra para quilombola ou reserva indígena”, 18 de fevereiro de 2018. 1 vídeo (50s). Publicado pelo canal Ricarlos Pereira de Melo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=94bzcylscu8&t=11s>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto de 30 de julho de 1993**. Acrescenta inciso ao art. 1º do Decreto de 13 de abril de 1993, que cria a comissão encarregada de coordenar atividades relativas ao Ano Internacional dos Povos Indígenas. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior_a_2000/1993/Dnn1601.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.930, de 7 de janeiro de 2022**. Declaração a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988, de decretos normativos. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10930.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

CASTRO, Carol. Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos Yanomami. **The Intercept**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>. Acesso em 29 de janeiro de 2023.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/2270763_Josue_de_Castro_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

IBERÊ, Daniel. Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise. In: FIOCRUZ. Segurança alimentar em tempos de COVID-19. **Cadernos Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA)**, 1. ed. v. 1, jul. 2020, p. 36-44. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-obha-seguranca-alimentar-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 2 jan. 2023

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Yanomami sob ataque**: garimpo ilegal na terra indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, abr. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KATZ, Esther. Alimentação indígena na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário?. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 25-41, jan/jun, 2009.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/8319/5217>
Acesso em: 27 jan. 2023.

LÍDER Yanomami diz ter enviado cerca de 60 pedidos ao governo Bolsonaro e não obteve resposta. **g1**, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/lider-yanomami-enviou-cerca-de-60-pedidos-de-ajuda-ao-governo-bolsonaro-e-nao-obteve-resposta.ghtml>. Acesso em: 29 jan.2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATHIAS, Fernando; YAMADA, Erika. Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. **Povos Indígenas no Brasil**, 25 jan. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Declara%C3%A7%C3%A3o_da_ONU_sobre_direitos_dos_povos_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 29 jan. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.

QUASE 100 crianças morreram na Terra Indígena Yanomami em 2022, diz Ministério dos Povos Indígenas. **g1**, 21 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/21/mais-de-500-criancas-morrem-na-ti-yanomami-e-lula-deve-decretar-estado-de-calamidade-publica.ghtml>. Acesso em: 29 jan.2023.

SAID, Flávia. Bolsonaro diz que dobrar área indígena é o “fim do agronegócio”. **Metrópoles**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/bolsonaro-diz-que-dobrar-area-indigena-e-o-fim-do-agronegocio>. Acesso em: 29 jan. 2023.

STOLZ, Sheila. Uma esperança que dança na corda bamba de sombrinha: a erradicação da pobreza no Brasil e no mundo. *In*: SQUEFF, Tatiana Cardoso D’AQUINO, Lucia De Souza (Org.), **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e COVID-19**. Curitiba: Editora Thoth, p. 24-39, 2022.

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES (CELAC): OMISSÕES NOTÓRIAS EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

DECLARACIÓN DE BUENOS AIRES DE LA CELAC: NOTORIAS OMISIONES SOBRE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Ricardo Changala Quaglia

Resumo

As autoridades dos países que compõem a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) aprovaram a Declaração de Buenos Aires em 24 de janeiro de 2023. Em seus 111 parágrafos, recolhe-se uma ampla variedade de temas de grande relevância para os povos e governos da região, reunindo um espírito renovado da CELAC tanto pela mudança de orientação de vários dos países membros como, principalmente, pela reincorporação do Brasil à sua operação. Em seu número 4, a Declaração afirma o compromisso da CELAC “...avançar com determinação no processo de integração, promovendo a unidade e a diversidade política, econômica, social e cultural de nossos povos”. No entanto, esse reconhecimento da diversidade cultural dos povos da região não encontra correlato adequado no conjunto de parágrafos da Declaração.

Palavras-chave: CELAC. Povos indígenas. Terras tradicionais

Resumen

Las autoridades de los países que integran la Comunidad de Estados Latinoamericanos y caribeños (CELAC), aprobaron el 24 de enero del 2023 la Declaración de Buenos Aires. En sus 111 numerales, se recoge una amplia variedad de temáticas de gran relevancia para los pueblos y los gobiernos de la región, recogiendo un espíritu renovado de la CELAC tanto por el cambio de orientación de varios de los países miembros como, en especial, por la reincorporación de Brasil a su funcionamiento. En su numeral 4, la Declaración afirma el compromiso de la CELAC “...para avanzar con determinación en el proceso de integración, promoviendo la unidad y la diversidad política, económica, social y cultural de nuestros pueblos”. Sin embargo, este reconocimiento de la diversidad cultural de los pueblos de la región no tiene un correlato adecuado en el conjunto de los párrafos de la Declaración.

Palabras clave: CELAC. Pueblos Indígenas. Tierras tradicionales

Introducción

Las autoridades de los países que integran la Comunidad de Estados Latinoamericanos y caribeños (CELAC), aprobaron el 24 de enero del 2023 la Declaración de Buenos Aires⁸.

En sus 111 numerales, se recoge una amplia variedad de temáticas de gran relevancia para los pueblos y los gobiernos de la región, recogiendo un espíritu renovado de la

⁸ El texto de la Declaración puede verse en <https://www.lacommunis.org/wp-content/uploads/2023/01/CELAC-DECLARACION-DE-BUENOS-AIRES-Version-Final.pdf>

CELAC tanto por el cambio de orientación de varios de los países miembros como, en especial, por la reincorporación de Brasil a su funcionamiento.

En su numeral 4, la Declaración afirma el compromiso de la CELAC “...para avanzar con determinación en el proceso de integración, promoviendo la unidad y la diversidad política, económica, social y cultural de nuestros pueblos”.

Sin embargo, este reconocimiento de la diversidad cultural de los pueblos de la región no tiene un correlato adecuado en el conjunto de los párrafos de la Declaración.

Claro está que ningún documento de este tipo puede abarcar la totalidad de las temáticas regionales, pero en relación con los Pueblos Indígenas, llaman poderosamente la atención la ausencia de aspectos esenciales.

Los Pueblos Indígenas En América Latina

Aunque los datos estadísticos no son precisos y tienden al subregistro, en el mundo viven alrededor de 500 millones de personas indígenas que pertenecen a algunos de los 5000 mil Pueblos Indígenas que existen en el planeta⁹.

En América Latina y el Caribe existen 826 Pueblos Indígenas, entre los cuales más de 100 son transfronterizos ya que habitan en al menos dos países y un número mayor de pueblos en aislamiento voluntario, casi todos en la Amazonia. Cerca de 60 millones de personas indígenas habitan la región y son hablantes de unas 550 lenguas indígenas, la mayor parte de ellas en riesgo de extinción por diversas causas¹⁰.

Aunque en promedio representan algo menos del 10% de la población total, en algunos países supera en mucho este porcentaje (casos Bolivia EP, Guatemala o México).

En cuanto a la distribución de los pueblos en el continente, las realidades son heterogéneas:

En Brasil se registran 305 Pueblos Indígenas, seguido por Colombia (115), el Perú (55) y México (68); en el otro extremo están Costa Rica y Panamá, con 8 y 7 Pueblos Indígenas cada uno, El Salvador (3) y en Uruguay el más reciente censo arroja como resultado que parte de la población se manifiesta parte de 2 Pueblos Indígenas. Es relevante señalar que más de 100 Pueblos Indígenas son transfronterizos, es decir que habitan en diversos países del continente.

Además, tampoco es homogénea la situación de los diversos pueblos, ya que

⁹ Organización Internacional del Trabajo (OIT), Aplicación del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales n.º 169 de la OIT. Hacia un futuro inclusivo, sostenible y justo. 2019

¹⁰ Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y El Caribe (FILAC) y Foro Indígena Abya Yala (FIAY), Los Pueblos Indígenas ante la pandemia de COVID-19. Primer informe regional. 2020

muchos exhiben una gran fragilidad, en peligro de desaparición física o cultural. Se estima que unos 462 pueblos actualmente tienen menos de 3.000 habitantes y alrededor de 200 de ellos se encuentran en aislamiento voluntario o contacto inicial, todos en situación de extrema dificultad.

Esta realidad multicultural es una riqueza enorme del continente, pero al mismo tiempo está marcada por un hecho incontestable: gran parte de sus habitantes viven en condiciones de vulnerabilidad extrema, lo que significa, entre otros aspectos, altas tasas de desnutrición, inaccesibilidad a servicios de salud, precariedad de infraestructura y en general, imposibilidad de ejercer derechos individuales y colectivos fundamentales.

La relevancia social, política y cultural de los Pueblos Indígenas va mucho más allá de los meros datos poblacionales. Por ejemplo, un informe del año 2021 de la FAO y FILAC, demuestra que los bosques de los territorios indígenas y tribales de América Latina y el Caribe son clave para la estabilidad y resiliencia climática global, regional y local.

Esos lugares contienen casi el 30% del carbono almacenado en los bosques de la región y el 14% del carbono en los bosques tropicales a nivel mundial. Y ellos es así, porque los conocimientos ancestrales indígenas han permitido, desde tiempo inmemorial, una relación con la naturaleza que, lejos de destruirla, la preserva para beneficio propio y de toda la humanidad¹¹.

En el mundo actual donde nos enfrentamos a crisis superpuestas consecuencias de un desarrollo social y productivo generador de desigualdades y agresor de la naturaleza, los conocimientos tradicionales indígenas deben ser vistos como parte esencial de las respuestas a los grandes desafíos del presente. En el marco del paradigma del Buen Vivir – Vivir Bien basado en la plena armonía individual, social, espiritual y ecológica, tienen mucho para aportar y el resto de la humanidad, mucho para tomar en cuenta.

A diferencia de la visión dominante histórica, los Pueblos Indígenas no son un “problema” a eliminar; son parte de la solución para la construcción de un mundo mejor.

Si la CELAC, como dice la declaración comentada reconoce “...la necesidad de que los modelos económicos de los países de la región prioricen el desarrollo productivo con inclusión social y orienten sus recursos disponibles para alcanzar este fin...a través de una fuerte cohesión social dentro de los países, lo cual requiere de instancias y mecanismos de diálogo de alto nivel político”¹², se hace imprescindible una participación real (no solo en el papel) de los Pueblos Indígenas a través de sus propias autoridades y formas organizativas.

Ello, además, no es solo una necesidad política, sino una obligación jurídica.

¹¹ FAO y FILAC. 2021. Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago, 2021

¹² Numeral 11 de la Declaración de Buenos Aires del 24 de enero de 2023

El Derecho Internacional Y Los Pueblos Indígenas

El amplio y rápido desarrollo que ha tenido la normativa internacional sobre los pueblos indígenas lleva a que, en el momento actual, estemos ante un verdadero derecho internacional para los pueblos indígenas, que incluye no solo el reconocimiento de los derechos, sino la creación de organismos para su seguimiento y promoción, así como el desarrollo de doctrina y jurisprudencia en la materia.

La Declaración de la Organización de las Naciones Unidas sobre derechos de los Pueblos Indígenas¹³ y el Convenio Internacional del Trabajo Nro. 169¹⁴ son las bases fundamentales de este proceso, aunque no sus únicos componentes.

Este proceso, que ocurre de forma paralela a lo que acontece con el conjunto de los derechos humanos universalmente reconocidos, da paso al establecimiento de lo que se denominan los estándares internacionales sobre derechos de los pueblos indígenas.

Los estándares son obligaciones mínimas que asumen los Estados por el mero hecho de ratificar los tratados y en general, como miembros de la comunidad internacional regional y global.

Son obligaciones mínimas, un piso de requerimientos a cumplir, pero siempre podrán ser superadas de acuerdo con las condiciones propias de cada contexto. El mínimo existe para intentar homogeneizar una base de obligaciones, pero se supone y se aspira, que ello sea superado.

Son obligaciones exigibles porque se trata de normas jurídicas susceptibles a exigir su cumplimiento y que obligan al Estado a hacerlo a asumir las consecuencias por su falta de implementación.

Los estándares no son solo las normas escritas, sino que es el derecho aplicable, en este caso en relación con los pueblos indígenas; es decir, las normas, su interpretación, la doctrina y la jurisprudencia que corresponda considerar.

La mayor parte de los países latinoamericano han ratificado el Convenio Nro. 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales que ha sido el primer instrumento internacional que reconoce el concepto de “pueblos” y establece un conjunto de derechos para estos colectivos¹⁵.

Sin dudas, esto obedece al carácter multilingüe y multicultural de la misma donde, en algunos casos, como se ha indicado antes, la población indígena constituye la mayoría de la

¹³ ONU, Asamblea General, 61/295. Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas, 107a. sesión plenaria 13 de septiembre de 2007

¹⁴ El texto del Convenio puede verse en https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169

¹⁵ El texto del Convenio puede verse en https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169

población, o un porcentaje significativo de ella, pero también, a las luchas constantes de los Pueblos Indígenas demandando el reconocimiento de sus derechos y la protección del goce de estos.

Sumado a ello, desde junio de 2016, la región cuenta con un nuevo instrumento: la Declaración Americana de Derechos de los Pueblos Indígenas¹⁶.

Además, casi todos los países de la región levantaron sus manos para aprobar, en septiembre del año 2007, la Declaración de las Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas.

Paralelamente, en la región, desde la década de los 80, se ha dado un proceso de reformas constitucionales que, fueron incorporando ampliación de reconocimiento de los derechos humanos internacionalmente consagrados y en particular, derechos de los pueblos indígenas presentes dentro de sus territorios. Aunque las nuevas constituciones de Bolivia y Ecuador han sido una de las más completas en este sentido, muy pocos países han quedado por fuera de estos cambios.

En esa línea, se han producido cambios constitucionales en Guatemala, 1985; Nicaragua, 1987; Brasil, 1988; Colombia, 1991; México 1992/2001; Paraguay, 1992; Perú, 1993; Argentina, 1994; Venezuela, 1999; Ecuador, 2008; Bolivia, 2009. El más reciente ha sido el caso de El Salvador con su reforma del año 2014, aunque por el momento está pendiente el proceso chileno que incluye esta temática.

Sumado al alto índice de ratificaciones de instrumentos internacionales de derechos humanos incluyendo el Convenio Internacional del Trabajo Nro. 169 sobre pueblos indígenas y tribales que son de aplicación inmediata, los países de la región tienen, en casi todos los casos, abundante normativa de rango legal y/o reglamentario sobre la temática. En un modelo normativo de corte constitucional – garantista, la legislación nacional debe verse, como parte del conjunto de normativa que apunta, por un lado, a establecer los límites al poder político estatal y privado, pero también, como mecanismos para garantizar la máxima efectividad de todos los derechos y las promesas constitucionales.

Naturalmente, estas modificaciones constitucionales y legales han tenido impacto en la jurisprudencia de distintos países, sobre todo en la justicia constitucional, y también ha tenido un amplio desarrollo e incidencia el trabajo realizado por parte del sistema interamericano, en especial a través de la Comisión y la Corte Interamericana de Derechos Humanos.

Un dato esencial para entender el grado de relevancia y aplicación del derecho

¹⁶ AG/RES. 2888 (XLVI-O/16) Declaración americana sobre los derechos de los Pueblos Indígenas, 14 de junio de 2016

internacional sobre pueblos indígenas dentro de los países de la región es el estatus que se otorga a los tratados internacionales de derechos humanos, así como el reconocimiento de su auto ejecución.

Al tiempo que los países de esta parte del mundo han aumentado el número de ratificaciones a tratados internacionales de derechos humanos (como ocurre con el Convenio Nro. 169), aunque con diversas redacciones, a los tratados de derechos humanos se les ha concedido un *status* legal privilegiado, por encima de la ley ordinaria, y en muchos casos con jerarquía constitucional.

No menos relevante es la evidente prevalencia de la concepción monista del derecho por la cual, el derecho internacional y el derecho interno son parte de un solo marco jurídico.

Dicho de otra forma, los tratados internacionales de derechos humanos debidamente ratificados también forman parte del derecho interno, y que, a la lista expandida de derechos fundamentales consagrados por las nuevas constituciones, se agrega la lista de derechos reconocida en los tratados de derechos humanos ratificados.

Esto significa, entre otras consecuencias, que un tratado ratificado, por ejemplo, el Convenio Nro. 169, no requiere de una norma interna que le dé “vida interna”, como ocurrió décadas atrás en algunos ordenamientos.

Conviene señalar que la consolidación del derecho internacional de pueblos indígenas tiene consecuencias de enorme trascendencia, como por ejemplo la aplicación del espíritu y el texto del Convenio Nro. 169 incluso a países que no lo han ratificado. Así lo ha hecho la Corte Interamericana de Derechos humanos, incluso mucho antes de la aprobación de la Declaración Americana en el año 2016.

El pleno goce de los derechos humanos de acuerdo a su identidad, sin discriminación ni coerción; la Integridad de los valores, prácticas e instituciones de los pueblos; su participación política a todo nivel, definiendo sus propias prioridades de su desarrollo; el derechos a ser consultados previamente; la educación con identidad cultural propia, educación bilingüe, uso y desarrollo de idiomas propio, son algunos de los tantos derechos establecidos en el Convenio que luego han sido desarrollados por otros instrumentos como la Declaración ONU del año 2007 o la americana del año 2016, ya mencionadas.

A los efectos de conceptualizar mejor los alcances y sobre todo las limitaciones de la Declaración de Buenos Aires en relación a los previos avances ya registrados en relación a los Pueblos Indígenas, conviene detenerse en algunos aspectos específicos del derechos internacional de los Pueblos Indígenas que, en muchos países, tienen su correlato en la propia legislación nacional.

Autodeterminación

Los Pueblos Indígenas forman parte de los sectores más excluidos, marginados y desfavorecidos de la sociedad, lo cual, afecta su capacidad de determinar el rumbo de sus propias sociedades y de adoptar decisiones sobre cuestiones que afectan a sus derechos e intereses.

Así lo sostiene la FAO al afirmar que las comunidades indígenas constituyen una parte importante de la población mundial expuesta a inseguridad alimentaria, que el respeto por los conocimientos, las culturas y las prácticas tradicionales indígenas contribuye al desarrollo sostenible y equitativo, y por el reconocimiento de los beneficios que se derivan de una colaboración más estrecha¹⁷.

El derecho a adoptar decisiones, y la participación en las decisiones que los afectan, se hace necesario para que los pueblos indígenas puedan proteger, entre otras cosas, sus culturas, incluidos sus idiomas, y sus tierras, territorios y recursos. Esto es fundamental para que puedan mantener y desarrollar sus identidades y culturas en el marco del Estado en el que residen.

Este derecho de participación tiene estrecha relación y sustento conceptual con el derecho a la libre determinación e incluso coexiste con el ejercicio de sus propias formas de gobierno según contextos nacionales específicos.

Por ejemplo, la Declaración de las Naciones Unidas sobre derechos de los pueblos indígenas afirma que estos pueblos, en el ejercicio de su derecho a la libre determinación, tienen derecho a crear y mantener sus propias instituciones y facultades de adopción de decisiones en paralelo con su derecho a participar en los procesos externos de adopción de decisiones que los afecten.

Artículo 3 Los pueblos indígenas tienen derecho a la libre determinación. En virtud de ese derecho determinan libremente su condición política y persiguen libremente su desarrollo económico, social y cultural.

Mucho antes de la Declaración los Pactos de Derechos Humanos, ya contenían este derecho, aunque en aquel momento, los pueblos indígenas como colectivos no se consideraban sujetos del derecho internacionales.

Así, los artículos 1 y 2 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales y al Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, establecen:

¹⁷ FAO, Política sobre pueblos indígenas y tribales, 2011. En el documento se afirma que la misma se ha elaborado a solicitud explícita formulada por el Foro Permanente de las Naciones Unidas para las Cuestiones Indígenas, por organismos de las Naciones Unidas y por los propios Pueblos Indígenas.

1. *Todos los pueblos tienen el derecho de libre determinación. En virtud de este derecho establecen libremente su condición política y proveen asimismo a su desarrollo económico, social y cultural.*

2. *Para el logro de sus fines, todos los pueblos pueden disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales, sin perjuicio de las obligaciones que derivan de la cooperación económica internacional basada en el principio de beneficio recíproco, así como del derecho internacional. En ningún caso podrá privarse a un pueblo de sus propios medios de subsistencia¹⁸.*

Por tanto, los Pueblos Indígenas tienen derecho a determinar su propio desarrollo económico, social y cultural y a administrar, en beneficio propio, sus propios recursos naturales. Las obligaciones de participación y de consultar con los pueblos indígenas y de obtener su consentimiento libre, previo e informado son elementos esenciales del derecho a la libre determinación.

El artículo 3 de la Declaración de la ONU sobre Pueblos Indígenas es claro al respecto:

Los pueblos indígenas tienen derecho a la libre determinación. En virtud de ese derecho determinan libremente su condición política y persiguen libremente su desarrollo económico, social y cultural.

Por su lado, el artículo 5, establece:

Los pueblos indígenas tienen derecho a conservar y reforzar sus propias instituciones políticas, jurídicas, económicas, sociales y culturales, manteniendo a la vez su derecho a participar plenamente, si lo desean, en la vida política, económica, social y cultural del Estado¹⁹.

Los Pueblos Indígenas tienen derecho a adoptar decisiones autónomas en todas las cuestiones relacionadas con sus asuntos internos y locales, y a influir de forma real en los procesos externos de adopción de decisiones que les afecten, si optan por participar en ellos.

Resulta fundamental concebir los derechos de participación y consulta como expresión de la libre determinación, porque de esa forma puede entenderse con mayor claridad su lógica y alcances y, por tanto, evaluar las acciones que se toman para garantizar su efectivo cumplimiento.

Buena parte de las diferencias y conflictos que el tema ha desatado en la región tiene que ver con una aproximación al tema desde perspectivas y con objetivos disímiles.

11 ¹⁸ El texto completo del Pacto puede verse en https://www.ohchr.org/sites/default/files/ceschr_SP.pdf

12 ¹⁹ El concepto se reafirma en varios otros artículos del instrumento como por ejemplo el 18, 36 y 37

Dicho de otra manera: si las propuestas o mecanismos que apunten a la participación y consulta con los Pueblos Indígenas no se basan y permiten avances en términos de la autodeterminación o autodesarrollo, entonces no estarán alineados ni con

los estándares internacionales ni con los intereses históricos de estos pueblos.

En ese sentido, se ha afirmado que, el indicador más importante de una buena práctica de participación y/o consulta, sea el grado en que los pueblos indígenas han participado en su diseño y están de acuerdo con ella, para lo cual debe considerarse si

- Permite y mejora la participación de los pueblos indígenas en la adopción de
- decisiones;
- Permite que los pueblos indígenas influyan en el resultado de las decisiones que los afectan;
- Hace efectivo el derecho de los pueblos indígenas a la libre determinación;
- Incluye, cuando corresponda, procedimientos y/o procesos de consulta bien estructurados para obtener su consentimiento libre, previo e informado²⁰.

El Derecho A La Participación

El derecho internacional de los Pueblos Indígenas, incluye participar en los procesos de adopción de decisiones que los afectan, así como también controlar el resultado de esos procesos.

En relación con los derechos de participación, la normativa internacional de derechos humanos alude al derecho a participar en los asuntos públicos, de forma general y específica, en diversos tratados de derechos humanos, como en el artículo Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, cuyo artículo 25 establece:

Todos los ciudadanos gozarán, sin ninguna de las distinciones mencionadas en el artículo 2, y sin restricciones indebidas, de los siguientes derechos y oportunidades:

a) Participar en la dirección de los asuntos públicos, directamente o por medio de representantes libremente elegidos;

b) Votar y ser elegidos en elecciones periódicas, auténticas, realizadas por sufragio universal e igual y por voto secreto que garantice la libre expresión de la voluntad de los electores;

c) Tener acceso, en condiciones generales de igualdad, a las funciones públicas de

²⁰ ONU, Consejo de Derechos Humanos, Mecanismo de Expertos sobre los derechos de los pueblos indígenas, Informe definitivo del Estudio sobre los pueblos indígenas y el derecho a participar en la adopción de decisiones, A/HRC/18/42, Ginebra, 2011

su país.

Aunque es una norma genérica, en la actualidad, también es aplicable a las personas y colectivos indígenas.

Sin embargo, bajo el concepto de Pueblos Indígenas, el tratado internacional que la consagra es el Convenio N.º 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales (1989)²¹.

Artículo 5

Al aplicar las disposiciones del presente Convenio:

a) deberán reconocerse y protegerse los valores y prácticas sociales, culturales, religiosos y espirituales propios de dichos pueblos y deberá tomarse debidamente en consideración la índole de los problemas que se les plantean tanto colectiva como individualmente;

b) deberá respetarse la integridad de los valores, prácticas e instituciones de esos pueblos;

c) deberán adoptarse, con la participación y cooperación de los pueblos interesados, medidas encaminadas a allanar las dificultades que experimenten dichos pueblos al afrontar nuevas condiciones de vida y de trabajo.

Artículo 6 1. Al aplicar las disposiciones del presente Convenio, los gobiernos deberán:

b) establecer los medios a través de los cuales los pueblos interesados puedan participar libremente, por lo menos en la misma medida que otros sectores de la población, y a todos los niveles en la adopción de decisiones en instituciones electivas y

organismos administrativos y de otra índole responsables de políticas y programas que les conciernan;

Por su lado, la Declaración de la ONU sobre los derechos de los Pueblos Indígenas, contiene varias disposiciones generales relativas a la libre determinación, que abarca el derecho a la autonomía o al autogobierno y también al derecho a participar y a implicarse activamente en los procesos de toma de decisiones, incluyendo la obtención de su consentimiento libre, previo e informado, la celebración de consultas, la cooperación con los pueblos indígenas, y la adopción de medidas conjuntas²².

Entre otros, se destaca el Artículo 18, que establece:

Los pueblos indígenas tienen derecho a participar en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten a sus derechos, por conducto de representantes elegidos por ellos de

²¹ El tema se recoge en varios artículos, como por ejemplo 2, 5 a 7, 15 a 17, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 33 y 35

²² Arts. 3 a 5, 10 a 12, 14, 15, 17 a 19, 22, 23, 26 a 28, 30 a 32, 36, 37, 38 y 40 y 41.

conformidad con sus propios procedimientos, así como a mantener y desarrollarsus propias instituciones de adopción de decisiones.

El derecho a participar en los asuntos públicos no se limita a la participación en las instituciones políticas oficiales, sino que también comprende la participación en actividades civiles, culturales y sociales de carácter público y ejercer su autoridad en lo tocante a adoptar decisiones.

El derecho de los Pueblos Indígenas a participar en la adopción de decisiones también se reconoce en la jurisprudencia internacional como la Corte Interamericana de Derechos Humanos, la cual, entre otros fallos, reconoció su derecho a participar políticamente en consonancia con sus costumbres y tradiciones en el marco de las leyes electorales de los Estados²³.

Posterior a esta resolución, el sistema interamericano aprobó la Declaración Americana de derechos de los Pueblos Indígenas, que en su artículo XXIII también consagra el derecho a la participación, con el siguiente texto:

Artículo XXIII. Participación de los pueblos indígenas y aportes de los sistemas legales y organizativos indígenas

Los pueblos indígenas tienen derecho a la participación plena y efectiva, por conducto de representantes elegidos por ellos de conformidad con sus propias instituciones, en la adopción de decisiones en las cuestiones que afecten sus derechos y que tengan relación con la elaboración y ejecución de leyes, políticas públicas, programas, planes y acciones relacionadas con los asuntos indígenas. Los Estados celebrarán consultas y cooperarán de buena fe con los pueblos indígenas interesados por medio de sus instituciones representativas antes de adoptar y aplicar medidas legislativas o administrativas que los afecten, a fin de obtener su consentimiento libre, previo e informado

Derecho Al Consentimiento Libre, Previo E Informado

²³ Corte Interamericana de Derechos Humanos, *Yatama c. Nicaragua*, fallo de 23 de junio de 2005: “La restricción de participar a través de un partido político impuso a los candidatos propuestos por YATAMA una forma de organización ajena a sus usos, costumbres y tradiciones, como requisito para ejercer el derecho a la participación política, en contravención de las normas internas [...] que obligan al Estado a respetar las formas de organización de las comunidades de la Costa Atlántica, y afectó en forma negativa la participación electoral de dichos candidatos en las elecciones municipales de 2000 (...) La Corte estima que el Estado debe adoptar todas las medidas necesarias para garantizar que los miembros de las comunidades indígenas y étnicas de la Costa Atlántica de Nicaragua puedan participar, en condiciones de igualdad, en la toma de decisiones sobre asuntos y políticas que inciden o pueden incidir en sus derechos y en el desarrollo de dichas comunidades, de forma tal que puedan integrarse a las instituciones y órganos estatales y participar de manera directa y proporcional a su población en la dirección de los asuntos públicos, así como hacerlo desde sus propias instituciones y de acuerdo a sus valores, usos, costumbres y formas de organización, siempre que sean compatibles con los derechos humanos consagrados en la Convención.”

El derecho al consentimiento libre, previo e informado es parte integrante del derecho a la libre determinación²⁴.

Es el Estado, en sentido genérico, pues pueden ser distintas instituciones las que participan, el responsable de la realización de las consultas. Para que las mismas cumplan con los estándares internacionales, no corresponde que el proceso de consulta sea encabezado por empresas, organizaciones no gubernamentales o internacionales.

La obligación del Estado de obtener el consentimiento libre, previo e informado de los pueblos indígenas otorga a éstos el derecho a determinar efectivamente el resultado de los procesos de adopción de decisiones que los afecten, y no solo a participar en ellos. El consentimiento constituye un elemento importante del proceso de adopción de decisiones, que requiere una consulta y una participación auténticas.

Por consiguiente, la obligación de obtener el consentimiento libre, previo e informado de los Pueblos Indígenas no es únicamente una cuestión de forma, sino un mecanismo esencial para garantizar el respeto de los derechos de esos pueblos²⁵.

La Declaración ONU sobre los derechos de los Pueblos Indígenas exige que se obtenga el consentimiento libre, previo e informado de los pueblos indígenas en las cuestiones que revistan una importancia fundamental para sus derechos, supervivencia, dignidad y bienestar²⁶.

La repercusión que puede tener en los Pueblos Indígenas afectados, tomando en consideración, entre otras cosas, los efectos acumulativos de las injerencias o actividades anteriores y las desigualdades históricas sufridas por los pueblos indígenas, como el desplazamiento forzoso o la reubicación forzada, son causas que determinan este mecanismo.

No existe una fórmula específica para consultar a los Pueblos Indígenas aplicable a todos los países en todas las circunstancias.

Las características específicas del proceso de consultas requerido por el deber de celebrar consultas variarán necesariamente en función de la naturaleza de la medida propuesta y del alcance de su impacto sobre los pueblos indígenas.

Las medidas de reforma constitucional o legislativa que interesan o afectan a todos los pueblos indígenas de un país requerirán mecanismos consultivos y representativos apropiados que estén de alguna manera abiertos a todos ellos y a su alcance.

En cambio, las medidas que afecten a pueblos o comunidades indígenas

²⁴ “Derecho a la consulta” es la terminología utilizada por el Convenio 169; la Declaración ONU y luego la americana, incorporan el concepto de “consentimiento libre, previo e informado”. Actualmente, el concepto es el mismo, sin importar cuál de las dos expresiones se utiliza.

²⁵ ONU, Consejo de Derechos Humanos, Mecanismo de Expertos, citado

²⁶ Entre otros, artículos 11, párrafo 2, 19, 28, párrafo 1, 29, párrafo 2, 32, párrafo 2, y 37.

particulares, como las iniciativas para la actividad de extracción de recursos naturales en sus territorios, requerirán procesos de consulta que garanticen la participación de los grupos particularmente afectados y presten atención especial a sus intereses²⁷.

Para concretar la expresión del consentimiento libre, previo e informado de los Pueblos Indígenas debe existir una vía o mecanismos para ello y un proceso que permitan a esos pueblos adoptar sus propias decisiones independientes y colectivas sobre los asuntos que los afectan.

Como afirma el Mecanismo de Expertos de las Naciones Unidas, la obligación de que el Estado obtenga el consentimiento libre, previo e informado afirma la prerrogativa de los Pueblos Indígenas de denegar su consentimiento y de establecer las condiciones para darlo²⁸.

Este aspecto de alta relevancia, debe entenderse como consecuencia del principio de autodeterminación y el requisito de buena fe que debe guiar el proceso, como lo requiere el artículo 6 del Convenio 169:

6. 2. Las consultas llevadas a cabo en aplicación de este Convenio deberán efectuarse de buena fe y de una manera apropiada a las circunstancias, con la finalidad de llegar a un acuerdo o lograr el consentimiento acerca de las medidas propuestas.

Este mismo artículo reclama que las consultas con los pueblos indígenas se celebren por mediante procedimientos adecuados y por conducto de instituciones que sean representativas de los pueblos indígenas.

Con miras a lograr un acuerdo o el consentimiento acerca de la medida propuesta, es un aspecto central en este derecho.

La consulta no es un mero ejercicio o un requisito para cumplir: al contrario, trata de lograr un resultado que será, o bien un acuerdo (la propuesta inicial modificada) o bien obtener la aquiescencia de los consultados. Los acuerdos o el consentimiento son la meta para lograr, para lo que es fundamental que existan verdaderos esfuerzos para alcanzar esos resultados.

En todos los casos en que se aplique el deber de celebrar consultas su finalidad deberá ser obtener el consentimiento o el acuerdo de los pueblos indígenas afectados. De ahí que las consultas deban realizarse en las primeras etapas de la elaboración o planificación de la medida propuesta a fin de que los pueblos indígenas puedan verdaderamente participar e influir en el proceso de adopción de decisiones. Es fundamental

²⁷ CONSEJO DE DERECHOS HUMANOS 12º período de sesiones, Informe del Relator Especial sobre la situación de los derechos humanos y las libertades fundamentales de los indígenas, James Anaya, A/HRC/12/34 15 de julio de 2009.

²⁸ ONU, Consejo de Derechos Humanos, Mecanismo de Expertos, citado, Anexo, párrafo 23.

que el Estado haga un esfuerzo de buena fe para llegar a un acuerdo²⁹.

Como ha dicho en su momento el Relator Especial de la ONU sobre los derechos de los Pueblos Indígenas, la normativa internacional establece requisitos de consulta que limitan el poder del Estado y que promueven el diálogo intercultural y el consenso en cuanto a la toma de decisiones que puedan afectar directamente a los pueblos indígenas. La Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas señala dos ejemplos de situaciones en que el consentimiento es exigible más allá de ser un objetivo de la consulta: el caso en que el proyecto dé lugar al traslado del grupo fuera de sus tierras tradicionales y los casos relacionados con el almacenamiento o vertimiento de desechos tóxicos en las tierras indígenas (arts. 10 y 29, párr. 2, respectivamente).

El Relator agrega, además, el caso de una propuesta de instalación de actividades de extracción de recursos naturales dentro de un territorio indígena cuando esas actividades tuviesen impactos sociales, culturales y ambientales significativos.

Algunas situaciones en las que se considera la exigencia de llegar al consentimiento libre, previo e informado son los siguientes:

- Cuando el proyecto implique traslado de los pueblos indígenas de sus tierras tradicionales (Declaración ONU, Pueblos Indígenas, art. 10; Convenio 169, art 16.2.)
- Cuando el proyecto implique el almacenamiento o eliminación de materiales peligrosos en sus territorios (Declaración ONU, art. 29.2).
- Cuando se trate de planes de desarrollo o de inversión a gran escala que pudieran tener un impacto mayor en los territorios indígenas (Corte IDH, Caso Saramakavs Surinam, párr. 133).
- Cuando se trate de actividades de extracción de recursos naturales en territorios indígenas que tengan impactos sociales, culturales y ambientales significativos (Relator Especial de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, 2010)³⁰.

Por otro lado, si el Estado decidiera avanzar con una medida legislativa o administrativa sin un acuerdo, debería ser solamente después de haber cumplido con todos los requisitos procedimentales de la consulta, y solamente con arreglos que aseguren que el proyecto no tuviese un impacto social, cultural o ambiental significativo sobre el pueblo

²⁹ Informe del Relator Especial Anaya, citado.

³⁰ Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, CDI, Protocolo para la implementación de consultas a pueblos y comunidades indígenas de conformidad con estándares del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes, México, 2013

indígena afectado y que hubiesen medidas para salvaguardar todos sus derechos, inclusive su derecho a sentar sus propias prioridades para el desarrollo³¹.

6.1. Al aplicar las disposiciones del presente Convenio, los gobiernos deberán: a) consultar a los pueblos interesados, mediante procedimientos apropiados y en particular a través de sus instituciones representativas, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles directamente;

Son los pueblos indígenas a quienes corresponde deben decidir sobre la representatividad.

Con respecto a la determinación de las instituciones representativas, los órganos de control de la OIT han señalado que lo importante es que éstas sean el fruto de un proceso propio, interno de los pueblos indígenas”.

Sin dejar de reconocer que esta determinación puede resultar una tarea difícil en muchos casos, los órganos de control de la OIT pusieron de relieve que “si no se desarrolla un proceso de consulta adecuado con las instituciones u organizaciones indígenas y tribales verdaderamente representativas de las comunidades afectadas, la consulta encaminada no cumpliría con los requisitos del Convenio”³²

En cuanto al requisito de llevar a cabo las consultas a través de procedimientos adecuados, significa que las audiencias públicas generales, talleres, reuniones o similares, no basten para cumplir con esa norma de procedimiento. Los procedimientos de consulta deben dar cabida a la expresión plena de las opiniones de los pueblos indígenas, de forma oportuna y sobre la base de un entendimiento completo de las cuestiones en juego, para que puedan influir en el resultado y se pueda alcanzar un consenso.

Deben ser procedimientos que generen las condiciones propicias para poder llegar a un acuerdo o lograr el consentimiento acerca de las medidas propuestas. “La forma y el contenido de los procedimientos y mecanismos de consulta tienen que permitir la plena expresión — con suficiente antelación y sobre la base del entendimiento pleno de las cuestiones planteadas — de las opiniones de los pueblos interesados a fin de que puedan influir en los resultados y se pueda lograr un consenso, y para que estas consultas se lleven a cabo de una manera que resulte aceptable para todas las partes.”³³

Para que sea adecuado, el procedimiento debe permitir que los pueblos indígenas dispongan de tiempo suficiente para realizar su propio proceso de adopción de decisiones y

³¹ Declaración pública del Relator Especial sobre los derechos humanos y libertades fundamentales de los indígenas, James Anaya sobre la “Ley del derecho a la consulta previa a los pueblos indígenas u originarios reconocido en el Convenio No. 169 de la Organización Internacional de Trabajo” aprobada por el Congreso de la República del Perú, 7 de julio de 2010

³² OIT, Los derechos de los pueblos indígenas y tribales en la práctica. Una guía sobre el convenio núm. 169 de la OIT, Ginebra, 2009

³³ OIT, citado

participar en las decisiones adoptadas en consonancia con sus prácticas culturales y sociales. Por último, la finalidad de las consultas debe ser la consecución de un acuerdo o consenso.

Los adjetivos de "libre", "previo" e "informado" aplicados al consentimiento, califican y establecen las condiciones para que los pueblos indígenas otorguen su consentimiento. Por tanto, su irrespeto, vicia de nulidad todo el proceso ya que los tres elementos son necesarios.

El carácter "libre" del consentimiento implica la ausencia de coacción, intimidación o manipulación; "previo" significa que el consentimiento debe obtenerse antes de realizar la actividad relacionada con la decisión, e implica que los pueblos indígenas deben disponer del tiempo necesario para emprender sus propios procesos de toma de decisiones; e "informado" significa que los pueblos indígenas deben contar con toda la información relativa a la actividad en cuestión y que esa información debe ser objetiva y exacta y estar presentada de forma que los pueblos indígenas la puedan comprender; por "consentimiento" se entiende que los pueblos indígenas manifiestan su acuerdo con la actividad a la que se refiere la decisión, lo cual puede también estar sujeto a condiciones

Por consentimiento "libre" se entiende la ausencia de coerción, intimidación o manipulación;

Por "previo", se concibe que se ha tratado de obtener el consentimiento con suficiente antelación a cualquier autorización o comienzo de actividades y que se han respetado las exigencias cronológicas de los procesos indígenas de consulta o consenso con los pueblos indígenas;

Por "informado", que se aporta la información que abarque (por lo menos) los siguientes aspectos:

- a. la naturaleza, envergadura, ritmo, reversibilidad y alcance de cualquier proyecto o actividad propuesto;
- b. la razón o las razones o el objeto del proyecto y/o la actividad;
- c. la duración del proyecto o la actividad;
- d. la ubicación de las áreas que se verán afectadas;
- e. una evaluación preliminar de los probables impactos económicos, sociales, culturales y ambientales, incluso los posibles riesgos, y una distribución de beneficios justa y equitativa en un contexto que respete el principio de precaución;
- f. el personal que probablemente intervenga en la ejecución del proyecto propuesto (incluso pueblos indígenas, personal del sector privado, instituciones de investigación, empleados gubernamentales y demás personas); y

g. los procedimientos que puede entrañar el proyecto³⁴.

Ausencia de los Pueblos Indígenas en la Declaración de la CELAC

A pesar de este sólido corpus de derechos internacional, que, además, en muchos países de complementa y amplía con regulaciones legales propias, la Declaración de Buenos Aires no incluye ningún apartado específico sobre ellos, sobre los Pueblos Indígenas, sus derechos y su relevancia como sujetos sociales y políticos.

Ello es así, a pesar de que en el mes de julio pasado, los países latinoamericanos que integran la CELAC aprobaron una primera evaluación del Plan de acción iberoamericano para la implementación de los derechos de los Pueblos Indígenas (2018-2028), asumiendo una serie de compromisos para impulsar la temática, sin que el punto aparezca siquiera mencionado en esta Declaración³⁵.

En cambio, si existe un apartado específico sobre la población afrodescendiente (numeral 62), en el cual se ratifica el compromiso de promover, respetar, garantizar y proteger los derechos de las personas afrodescendientes, así como los procesos de erradicación de toda forma de discriminación racial, xenofobia y las formas conexas de intolerancia, en búsqueda de sociedades con mayores niveles de equidad y justicia racial. La Declaración incorpora el apartado titulado “Lenguas Indígenas”, algo que en si mismo debe destacarse positivamente, aunque insuficiente. Son tres numerales a través de los cuales se destaca el lanzamiento del Decenio Internacional de las Lenguas Indígenas (2022-2032), se acoge con beneplácito la creación del Instituto Iberoamericano de Lenguas Indígenas invitando a los Estados de América Latina y el Caribe a ser parte de su creación y fortalecimiento y, finalmente, se reconocen acuerdos anteriores sobre el derecho a revitalizar las lenguas y tradiciones orales, filosóficas, sus sistemas de escritura y su literatura, reconociendo la importancia de establecer alianzas para coordinar acciones conjuntas al respecto

Cuesta entender la razón por la cual, tanto en este apartado sobre lenguas indígenas y en otros numerales de la Declaración como las que se refieren, por ejemplo, al cuidado de la Madre Tierra (30) o sobre la importancia de los camélidos (9), o la protección del agua y los recursos hídricos (36), se omite al sujeto político clave para llevar adelante estos objetivos: los Pueblos Indígenas.

La lectura literal de esta Declaración parece impulsar la revitalización de las lenguas, el cuidado de la Madre Tierra y otros objetivos, sin un papel esencial, protagónico e

³⁴ ONU, Grupo de las Naciones Unidas para el Desarrollo – UNDG. Directrices “Elementos del consentimiento libre, previo e informado” NY, 2008

³⁵ Para ampliar el punto puede verse, Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC), Evaluación del Plan de Acción de Iberoamérica para los Derechos de los Pueblos Indígenas. La Paz, Bolivia, 2022.

imprescindible de los Pueblos Indígenas que en ningún momento son mencionados.

Lo mismo ocurre cuando la Declaración invoca al diálogo social, sobre diversos aspectos como por ejemplo la innovación y tecnología, obviando a los Pueblos Indígenas y sus conocimientos ancestrales, como si no fueran parte del amplio bagaje cultural de la humanidad.

En un contexto regional en el cual las demandas, propuestas y realidades de los Pueblos Indígenas están cada vez más presentes en las legislaciones y en los debates nacionales, cuando gobiernos recién instalados como el de Brasil han llevado adelante cambios significativos hacia el reconocimiento de los Pueblos Indígenas como actores centrales del desarrollo, esta Declaración parece estar muy por detrás de la realidad concreta sobre la cual pretende incidir.

El desafío actual es de lograr acuerdos que permitan que cada cultura que convivimos en la tierra aportemos lo mejor que tenemos para torcer el rumbo actual.

La CELAC debe ser un agente impulsor de un amplio diálogo intercultural, una interacción equitativa y horizontal entre las culturas que conviven en el continente, sus expresiones y formas de ver el mundo, incluyendo sinergias entre las innovaciones científicas y los conocimientos tradicionales propios de los Pueblos Indígenas como herramientas necesarias para entender la realidad y actuar sobre ella.

San José de Costa Rica, 26 de enero de 2023.

LAS COMUNIDADES CAMPESINAS Y ÉTNICAS DEL AMAZONAS SOPORTAN LOS EMBATES DEL “CAPITALISMO VERDE Y DE LOS DICTADOS IMPERIALES ESTADOUNIDENSES

Daniel Libreros Caicedo

Resumo

A organização societária da produção e distribuição de bens e serviços organizada por grandes empresas transnacionais em cadeias de valor e suprimentos com investimentos desiguais em diferentes espaços nacionais constitui uma das chaves para o funcionamento do capitalismo contemporâneo. Algumas empresas transnacionais manipulam comunidades étnicas na assinatura de contratos para obtenção de créditos de carbono. É o caso da empresa colombiana Waldrettung, que afirma ser subsidiária de uma empresa alemã que não consta no registro comercial daquele país e que propôs contratos de compensação de carbono na Amazônia a oito grandes reservas indígenas.

Palavras-chave: Capitalismo verde. Comunidades campesinas e étnicas. Amazônia.

Resumen

La organización corporativa de la producción y la distribución de bienes y servicios organizada por las grandes empresas transnacionales en cadenas de valor y suministro con inversiones desiguales en especialidades nacionales diferentes constituye una de las claves del funcionamiento del capitalismo contemporáneo. Algunas empresas transnacionales manipulan a las comunidades étnicas en la firma de los contratos para obtener bonos de carbono Tal es el caso de la compañía colombiana Waldrettung, que dice ser filial de una firma alemana que no figura en el registro comercial de ese país y que les propuso a ocho grandes resguardos indígenas contratos de bonos de carbono en el Amazonas.

Palabras clave: Capitalismo verde. Comunidades campesinas y étnicas. Amazonas.

Introducción

La financiarización de la naturaleza , de la vida y el negocio de los mercados verdes

La organización corporativa de la producción y la distribución de bienes y servicios organizada por las grandes empresas transnacionales en cadenas de valor y suministro con inversiones desiguales en especialidades nacionales diferentes constituye una de las claves del funcionamiento del capitalismo contemporáneo. Esta reestructuración corporativa transnacional “también fue impulsada en parte por un arbitraje global de tierras que tuvo lugar simultáneamente a través de corporaciones multinacionales de agro negocios.”. Dentro de este arbitraje global un estímulo a las

inversiones en el “sur global” lo constituye la ganancia que puede obtenerse por la diferencia entre el precio monopólico de los bienes agrícolas, que definen esos mismos grupos, y el costo de la renta de la tierra. De allí que invertir en nuevas tierras, más aún si son baldías, en la periferia, aumenta los beneficios. “Las oportunidades de arbitraje de tierras surgen al traer nuevas tierras, con una renta atractiva, al mercado mundial de tierras, donde las rentas se capitalizan”. (Foster& Suwandi:2021)

Esta práctica extensiva denominada eufemísticamente “reestructuración territorial” (Foster&Suwandi) añadió, produjo el despojo masivo por parte de las empresas multinacionales del “agro business” de miles de pequeños propietarios rurales, así como la deforestación y la destrucción de los ecosistemas boscosos. El alza pronunciada del precio de los alimentos que ocurrió después de la crisis financiera del 2008 aumentó las apetencias por las tierras periféricas “El resultado fue la mayor migración masiva en la historia de la humanidad, con personas expulsadas de la tierra en un proceso global de descentralización, alterando la agroecología de regiones enteras, reemplazando la agricultura tradicional con monocultivos...” (Ibid) Estas inversiones en zonas boscosas, en donde existían patógenos que aun no habían sido asimilados por los humanos, según evidencias sanitarias, terminaron por producir la pandemia del Covid-19.

Adicionalmente, la globalización de la producción avícola, porcina y bovina en el sector de la producción cárnica contribuye a la propagación viral. El amontonamiento de grandes cantidades de animales en corrales engordados con “monocultivos genéticos” produce “una infusión tóxica de patógenos” (Ribeiro Silvia:2022) Igualmente, la manipulación genética animal en procura de “razas mejoradas” tiene consecuencias devastadoras para los animales domésticos. “La FAO estima que al menos el 30% de las razas de animales domésticos están en grave riesgo de extinción, ello supone la desaparición de 3 razas cada 2 semanas. Especialmente grave resulta la situación de zonas donde la RG está claramente implantada: Europa representa el 75% de esa y afecta al 73% de las razas europeas, mientras que en zonas donde la RA todavía no ha llegado plenamente como en África el % baja al 7%...” (Veterinarios sin Fronteras: 2019)

Esta mercantilización a ultranza de la naturaleza y de la vida en el planeta remite a otra de las particularidades de la globalización cual es la de la financiarización de la economía resultado de las grandes excedentes de capital ficticio causado por la emisión de dólares sin respaldo en la producción de bienes y servicios que viene realizando la Reserva Federal norteamericana (FED) desde los inicios de la década del setenta cuando rompió con la paridad dólar/oro pactada en Bretton Woods y por el continuo desplazamiento de las inversiones empresariales hacia las finanzas privadas una tendencia de la acumulación de capital desde la recesión

internacional de 1973. La colocación de esos excedentes, en el caso de las ciudades, es una de las claves interpretativas de la reconfiguración espacial urbana neoliberal. David Harvey ha insistido en el hecho de que esas colocaciones de “mediano y largo plazo” han terminado por ampliar los mercados de capitales y por transformar los espacios urbanos (Harvey David: 2022)

Actualmente estamos asistiendo a un escalamiento en la colocación de excedentes financieros en el circuito del llamado “capitalismo verde”. “ Un punto de inflexión en la expropiación financiera de la tierra ocurrió de septiembre a noviembre de 2021, coincidiendo con las negociaciones de la Conferencia de Cambio Climático de la ONU de 2021 en Glasgow. Tres importantes acontecimientos interrelacionados ocurrieron en este momento: (1) la creación de la Alianza Financiera de Glasgow para Net Zero que abarca la mayor parte de las finanzas capitalistas globales; (2) aprobación de elementos clave del Artículo 6 del Acuerdo de París, creando las reglas financieras unificadas para los mercados globales de comercio de carbono; y (3) el anuncio de que la Bolsa de Valores de Nueva York, junto con Intrinsic Exchange Group (IEG) —entre cuyos inversionistas se encuentran el Banco Interamericano de Desarrollo y la Fundación Rockefeller— estaba lanzando una nueva clase de valores asociados con empresas de activos naturales (NAC, por sus siglas en inglés). Como dijo el IEG a sus inversores...” (Foster:2022)

El papel de la ONU y de los organismo internacionales

Este escalamiento tiene antecedentes. Desde hace algunas décadas han circulado documentos de organismos internacionales y principalmente Naciones Unidas que soportan el área del capitalismo verde denominada “soluciones ambientales basadas en la naturaleza”. Así, el Comité de Expertos de Naciones Unidas al redactar el “Informe de Síntesis de la Evaluación de los Ecosistemas del Milenio” recordó que esta propuesta ya había sido formulada desde los años ochenta, “En los años ochenta del siglo pasado la ciencia concibió el concepto de servicios ecosistémicos para entender la contribución de la biodiversidad y los ecosistemas a las sociedades, pero fue la Evaluación de Ecosistemas del Milenio que lo popularizó, añadiendo caracterizaciones sobre los problemas a resolver en la gestión de los mismos: “Los problemas principales relacionados con nuestra gestión de los ecosistemas del mundo están causando ya un perjuicio importante a las personas y disminuirán significativamente los beneficios que obtenemos de los ecosistemas a largo plazo: En primer lugar, de los servicios de los ecosistemas examinados por esta Evaluación, aproximadamente el 60% (15 de 24) se están degradando o se usan de manera no sostenible, con inclusión del agua dulce, la pesca de

captura, la purificación del aire y del agua, la regulación del clima regional y local, los riesgos naturales y las plagas. Los costes totales de la pérdida y la degradación de estos servicios de los ecosistemas son difíciles de medir, pero los datos disponibles demuestran que son considerables y que van en aumento (..) Muchos servicios de los ecosistemas se han degradado como consecuencia de actuaciones llevadas a cabo para aumentar el suministro de otros servicios, como los alimentos. Estas elecciones y arreglos suelen desplazar los costos de la degradación de un grupo de personas a otro, o traspasan los costos a las generaciones futuras. (Informe de Síntesis Evaluación de los Ecosistema del Milenio” : (2001).

Por lo que , agrega el mismo informe, es necesario establecer indicadores de evaluación de esos servicios ecosistémicos que sirvan al diseño de la contabilidad ambiental y soportados en el concepto de “capital natural”. “La degradación de los servicios de los ecosistemas supone la pérdida de bienes capital Los recursos renovables, como los servicios de los ecosistemas, y también los recursos no renovables, como los depósitos minerales, algunos nutrientes del suelo y los combustibles fósiles, constituyen bienes de capital. Sin embargo, la contabilidad nacional tradicional no ha incluido mediciones del agotamiento o la degradación de esos recursos. Como consecuencia de ello, un país podría talar sus bosques y agotar sus pesquerías y esto sólo aparecería como un beneficio positivo en el PIB (como medida del bienestar económico actual), sin registrar la correspondiente disminución de los activos (riqueza), que es la medida más apropiada del bienestar económico futuro. Como constituyen bienes de capital su depreciación debe incorporarse en las contabilidades nacionales para compararlas con los incrementos PIB que produce la agricultura, la ganadería o el petróleo...” (IBID)

Luego ese mismo informe plantea la necesaria inclusión de indicadores contables basados en la “mercantilización de los bienes comunes” para poder implementar cuentas nacionales adecuadas, “ Además, muchos servicios de los ecosistemas (como el agua dulce en los acuíferos y el uso de la atmósfera como sumidero de contaminantes) están disponibles gratuitamente para aquéllos que los utilizan, y tampoco en este caso su degradación se refleja en las mediciones económicas corrientes. Cuando las estimaciones de las pérdidas económicas relacionadas con el agotamiento de los activos naturales se incluyen como factores en los cálculos de la riqueza total de las naciones, cambian significativamente los balances de los países cuyas economías dependen notablemente de los recursos naturales..” (IBID)

Más recientemente, la “Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Diversidad Biológica y Servicios de los Ecosistemas (IPBES por sus siglas en inglés)” ha acuñado el término de “Contribuciones de la Naturaleza a las Personas” (NCP en inglés),

como un marco conceptual amplio de los vínculos entre la naturaleza y las personas. (IPBES Colombia :2021) Sobre la base de estas definiciones se ha desarrollado el concepto de bioeconomía como asociando a la economía con las ciencias naturales para ilustrar las relaciones y dependencias entre la sociedad humana y el medio ambiente “ (Bastos Lima y Palme (2022)

Naciones Unidas) y otros organismos internacionales han reconocido a la de Bioeconomía como “la producción, utilización, conservación, y regeneración de recursos biológicos, incluidos los conocimientos, la ciencia, la tecnología y la innovación relacionados, para proporcionar información, productos, procesos y servicios en todos los sectores económicos, con e propósito de avanzar hacia una economía sostenible”- Por lo que la bioeconomía está inherentemente ligada a la provisión de servicios ecosistémicos y a la gestión de los recursos biológicos (plantas, animales, microorganismos, recursos génético, y biomasa, incluidos los residuos y desechos orgánicos (..) Consejo Asesor Internacional sobre Bioeconomía Global (IACGB por su siglas en inglés), en el marco de las Cumbres Globales sobre Bioeconomía (IACGB, 2015; IACGB, 2018; IACGB, 2020).

Si bien inicialmente este marco estaba reducido a la producción de energía, alimentos, y materiales, un nuevo marco bioeconómico emerge basado en ecosistemas integrales y nuevas cadenas de valor a partir de la biodiversidad local (Bastos Lima y Palme; 2022- IBIDEM).

En el caso de América Latina la CEPAL también viene avanzando en propuestas de política para implementar estas políticas de mercantilización de la naturaleza. Citamos a manera de referencia dos documentos importantes.

Bioeconomía en América Latina y el Caribe.

Contexto global y regional y perspectivas

Soluciones basadas en la Naturaleza y la bioeconomía . Contribución a una transformación sostenible e inclusiva de la agricultura y a la recuperación post- Covid 19.

La implementación de la bioeconomía exige, en línea de continuidad el biocomercio. En la región andina ya fue expedida la normatividad del biocomercio, la cual, “ tiene como objetivo promover a nivel andino el desarrollo de iniciativas del Biocomercio como instrumento eficaz para fomentar el valor y conservación de la biodiversidad, el desarrollo sostenible y la reducción de la pobreza en las zonas rurales, mediante la implementación de políticas públicas que consoliden las capacidades regionales para el fortalecimiento de las cadenas de valor de productos y servicios de la biodiversidad...” (Marco Normativo para Fomentar el Biocomercio como oportunidad de desarrollo en los países andinos :2020)

El Biocomercio ya había sido acogido durante la VI Reunión de la Conferencia de las Partes del Convenio de Diversidad Biológica en el año 1996, durante la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) presentó la Iniciativa Bio-trade (UNCTAD, 1996).

El Caso de la Amazonia

En uno de los apartes de su discurso de posesión el 7 de Agosto pasado Gustavo Petro refiriéndose a la Amazonía anotó. “Uno de los pilares del equilibrio climático y de la vida en el planeta es la selva amazónica. ¿Vamos a dejar que se destruya esa selva para llegar al punto de no retorno en la extinción de la humanidad? O, ¿Vamos a salvarla con la humanidad misma que quiere seguir viviendo en esta tierra? ¿Dónde está el fondo mundial para salvar la selva Amazónica? Los discursos no la salvarán. Podemos convertir a toda la población que hoy habita la amazonia colombiana en una población cuidadora de la selva, pero necesitamos los fondos del mundo para hacerlo. Si es tan difícil conseguir esos dineros que las tasas carbón y los fondos del clima pactados deberían otorgar para salvar algo tan esencial, entonces, le propongo a la humanidad cambiar deuda externa por gastos internos para salvar y recuperar nuestras selvas, bosques y humedales. Disminuyan la deuda externa y gastaremos el excedente en salvar la vida humana... (Cancillería de Colombia:2022)

Unas pocas semanas después insistió en estas mismas propuestas en las Naciones Unidas (INDEPAZ:2022) En el reciente Foro de Davos volvió a repetirlas y logró concretar una reunión con la Directora Gerente del FMI, Kristalina Georgieva, para comenzar a implementarlas.”

Los gobiernos colombianos han asistido a las Convenciones Climáticas por Naciones Unidas desde sus inicios suscribiendo las recomendaciones. El gobierno anterior se comprometió en Glasgow a disminuir en un 51 por ciento las emisiones de gases de efecto invernadero para el 2050 y a detener la deforestación en el 2030. Luego la política interna de corto plazo en este terreno está focalizada en la protección a selvas y bosques. “Colombia, como país tropical con casi 600 mil kilómetros cuadrados de bosques con casi 600 mil Kilómetros cuadrados de bosques y alumno aplicado, fue llenando cada una de las casillas. Diseñó una política pública llamada ‘Bosques territorios de vida’, que entregó oficialmente a la Convención Marco de Cambio Climático de Naciones Unidas en 2018. También fortaleció su sistema de monitoreo de bosques, que está en cabeza del Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales (Ideam). Estableció su nivel de referencia de deforestación para el bioma amazónico a finales de 2014, calculando el

promedio histórico de los últimos cinco años y sumándole un 10% adicional —que llamó ‘circunstancias nacionales’— previendo que un eventual acuerdo de paz con las FARC elevaría la tala en los territorios de donde la guerrilla saldría. Cinco años más tarde, en enero de 2020, la complementó con la tasa de deforestación para todo el país aplicable para el periodo entre 2018 y 2022...”(Andrés Bermúdez Liévano:2022/ (La silla Vacía:2022 “

Este énfasis normativo quedó incluido en la Ley 1931 de 2018 por la cual se establecen directrices para la gestión del cambio climático a ejecutarse por parte de personas públicas y privadas y adicionalmente, establece las pautas de concurrencia de esa misma gestión entre los entes territoriales.

Igualmente quedó incluido en el Decreto Ley 870 de 2017 que oficializa los pagos por servicios ambientales y “otros incentivos a la conservación que permitan el mantenimiento y generación de servicios ambientales en áreas y ecosistemas estratégicos, a través de acciones de preservación y restauración...” Este decreto fue expedido en desarrollo de las negociaciones con las FARC como parte de las opciones económicas que deberían seguir a la sustitución voluntaria de cultivos ilícitos. Adicionalmente fueron diseñadas como políticas oficiales la “Política Nacional Cambio Climático “ y “La Estrategia de desarrollo bajo en carbono”, entre otros.

En el tema de impedir la deforestación Colombia ha ingresado en el programa RED++. Este programa denominado así por las iniciales de su propuesta temática “ Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación (evitada) es un programa que otorga compensaciones a los países del Sur para mantener sus bosques en pie, por parte de los países del Norte que tienen compromisos de reducción de emisiones en el Protocolo de Kioto.. REDD se transformó en REDD+ al agregarle como funciones para mitigar el cambio climático la conservación, el manejo sustentable del bosque y el incremento en los inventarios de carbono.

El programa REDD parte de la idea de que los bosques son sumideros de carbono, pues mientras crecen capturan el carbono de la atmósfera y contribuyen a reducir y frenar el cambio climático. Cuando los bosques se destruyen, el carbón en ellos almacenado se libera a la atmósfera. Así, si se evita la deforestación o la degradación de los bosques se reducirán las emisiones de uno de los principales gases de efecto invernadero (bióxido de carbono) y se “mitigará” la crisis climática.

La deforestación y la degradación del bosque producidas por el avance de la frontera agrícola, la conversión del bosque a pastizales, el desarrollo de infraestructura, la tala destructiva y los incendios son responsables del 17 por ciento de las emisiones mundiales de gases de efecto invernadero, más que las que produce el transporte (13 por ciento) y superadas sólo por el sector energético (26 por ciento) y la industria (19 por ciento)

(...) REDD es uno de los instrumentos de la economía verde y pretende financiarizar la captura de carbono que realizan los bosques, a partir de la emisión de a las empresas obligadas a reducir sus emisiones de carbono. Se busca que estos certificados puedan entrar a los mercados secundarios y puedan venderse y comprarse tantas veces como sea necesario, incluso en los mercados especulativos. (REDD++ y los Territorios Indígenas y Campesinos, Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano (Ceccam); 2012. <https://www.ceccam.org/sites/default/files/AAA-REDD%2BWeb.pdf>

El ingreso de los bonos de carbono en el mercado secundario incluye definiciones convencionales incorporadas en la ejecución de estos programas:

- Mercado de Carbono: Los mercados de carbono se crearon en el año 2005 luego de la entrada en vigencia del Protocolo de Kyoto. Un mercado de carbono es el ámbito donde se acuerdan la compra y venta de Derechos de Emisión de GEI y Certificados de Reducción de Emisiones de GEI (Créditos de Carbono). La compra y venta de uno de estos Créditos representan la reducción, captura o emisión evitada de una tonelada métrica (t) de Dióxido de Carbono equivalente (tCO₂e) (Seeberg Elverfeldt, 2010). Estos mercados hacen parte de los mecanismos para reducir las emisiones de GEI y su principal beneficio es el de compensar las emisiones de GEI producidas por personas, empresas y países (SeebeElverfeldt, 2010). La unidad de medida común de los mercados de carbono es el Dióxido de Carbono equivalente (CO₂e), para la cual cada Gas de Efecto Invernadero (CO₂, CH₄ o N₂O, entre otros) tiene un potencial de calentamiento global asignado para que pueda ser convertido a CO₂e.

- Crédito o bono de Carbono: Un crédito o bono de carbono es un término comúnmente utilizado para referirse de manera genérica a la unidad de intercambio principal en el mercado de carbono. Cada bono de carbono equivale a una tonelada de CO₂ equivalente (tCO₂e) que ha sido reducida o capturada mediante un proyecto de reducción de emisiones o de secuestro/captura de carbono (Finanzas Carbono, noviembre 2010). A los bonos de carbono también se les denomina como reducciones de carbono verificadas.

La Amazonía colombiana ha sido incluida en el programa REDD++ con la denominación Programa Visión Amazonia (PVA) . En el 2020 , la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura) hizo un balance del PVA sobre resultados obtenidos en el lapso 2015-2016. En uno de sus apartes , el documento afirma, “Colombia está implementando el Programa Visión Amazonia (PVA), un programa formulado por el gobierno nacional para reducir las emisiones de la deforestación en la Amazonia colombiana. El PVA representa el principal mecanismo de apoyo a las actividades de aplicación regional para el bioma amazónico y constituye un paraguas para el funcionamiento de otros proyectos de cooperación internacional. (...) Las experiencias de

estos proyectos han apoyado el logro de los resultados propuestos en la Estrategia Nacional (EICDGB) . y han proporcionado al país capacidades, instrumentos y herramientas nacionales. Por lo tanto, en consonancia con el Plan Nacional de Desarrollo -PND, las líneas de acción de la EICDGB (Estrategia Integral de Control a la deforestación y la contribución del manejo forestal a la mitigación del cambio climático, este Proyecto se ejecutará en el Bioma Amazónico de Colombia para promover una economía forestal que contribuya a la reducción de la deforestación mediante la aplicación de un programa forestal comunitario, fortaleciendo así, la gobernanza ambiental de los pueblos indígenas, y apoyando condiciones ambientales favorables, centrándose principalmente en la consolidación de los instrumentos gubernamentales existentes, como el Consejo Nacional de Control de la

Deforestación (CONALDEF) y el Sistema Monitoreo de Bosques y Carbono (SMBByC) y respaldando la implementación de estrategias complementarias, como el programa de municipios verdes y el catastro ambiental rural..” (Proyecto REDD+ de Pago por Resultados para Colombia Período de resultados [2015-2016] Marco de Gestión Ambiental y Social (MGAS) Colombia Marzo 27, 2020 Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura – FAO:2022)

Luego, involucrar a las comunidades campesinas, étnicas y a los colonos constituye uno de las piezas claves de esta estrategia de “Financiarización de la Naturaleza” y para ello es necesario contar con diagnósticos previos,

“El Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, siguiendo lo que promulga la Constitución Política Nacional, reconoce al país como multiétnico y pluricultural; donde registra a una población indígena en la región amazónica de 214.891 personas según el DANE (2018), pertenecientes a 62 pueblos diferentes. Esta población por las nuevas dinámicas de la región tiene diferentes modos de asentarse, buena parte de ella ha migrado a las ciudades 53.350 indígenas o centros poblados siendo 30.061 indígenas los que habitan estos asentamientos; generando cabildos urbanos, donde confluyen varios pueblos de diferentes regiones. Así mismo, en cada región los modos de asentarse cambian al interior de los resguardos, mostrando como las densidades poblacionales se van acercando cada vez más a las cabeceras municipales, corregimentales y centros de acopios y mercancías, para su abastecimiento.

La región amazónica colombiana, se ha dividido en cuatro subregiones por sus dinámicas socioambientales: región noroccidental, occidental, nororiental y sur (Salazar y Riaño 2015). Las dos primeras regiones mencionadas se encuentran en el arco agropecuario, donde la demanda de tierra es un tema del día y donde se han establecido una cantidad mayor de municipios desde mediados del siglo XX, logrando que los resguardos queden inmersos

en las dinámicas de la población mayoritaria. Hay que aclarar que estos resguardos están expuestos a la deforestación y cambios de uso del suelo, por presiones externas a las que se ven expuestas. Por su parte las dos últimas regiones cuentan con los resguardos más extensos, donde la densidad poblacional es menor y su rol como portadores de conocimientos y sus modos de vida sostenibles, les han dado el título a sus pobladores de guardianes de la selva.

La población indígena presenta dinámicas diferentes motivadas principalmente por el contacto de estas sociedades a las economías de mercado, tanto legales como ilegales y formales como informales, y por el intercambio interétnico que se da de forma natural. En estudios realizados entre el 2017-2018, por el Instituto SINCHI, sobre Indicadores de Bienestar Humano Indígena (IBHI) en el Departamento del Amazonas, se revela que, en promedio, la población indígena ha salido de sus territorios en un -1,4% (Acosta *et al.* 2020).

Es un flujo negativo, que, aunque se considera estable, puede ser determinante para la permanencia de la población en sus territorios, dado que son poblaciones bastante pequeñas y de alta vulnerabilidad en términos demográficos. De otra parte, los mismos indicadores, revelan una alta diversidad étnica, del orden del 60,9% en promedio (Acosta *et al.* 2020), provocado, dentro de otros, por el intercambio étnico facilitado por la apertura de rutas de mercados y por los procesos de formación que lleva a los estudiantes a centros escolares, por fuera y dentro de los territorios, donde se facilitan, en gran medida, estos intercambios..” (Instituto Sinchi-14 asentamientos y Resguardos

Indígenas.:2019) <https://ierna.sinchi.org.co/informe/14-asentamientos-y-resguardos-indigenas/#>

Son diversas las propuestas anunciadas oficialmente para articular a las comunidades amazónicas a estos programas:

- La normatividad que incluyó en el país el pago por servicios ambientales (decreto 870 del 2017) fue expedida en el contexto de la implementación de los acuerdos de paz con las FARC abriendo la posibilidad de complementar la sustitución voluntaria de cultivos. El PAS en zonas de colonato (dado que la base social de esta guerrilla la conformaban colonos) incluía la formalización de la propiedad a condición de que ejecutaran esta política conservacionista. En el Amazonas existe una franja importante de colonos con sembradíos de coca. Hasta el momento este programa ha tenido muy poca cobertura.

- El actual Presidente Gustavo Petro propuso la conformación de un Fondo Estatal para la selva Amazónica financiado con cargas tributarias “. Ese Fondo serviría para “pagarle a las familias campesinas de los seis departamentos amazónicos “Dos, tres millones de pesos mensuales para no tocar la selva, y allí donde esté el potrero ya, dejar

crecer la selva; en ese millón de hectáreas que ya se evaporaron; recuperar la frontera natural de la selva, vivir de eso”.

- Esta propuesta la combinó con la de conformar concesiones familiares hereditarias que deben aprobarse mediante ley para entregar títulos “que no pueden ser de propiedad sino de concesión, dado que la selva es un baldío nacional, lleno de vida” y que estén centrados en la bioeconomía (INFOBAE:2022 Gustavo Petro propone pagar entre 2 y 3 millones de pesos a familias campesinas por cuidar la Amazonía <https://www.infobae.com/america/colombia/2022/10/26/gustavo-petro-propone-pagar-entre-2-y-3-millones-de-pesos-a-familias-campesinas-por-cuidar-la-amazonia/>)

- El canje de deuda por naturaleza política en la que ya el gobierno ha venido avanzando en negociaciones con el FMI y representantes del capital financiero transnacional.

Sin embargo, estas propuestas aparecen como un diseño político-jurídico necesario para obtener las grandes inversiones del capital financiero. Existe una amplia red de ONGs asociadas con estos capitales ya en terreno ejecutando este tipo de proyectos. A manera de ejemplo, en Marzo del 2022, Jeff Bezos, el fundador de Amazon vino al país con el fin de oficializar su apoyo financiero en temas ambientales a través de la fundación Bezos Earth Fund e impulsar la meta de la estrategia 30x30, la cual busca proteger 30% de las áreas nacionales marinas y terrestres a 2030...” El entonces Presidente Iván Duque a manera de oferta de negocios lo invitó a que sobrevolara en la amazonía colombiana el parque de Chiribiquete, “la zona protegida más grande del país y fue declarado por la Unesco como patrimonio natural y cultural de la humanidad. Tiene 960 especies de fauna, 82 de mamíferos, 492 de aves, 209 de mariposas, y más de 2.000 clases de flora identificadas. Además, posee 62 tipos de ecosistemas que brindan beneficios relacionados con la regulación del clima, provisión de agua, purificación del aire y almacenamiento de carbono. La República: Marzo 2022) Fundador de Amazon puso su atención en Chiribiquete y apoyará metas ambientales <https://www.larepublica.co/empresas/fundador-de-amazon-puso-su-atencion-en-chiribiquete-y-apoyara-metas-ambientales-3315488>)

Algunas empresas transnacionales manipulan a las comunidades étnicas en la firma de los contratos para obtener bonos de carbono Tal es el caso de la compañía colombiana Waldrettung, que dice ser filial de una firma alemana que no figura en el registro comercial de ese país y que les propuso a ocho grandes resguardos indígenas contratos de bonos de carbono en el Amazonas.

“Llegaron, los reunieron y firmaron el acuerdo, no sabemos por cuántos años. No han pasado a socializar en nuestra zona; solo a recoger firmas, pero ni siquiera tenemos claro

qué es lo que firma la gente”, cuenta un líder de una asociación indígena en el Vaupés, que pidió omitir su nombre por la sensibilidad del tema en su territorio. Estas asociaciones son organizaciones en las que se agrupan las comunidades cercanas al casco urbano de Mitú y que también forman parte del Gran Resguardo. (Lo que dicen los contratos de bonos de carbono que dividen a las comunidades indígenas del Vaupés:2022 <https://carbono-opaco.elclip.org/index2.html> =

Aún sino se tratara de actuaciones engañosas de los inversionistas ,es un hecho que para las comunidades rurales y étnicas se trata de una imposición que determina beneficios financieros , que desestructura la economía campesina y que no actúa en contra del “cambio climático”. La resistencia a estas políticas a escala internacional por parte del movimiento campesino e indígena organizado y de asociaciones ambientales ha sido continuo y expresado de diversas maneras. Previo a la cumbre y en las propias calles de Glasgow, coordinaciones activas de las mismas se pronunciaron en contra de instrumentos como los bonos de carbono y de la *financiarización de la naturaleza*. Citamos los apartes relevantes de uno de ellos:

“Estas estrategias empresariales deliberadas, distraen la atención de la necesidad urgente e innegable de eliminar las emisiones de combustibles fósiles;

- Encubren la responsabilidad de las grandes empresas y las élites por sus emisiones de carbono, así como la responsabilidad de los gobiernos de regularlas; y: Profundizan la financiarización de la naturaleza, reduciendo a carbono comercializable la increíble diversidad de los bosques, pastizales y humedales de nuestro planeta y desencadenando una nueva y masiva

apropiación de recursos de los Pueblos Indígenas, campesinos y comunidades locales, principalmente en el Sur global.

- Los bosques y los ecosistemas son mucho más que el carbono almacenado en ellos. Son ecosistemas vivos, que respiran, sitios culturales y espirituales, fuentes de vida para millones de personas en todo el planeta. (...) la compensación de emisiones no reduce realmente las concentraciones atmosféricas de dióxido de carbono (CO₂). En el mejor de los casos no conducen a un aumento neto de las concentraciones atmosféricas y las emisiones de CO₂ continúan aumentando a un ritmo letal (“En Busca de Unicornios de Carbono;2021”).

Esta política viene siendo acompañada por todo los gobiernos que cuentan con parte de su territorio en el Amazonas. Debe recordarse que la cuenca del río Amazonas totaliza 7.350.621 kilómetros cuadrados, de los cuales 67,8 en Brasil; 13 en Perú ; 11,2 por ciento en Bolivia; 5,5 en Colombia; 1,7 en Ecuador; y 0,7 en Venezuela. Con territorios en Surinam, Guayana Francesa y la porción fuera de cuenca, suma 40 por ciento

del subcontinente, 7.789.790 kilómetros cuadrados Hacia finales del 2019 los presidentes de estos países y los representantes de Guyana y Surinam celebraron una cumbre virtual para discutir los continuos esfuerzos de protección de la Amazonia. Solicitándole al BID "la formulación, estructuración, implementación y administración de la Iniciativa de Financiamiento para el Desarrollo Sostenible y Bioeconomía para la Amazonía y su instrumento financiero, el Fondo Multidonante". (Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe:2019)

Con la llegada de nuevo de Lula Da Silva a la Presidencia del Brasil la institucionalización de los "negocios verdes" será una prioridad. Desde su discurso de posesión mostró la intención de recuperar el 'Plan de Acción sobre la Deforestación' con Marina Silva al frente del Ministerio de Medio Ambiente el cual no solamente incluirá a la Selva Amazónica sino también el Cerrado, la Selva Atlántica, la Caatinga, la Pampa y el Pantanal. Lula, además, descongeló los recursos del Fondo Amazonía- 2008 iniciando el camino de la ejecución de proyectos. Con el Presidente Petro que asistió a su posesión iniciaron el diseño de políticas conjuntas.

La política exterior del gobierno Biden , el énfasis en el “capitalismo verde” y la Amazonía

En los inicios del 2021, Joe Biden, expidió la orden ejecutiva (EO) 14008 justificada en las exigencias que el “cambio climático” le demanda al liderazgo internacional norteamericano. En el aparte inicial aclara los objetivos de la misma, “Esta orden se basa y reafirma las acciones que mi Administración ya ha tomado para colocar la crisis climática al frente de la política exterior y la planificación de la seguridad nacional de esta nación, incluida la presentación del instrumento de aceptación de los Estados Unidos para reincorporarse al Acuerdo de París. Al implementar, y aprovechar, los tres objetivos generales del Acuerdo de París (una temperatura global segura, mayor resiliencia climática y flujos financieros alineados con un camino hacia bajas emisiones de gases de efecto invernadero y desarrollo resiliente al clima), Estados Unidos ejercerá su liderazgo para promover un aumento significativo en la ambición climática global para enfrentar el desafío climático

En la sección 102, literal g, numeral iii, ordena al secretario del Tesoro que implemente , “con el secretario de Estado, el Administrador de Usaid y el director de la International Development Finance Corporation (DFC), un plan que sirva a la protección de la Amazonía conforme a los parámetros establecidos por los organismos internacionales sobre “mercados verdes”. ...”. Executive Order on Tackling the Climate

Crisis at Home and Abroad:2021 <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/01/27/executive-order-on-tackling-the-climate-crisis-at-home-and-abroad/>). No cabe duda que para el gobierno Biden el participar en la expansión del “capitalismo verde” no se reduce a la colocación de flujos financieros , sino que igualmente constituye un tema de seguridad nacional.

Este énfasis de la política exterior estadounidense ya ha tenido consecuencias en el país. A finales de Octubre del 2022, en acto oficial realizado en la base antinarcóticos de la policía en San José del Guaviare el Presidente Petro recibió 7 helicópteros Black Hawk que fueron entregados por el encargado de Negocios de la Embajada de los Estados Unidos, Francisco Palmieri. (INFOBAE:2022) Estados Unidos entregó 7 Helicópteros Black –Hawk al gobierno Petro para ayudar a la defensa del Medio Ambiente, <https://www.infobae.com/america/colombia/2022/10/26/eeuu-le-entrego-7-helicopteros-black-hawk-al-gobierno-petro-para-ayudar-en-la-defensa-del-medio-ambiente/>

Esta entrega hizo parte de acuerdos con la Comandante del Comando Sur de Estados Unidos, Laura J. Richardson. : “para conformar una fuerza con alcances militares, tendría el objetivo central de proteger el Amazonas de los incendios que se registran, cada vez, con mayor frecuencia en esta zona del planeta. Esta situación, aseguró el presidente, representa un problema de seguridad que involucra a toda la humanidad. “

Finalmente, debe insistirse en el tema de los canjes de deuda por naturaleza que dejan intacta la deuda que los acreedores tienen en nuestros países como resultado de la corrupción y la especulación financiera y les posibilita el adquirir partes de territorios , cercenando las soberanías nacionales, que concesionan a comunidades campesinas y étnicas negocios verdes que luego titularizan en los mercados internacionales de capitales. Suelen aparecer una transacción voluntaria en la que un acreedor cancela o reduce el importe de la deuda de un país en desarrollo a cambio de que el deudor se comprometa financieramente con la conservación. Los canjes suelen implicar a países con problemas financieros y que tienen dificultades para reembolsar la deuda externa. Los ingresos generados por los canjes suelen ser administrados por fondos fiduciarios locales para la conservación o el medio ambiente.

Los acreedores pueden ser gobiernos de países desarrollados, bancos comerciales o incluso empresas privadas. Los canjes de deuda comercial implican la venta de la deuda de un banco comercial en los mercados secundarios a tipos de interés descontados. Los canjes bilaterales de deuda implican la deuda de los gobiernos, conocida como deuda soberana, y suelen requerir un plan de reestructuración para el país deudor. También hay canjes "trilaterales". En ellos, una ONG compra la deuda pendiente del acreedor en un mercado secundario a tipos de interés reducidos, y luego renegocia la obligación de la

deuda con el país deudor.

Bibliografía:

Amigos de la Tierra Internacional, La Vía Campesina, Indegenous Enviorement Network, Corporate Accountability, Asian Peoples, Movement on Debt and Development, Third World Network, Corporate Accountability, Asian People, Movement on Debt and Development, , Third World Network , CrassRoots Global Justice Alliance, Climate Justice Alliance, Justicia Ambiental. <https://www.tierra.org/wp-content/uploads/2021/02/Amigos-de-la-tierra-internacional-unicornios-de-carbono-espanol-1.pdf>

Bairoch Paul, (1967) Diagnostic. de l'évolution économique du Tiers-Monde, 1900-1966, Paris, Gauthier-Villars

Bastos Lima y Palme (2022) El nexu entre bioeconomía y biodiversidad: ¿Mejora o socava las contribuciones, de la naturaleza a las personas? <https://www.sei.org/publications/bioeconomy-biodiversity-nexus/>

Cancillería de Colombia, Discurro de Posesión Presidencial de Gustavo Petro <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/palabras-presidente-republica-gustavo-petro-urrego-tomar-posesion-jefe-estado>

Consejo Asesor Internacional sobre Bioeconomía Global (IACGB por su siglas en inglés), en el marco de las Cumbres Globales sobre Bioeconomía (IACGB, 2015; IACGB, 2018; IACGB, 2020). <https://gbs2020.net/about/international-advisory-council/>
(Cancillería de Colombia:2022 Discurao de posesión de Gustavo Petro como Presidente de la República <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/palabras-presidente-republica-gustavo-petro-urrego-tomar-posesion-jefe-estado>

Foster John Belamy. (2022) La naturaleza como modo de acumulación: el capitalismo y la financiarización de la Tierra, recuperado en, <https://jussemper.org/Inicio/Recursos/Info.%20econ/Resources/JBFoster-NaturalezaModoAcumulacion.pdf>

Foster John Belamy e Intan Suwandi (2021) “Covid 19 y Capitalismo Catastrofico” recuperado en, <https://www.sinpermiso.info/textos/covid-19-y-capitalismo-catastrofico>

INDEPAZ:2022, Discurso de Gustavo Petro en Naciones Unidas, <https://indepaz.org.co/wp-content/uploads/2022/09/Discurso-ONU.-Gustavo-Petro-Urrego.-COL.pdf>

“Informe de Síntesis Evaluación de los Ecosistema del Milenio” (2022) , recuperado en <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.439.aspx.pdf>

La silla Vacía:2022 “Sin Salvaguarda para los Proyectos de Carbono, No hay Paraíso “ <https://www.lasillavacia.com/historias/silla-nacional/sin-salvaguardas-para-los-proyectos-de-carbono-no-hay-paraiso/>

Marco Normativo para Fomentar el Biocomercio como oportunidad de desarrollo en los países andinos (2020), recuperado en

https://issuu.com/alanfairliereinoso/docs/marco_normativo_sobre_biocomercio

Proyecto REDD+ de Pago por Resultados para Colombia Período de resultados [2015-2016]
Marco de Gestión Ambiental y Social (MGAS) Colombia Marzo 27, 2020 Organización de las
Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura –
FAO:2022

<https://visionamazonia.minambiente.gov.co/content/uploads/2020/05/ESS-Colombia-Spanish.pdf>)

REDD++ y los Territorios Indígenas y Campesinos, Centro de Estudios para el Cambio en
el Campo Mexicano (Ceccam); 2012. <https://www.ceccam.org/sites/default/files/AAA-REDD%2BWeb.pdf>

Veterinarios sin fronteras(2019) recuperado en
http://www.uco.es/zootecniaygestion/img/pictorex/26_11_41_7_la_revolucion_ganadera.pdf

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: BREVE HISTÓRICO, DOCUMENTOS LEGAIS E RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARINTINS-AM

Genay Oliveira Santana, Jennifer Lene Barbosa Diniz, João Marques Paes Neto, Rosana Ramos de Souza, Samuel Almeida Costa

Resumo

O presente trabalho é resultado de estudos realizados no componente curricular Educação Indígena e tem como objetivo delinear seus marcos históricos da educação escolar indígena, suas lutas, reivindicações e os documentos legais dessa modalidade de ensino. Além disso, apresenta uma entrevista realizada com professor bilíngue de uma escola da rede municipal de Parintins-AM. A escola indígena hoje tem seu currículo imposto historicamente e é um dos campos de educação mais politizados pelo o poder na busca dos direitos que nem sempre são atendidos. Diante disso, é preciso que haja um engajamento coletivo por parte de toda comunidade escolar e o cumprimento do papel do poder público no que diz respeito a garantia do ensino dos traços culturais das populações indígenas que compõe o espaço geográfico brasileiro, a fim de que a educação pública possa de fato ofertar um ensino inclusivo a todos.

Palavras-chaves: Educação Escolar Indígena. Povos Indígenas. Língua Sateré-Mawé.

Introdução

O presente trabalho é resultado de estudos realizados no componente curricular Educação Indígena e tem como objetivo delinear um breve histórico da educação escolar indígena, suas lutas, reivindicações, opressões do estado e os marcos legais dessa modalidade de ensino. Além disso, apresenta uma entrevista realizada com professor bilíngue de uma escola da rede municipal de Parintins-AM.

Para a realização deste trabalho foram necessárias discussões em sala de aula, pesquisa bibliográfica, levantamento de dados em sites indicados pela orientadora dos discentes-pesquisadores e a adoção da entrevista como técnica de coleta de dados durante a pesquisa de campo.

Os estudos utilizados neste trabalho são os de Grupioni (2006), que destaca a falta de políticas públicas como impedimento para a efetivação dos direitos indígenas já garantido em lei; de Melià (2019), que destaca que é preciso conhecer a racionalidade indígena para só assim elaborar ações pedagógicas significativas; e de Sacristán (1995) que propõem um currículo diversificado sobre o currículo dominante, a fim de garantir que os interesses de todos sejam preservados dentro do espaço escolar, além de legislações específicas sobre a temática que contribuíram para enriquecimento das discussões.

Este trabalho constitui-se como importante instrumento de conhecimento sobre a realidade educacional dos povos indígenas na região do baixo Amazonas, especificamente

da etnia Sateré-Mawé, e contribuiu para a criação de políticas públicas que visem sanar os problemas dessas populações no que tange à promoção de um ensino inclusivo na educação pública.

Breve Histórico da Educação Escolar Indígena: Lutas e Reinvenções

A primeira escolarização ofertada aos povos indígenas foi proposta pelos Jesuítas e as crianças tinham uma educação integral, onde a catequese era tida como um meio de educá-los e salvá-los. Esse tipo de ensino não foi visto como uma educação escolar, mas como uma escolarização voltada totalmente para a catequese e para a civilidade, a fim de que se tornassem humanos e civilizados, pois eram considerados selvagens.

A educação escolar indígena nos anos 70 inicia sua luta a partir do surgimento de importantes movimentos indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1973. Nos anos 80, é criado o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que ajudou as lideranças no reconhecimento sobre a demarcação das terras. Em seguida, surgiram inúmeras organizações de professores indígenas, associações de povos indígenas e outros, que embora fossem diferentes organizações, lutavam pelas mesmas causas.

A escola indígena hoje tem seu currículo imposto historicamente e é um dos campos de educação mais politizados pelo poder na busca dos direitos que nem sempre são atendidos. Segundo Grupioni (2006) “a falta de vontade política de setores governamentais continua sendo o principal impedimento para que os direitos conquistados na legislação se efetivem, transformando as escolas indígenas”. (p. 63) Diante disso, percebemos o empenho incessante da comunidade escolar indígena na construção de um currículo que garanta efetivamente seus direitos e contemple seus aspectos históricos, sociais e culturais, e propicie a reafirmação de sua identidade.

Assim, os movimentos indígenas foram conquistando espaços importantes com destaque na política partidária, elegendo prefeitos e vereadores indígenas, e em instituições públicas, como em setores das secretarias de educação. Sabemos que ainda existem inúmeros desafios a serem vencidos, pois essa modalidade de educação é marcada pelas lutas dos movimentos que muitas vezes resultaram em vitórias, mas também em perdas.

Marcos Legais da Educação Escolar Indígena

O reconhecimento do direito dos povos indígenas de manterem a sua identidade cultural é assegurado na Constituição de 1988, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. Sobre isso, inferem os artigos 231 e 232:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Mesmo que os direitos dos povos indígenas estejam assegurados na lei, é preciso certificar-se que eles não fiquem presos às linhas da Constituição. Para isso, é imprescindível que agentes públicos e instituições públicas promovam ações efetivas que objetivem proteger seus territórios e garantir o respeito a identidade cultural dessas populações.

Outra legislação que assegura os aspectos relacionados a garantia da educação escolar indígena é a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB Art. 78 e 79) onde aborda que:

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

I - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

Mais que garantir o direito dessas populações a uma educação inclusiva, é garantir que haja o (re) conhecimento de sua identidade cultural por parte da sociedade não indígena, a fim de que o devido respeito seja estabelecido.

O Referencial Curricular Amazonense (RCA) é a proposta curricular do estado do Amazonas que deve alcançar um olhar sobre a legislação existente reafirmando o cumprimento da lei nº 11.645/2008, que garante a oferta do ensino da história e da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas públicas, de modo que os sistemas estaduais e municipais de ensino possam incluir em suas propostas curriculares, elementos referentes às identidades e culturas indígenas, sendo abordados em todos os componentes curriculares e materializados em sala de aula, objetivando desconstruir a imagem estereotipada das populações indígenas, historicamente construídas com base em estigmas negativos e arbitrários.

Metodologia

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois ela trabalha com um universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001) Dessa forma, permite analisar de maneira crítica a realidade social em que estão inseridas muitas crianças indígenas que buscam uma educação verdadeiramente inclusiva que as possibilite emancipar-se sem abrir mão de sua identidade cultural.

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada neste trabalho, pois ela é tida como importante instrumento de compreensão da dimensão que permeiam uma pesquisa educacional. Dessa maneira, Fonseca (2002) destaca que “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” (p. 32). Antes mesmo de ir a campo, o pesquisador deve, primeiramente, consultar obras que fundamentem a sua pesquisa, a fim de que ela promova um rico arcabouço teórico e forte embasamento científico.

Na coleta de dados, utilizou-se a técnica da entrevista que, segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 278), é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias”. Contribuindo não só para enriquecer o conhecimento sobre determinada temática, mas também na criação de políticas públicas que visem sanar os problemas sociais que serão evidenciados a partir das constatações obtidas.

Relato de Experiência em uma Escola Urbana de Parintins-AM

Foi realizada uma entrevista com um professor bilíngue natural da etnia Sateré-Mawé, do clã gavião, que trabalha em uma escola da rede pública municipal de ensino de Parintins-AM há alguns anos. Iniciamos questionando sobre quais eram as etnias dos alunos que frequentam a escola? O professor respondeu que existem duas etnias na escola, os Sateré-Mawé e os Hixkaryana. Esta última pertence ao município de Nhamundá e cada uma delas possui sua variação linguística.

Depois foi perguntado como ocorre o processo de socialização dos alunos indígenas na escola? O educador respondeu que essa socialização é bem complexa, devido à baixa frequência de alunos pertencentes à etnia Hixkaryana, cerca de três ou quatro, enquanto que

a outra parte, em grande número, são da etnia Sateré-Mawé. Além disso, comentou que a diferença entre essas línguas é enorme, o que dificulta um pouco o processo de socialização entre as crianças. Diante disso, elas preferem se comunicar em Português que é a língua que elas já conseguem dominar. E isso vem desde a comunidade que são oriundas, pois são os seus próprios pais já utilizam com mais frequência o Português. Na verdade, as crianças têm um pouco de vergonha de falar publicamente em suas línguas maternas, e preferem se comunicar através da Língua Portuguesa. Sobre isso Melià (1999, p. 11) destaca que “a comunidade indígena, tanto como povo quanto como aldeia, tem uma racionalidade operante que temos que saber descobrir para que as novas ações pedagógicas possam praticá-la”. E para isso acontecer é preciso realizar o devido diálogo com essas populações, sem desconsiderar sua identidade, a fim de que essas práticas pedagógicas possam contribuir para a inclusão indígena na educação regular sem dificuldades.

Perguntamos também se os alunos indígenas são falantes da Língua Materna? E o professor respondeu que alguns sim, porque existem outros que nasceram nas suas comunidades e vieram para a cidade estudar já sabendo falar a língua materna, mas aqueles alunos que nasceram aqui na cidade, até compreendem a língua, porém, não conseguem pronunciar-la por ser mais complicada de se pronunciar. Outro problema é que, como eu já citei antes, os próprios pais das crianças não têm o costume de se comunicar com elas através de língua materna e preferem o utilizar o Português. Questionamos ainda se na escola, os alunos enfrentam algum desafio em relação a Língua Portuguesa? E Quais seriam? E fomos respondidos que sim, pois, segundo o professor, existem seis vogais na língua Sateré-Mawé, A – E - I - Y - O - U. O “Y” seria a sexta vogal e possui uma enorme importância na pronúncia.

Foi perguntando ao professor se naquela escola havia evasão escolar dos alunos indígenas? E quais eram os principais motivos? E ele nos respondeu que havia sim, e que um dos principais motivos eram as dificuldades que muitas crianças indígenas encontravam em aprender a Língua Portuguesa, o que as levava a desistir dos estudos aqui na cidade e retornar às suas comunidades de origem. Geralmente, as crianças indígenas que nasceram e vivem aqui na cidade encontram mais facilidade em aprender e se adaptar com o Português, diferentemente daquelas crianças que nasceram lá nas comunidades indígenas e que depois vinham para a cidade para estudar, principalmente quando a família delas não tinha o costume de se comunicar através da Língua Portuguesa.

Outra questão levantada foi a respeito dos principais desafios encontrados no processo de ensino aprendizagem dos estudantes, na qual o educador respondeu que acreditava se tratar da falta de professores indígenas e de materiais nas escolas. E que durante o seu estudo de Magistério Indígena confeccionou, juntamente com os colegas, alguns livros de alfabetização, mas que foram pouco utilizados devido as grandes dificuldades

de leitura que as crianças apresentavam na época. Sem contar que as variações da Língua Sateré-Mawé, que já foram citadas antes, atrapalham muito na hora de produzir um conteúdo único sobre a língua.

Perguntamos se a escola promove ações que visam desenvolver uma reflexão acerca do respeito à identidade, à interculturalidade e a diversidade étnica dos povos indígenas? O professor respondeu que até aquele momento não, mas que ele havia entregue para a gestora da escola uma proposta de como desenvolver um trabalho escolar com as crianças, onde elas teriam que produzir pequenos textos sobre suas realidades, como se estivessem contando uma história sobre suas vidas. E continuou comentando que percebe que as escolas não só de Parintins, mas no país todo promovem atividades sobre questões da cultura indígena e afro de forma descontextualizada da realidade, limitando suas atividades escolares apenas as datas comemorativas, como no Dia do Índio (agora denominado de Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas) e no Dia da Consciência Negra.

Sobre o rendimento escolar dos alunos, perguntamos quais seriam as possibilidades que poderiam ser apontadas para que houvesse melhores rendimentos dos alunos indígenas na escola urbana? O professor enfatizou que seria o incentivo dos pais das crianças a falarem a Língua Sateré-Mawé, pois existem muitos pais que preferem que as crianças não falem mais esta língua, a fim de apropriarem-se apenas do Português. E destacou que sempre que pode aconselha-os a não fazerem isso, porque, segundo ele, essa é identidade deles e não podem deixa-la morrer.

Sobre o papel do poder público, perguntamos como a Secretaria Municipal de Educação poderia ajudar em ações que promovam a inclusão da comunidade indígena nesta e nas demais escolas do município de Parintins? Contratando mais educadores indígenas, respondeu o educador, porque muitas vezes nós somos enviados às outras escolas do município para ajudar no trabalho pedagógico que é realizado com as crianças indígenas que estudam nessas escolas. Não tem professor lá! E por isso nós temos que dar conta desse trabalho cansativo. E destaca que existem muitos indígenas formados em Pedagogia nas comunidades, mas o poder público não oferece vagas de emprego para eles, muitas vezes por questões políticas, e quem se prejudica são as crianças. É a educação que perde. Se eles fossem contratados, poderiam se unir aos educadores indígenas que já atuam no ensino da rede pública e elaborar materiais didáticos para que fossem trabalhados nas escolas, mas infelizmente não é assim.

Sobre a elaboração de materiais didáticos na educação indígena, podemos remeter ao currículo acadêmico, pois sabe-se que é recente a inserção do componente curricular de Educação Escolar Indígena nos cursos de formação de professores de algumas instituições de ensino superior do país. Com isso, o currículo deve ser diversificado e multicultural,

conforme enfatiza Sacristán (1995), ao abordar que

o currículo multicultural exige um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, no qual os interesses de todos sejam representados. Mas para torná-lo possível é necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma mentalidade diferente por parte dos professores, pais, alunos, administradores e agentes que confeccionam os materiais escolares (SACRISTÁN, 1995, p. 83).

Nossa última pergunta foi sobre o que é necessário fazer para que houvesse uma integração real dos alunos indígenas dentro do âmbito escolar? De acordo com o educador, é preciso haver uma valorização da Língua Sateré-Mawé, pois os próprios indígenas a desvalorizam. Muitos pais incentivam os seus filhos a aprenderem a Língua Portuguesa e a esquecerem a materna, eu já citei isso e reafirmo para vocês. Isso não bom! O indígena precisa valorizar a sua cultura, suas tradições, e sua língua. Mas ainda assim, com tudo isso que eu falei, muitos indígenas da etnia não perderam o costume. É preciso que o próprio indígena compreenda que ele próprio é responsável pela manutenção do seu universo cultural, e a escola é um dos espaços cruciais que contribuem para tal manutenção. Eu gostaria de ver os pais que incentivam os filhos a aprenderem a Língua Portuguesa incentivando-os a aprenderem a Língua Sateré-Mawé, e não sobrepondo uma sobre a outra.

Considerações Finais

Dado o exposto, sabe-se que a realidade dos povos indígenas em todo país historicamente é marcada por lutas, reivindicações, conquistas e perdas, principalmente no que tange o acesso e a permanência de crianças indígenas nas escolas públicas brasileiras. Essa parece ainda ser uma das discussões que repercutem de forma polêmica por parte do poder público, que geralmente age com omissão em relação a essa demanda.

Sabe-se que a referida escola escolhida para a entrevista, bem como o professor entrevistado, são raras exceções nesse campo de ensino da Linguagem Indígena nas escolas país a fora. E ainda que a escola seja vista como referência nesse tipo de ensino, a mesma apresenta inúmeras dificuldades constatadas nas respostas dadas pelo professor.

Diante disso, é preciso que haja um engajamento coletivo por parte de toda a comunidade escolar e o cumprimento do papel do poder público no que diz respeito a garantia do ensino dos traços culturais das populações indígenas que compõe o espaço geográfico brasileiro, a fim de que a educação pública possa de fato ofertar um ensino inclusivo a todos. Essa garantia democratizaria mais ainda o ensino nas escolas e proporcionará a inclusão escolar das crianças indígenas nos centros educacionais, desde a mais tenra idade. Além do mais, como é bem afirmado por Baniwa (2013, p. 3) em seu artigo, “o reconhecimento

de existência sociocultural e étnico é o primeiro passo para o reconhecimento e garantia de direitos específicos. ” E também para a desconstrução de estereótipos historicamente constituídos, de modo que a identidade cultural dos diversos grupos que compõe a pluralidade étnica do nosso país seja ensinada e respeitada em nossas escolas.

Referências

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas**. Goiânia-GO. 2013

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). SECADI: Programas e ações Brasília, MEC/SEF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoess#:~:text=Os%20programas%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20da,eqidade%20e%20respeito%20%C3%A0s%20diferen%C3%A7as.>

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). SEMESP: Programas e ações Brasília, MEC/SEF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/modalidades-especializadas-de-educacao/programas-e-acoes-semespii.>

_____. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9. Acesso em: 09 de set de 2022.

FERST, Enia Maria; RAMOS, Adine da Silva; SILVA, Graciete Barros; SOARES, Livia Késsia da S. R. **Educação escolar indígena no Brasil: avanços e retrocessos ao longo da história da educação**. Editora Científica. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/21012932.pdf>. Acesso em: 09 de set de 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) **Formação de professores indígenas: repensando a trajetória**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 39-68. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf>. Acesso em 15 set. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 10.

MELIÀ, Bartolomeu. **Educação indígena na escola**. Cadernos Cedes. São Paulo. 1979. p.11

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 11. SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In.

Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (orgs.). **Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In. Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (Orgs.). **Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DIÁLOGO DE SABERES: COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO ANDIRÁ, DEVOLUTIVA DAS PRODUÇÕES DA EDIÇÃO II

Alice Conceição Pedreno, Tarciara Raquel dos Santos Castro, Hayná Andrade, João Marinho da Rocha

Resumo

O presente texto versa sobre experiências e devolução dos materiais de uma pesquisa de Extensão que durante a pandemia da Covid-19 não pode ser realizada. Diante disso, houve a necessidade de outro projeto para devolução dos materiais da pesquisa, para essa atividade se criou uma rede de apoio de outros projetos que também se voltam para o mesmo ambiente de pesquisa e como essa contribuição enriqueceu a atividade que foi muito além das expectativas, onde neste texto será apresentado. O Quilombo de Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará, tem a seu respeito um catálogo de fotos que apresenta os espaços simbólicos, de saberes tradicionais, patrimoniais e pertencimento. Biografias de quatro moradores que apresentam fontes de informações variadas e potencialidades de uma educação escolar quilombola. Estes materiais foram plantados nas escolas quilombolas e apresentados para todos os demais quilombos do rio Andirá.

Palavras-chaves: Devolução de materiais de pesquisa. Comunidades Quilombolas do Andirá. Experiências de pesquisa.

Introdução

O espaço é dinâmico, abrange vários fenômenos sociais naturais e outros, estando sempre em constante movimento e havendo variáveis. Mesmo que se faça um pequeno recorte de pesquisa, ainda assim, é complexo e fascinante ao mesmo tempo. Analisar um objeto de pesquisa por um ângulo por si já é rica de informações, ao contrário, analisá-lo em diferentes perspectivas nos permite compreender de maneira geral o objeto da pesquisa. Outrossim é como os resultados são devolvidos.

Esses escritos irão se ocupar sobre o reenvio de saberes que retratou numa nova roupagem destacando a valorização de si e sobre si, dos saberes locais, onde possibilitou e possibilita que as pessoas se enxerguem como potencialidades em diferentes campos do saberes e de melhorias para seu espaço de vivência, também um meio de quebrar padrões de preconceitos existências.

Mostrar através de experiências que se fizeram presente na devolução do projeto de extensão intitulado “HISTÓRIA, SABERES E PATRIMÔNIOS II: diálogos saberes. (Núcleo de Estudos afro-brasileiro — NEAB/CESP/UEA e Comunidades quilombolas do rio Andirá), devolutivas das produções da edição II, contextos remotos/Híbridos”, onde foi necessário sua criação após o momento pandêmico não permitir que se fizesse a devolução

dos matérias coletados durante 2021 a começo de 2022. Apresenta a rede apoio, interações entre conhecimentos, saberes da pedagogia, da história, letras, saberes locais e outros mais. Em primeiro momento se ocupará do local de pesquisa e suas características gerais, suas potencialidades de estudos e investigações. Em seguida, trará sobre as impossibilidades que a pandemia causou no projeto anterior, por outro lado, apresenta também seus caminhos de análise até os resultados. Por conseguinte, os escritos sobre os quatro dias de devolutivas e seus respectivos resultados que foi além do esperado.

Desenvolvimento

O local de pesquisa e a realização das devolutivas ocorreram no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, fica no Município de Barreirinha, juntamente com as demais comunidades que compõem o território Quilombola do Andirá, como, comunidade Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Trindade, e os núcleos da Pagoa, Distrito de São Paulo do Açú, São Marco e Lírio dos Vales, foram reconhecidas como território Quilombola em 2013. No processo de legalização de terras a memória se tornou muito mais importante quanto os documentos em escritos, muito fundamental para a Comunidade, na obtenção da categoria de Remanescente Quilombola, onde a memória foi buscada na ancestralidade entre os integrantes do grupo (LITTLE, 2002, p. 11).

Ainda, o reconhecimento como território Quilombola se deu ali mesmo nos próprios terreiros, nas casas de farinhas e dos próprios patrimônios vivos, que são os moradores que contribuíram para o desenvolvimento local e que contribuem para novos caminhos do Quilombo, que guardam na estante da memória saberes e tradições que ajudaram nessa conquista. “Ao tudo indica, a memória passou a desempenhar importante papel na (re)construção de caminhos que os levassem ao „aprender a ser e a „dizer-se a ser” (BRANDÃO *et al.* 2010) negros e, por conseguinte quilombolas no Andirá” (ROCHA, 2019, p. 144).

Santa Tereza do Matupiri atualmente é o maior território quilombola do baixo Amazonas, de vila passou para categoria de Distrito em 30 de abril de 2010, pela Lei Municipal nº 096/2010, tendo atualmente três bairros e as ruas que são nomeadas com referência aos antigos moradores. A maioria das casas é feita de madeira, há tipicamente quintais estendidos, casa de farinha comunitária, posto de saúde (UBS) que atende a todos os demais quilombos, duas escolas que acolhe desde os anos iniciais até o ensino médio tecnológico, dispõe de poço artesianos, luz 24 horas. A principal base de alimentação é a farinha de mandioca e o pescado.

“Santa Tereza é o centro das comunidades quilombolas do Andirá, possuindo 142

famílias, contabilizando 621 indivíduos, com o maior número de remanescentes quilombolas, carregando traços dos antigos negros angolanos trazidos por volta do final do século XIX, deixando suas danças, costumes, cultura, tradições e linguagens características do local [...]” (PEDRENO, 2022, p.34).

Para a devolução dos materiais da pesquisa, que surge a partir de uma pesquisa anterior chamado “História, Saberes e Patrimônios II: diálogos para e entre ciências”, criado a partir do núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas NEAB/CESP/UEA, entre 2021-2022.

Tinha-se como objetivo geral o promover diálogo entre a Universidade do Estado do Amazonas e professores do campo das redes municipais de educação de Barreirinha, no sentido de promoção da sustentabilidade, da transformação social como forma de garantir a democratização do conhecimento. Objetivo específico, I- Proporcionar encontro de saberes entre a Universidade do Estado do Amazonas e professores das redes municipais de educação do município de Barreirinha; II-Fomentar reflexões e práticas educativas que contribuem para fazeres educacionais onde se promova transformação social e democratização de conhecimento; III-Integrar diferentes ambientes de saberes e sujeitos para promoção de práticas educativas capazes de avançar fronteiras disciplinares e promover uma educação de si e sobre si.

O diálogo realizou-se a partir dos dispositivos histórias, os saberes e o patrimônio, que se desdobraram em três eixos da discussão, a saber: 1) Imaginário e Memória; 2) Natureza e Cultura; 3) Educação e Currículo. Foram trabalhados de forma interdisciplinar na fronteira de saberes e na promoção de uma educação de si e sobre si e reconhecimento do outro.

Uma reflexão das práticas tradicionais para possibilidades de metodologias de ensino de uma educação escolar Quilombola que seja antirracista e promova a inclusão e a dignidade humana. Através das práticas de campo ocorreram os registros de imagens e catalogação de saberes, práticas sociais, culturais e de patrimônios locais, como também rodas de conversas sobre metodologias tal qual a história oral e elementos como trajetórias de vidas. Por final, construíram-se quatro micros biografias de moradores e um catalogo de fotos do Matupiri. Esses materiais que, devido à pandemia da Covid-19 impossibilitou as intenções e devoluções de atividades de diálogos entre o projeto de extensão e as comunidades quilombolas, contudo, houve uma atualização desses materiais, através de “HISTÓRIA, SABERES E PATRIMÔNIOS II: diálogos saberes. (Núcleo de Estudos afro-brasileiro — NEAB/CESP/UEA e Comunidades quilombolas do rio Andirá), devolutivas das produções da edição II, contextos remotos/Híbridos”.

Estes resultados foram apresentados já no presente projeto de forma dinâmica e

pedagógica, tendo importante apoio de familiares, moradores, os voluntários e pesquisadores de Extensão do NEAB/CESP/UEA e de Projeto de Iniciação Científica-PAIC/FAPEAM, as professoras apoiadoras Elem Mourão, Janete Souza e Jaciara Castro. Parcerias da Federação das organizações quilombolas de Barreirinha-FOQB e o Setor Pedagógico quilombola-SEMED, Barreirinha. As devolutivas ocorreram nos dias 17, 18, 19 e 20 de novembro de 2022 no Matupiri. Essa atividade proporcionou que outros trabalhos fossem também devolvidos. Contribuições de saberes da pedagogia, história, letras, projetos de mestrado, TCC e outros que enriqueceram o presente objetivo. Constatando que existe um amplo campo de possibilidades de transpor os conhecimentos. E como essas redes de pesquisa em conjunto abarcam diversas informações que serão futuramente também potencialidades para o Quilombo.

Historias em Fantoques das Biografias de Quatro Moradores

Na Escola Municipal Quilombola Santa Tereza, à tarde, foi programado a apresentação das micros biografias para os estudantes do segundo ano através de fantoches. Foi feito a apresentação do projeto e suas finalidades. Estava presente a senhora Maria da Penha da Silva e seu Manuel Pereira de Castro Filho, um dos biografados da pesquisa. Após o diálogo, veio a „contação” de histórias das biografias. Os fantoches confeccionados foram caracterizados de acordo com os moradores biografados e assim, com a ajuda de professores apoiadores e voluntários os personagens criaram vida, fazendo as crianças rirem e ao mesmo tempo, se observar percepção curiosas em saber mais sobre seus parentes. Ao final, trabalhou-se uma pequena atividade, sobre os alimentos regionais típicos da festa de São Sebastião, padroeiros dos Quilombolas do Matupiri.

Encontro de Saberes

Nas turmas do 4º e 5º ano, juntamente com os voluntários do projeto: Inês Pedreno e Carla. Inicialmente foi apresentada aos alunos a monografia com o tema “Descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do Rio Andirá” de Inês Pedreno, projeto de TCC recentemente defendido no Curso de Letras no Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP, pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, por conseguinte, explicou como fez suas pesquisas sobre essa temática ao perceber diferenças no modo de falar desses dois moradores, mas também de outros, que a “sociedade” diz que falavam errado. Um trabalho que partiu de projetos de pesquisa financiados pela FAPEAM,

que catalogou os grupos sociais achegados ao Andirá, ainda as relações estabelecidas entre si, transcrevendo documentos eclesiais armazenados no GEHA-UEA.

A pesquisa é uma descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades com especificidades características, uma formada por espanhóis, os Pedreños, comunidade de Granja Ceres, sendo representada por Raimunda Cândida Pedreño. Outro é no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, tendo Adelino Pereira de Castro como representante, este, descendentes de angolanos. As falas evidenciam as trajetórias individuais e grupais, indo da infância, juventude e velhice, contendo história sobre a formação das comunidades e vinda dos grupos sociais para essa região. As falas descritas foram as mais evidentes, como a organização das frases, que é diferente da norma tida como padrão.

Expressões (Ante)racistas

Ainda, no segundo momento, foram apresentadas aos alunos algumas expressões que se usa no dia-a-dia, mas que carregam um histórico de cunho racista. Dando início, foram feitas perguntas, como, quais expressões eles conheciam ou se já tinham ouvido alguém dizer. Os alunos responderam que conheciam algumas expressões como: Macumba; Ovelha Negra; Índio, Nhaca, coisa de preto, Nega Maluca, Boçal. Que também já ouviram algum conhecido ou parente dizer para se referir a algo em determinadas situações.

Perguntou-se aos estudantes se nas suas perspectivas era errado falar essas expressões, estes responderam que não sabiam. Então, foi explicado que essas expressões populares, mesmo ditas sem intuito de racismo ou de forma preconceituosa, ainda assim, podem ser ditas com finalidades racistas. Por isso é fundamental que eles como alunos pertencentes ao quilombo e estudantes tenham consciência destas situações, pois o racismo está presente na sociedade em diversas formas. Diante disto, precisam-se excluir expressões frutos do período escravocrata deste país, que são expressões que sempre associados a “preto ou negro”, se referem a algo ruim. Além da expressão Macumba, que também é vista como algo ruim, “algo do diabo”, utilizando para se referir as religiões de origens africanas. Foi explicado que Macumba na verdade é um instrumento de percussão que é tem semelhança com o instrumento reco- reco, e que não é nada ligado ao “diabo”. Portanto, é preciso saber respeitar as diferenças religiosas e as crenças de toda e qualquer pessoa.

Também foi explicado aos alunos que se precisam excluir expressões de origem racista, pois é uma forma de lutar contra o racismo, discriminação, preconceito, que ainda

está muito presente nesta sociedade, que é fruto de uma construção racista. Para finalizar, os alunos fizeram desenhos de suas mãos e pintaram, onde foi esclarecido que todos, mesmo cada um tendo suas características próprias e únicas, todos são iguais e respeitar as diferenças é fundamental dentro de uma sociedade.

Os Galhos do Matupiri/ Oficina da Boneca Abayomi

No dia 18 de novembro de 2022, pela manhã, sob responsabilidade da professora Elem Mourão os estudantes do 2º ano do ensino fundamental, sendo estes o um dos foco das aplicações das devolutivas do projeto, foi escolhida para uma visita a comunidade Quilombola Boa Fé, tendo como objetivo a realização de oficinas com os alunos. Em um pequeno barco se fez a viagem que demorou alguns minutos, já que a comunidade é vizinha do Quilombo de Santa Teresa do matupiri.

A escola da comunidade Quilombola Boa Fé, tem as salas pequenas, o que foi um problema para a realização das atividades, por isso, foi decido que ocorreria em um barracão atrás da escola, com as turmas de 2º, 3º e 4º ano.

Dando início, foram apresentados os integrantes do grupo: bolsistas, voluntários e professores voluntários para os professores e alunos ali presentes, pelo então coordenador do projeto professor e Dr. João Matinho da Rocha. Apresentando os objetivos de mostrar as devoluções do projeto “HISTÓRIAS, SABERES E PATRIMÔNIOS III: diálogos de saberes. (Núcleo de Estudos afro-brasileiros -NEAB/CESP/UEA e Comunidades quilombolas do rio Andirá), devolutiva das produções da edição II, contextos remotos/Híbridos”, que foram realizadas e a importância, para que sirvam de motivação para aos alunos que pretendem cursar faculdade , e orgulhar- se de suas origens.

No segundo, momento os alunos participam da oficina de produção da Boneca Abayomi, através de uma apresentação da lenda das aboymis em fantoche:

Quando os negros foram trazidos da África para o Brasil, os escravizados enfrentam uma viagem pelo oceano atlântico em péssimas condições nos navios conhecidos Negreiros ou tumbeiros. As crianças choravam assustadas porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães Negras apreensivas com o que poderiam fazer com os pequenos e também uma forma de consolá-los e distrair as crianças rasgavam tiras de pano de suas saias e faziam bonecas. As bonecas que são símbolos de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa” Encontro precioso”, em iorubá, um dos maiores grupos do continente africano, cuja população habita a Nigéria. Quando se dá uma boneca Abayomi para alguém, esse gesto significa o oferecimento que se tem de melhor para essa pessoa.

Após o término da história, foi ensinado o passo a passo da produção da boneca, cada estudante recebeu as tiras de pano, para que pudesse confeccionar sua própria boneca Abayomi de acordo com sua criatividade. Ao final da oficina realizada, reuniram-se os alunos para o almoço, que seria feijoadada, doado pelo grupo de pesquisa e feito pelas merendeiras da escola, pois não havia merenda escolar, além da escola não ter pratos, colheres para todos os alunos, observou-se que por essa ausência as crianças iam as suas casas pegar estes materiais para então almoçar.

“A oficina realizada na comunidade Quilombola Boa Fé, junto com os alunos foi uma das melhores experiências que já tive como acadêmica, olhar e poder ver o sorriso das crianças, e levar a elas os nossos conhecimentos, mas também obter novos conhecimentos. E poder fazer parte das pequenas transformações nesse ambiente escolar e muito gratificante” (Hayná Andrade, voluntária do projeto).

À tarde, no mesmo dia foi aplicado à oficina das bonecas Abayomis na Escola Municipal Quilombola Santa Teresa com os alunos do 3º e 4º ano, seguindo o mesmo roteiro da ação anterior, mas com algumas modificações. Para começar, foi feita a seguinte pergunta aos alunos “Se conheciam a lenda da Boneca Abayomi?”, depois de alguns minutos, responderam que não sabiam, mas que gostariam de conhecer e assim foi contado a pequena história, seus valores e significados. Em seguida as orientações para produção das bonecas. Após a confecção, tinha-se de escolher um nome e dizer para quem as crianças dedicavam, no final cada boneco (a) recebeu nome dos pais e avós.

Trilha do conhecimento.

No dia dezenove de novembro, pela manhã, em uma casa de farinha que fica a beira do rio Matupiri, pertencente ao senhor Adelino Pereira de Castro, um dos moradores que foi então biografado. Ocorreu um café da manhã regional com os familiares, estudantes do 2º ano, professores apoiadores e demais integrantes do projeto de Extensão. O objetivo era compartilhar os resultados do catálogo e a biografia de Adelino, que não pode estar presente nas socializações e devoluções dos materiais devido a sua saúde. Houve ali diálogos de saberes, narrativa de vida da senhora Aparecida Marinho, esposa de Adelino, que também contou sobre sua trajetória de vida. A devolução e agradecimento de outros trabalhos que foram realizados em outros campos de pesquisa.

Uma manhã que proporcionou muitas lições, histórias, aprendizagem na casa de farinha que também é um espaço coletivo de educação, com mediadores que ali mesmo contaram sobre seu dia-a-dia, seus costumes e ricas narrativas de vida que apresenta conhecimentos variados e potencialidade no território quilombola.

Apos o café, começou a Trilha do Conhecimento nos pontos históricos, patrimoniais e de pertencimento que consta no catálogo de fotos. O primeiro ponto foi nos locais simbólicos e de práticas socioreligiosas, a Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, padroeira do distrito, e em seguida, o terceiro cemitério atual, que fica ao lado da igreja, foi contado aos estudantes o histórico de surgimento desses patrimônios. No trajeto indo para casa de seu Manuel Pereira de Castro Filho, conhecido como Bala, passou-se pelo espaço social e de lazer, o campo de futebol comunitário Antônio Belém, adiante, por antigas árvores que são patrimônio territorial. No quintal do senhor Bala, os estudantes observaram como se começa a tecer um tipiti e que saberes da matemática é quem norteia essa construção.

Percorreu-se pelo segundo cemitério onde descansam os antigos moradores da Ponta, esse local se localiza entre a primeira ocupação e a nova ocupação que é o distrito, passando pelo campo de futebol Manoel Pereira até o terreiro de dona Madalena, que fica na velha Ponta, sua família é a única que ainda reside neste local. Ela relatou para os estudantes sua trajetória de vida, fez um mapa mental descrevendo oralmente e com gestos o lugar antes habitado, casas e seus respectivos moradores, ruas, plantações, casas de farinha, escola e outros mais e contou como era a preparação e como ocorria na época à festa do padroeiro dos quilombolas, São Sebastião.

Em seguida a visita à capelinha do Santo padroeiro, contação histórica de seus surgimento e os grandes feitos nela realizados. Ao final do passeio, almoço para as crianças na praia da Ponta, onde ocorria o Festival Quilombola de Verão na sua terceira edição. Um evento que ocorre em três dias, 18,19 e termina no dia 20, dia da consciência negra. Reúne moradores de outros quilombos, abre portas para o empreendedorismo local, diálogos de saberes, rodas de conversas e oficinas sobre várias temática, ideias e socializações dos feitos e movimentos que esse povo vem conquistas.

Exposição e Socialização dos resultados das oficinas e da pesquisa de Extensão

Dia 20, dia da Consciência Negra, pela manhã, ocorreu à socialização e exposição dos materiais feitos nos dias anteriores, na lateral do palco da capela de São Sebastião, próximo de lá, diversas barracas do festival. Apresentação dos cartazes antirracistas, fotos da oficina da Boneca Abayomi, da viagem ao Quilombo de Boa Fé, Trilha do Conhecimento, o Catalogo de Fotos e as Biografias. Outra exposição, fora a parte, mas que precisa ser trabalhado, o painel da genealogia da Família Rodrigues e Castro.

Durante a parte da manhã, houve rodas de conversas com o núcleo Quilombola, começando com a apresentação dos representantes de cada quilombo, Quilombo de

Trindade, São Pedro, Ituquara e São Paulo do Açú, em seguida, a socialização das pequenas conquistas com parcerias então articuladas durante o ano, e as possibilidades de melhorias para o território. Diálogos sobre temas relacionados à Consciência Negra, contações de histórias de vidas de moradores que são símbolos importantes para a comunidade em geral. Um momento de muitas emoções, aprendizados e valorizações. Estava presentes Setor Pedagógico quilombola — SEMED, Barreirinha, Universidade Federal do Amazonas-UFAN do Curso de Assistência Sociais, Parintins, Instituto Cultural Ajuru, Parintins, que no qual, doou livros de autoria do instituto para a Escola Municipal Quilombola Santa Tereza. Houve oficinas de pinturas e de como fazer instrumentos de música da Capoeira.

No decurso dos quatro dias de trabalho, trazer os saberes tradicionais para a sala de aula como metodologia de ensino, há um campo diverso de pedagogia de ensino Quilombola a ser explorado, e como é interessante observar o conhecimento pulsante dos estudantes ao ver no quadro, fotos ou qualquer outro recurso didático materiais que eles conhecem ou mesmo se veem nesse processo. E em algumas escolas já se ver planejamento dos saberes locais, como a “Ciência e saberes Quilombolas”, de Boa Fé. Isso é reflexo de muitas motrizes que já venham atuando no Quilombo. “É gratificante poder pensar que, dessas pequenas ações, plantamos sementes nas escolas, aos professores dessas potencialidades de ensinar, que um dia irão crescer e aflorar” (Alice Conceição, bolsista do projeto de Extensão).

Para mudar os rumos da educação no território Quilombola que, algumas vezes ainda se observa um ensino colonizado e preso nos livros didáticos, é preciso se conhecer e conhecer seus espaços, as histórias nas fontes vivas da memória. Transpor conhecimentos de forma didática e dentro das realidades locais. As crianças ao verem seus parentes e trabalhar sobre eles na sala de aula é um paço importante.

Conclusão

O Quilombo de Santa Tereza do Matupiri e as demais comunidades que compõem este território, mesmo com suas reivindicações, as lutas não param, há sempre novos desafios, sociais, políticos, econômicos e conflitos internos e outros. Existe um que sabemos que se faz presente, das vezes nas penumbras da sociedade, mas que se mantém firme e se mostra de diferentes maneiras, como citado acima “pois o racismo está presente na sociedade em diversas formas”. A educação é caminho de combater e erradicar esse tal preconceito, conscientizar aquelas as comunidades Quilombolas do Rio Andirá que muito das vezes ainda não reconhecem o valor e potencialidade de seus saberes. Que através

delas produzir uma nova roupagem de ensino, e uma vez que se aprofunda ainda mais os conhecimentos de seus territórios, saberá como nele defender.

Nas entrelinhas mostradas a cima, as devolutivas da edição II do projeto de extensão, interrompida pela pandemia e suas articulações com outros caminhos de pesquisa. Apresentação da área de pesquisa, relevância dos saberes local e memória como ferramenta de lutas sociais. Resultados das devolutivas que aqui foi descrita por diferentes visões, e realizadas com muito carinho e gratidão, por aqueles que são filhos desses quilombos, e aqueles “misturados”, aqueles distantes mas, ao mesmo tempo muito perto, e outros mais, que sonham com um espaço de igualdade para todos, respeitos e valores.

Referências

LITTLE, P.E. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropológica**, 322. Brasília: UnB, 28(1), p.251-290.

PEDRENO. Inês Conceição. **Descrição Linguística das Falas de dois Moradores de Comunidades Tradicionais do Rio Andirá**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) Curso de Letras. Universidade Estadual do Amazonas-UEA. Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP.

ROCHA, João Marinho da. **Das Sementes aos Troncos: História do Movimento quilombola do Rio Andirá**, 2019

SOCIEDADE E CULTURA DOS POVOS TRADICIONAIS CABOCLA-RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DO LAGO DO MARAJÁ PARINTINS-AMAZONAS.

Juliana Cunha Mendonça

Resumo

Este trabalho teve como objeto de análise a dinâmica da sociedade e cultura dos caboclos-ribeirinhos da comunidade nossa senhora das graças do lago do marajá, a organização dos mesmos desde a gênese à criação por meio de relatos, coletas de dados dos povos tradicionais que compõe a história deste local. Fazendo uma abordagem histórica e contextualizando com a questão amazônica sua cultura, modo de viver, lutas e resistências dos comunitários nesta localidade.

Palavras-chave: Amazônia cabocla-ribeirinha, Resgate histórico, lutas e resistência.

Introdução

A comunidade nossa senhora das graças do lago do marajá, zona rural do município de Parintins, próximo a cidade de Uruará também no baixo amazonas. Esta é a última comunidade do município a Oeste de Parintins. Comunidade perpassada por um lago de águas escuras, com variedades de espécies peixes, área ampla com frondosas árvores de castanheiras, na seca dos rios é de difícil acesso, um grande estirão de terra, nas cheias dos rios, há uma melhor acessibilidade e rapidez, em embarcações de médio e pequeno porte, chegada na comunidade após um extenso igarapé, a noite percebemos a presença de inúmeros animais, principalmente o jacaré açu.

O percurso metodológico parte de primeira instância da pesquisa qualitativa argumenta os resultados do estudo por meio de análises e percepções, da identificação das primeiras composição familiar que residiam na localidade do lago do marajá, para então, colher os relatos e registros documentais, por meio de fotografias fornecida pelos próprios entrevistados nos levando a apreender a realidade de lutas sociais e a resistência desse povo caboco - ribeirinhos. Entrevista semi estruturada dando flexibilidade e liberdade ao entrevistador e ao entrevistado de forma eficaz.

Não podemos falar em lago do marajá se não falar das comunidades em sua mediações e as adjacências, a colônia do Japurá, lago do Remanso, agrovila do Mocambo do Arari e cidade de Uruará, principais portos que auxiliam os comunitários em sua economia, vendas de peixes, farinha, frutas e hortaliças. Resgatando o histórico do surgimento das colônias até se tornar comunidade independente do Remanso baixo amazonas. Foi realizado identificação dos antigos moradores, alguns já com pais falecidos,

segunda geração dos principais ocupantes ou fundadores deste lugar, com olhar antropológico deste contexto histórico de luta e resistência dos povos caboclo-ribeirinhos.

Imagem 1 - Amazônia: caboclo-ribeirinha. Localização da comunidade lago do marajá, Parintins/Amazonas.



Fonte: Google Maps, 2023.

De acordo com o Novo dicionário da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda (1999, p. 242):

Caboclo-ribeirinho é uma expressão que vem do tupi (kari' bora, "procedente do branco"); mestiço de branco com índio; cariboca; carijó; antiga denominação do índio; caboclo de cor acobreada e cabelos lisos; caburé; tapuia (antigamente, designação dada pelos tupis aos gentios-aquele que professa o paganismo, idolatra – inimigos); índio bravo; mestiço de índio, índio manso; em sentido pejorativo, pessoa desconfiada traiçoeira.

Os caboclos dispõem de um conjunto de estratégias adaptados tanto ao ambiente físico dos trópicos, como ao "tradicional isolamento" de uma região com precárias condições de transportes no período de cheias e de seca dos rios para sobrevivência.

Breve Histórico: memória da comunidade

Primeira Capela: Contexto histórico da Comunidade Nossa Senhora das Graças lago do Marajá.

Sai da tua terra e da tua parentela, e da casa do teu pai, e vem para a terra que eu te mostrarei (Genesis, 12:1).

Povo guiado pela fé no novo, aos domingos uns caminhavam estirão de terras

secas e molhadas e outras a remo pelas estradas de rios, lagos e igarapés a remo, braços fortes destemidos com a canoa ou “cascos de madeiras da região”, como suas mulheres e crianças, buscavam aos domingos o ouvir a pregação das sagradas escrituras o fortalecimento da fé cristã que no cotidiano de lutas e agruras, traz a esperança de dia melhores, pelas lutas e vitórias. Congregavam ela manhã, em uma capela improvisada, onde se podia rever os conhecidos das comunidades ou colônias como chamada na época. Em sua maioria parentela, irmãos, primos, amigos. Em uma das viagens missionárias pelo padre Vicente Pavam, padre de origem italiana, consagrado pelo Bispo Dom Arcangelo Cerqua, atual Bispo da Diocese de Parintins. Esteve na comunidade do Remanso, congregando com os moradores daquela localidade, observou a agruras por qual passavam aquelas famílias, e reunia-se com os moradores das comunidades que estavam dispersas, distante uma das outras, onde aumentava a distância da capela e resolveram unificar uma só comunidade, como o território novo havia imensas terras da união desocupadas, ponto de referência a “primeira capela em terra alta”, como chamada pela antiga Colônia do Japurá, Colônia Andrade, colônia do Rancho grande do velho Laurindo, comunidade do lago Marajá.

Segunda Capela: Surgimento das lideranças comunitárias

Devido o desmembramento da comunidade do “Remanso Grande” com permissão das autoridades locais do município de Parintins, houve esse movimento de migração de 30 famílias, onde surge nesse campo fértil de mudança de território. O grupo de 13 jovens filhos pertencentes as famílias tradicionais daquele lugar. Desse grupo e suas respectivas famílias, surge um cenário político de organização social, a construção da “segunda capela”, demarcação de terra por lotes e hectares, a sede da comunidade. A criação de mesa organizadora, composta por presidente, vice presidente, tesoureiro, 1º e 2º secretário.

A família do senhor João Rodrigues, já residente a mais tempo nesse lugar mais conhecido de “Dongá” e sua esposa Lídia Rodrigues uma das primeiras famílias a residir no lago do marajá e atua na sua implantação como comunidade sob a tutela do município de Parintins no ano de 1970.

Imagem 2 – Joao Rodrigues e família, filho de João Rodrigues, o Dongá, um dos fundadores da comunidade.



Fonte: Registro pessoal, 2023.

No relato de João Rodrigues alcunha de “João Tracajá”

Com a graça e honra de Deus, era um lago de igarapé fechado, em tempo da cheia, o pessoal que residiam no baixo grande, primeiro lago, segundo lago, tiveram que sair de lá, pois a cheia foi muito grande, forma para o lago do Japurá, próximo do lago do Marajá, na adjacência e fundaram as colônias e comunidades”. João Rodrigues (Tracajá). Filho de João Rodrigues Dongá.

Inicialmente eram três famílias oriundas desse desmembramento da comunidade Remanso grande, Zé Mota, Velho Segundo, Antônio Rodrigues de Souza o Dongá. Já estávamos lá, depois vieram outras famílias e se assentaram, produzindo bens de consumo com o que plantavam nos roçados.

Terceira Capela: Economia local dos povos da floresta - comunidade ao Lago do Marajá e adjacências.

Terra alta, ou terra firme onde as com a cheias dos rios as áreas altas não alagam, rios, lagos e igarapés com variedades de espécies de peixe, tambaqui, ruelo, jaraqui, peixe liso, tamuatá, pescada, matrixã. Árvores frondosas como castanheiras, açaí, bacaba, patauá, tucumã, frutos da região, árvores frutíferas, bananas, caju, goiaba, espaço para cultivo de milho, feijão, abacaxi, melancia, melo jerimum”, abobora, macaxeira, mandioca. Ampla área de terras para campo criação de gado. Nesse movimento de assentados os mesmos, realizavam os chamados “*puxirum*”³⁶ para que houvesse ajuda mútua dos comunitários para limpeza dos campos, para plantação do roçado e para colheita da produção gerada pela agricultura família.

³⁶ Puxirum significado de mutirão, sendo uma prática comum a população ribeirinha, que trabalha com o roçado.

Ainda haviam na região do Paurá, remanso grande, proximidades da comunidade agrovila do mocambo do Arari. Havia alguns comerciantes com Enéas Maia e Heroito Maia, criadores de gado com um vasto campo onde empregava muitos homens e famílias que os procurava, os mesmos tinham campo de jutá e malva uma das fontes de renda que auxiliava a economia local cabocla ribeirinha.

Imagem 3 - Mostra a fatura de peixes da comunidade Lago do Marajá.



Fonte: Registrada dia 06 janeiro de 2023.

Quarta Capela: Identidade Sociocultural

A identificação da cultura Cabocla, como ocorre também com outras culturas, guarda relação com o registro de determinadas matrizes de pensamento e de comportamento secularmente registrada na memória social dos grupos humanos e que gozam da condição da durabilidade e persistência do tempo (Praxe, 2004, p.23).

Imagem 4 - Mostra a comunidade situada na estrada, divisa com a colônia do Japurá, depois mudou-se para a sede da comunidade e está lá até os dias de hoje.



Fonte: Este registro foi cedido por um antigo morador, 2023.

Imagem 5 - Mostra um dos presidente da comunidade nossa senhora das graças 2002 a 2006. Valdeni Cunha Mendonça e esposa Ercília Marialva.



Fonte: registrada 06 de janeiro 2023.

Trouxeram para vender o pescado na cidade de Parintins. Nos primeiros anos de casado com a primeira esposa, o mesmo trabalhava com criação de gado e plantio de campo. Pequena criação bovina leiteira.

Quando estava como presidente da comunidade havia uma escola precária, de madeira, que os alunos dos filhos dos comunitários frequentava, os professores a Secretaria municipal de Educação através da prefeitura municipal de Parintins que os contata para lecionar conteúdos aos alunos. Houve um grande esforço junto a diocese de Parintins para que a comunidadenão ficasse esquecida.

Estado e Assistência missionária - cabocla-ribeirinha.

Imagem 6 – Adilson Felix Mendonça sua Esposa e Eliana Maia



Fonte: Registro em 2023.

O Sr. Adilson irmão do primeiro agente de saúde comunitário de saúde Hermogino Felix Mendonça, falecido em 2007. Este participou dos cursos profissionalizantes na antiga SUDAM³⁷. Anos depois o mesmo exerceu a função do irmão já com remuneração, anos servindo a comunidade e adjacências. Chamado o doutor da comunidade pelos conhecidos.

Logo que iniciou a comunidade a uns 40 anos atras, tínhamos o apoio missionário pela igreja católica, por meio dos párcos, Augusto Gianola, Vicente Pavam, as irmãs missionarias, que adentravam nas comunidades, pois eram distantes e de difícil acesso. Com o conhecimento que traziam, implemetavam técnicas de aproveitamento da fauna e flora, local, pois existiam uma escola agrícola no município de Uruará. Onde os filhos dos comunitários estudavam e adquiriam técnicas agrícolas para aplicar na comunidade.

Imagem 7 - Dom Arcangelo Cerqua



Fonte: registro cedido pelos moradores.

A foto em tela é de Dom Arcangelo, o qual nasceu em 2 de janeiro de 1917 e

³⁷ SUDAM- superintendência do Desenvolvimento do Amazonas.

faleceu em 16 de fevereiro de 1990, foi um Bispo católico, primeiro bispo da Diocese de Parintins. Congregação, Pontifício Instituto para as missões estrangeiras.

Imagem 8 – Padre Augusto Gianola missionario do PIME na Amazonia



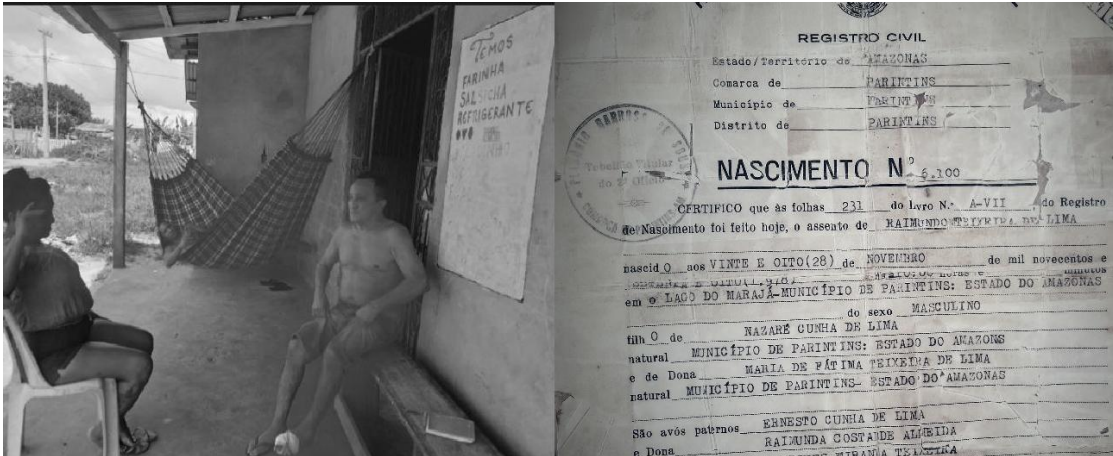
Imagem 9 - Padre Vicente Pavam



Fonte: Imagem cedida.

O sacerdote foi ordenado no dia 21 de janeiro de 1970, por Cadeal Albino Luciani, que mais tarde se tornou João Paulo I.

Imagem 9 - Senhor Nazaré Cunha Lima 69 anos, viúvo, natural de Urucurituba – AM



Fonte: Organização da autora.

Conheceu sua esposa em Parintins, e morou mais de 10 anos no lago do marajá, seus filhos nasceram na comunidade.

Imagem 10 - Rampa do mercado de Parintins



Fonte: Organização da autora.

É um dos principais portos de saída para a comunidade nossa senhora das graças dos moradores e familiares da população que reside naquela localidade, pois as compras e vendas de mercadorias se faz maior parte na cidade de Parintins.

Considerações Finais

Pensar a Amazônia em sua dimensão continental, nos traz a reflexão da questão da Amazônia em sua biodiversidade e complexidade material e intelectual, rica nas suas dimensões, fauna e flora e na existência, vivência e experiências dos povos tradicionais existente, neste vasto território permeado por conflitos, desafios sociais e resistência de um povo culturalmente peculiar imbricado a natureza quanto as adversidades existentes neste território. Nessa perspectiva surge a necessidade de buscar conhecer a história, a

origem e criação da comunidade ribeirinha nossa Senhora das Graças, interior da cidade de Parintins no baixo amazonas, zona rural longínqua e de difícil acesso por conta do trânsito ser especificamente por rios, lagos e igarapés, e por estradas mata a dentro. A se desenvolveu por meio dos os antigos moradores, ouvindo os relatos, as histórias e alguns registro guardados ao longo do anos os primeiros que chegaram naquela localidade, alguns já falecidos e outros filhos, netos que ainda residem na comunidade, resistindo ao tempo e as dificuldades da terra. Outros em busca da melhoria de vida, continuação dos estudos, e da questão da política de saúde, pois não há unidade básica de saúde permanente que atenda a demanda das comunidade até os dias de hoje, apenas a UBS fluvial que de tempo em tempos chega aos porto vizinhos para atender as comunidades longínquas, acelerando o processo de migração para a zona urbana dos povos residentes nesta e em outras localidades da floresta amazônica.

Referências

BENCHIMOL, Samuel, 1923. **Romanceiro da batalha da Borracha**; ilustrações de Jorge e Moacir Andrade. Manaus: imprensa oficial 1992.

MORAN, E.F. "The Adaptive System of the Amazonian Caboclo." IN: WANGLEY, C. (COMPILADOR). MAN IN THE AMAZON UNIVERSITY PRESSES OF FLORIDA, GAINESVILLE, EUA, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: 2AB. PUC-RIO 1999.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla- Ribeirinha**: Mitos, Lendas e Transculturalidade- São Paulo: 2004.

AMAZÔNIA EM QUESTÃO: DEGRADAÇÃO E OS EFEITOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Camile Pinheiro da Silva, Kamila Guimarães de Menezes, Liviane Santos de Souza, Milena Silva Pereira, Miriane Oliveira de Vasconcelos.

Resumo

O presente artigo aborda a temática da degradação na Amazônia, problematizando as ações do homem sobre a natureza, relacionando o capitalismo e seus efeitos na qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais. Diante disso, analisa a atuação do Estado para reverter o atual cenário da maior floresta tropical do mundo, apresentando possíveis soluções que possam minimizar tais problemas ambientais, entre eles a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais.

Palavras-chaves: degradação; preservação; Amazônia; povos tradicionais; políticas públicas.

Introdução

Esse trabalho se insere na discussão da Amazônia, sobretudo na questão da degradação e o que ela ocasiona de efeito nas condições de vida desses povos e comunidades tradicionais. Discutiremos a questão do meio ambiente como ideia central, considerando que se trata de um tema atual e relevante, dado a realidade que a Amazônia tem vivenciado no século XXI.

Este artigo surgiu a partir de discussões e debates em sala de aula durante as disciplinas que abordam a Amazônia como categoria central, considerando os processos históricos e sociais de sua formação.

O artigo objetiva apresentar os efeitos da devastação da Amazônia sobre a realidade ambiental, cultural e identitária, que vão impactar diretamente na qualidade de vida desses povos. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica de obras, sites e artigos, de autores que problematizam a questão ambiental e desenvolvimento sustentável.

O texto foi dividido em três momentos: No primeiro momento pretendemos discutir a Amazônia e a formação da sociobiodiversidade; no segundo momento apontar as ameaças ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais; e no terceiro momento analisar as ações de enfrentamentos. Com tudo isso, indicamos possíveis ideias de combate, que poderão preservar a nossa sociobiodiversidade, destacando o papel importante que tem os povos e comunidades tradicionais.

Diante do cenário desafiador e excludente em que estamos, faz-se necessário debater sobre a questão na Amazônia, para entendermos as particularidades da região, e

assim termos uma visão mais próxima da realidade, para intervir nas expressões da questão social e construir respostas adequadas as demandas.

Amazônia e a formação da sociobiodiversidade

Para dialogarmos sobre a Amazônia em sua diversidade étnica, cultural, territorial e ambiental, requer, a princípio, que se compreendam seu processo de formação e como os povos e comunidades tradicionais estão presentes nesse âmbito, sinalizando as questões que envolvem processos de luta, resistência, exclusão, riqueza e pobreza.

Conforme Gondin (2007) no que tange aos princípios teóricos, a Amazônia foi inventada pelos imaginários europeus, não levando em conta que, os povos indígenas foram os primeiros a habitarem essa região, cerca de 2 mil anos antes de sua chegada. Assim, mantendo uma relação direta com a natureza, através do uso e manejo da floresta de forma adaptada.

Na Amazônia, era extraído somente o necessário para a sobrevivência e reprodução desse povo. Essas sociedades além de serem caçadores e coletores como relatavam os viajantes, eram também agricultores, e acreditasse que houve uma grande participação deles, na formação da maior floresta tropical do mundo.

No século XVI quando os europeus chegaram na Amazônia, acreditavam que se tratava de uma região natural, inesgotável e com um grande vazio demográfico. Tal pensamento foi contestado, quando eles manterem o primeiro contato com os povos que já habitavam essa região, em particular os indígenas. Nesse processo de “civilização” e “conquista”, grande parte dessa sociedade e negros trazidos da África, foram exterminados pela violência e por doenças oriundas dos europeus. Como afirma Silva (1996, p. 09), “apossar-se sem conhecer não faz uma conquista. Esta implica em apropriação. O processo de conquista e colonização da Amazônia: transforma seus espaços, suas populações, seus recursos, suas culturas, em patrimônio europeu” (SILVA, 1996, p. 09)

No século XIX, já existia na Amazônia diversas sociedades compostas por indivíduos miscigenados (indígenas, brancos e negros), muitos sendo explorados e obrigados a trabalhar, principalmente visualizado no ciclo da borracha. Esse período é marcado por uma mudança drástica na paisagem da Amazônia: a devastação da floresta. O adestramento do capitalismo na região, deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural dos seus povos e territórios.

A Amazônia sempre foi alvo de exploração, das suas terras e dos seus povos, a qual resultou em perdas e danos a essa região, podendo ser observados até hoje, no grande índice de desigualdades, na asseguaração de territórios, e problemas ambientais. Como afirma a

autora Silva, “o adestramento do capitalismo na região, deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural dos seus povos e territórios (SILVA,1996).

O Bioma Amazônico é composto por florestas densas, igapós, várzeas, savanas e campos alagados, e é considerado a maior reserva de sociobiodiversidade que existe. Isso refere a relação entre diversidade biológica, os sistemas de produção e o uso e manejo dos recursos naturais, partindo dos seus saberes e práticas tradicionais.

Atualmente, estima-se que cerca de 440 mil indígenas vivem na Amazônia Legal, além de vários grupos isolados, que dependem diretamente dos recursos naturais. São considerados povos e comunidades tradicionais: os povos indígenas, comunidades quilombolas, populações extrativistas, seringueiros(as), ribeirinhos, pescadores e pescadoras artesanais, agricultores familiares, piaçabeiros, peconheiros e entre tantos que compõem as populações rurais.

Como citado acima, toda essa diversidade que existe na Amazônia, é resultado de encontros de etnias, culturas, e povos, e segundo pesquisas recentes, essa é a região do Brasil que mais concentra a diversidade, cerca de 60% das populações tradicionais indígenas e não indígenas vivem no bioma Amazônico. Esse reconhecimento do termo povos e comunidades tradicionais é recente, sendo utilizado pela primeira vez no decreto Nº 6.040/07 em 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que define como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas por tradição (BRASIL/PNDSPCT, 2007).

O maior desafio desses povos na Amazônia, é garantir que esses recursos naturais, os quais são fundamentais para a reprodução cultural e social, sejam protegidos da intensa procura por exploração e usados de forma sustentável. Para que o seu modo de vida seja garantido, e mais que isso, para que haja qualidade na sua condição de vida, sem enfrentarem problemas como: contaminação dos rios e ar, esgotamento da floresta, caça e pesca, entre outros desafios que já são visíveis atualmente.

Ameaças ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais

Comunidades tradicionais historicamente ocupam territórios ameaçados pelo setor agropecuário, pelo garimpo, pelo desmatamento ou pela exploração desenfreada da fauna, flora e recursos hídricos. Esses povos, ao contrário, contribuem para a preservação

da conservação desses territórios e manutenção da biodiversidade.

A destruição da Amazônia brasileira tem consequências que se estendem muito além do Brasil. As florestas atuam como áreas de armazenamento natural de carbono, absorvendo ao longo do tempo o dióxido de carbono da atmosfera, um dos principais gases do efeito estufa que impulsiona as mudanças climáticas.

Sabendo disso, podemos contextualizar os efeitos que a degradação da Amazônia causa na condição e garantia dessas vidas. As atividades econômicas tão diversas como: a pecuária, mineração, práticas garimpeiras, exploração de madeira, construção de hidroelétricas e estradas, e os mais variáveis projetos de apropriação dos recursos naturais, provocam cada vez mais conflitos e ameaças a esses povos.

Segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IPAM)³⁸, a Amazônia viveu no primeiro semestre de 2022 a maior destruição da sua floresta em 15 anos. Esse novo recorde de desmatamento na Amazônia representa uma maior ameaça à vida de povos e comunidades tradicionais, os deixando reféns dos crimes e da violência. Além disso, a derrubada da floresta também contribui para o agravamento das mudanças climáticas.

Algumas das consequências desses problemas ambientais gerados pelas ações dos homens, são referentes a saúde e dificuldade a assegurar a alimentação, pois compromete a qualidade de vida e os meios de subsistência. O desmatamento e queimada, assim como o garimpo, ocorrem muito perto de áreas povoadas, e estão muito relacionados ao aumento nas doenças respiratórias.

As diversas formas de violência pelas quais passam pessoas e comunidades, a dificuldade de garantia à terra, a falta de sensibilidade dos governos para suas necessidades específicas, e sobretudo, a exploração predatória dos recursos por grandes empreendimentos em suas áreas de ocupação tem tornado a vida desses povos uma luta constante pela sobrevivência física e cultural.

Os indígenas dentro dessa perspectiva, são os mais afetados. Um dos exemplos das consequências da degradação da Amazônia e o descaso do governo, é a atual situação dos indígenas Yanomami, em Roraima. Nesse território indígena, se instalou uma crise humanitária, onde a fome, desnutrição, malária, e contaminação por mercúrio já ceifou centenas de vidas. Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, 21 pedidos de socorro foram enviados ao Estado³⁹. Sendo que em 2020, o Supremo Tribunal Federal ordenou uma decisão de retirada de

³⁸ Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/01/19/Imazon-desmatamento-da-amazonia-em-2022-foi-o-maior-em-15-anos/>

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercuro-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>

todosos garimpeiros da terra indígena Yanomami, a qual não foi cumprida.

O governo Bolsonaro tem procurado enfraquecer restrições às áreas protegidas da floresta, onde muitas vezes ocorre o desmatamento ilegal e as queimadas. Esta administração chegou a propor um projeto de lei para abrir territórios indígenas para mineração e outras atividades comerciais. O presidente também prometeu não demarcar “nem um centímetro a mais para terras indígenas”, apesar de a Constituição Federal obrigar o governo federal a demarcar essas áreas protegidas.

A Amazônia é hoje usada como instrumento de cobiça dos homens, e geradora de mudanças drásticas no modo de vida dos povos. Como cita Camargo “a qualidade de vida está diretamente relacionada com a qualidade do mundo natural. Por isso, deve se procurar padrões de vida compatíveis com os limites da própria natureza (2002, p.102).

Os grandes projetos ameaçam a continuidade física e cultural dos povos tradicionais, ao destruírem o seu habitat, a sua cultura, e os recursos naturais necessários para sua sobrevivência.

Sabemos o quanto a condição de vida dos povos e comunidades tradicionais está ligado ao equilíbrio dos ecossistemas em sua volta. Por isso, o aumento descontrolado de atividades que fazem a utilização de técnicas cada vez mais ameaçadoras, impactam na relação íntima e forte que existe entre esses povos e a natureza. Isso ocorre devido a maneira irresponsável de utilização dos recursos naturais e a ausência de preocupação com os limites naturais, ocasionando desestabilização da fauna e flora.

Ações de enfretamento

Como retrata Loureiro (2022, p. 112), “a maior riqueza da Amazônia - sua biodiversidade - tem sido, na prática, ignorada, questionada, e combatida sistematicamente e implacável pelas políticas públicas.” Isso reflete nas dificuldades de execução total das políticas, que não são suficientes para intervir no aumento da exploração e degradação da Amazônia. Isso ocorre, porque esse plano de desenvolvimento e combate, não leva em conta, a realidade da região e dos povos, tal qual sua condição social.

Estudos alertam, que as ameaças ambientais apresentadas, tornam os povos tradicionais da Amazônia mais vulneráveis, tais ameaças relacionadas à perda florestal, e os danos aos recursos naturais, contaminação das águas e do ar, que afetam diretamente a condição de vida desses povos e comunidades tradicionais. As terras indígenas da Amazônia são atualmente um caso preocupante de sistema humano-ambiental em situação de vulnerabilidade devido as ameaças ambientais que vêm sofrendo.

Representando as Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Edilene Erroure

Tourino afirmou que muitas comunidades indígenas estão ficando ilhadas, limitadas a um pequeno espaço e rodeadas de grandes latifúndios agrícolas. Ela afirmou que: “nesse momento atual, a invasão das nossas terras tem sido imensa. Não só por caçadores, por madeireiros, mas também por garimpeiros. E a gente está lá nesse dilema, no dia a dia, lutando contra isso, tentando sobreviver, tentando garantir a terra, a floresta, tentando garantir a vida”.

Os esforços brasileiros para a redução da degradação na Amazônia são reconhecidos, porém as políticas públicas tem adotado uma estranha logica de combate e agressão a natureza, estimulando nas últimas décadas, a transformação da floresta tropical. Vale ressaltar, que as políticas públicas desempenham um papel fundamental na proteção da vegetação nativa da floresta amazônica.

É do amplo conhecimento do governo brasileiro o grau de risco em que se encontra a degradação florestal na Amazônia, mas que não há uma preocupação ativa de bloqueio, sendo bastante explícita nos últimos quatros anos pelo antigo governo de Jair Bolsonaro. Desde que assumiu em 2019, sua administração enfraqueceu a capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos, em acabar com a degradação da Amazônia, dificultando a aplicação de leis que protegem tanto a floresta quanto o povo que nela habita.

O descaso do antigo governo custou caro a esses povos que matem uma relação de dependência com a floresta. A carência das políticas de combate contribuiu para o aumento das desigualdades e o difícil acesso a assistências sociais, como na área da saúde, alimentação e até na garantia dos seus territórios. Ainda que violem de forma flagrante as leis ambientais brasileiras e façam uso de violência e intimidação contra os defensores da floresta que tentam detê-las, essas pessoas eram impunes pelo governo.

Conclusão

Tendo conhecimento da realidade amazônica, as ameaças e desafios, é preciso discutir e buscar soluções que de fato sejam executadas, e que cumpram com a Constituição Federal que reconhece a proteção ao direito a um meio ambiente saudável, prevendo que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL/CF, 1988, Art. 225).

É imperativo que o Estado brasileiro trate a proteção da sua floresta amazônica e dos seus povos e comunidades tradicionais com a urgência necessária. Os povos da floresta

arriscam suas vidas para denunciar atividades ilegais em seus territórios. Dados mostram que as terras indígenas funcionam como uma barreira ao avanço do desmatamento e de suas trágicas consequências, por isso são ameaçados, criminalizados e sofrem graves tipos de violência.

Esse modelo que ainda está sendo seguido, não apenas aumentará as desigualdades sociais, mas aprofundará os desequilíbrios regionais e levará à destruição de enormes estoques de recursos naturais. Na Amazônia, as ações de combate além de serem geradores de conflitos sociais, não respeitam a forma de vida, os ambientes e as identidades culturais dos povos. A luta pelas terras, pelos territórios, e a violência que vem assolando o campo e florestas mostram a dilaceração da cidadania, e a exclusão social e violação dos direitos fundamentais postos na Constituição.

Com isso, o Estado precisa contar com controle e participação social, se alinhando aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais. Através de um modelo de desenvolvimento sustentável, que fortaleça o sistema nacional de meio ambiente, e estabeleça uma política integrada, transversal. Somando a isso, a adoção do desmatamento zero e o combate a grilagem, aos crimes ambientais e a violência no campo são outras medidas urgentes e necessárias.

Um grande aliado nessa luta pela preservação da floresta, são os povos e comunidades tradicionais, que sempre manejaram a floresta de forma sustentável, e hoje são os mais afetados pelos problemas ambientais. Portanto, eles devem ser priorizados no plano de governo, tidos como meio mais eficaz de combate a degradação na Amazônia.

Dentre tantas alternativas que temos, a consciência ambiental também se encaixa no meio mais viável dentro do campo da moral. Como afirma Maurice Strong (George, 1998) “não podemos esperar que a política, a economia ou a tecnologia façam as mudanças que nós devemos fazer. Embora elas sejam instrumentos de mudanças valiosas e até indispensáveis, não são as causas principais de uma mudança”

O Brasil encontra-se diante de uma oportunidade única de alinhar interesses de diversos segmentos do poder público, dos setores produtivos e da sociedade em torno de uma mesma ação. Ao fortalecer a conservação da sua vegetação nativa na floresta Amazônica, o país protege um precioso ativo ambiental e todos que dele dependem, direta e indiretamente.

A luta pela proteção da floresta perpassa as ideias de preservar somente os recursos, mas preservar a nossa diversidade. É de suma importância perceber que essa luta por existência e sobrevivência envolve políticas públicas, cooperação, consciência ambiental e um plano que valorize a realidade Amazônia e sua complexidade. Esse é o ponto de partida para conquistar um ambiente saudável e garantir para todos.

Shiva argumenta que a conservação da biodiversidade depende do respeito aos direitos das comunidades locais. A alienação desses direitos é o caminho para a deterioração da biodiversidade, ameaçando a sobrevivência ecológica e o bem-estar econômico. Para ela, “a diversidade é a chave da sustentabilidade. É a base do mutualismo e da reciprocidade – a ‘lei do retorno’ que tem como princípio o reconhecimento do direito de todas as espécies à felicidade e ao não-sofrimento” (SHILVA, 2001, p. 113)

Referências

Almeida, M. 2004. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. Revista **brasileira de Ciências Sociais**, vol.19, 55. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Araujo, A. V.2004. “Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: Ricardo, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação – O desafio das sobreposições**. São Paulo, ISA.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, 2007.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: as dimensões e os desafios**. Florianópolis, 2002.

Carneiro da Cunha, M. & Almeida, M. 2009. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: Carneiro da Cunha, M. **Cultura com Aspás**. São Paulo, Cosac Naify

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998^a. P.17-25: Breve introdução à economia da sustentabilidade.

CIMOS/MPMG. S/D. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

GOLDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2^o Edição, Manaus: Editora Valer, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkaalefsky.2 **Amazônia: Uma história de perdas e danos, um futuro a(re) construir**. 2002.

MAIMON, Dalia, VIEIRA, Paulo Freire. **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED/NAEA, 1993.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL – Mudanças e agressões ao meio ambiente: como a busca de melhoria e condições de vida dos homens têm contribuído para as mudanças ambientais em todo o mundo. São Paulo.

NETO, Moreira. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria**. Petrópolis, Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas, Papyrus, 1989.

SILVA, Marilene Correa. **O País do Amazonas**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NO ICSEZ/UFAM

Elizabeth Cristina Castro Gomes

Resumo

O presente artigo tem como objetivo debater o papel do Restaurante Universitário (RU) na garantia de alimentação da comunidade acadêmica do ICSEZ/UFAM, considerando a intersectorialidade entre as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e assistência estudantil. Os dados apresentados neste trabalho são oriundos de pesquisa bibliográfica e documental acerca dos conceitos discutidos, bem como de pesquisa realizada em exercício profissional no ano de 2022. Os resultados alcançados com a implementação do estudo estão apresentados de acordo com as concepções do público participante, e apontam dentre outros fatores para a necessidade de melhorias nos serviços ofertados no RU da instituição, com vistas à realização da SAN, assim como para a relevância deste equipamento especialmente para os discentes, considerando a identificação deste como uma das únicas fontes de alimentação para um quantitativo expressivo de pessoas.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Assistência Estudantil. Restaurante Universitário.

Introdução

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), aliado a um conjunto de direitos como a vida, a liberdade, a saúde, a terra, o trabalho, a educação e a moradia constitui um importante direito social, o qual sofre influências por parte de costumes e valores determinados pelos diferentes momentos históricos, além de estar passível a mudanças, de acordo com as regras e necessidades de cada grupo e/ou população.

De acordo com a Associação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2013), o DHAA se caracteriza como o direito de todas as pessoas a terem acesso regular, permanente e irrestrito, diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando as tradições culturais dos povos e garantindo uma vida plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva.

Considerando a relevância social, acadêmica e profissional das discussões fomentadas no universo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), se pontua que os dados apresentados neste trabalho, são frutos das pesquisas bibliográficas e documentais realizadas em torno da temática, bem como da experiência profissional da autora na Divisão de Serviço Social (DSS) do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM).

Dito isto, o objetivo do artigo é debater o papel do Restaurante Universitário (RU)

na garantia de alimentação da comunidade acadêmica do ICSEZ/UFAM, considerando a intersetorialidade entre as políticas públicas de SAN e assistência estudantil. A estrutura do trabalho contempla 03 (duas) seções, as quais abarcam a análise conceitual da SAN, a intersetorialidade entre as políticas públicas em destaque e o papel do RU para a comunidade acadêmica do Instituto em questão.

Análise Conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional

O debate em torno da estruturação do conceito e execução da política pública de SAN consiste num processo dinâmico, intersetorial e de permanente construção, pois a questão alimentar envolve diferentes interesses e aspectos, justificando neste cenário, a sua participação em debates nacionais e internacionais, especialmente no âmbito da articulação com as demais políticas públicas pautadas na garantia de direitos humanos e sociais básicos.

Neste contexto, torna-se relevante discutir a concepção de SAN para compreender a sua relação com a política de assistência estudantil e conseqüentemente o papel do RU do ICSEZ/UFAM no processo da alimentação de discentes e demais públicos inseridos no ensino superior público, considerando-os enquanto ferramentas de execução de ambas as políticas. A formulação e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010), tem como marco a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006). Esta importante legislação situa o DHAA enquanto objetivo estratégico a ser alcançado através da execução contínua e qualificada de ações e políticas sociais permanentes e intersetoriais, orientadas pelos princípios da soberania alimentar, apontando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) como partícipe na consolidação destes princípios. No Brasil, a consolidação do conceito de SAN ocorreu por meio da LOSAN (2006), o qual a compreende como:

“[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Art. 3º da Lei 11.346/2006 - LOSAN).

A materialização deste conceito e sua articulação a um conjunto de legislações brasileiras, dentre estas, a assistência estudantil, reflete além de significativos avanços uma série de desafios intrínsecos à promoção e garantia do DHAA, dentre estes a efetivação do caráter intersetorial entre as políticas públicas afetas aos objetivos trazidos pela PNSAN (2010).

Desde a criação do Projeto Fome Zero em 2003, se observa no país um movimento intenso de responsabilização da esfera estatal na garantia do DHAA. Na leitura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010) responsável por esta estratégia à época, a alimentação de qualidade representa um direito inalienável de todo cidadão brasileiro, sendo dever do Estado criar condições propícias ao seu usufruto por parte da população.

O acesso à alimentação configura-se, portanto, como pressuposto à sobrevivência e desenvolvimento qualitativo das pessoas. Em outras palavras, a dignidade humana depende da alimentação, porquanto por meio dela, os demais direitos sociais apresentam sentido. Dada a relevância da formulação e implementação de políticas, planos, programas, projetos e ações capazes de assegurar o DHAA, pontua-se que as dimensões ambiental, cultural, econômica, regional e social, confirmam além da sua perspectiva sustentável o seu caráter intersetorial.

Para Bellini e Faler (2014), a intersectorialidade entre as políticas se faz necessária em razão de uma só pasta não dispor de mecanismos suficientes para responder a todas as demandas da população mais vulnerável, demandante do aporte e proteção do Estado. Assim sendo, a intersectorialidade vinculada à interdisciplinaridade, tem na sua base os elementos de um projeto societário justo e igualitário.

Interface entre as Políticas Públicas de SAN e Assistência Estudantil

O processo de institucionalização da política pública de SAN iniciou com a aprovação da LOSAN (2006) e perpassa por diversas políticas públicas afetas aos seus objetivos e diretrizes, como é o caso do PNAES (2010), criado com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

De acordo com o previsto na legislação em pauta, as ações de assistência estudantil no âmbito do PNAES (2010), podem e devem ser desenvolvidas em diversas áreas, as quais de forma conjunta contribuem com a trajetória acadêmica dos discentes e asseguram a realização de direitos humanos e sociais básicos, priorizando os seguintes pontos:

- ✓ Moradia estudantil;
- ✓ Alimentação;
- ✓ Transporte;
- ✓ Atenção à saúde;
- ✓ Inclusão Digital;
- ✓ Cultura;
- ✓ Esporte;

- ✓ Creche;
- ✓ Apoio pedagógico;
- ✓ Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

O Instituto em discussão lança editais de seleção anualmente, tendo como critério principal o atendimento de graduandos com renda per capita mensal de até 1,5 salário mínimo, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente egressos de escola pública e/ou que tenham utilizado da política de ações afirmativas (Lei nº12.711/2012).

Considerando a definição das ações estratégicas executadas pelo PNAES (2010), Vasconcelos (2010) realça a contribuição da política de assistência estudantil para a permanência universitária, possibilitando aos estudantes os recursos e estruturas necessárias para a superação dos obstáculos e o bom desempenho acadêmico, minimizando situações de abandono ou evasão.

Durante muitas décadas o acesso às universidades era destinado expressivamente àselites do país. Em conformidade com Martins e Machado (2018), ainda ocorre no Brasil o chamado fenômeno de estratificação educacional, no qual o alcance educacional é determinado pela origem social das classes e grupos, causando a predominância de alunos das camadas com maior poder aquisitivo nas universidades, cenário que começou a mudar com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), assim como do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino (IFES) realizada pela FONAPRACE em 2018, demonstraram que cerca de 60% dos estudantes vinculados às IFES no Brasil, possui renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, sendo esse percentual mais acentuado nas regiões Norte e Nordeste, com 81,9% e 78,3%, respectivamente.

Com um percentual tão elevado de estudantes nessa faixa de renda, percebe-se a importância da destinação de condições necessárias de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma, o RU desempenha um papel relevante no decorrer da vida acadêmica, principalmente dos estudantes em situações de vulnerabilidade e risco social, configurando-se então, como um dos principais elementos da política de assistência estudantil, dadas as dificuldades constantes enfrentadas pelos cidadãos brasileiros em garantir este direito, especialmente no contexto atual.

A articulação entre a política de SAN e de assistência estudantil com foco na questão alimentar, remete o pensamento de Bellini e Faler (2014) acerca da urgência de se criar estratégias para a motivação e comprometimento de gestores e trabalhadores de diversas políticas e propor novas possibilidades de intervenção junto às famílias usuárias dos

sistemas públicos. O sentido amplo da intersectorialidade evidenciado envolve, portanto, as mais variadas etapas e processos de trabalho das políticas públicas.

No ICSEZ/UFAM, o funcionamento do RU é apontado pelos discentes e docentes como fundamental para a alimentação diária, pois o equipamento oferece refeições a baixo custo e para os beneficiários de determinados auxílios estudantis é gratuito desde a aprovação da Portaria nº 1973, de 14 de outubro de 2022, que instituiu a política de segurança alimentar da UFAM.

Atualmente, o café da manhã é vendido pelo valor de R\$ 0,75 e o almoço/jantar ao preço de R\$ 2,00 cada um, apontando a responsabilidade do Instituto no pagamento de cerca de 90% do valor total das refeições servidas no RU, sendo o recurso investido neste serviço oriundo do PNAES (2010). Mesmo com todo o esforço empregado pela gestão no funcionamento do RU, a DSS do ICSEZ/UFAM tem recebido as constantes demandas dos discentes em torno de melhorias nos serviços, situações estas compartilhadas com a Direção e setores afins, as quais se configuram como as motivações para a pesquisa de avaliação realizada em 2022.

O papel do RU para a Comunidade Acadêmica do ICSEZ/UFAM

Considerando a figura do RU como parte integrante da política de assistência estudantil, a DSS do ICSEZ/UFAM com o apoio da Direção, Coordenação Administrativa, Coordenação Acadêmica e Centros Acadêmicos, se propôs a realizar a avaliação deste serviço, de modo a oportunizar a comunidade acadêmica a exposição de suas percepções enquanto usuários desta política.

Diante da relevância da pauta, foi elaborado um formulário com perguntas abertas e fechadas com o objetivo de coletar informações diárias acerca do nível de satisfação dos discentes quanto RU, visando a implementação de estratégias de melhorias nos serviços ofertados pelo RU no Instituto.

O formulário online foi disponibilizado pela DSS do ICSEZ/UFAM no período de 01 a 31 de agosto de 2022, e semanalmente foi divulgado nas redes sociais do Instituto um link de acesso ao mesmo. A partir dos dados coletados, pontua-se que 131 (cento e trinta e um) discentes realizaram o preenchimento do formulário, sendo os discentes do curso de Serviço Social identificados como os mais participativos na pesquisa, dado os registros de respostas. Quando perguntados sobre as principais opções de alimentos disponibilizadas no desjejum, 46% dos participantes da pesquisa informou não ter realizado esta refeição no período indicado e 54% dos discentes indicou que teve acesso ao café, leite, pão francês, achocolatado e mingau. Frutas, sucos, bolos, frios e demais opções de alimentos

listados no formulário tiveram baixa demonstração de consumo em função da oferta mínima e em alguns casos nula, de acordo com as respostas registradas.

No tocante às principais opções de alimentos disponibilizados no almoço e/ou jantar, cabe enfatizar os seguintes resultados:

- ✓ 12% dos participantes da pesquisa informou não ter realizado esta refeição no período indicado;
- ✓ Concernente aos acompanhamentos, 72% declarou que teve acesso ao arroz, feijão, macarrão, salada crua e farofa;
- ✓ Com relação às proteínas, 32% expressou que teve acesso a carne vermelha - carne moída, bife, isca, dentre outros, 29% a frango, 7% a carne de porco, 6% a vísceras - coração, fígado e língua e apenas 3% a peixe;
- ✓ Quanto às sobremesas - pudim, creme, manjar, gelatina, compotas de frutas, dentre outros, 22% dos discentes indicou o acesso a este complemento;
- ✓ Demais opções de alimentos listados no formulário, como vatapá, purê, feijoada e baião de dois, tiveram baixa demonstração de consumo em função da oferta mínima e em alguns casos nula, de acordo com as respostas registradas.

Além dos principais tipos de alimentos consumidos, os discentes foram perguntados de acordo com as suas concepções se o cardápio servido no RU contempla a dimensão de segurança alimentar e nutricional. Os resultados desta questão estão expostos na tabela 01.

Tabela 01 - Concepção dos discentes sobre a SAN no RU do ICSEZ/UFAM

Na sua concepção, o cardápio servido no RU contempla a dimensão de segurança alimentar e nutricional?	F.A	F.R
Não	94	72%
Sim	37	28%
Total Geral	131	100%

Fonte: Formulário online da DSS, 2022.

Com base nos indicadores apresentados, observou-se que 72% dos discentes afirmam não identificar a garantia da SAN nos alimentos servidos no RU, resultado este a ser debatido de forma articulada às informações acerca do que tem sido servido e consumido.

Fazendo um contraponto com a análise apresentada na primeira parte deste artigo, importante reforçar que a SAN, enquanto direito humano e social previsto na LOSAN (2006) e PNSAN (2012), compreende o acesso regular e permanente de todos os cidadãos a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo nesta discussão os serviços do RU, os quais a partir da pesquisa realizada demandam melhorias visando o atendimento mais qualificado de seu público.

Diante da concepção de SAN consolidada na legislação em pauta, pontua-se que a alimentação de qualidade representa um direito inalienável de todo cidadão brasileiro e o seu acesso configura-se como pressuposto à sobrevivência e desenvolvimento qualitativo das pessoas. Em outras palavras, a dignidade humana depende da alimentação, pois por meio dela os demais direitos sociais apresentam sentido, fato que nos leva a refletir sobre a responsabilidade assumida pelo RU na oferta diária de alimentação aos discentes, que na maioria dos casos dispõe somente desta opção para se alimentar, dado o contexto de vulnerabilidade social e econômica.

Em segundo lugar cabe salientar a identificação na dificuldade de garantia da soberania alimentar, conceito este voltado ao direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, baseado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica. A ausência de opções de alimentos mais diversificados no RU tem resultado na massificação dos hábitos alimentares, afastando cada vez mais os discentes de sua cultura alimentar. No caso da população local, percebeu-se, por exemplo, o consumo mínimo de peixes, os quais representam um dos símbolos da identidade e história dos grupos e povos tradicionais.

O terceiro componente a ser verbalizado neste contexto, se refere às consequências cognitivas e psicossociais do acesso reduzido a alimentos mais saudáveis. Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), os efeitos potenciais do estado de insegurança alimentar e nutricional, causados dentre outros fatores pela deficiência no consumo de determinados alimentos, como frutas, verduras e legumes, podem refletir tanto em carências nutricionais (desnutrição) como no excesso de peso.

Os resultados da avaliação permitem concluir que público frequentador do RU possui acesso mínimo a frutas, verduras e legumes, situação esta incluída constantemente nos debates institucionais, porquanto os serviços do RU fazem parte da política de assistência estudantil e por esta razão devem contribuir com a permanência dos discentes no ensino superior público.

Quando perguntados se possuem condições de se alimentarem em outros locais além do RU, constatou-se de modo expressivo que a maioria do público, particularmente os discentes, depende exclusivamente dos serviços disponibilizados no restaurante. Os indicadores desta questão estão presentes na tabela abaixo.

Tabela 02 - Acesso dos Discentes a outros locais além do RU do ICSEZ/UFAM

Você tem condições de se alimentar em outros locais além do RU?	F.A	F.R
Não	110	84%
Sim	21	16%

Total Geral	131	100%
--------------------	------------	-------------

Fonte: Formulário online da DSS, 2022.

A partir das respostas, verifica-se o quanto os serviços oferecidos do RU são relevantes para os discentes do ICSEZ, dado o seu objetivo principal em garantir uma alimentação balanceada, de baixo custo e com potencial para contribuir com a política de permanência dos alunos na instituição, tendo em vista a melhoria do aproveitamento acadêmico por meio do acesso à alimentação segura, de qualidade e em quantidade suficiente para todos.

Conclusão

Apesar de todo o contexto de dificuldade e em alguns momentos de precarização, os resultados da pesquisa de avaliação realizada em torno do RU denotam que as ações da assistência estudantil no ICSEZ/UFAM neste segmento, estão materializadas e atendem as necessidades do público em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No decorrer do processo de avaliação do RU, identificou-se o quanto este serviço faz a diferença no cotidiano acadêmico das pessoas que o utilizam, dado o cenário de vulnerabilidade vivenciado. Neste sentido, a DSS se colocou à disposição para mediar o processo avaliativo, orientando os participantes da pesquisa a sinalizarem a realidade enfrentada, para que assim fosse possível visualizar o funcionamento do RU.

Um dos empecilhos encontrados no decorrer da aplicação do formulário foi o reconhecimento por parte dos discentes da necessidade de participação neste processo, fato que foi trabalhado de modo contínuo por meio da sensibilização e publicidade desta ação. Deste modo, não se pode deixar de enfatizar a importância do apoio recebido pelos Centros Acadêmicos e pela Direção na execução deste trabalho.

Diante dos resultados apresentados, reiteramos que a intenção da DSS foi contribuir com o andamento das solicitações de melhorias do RU, na certeza de que a partir dos dados em questão será possível debater e implementar as estratégias mais adequadas para garantir que o Restaurante seja associado a um ambiente público de referência.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). *O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Organizadora: Marília Leão. Brasília: 2013. 263 p.

BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER, Camília Susana. *Intersetorialidade e Políticas Sociais*:

Interfaces e Diálogos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*.

_____. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*.

OBSERVATÓRIO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - FONAPRACE. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018*. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

MARTINS, F. dos S.; MACHADO, D. C. *Uma análise da escolha do curso superior no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos de População, 2018, 1-24. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0056>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Fome Zero: A experiência brasileira*. SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de (Orgs.). Brasília: MDA, 2010. 360 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional*. Relatório 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). Portaria nº 1973, de 14 de outubro de 2022. *Institui a Política de Segurança Alimentar da UFAM*. Disponível em: <<https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/5119/113/38%C2%B0%20E%20di%C3%A7%C3%A3o%20de%20Boletim%2014.10.2022.pdf>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

VASCONCELOS, N. *Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil*. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

PESCADORES ARTESANAIS DE PARINTINS-AM: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PROFISSÃO

Thais Azevedo Nunes, Tatiana Azevedo Fuziel, Vanessa Monteiro Pereira

Resumo

A Amazônia apresenta uma diversidade não somente da sua fauna e flora, mas também de povos e comunidades tradicionais que resistem neste chão Amazônico. Sabemos que a Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo, sendo os rios a maior fonte de sobrevivência dos ribeirinhos. É neste contexto das águas que encontra-se os pescadores Artesanais de Parintins-AM, que visualizam os rios como fonte de renda e subsistência. Este artigo tem como objetivo entender as condições de vida dos pescadores da localidade e os desafios da profissão no contexto amazônico. Como procedimento metodológico Utilizou-se da abordagem qualitativa e pesquisa de campo no qual foi feito entrevista com apoio de formulário semiestruturado. Através da pesquisa observou-se que os pescadores artesanais vivenciam uma realidade de desafios na garantia e reconhecimento dos seus direitos.

Palavras Chaves: Condições de vida; pescadores artesanais; Desafios.

Introdução

A realidade da Amazônia vai além de seus recursos naturais como algo pouco discutido. Sua imensidão de riquezas nem sempre permite ter uma visão crítica e reflexiva quanto às expressões da questão social. Nessa região se encontra o maior rio do mundo em extensão de água doce. Segundo Mello (2002) “[...] o Amazonas e seu ciclo das águas direcionam o cálculo da vida de homens e mulheres da Amazônia”. E no contexto das águas encontram-se os pescadores artesanais de Parintins que enxergam os rios como meio de sustento e renda.

Ao longo da história podemos perceber que os pescadores vêm encontrando dificuldades em se organizarem enquanto classe, em virtude das próprias contradições presentes no modelo de sociedade capitalista, a qual fragmenta e fragiliza os movimentos sociais, na busca de efetivação de direitos e de políticas públicas. Na Amazônia este processo se fragiliza ainda mais, pela própria espacialidade da região, pela sua complexidade e diversidade de seus povos e atividades econômicas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as condições de vida dos pescadores do município de Parintins, a questão sindical, suas lutas e desafios na Amazônia. Esse trabalho está dividido em quatro tópicos que abordam sobre a temática em questão: 1 – A Pesca como um atividade tradicional na Amazônia; 2- Organização sindical e entidades representativas; 3- Condições de vida dos pescadores Artesanais de Parintins; 4- Pescadores artesanais de Parintins: Acesso as Políticas Públicas.

Utilizamos como metodologia a pesquisa de campo com apoio de revisão bibliográfica, em que foi realizada entrevista com 03(três) pescadores e a representante do Sindicato dos pescadores artesanais de Parintins (SINDIPESCA) com o apoio de formulário semiestruturado para conduzir as entrevistas. Dessa forma, foi possível a coleta de informações que nortearam a pesquisa e concretização deste trabalho.

Desse modo, pensar acerca dos modos de vida, os desafios que os pescadores artesanais de Parintins enfrentam o seu dia a dia é fundamental para compreendermos suas lutas. A Amazônia é uma riqueza, porém apresenta uma realidade desigual, com lutas e resistências de povos tradicionais que são invisibilizados.

A Pesca Como Uma Atividade Tradicional Na Amazônia

A região da Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo, onde se encontra 20% da água doce de todo planeta com uma vasta e rica fauna aquática. O que faz desse ecossistema favorável à atividade pesqueira como prática de influência cultural e social. Os rios, lagos e igarapés da região amazônica possui uma diversidade de peixes o que proporciona a muitos pais de famílias Parintinense a principal fonte de subsistência e comercialização, tornando-se uma atividade tradicional da região amazônica passada por gerações.

A pesca na Amazônia é um tema bastante discutido por vários autores. Corrêa (2011) destaca que a pesca é uma das atividades mais tradicionais na Amazônia, sendo a principal fonte de proteína de baixo custo para populações ribeirinhas, fornecendo um produto de alto valor nutritivo em comparação a outros tipos de proteína animal. Fraxe (2009) caracteriza a pesca como uma das principais atividades extrativas da região.

A importância da pesca na região Amazônica remonta o período antecedente ao colonial, desde quando os indígenas usavam o pescado como principal fonte de alimentação (VERÍSSIMO, 1895 *apud* BATISTA, *et al*, 2004). Nessa região, a pesca representa uma das atividades extrativistas de maior importância. Além de a produção da pesca abastecer o mercado interno é também exportada para outros estados brasileiros e mercados internacionais. Em contrapartida, há a existência de uma população empobrecida, vítima da desigualdade, desemprego, exclusão social, assim como os impactos da ideologia neoliberal.

Organização Sindical e Entidades Representativas dos Pescadores de Parintins-Am

A crise que atinge o mundo do trabalho seus organismos sindicais e partidários são de proporções ainda não assimiladas. Segundo Antunes(1995) Essas transformações afetam diretamente a classe-que-vive-do-trabalho. Se já não bastasse essas mutações, a crise atinge também a subjetividade do trabalho e seus organismos de representação dos quais os sindicatos são expressão. De acordo com Conceição (2014) *apud* Santana (2007, p.51) “Em seu formato moderno, os sindicatos estabeleceram-se, com graus variados de deficiência, como órgãos que agregam e defendem os interesses dos trabalhadores no âmbito nacional”.

A partir desta questão é importante salientar o processo de organização social dos pescadores em um contexto histórico. Para Campos (1993) a organização social dos pescadores é datada na época do Brasil colônia, a partir de decreto de D. João VI ordenando a criação de colônias de pesca, porém não frutificou devido favorecer somente a coroa portuguesa. Assim trouxeram de Portugal cerca de cem pescadores para fundar a primeira colônia de pesca no estado de Santa Catarina.

Na região Amazônica as organizações sindicais apresentam diversas formas de organização a nível regional e nacional que, defendem os interesses da classe. A nível local existe a associação de pescadores e sindicatos de pescadores. Todas as formas de organização lutam e resistem as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho.

No município de Parintins a pesca é uma das principais fontes de alimento e renda financeira para muitas famílias que sobrevivem dessa atividade. Os pescadores e pescadoras artesanais são representados por duas entidades a Colônia de Pescadores Z-17 e o Sindicato de Pesca do Amazonas – SINDPESCA. As duas instituições têm como objetivo orientar a classe dos pescadores e pescadoras artesanais da zona urbana e rural no sentido da garantia dos seus direitos e deveres como associados.

A sede do SINDPESCA está localizada na rua Padre Augusto Gianolla, bairro Paulo Correa. Segundo a representante do SINDPESCA “a representatividade legal dos pescadores e pescadoras no município de Parintins na jurisdição municipal exerce atividades individualmente ou o regime de economia familiar”. (Entrevista em Pesquisa de campo, 2019). No enfrentamento de dificuldades para a atuação do sindicato destacamos a falta de suporte financeiro para as despesas mensais para a permanência no local, dificultando a realização de suas atividades, por esse motivo o sindicato passou a funcionar no PAC de Parintins. Entre as atividades desenvolvidas pela instituição estão a capacitação de pescadores com motores rabeta, curso de retirada de espinha em pescado, curso de beneficiamento de pescado e orientações quanto a pesca para que seja realizada no período do seguro defeso.

No sentido de analisar a influência e impactos do neoliberalismo nas instituições observamos os traços no contexto econômico, social, político e cultural. Para Antunes (1995) é dentro dessa contextualidade que surge o sindicalismo de participação, ou seja, há uma perda de sua identidade uma vez que essas organizações perdem seu viés anticapitalista.

Em relação as instituições de Parintins percebemos uma certa desunião acerca dos direitos de seus associados quando as entidades colocam seus interesses acima da categoria. De acordo com Conceição (2016):

[...] Em Parintins tem-se observado um conflito de interesses entre as entidades representativas dos pescadores, as duas prestam os mesmos serviços e procuram cada qual a sua maneira, buscar estratégias para efetivar direitos. Contudo, parece não haver um diálogo entre a ambas na busca de melhores condições de trabalho para os pescadores unindo força dos movimentos e pescadores para melhor concretização de direitos. Nos parece que os interesses imediatos de cada entidade, tem se sobreposto aos interesses da categoria dos pescadores artesanais, sendo estes últimos os que vivenciam as maiores perdas (Conceição 2016, p. 53).

Portanto, o contexto de crise nas instituições tem sua origem das intercorrências do neoliberalismo gerando conflitos que afetam os pescadores artesanais que delas participam.

Condições de Vida dos Pescadores Artesanais de Parintins

Para compreendermos o contexto da vida dos pescadores , é importante destacar o processo de suas condições de trabalho partindo das transformações da natureza como objeto usado para atender suas necessidades materiais e sociais. Como destaca Netto (2010)

[...] a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade através de seus membros (homens e mulheres) transforma materiais naturais em produtos que atendem as suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade que a denominamos trabalho (NETTO, 2010, p.30)

O trabalho é uma categoria importante para o ser social, é através dele que o homem se constitui como tal. Dessa forma, o pescador artesanal está inserido nessa dinâmica e com todo trabalho sofre as consequências do contexto capitalista. O modo de vida desses trabalhadores é de lutas e desafios diárias, pois para os mesmos a pesca é a principal fonte de renda e sustento, onde muitas vezes não conseguem recursos suficientes no dia. Além disso, sofrem com a desvalorização da profissão.

Podemos observar através da pesquisa de campo, o quanto a pesca é essencial para a vida de pescadores e pescadores artesanais de Parintins-AM, porém os mesmos vivem

uma realidade em que os peixes estão escassos. Na fala do **pescador 01**, podemos observar esta realidade:

A pesca é para consumo e para venda né, porque eu já vendi muito e ainda vendo, mas não é mais muito porque, tá difícil o peixe, já não é como era antes (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

Dessa forma, observa-se que o pescado se tornou escasso ao longo dos anos, justamente pela transformações que ocorreram na natureza, tais como a poluição dos rios e demais danos ambientais causados pelo próprio homem.

Na pesca artesanal faz-se necessário a utilização de instrumentos típicos da profissão que em geral são fabricados pelos próprios pescadores. Segundo Andrade (2013) desde muito jovens foram lidando com estes instrumentos de trabalho e aprendendo a fabricá-los como é o caso da malhadeira, da rede, da tarrafa, do espinhel, do caniço, do arco e flecha.

O seu modo de vida requer enfrentar diversas dificuldades nos rios e lagos, pois muitos passam dias fora de casa, enfrentam sol e pegam chuva o que acarreta danos à saúde. Os pescadores entrevistados todos são idosos, o que pode trazer maiores danos. Tal realidade podemos perceber no relato do **pescador 01** de 65 anos:

Olha, eu estou pescando mais não estou aguentado a pescaria, porque dói tudo corpo, dói a vista e tudo porque eu peguei muita chuva e muito sol eu sinto que é cansaço no corpo. A vida de pescador não é boa não. Não é fácil, é muita dificuldade o camarada se não tiver dinheiro ele não vai, precisa comprar a despesa, muitas vezes ele só pega o peixe só pra pagar despesa, não sobra mais pra ele, tá tudo difícil. Eu pesco de canoa, acordo cedo, levo remo, malhadeira, caixa com gelo, tarrafa, levo minha despesa, minha rede e vou pescar. (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

Ao analisarmos esses relatos, podemos perceber as condições de vida e dificuldades desses pescadores, pois exige muito esforço dos trabalhadores para conseguir o pescado para o sustento e renda. Porém, acredita-se que a atividade pesqueira é intensamente promissora, pois a região apresenta características geográficas propícias à pesca. É de suma importância incrementar maiores investimentos em tal atividade em que a estrutura de armazenamento do pescado é insuficiente, o que gera desperdício, além das frotas pesqueiras reduzirem os lucros dos pescadores artesanais por conta dos arrastões ilegais. Desse modo, o pescador segue resistindo e lutando no contexto amazônico.

Pescadores de Parintins: acesso às Políticas Públicas

A participação dos pescadores e pescadoras artesanais de Parintins nessas instituições tem sua relevância. Nesse sentido buscamos entender como os pescadores de Parintins percebem o direito as políticas públicas através dessas entidades. Em nossa pesquisa de campo destacamos a participação de três pescadores, dois participam como associado e um não participa como associado. Quando perguntado se tem o conhecimento sobre os seus direitos como pescador associado eles responderam:

Para o pescador 01.

Eu me associei já faz treze anos, ainda não consegui me aposentar. Os benefícios que eu recebo é só o seguro defeso que eu recebo todo ano. Nunca deu problema todo ano eu recebo. (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

Pescador 03.

Tenho conhecimento sim, esses direitos a gente conhece concebe a partir do momento em que você se matricula pra ser um pescador, ai você já vai participando de reuniões, explicações e sobre quais são os direitos do pescador e esse direito a gente tá conseguindo ai conforme as medidas das leis que o país apresenta, então a gente está esperando que possa ter uma melhora porque nós não estamos numa situação muito boa não, a gente espera que possa melhorar. Bom o nosso maior benefício é a gente conseguir se aposentar, fora isso a gente não tem como comprar um gelo mais barato, uma gasolina mais barata no caso se tivesse um convenio com alguma coisa ai que tivesse assim favorecer o pescador a ter a felicidade de comprar as coisas mais barata um pouquinho do que o normal. O benefício que a gente recebe agora atual é o seguro defeso, quando chega a época do defeso a gente estando em dia com o pagamento das mensalidades e as notas fiscais do peixe que a gente vendeu durante o período que a gente pode pescar, a gente tem o direito de receber o seguro (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

Nos relatos podemos entender o papel das instituições ao informar seus associados sobre o direito e as condições para acesso ao seguro defeso.

Uma das políticas para esse setor de acordo com a Coordenadoria Municipal de Planejamento de Parintins é o incentivo a piscicultura, existem poucas experiencias dessa atividade, mas se mostraram promissoras e lucrativas. A preocupação com o setor pesqueiro existe, porém por questões políticas esses investimentos propostos não se concretizam, levando o setor ao abandono. CARDOSO (2014) constatou que o município de Parintins é um dos principais entrepostos de pesca do estado do Amazonas, onde o consumo de pescado local e a exportação são relevantes. No entanto, conforme a representante do SINDPESCA sobre as dificuldades que os pescadores enfrentam quanto a política de incentivo a piscicultura:

O pescador dificilmente tem acesso devido as exigências de cumprimento

com as documentações. Existe o plano safra que cita milhões e milhões para o pescador acessar ligada diretamente a piscicultura, mas não funciona, somente os grandes empresários conseguem esse empreendimento, o que na maioria não consegue a licença ambiental do IPAM. (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

O entreposto pesqueiro se funcionasse também daria ao pescador um gelo mais barato e acessível, teria onde o pescador artesanal armazenar o pescado na safra evitando o desperdício de pescado, principalmente a questão a questão do beneficiamento do pescado no sentido de envolver a família do pescador e o próprio pescador na produção de derivados como a confecção de linguiça de peixe, hambúrguer de peixe e outros agregando com a renda familiar.

A política do estado é voltada principalmente para o crédito através da AFEAM e assistência técnica para pescadores. Existe também uma política de compra de pescado no estado em parceria com o Governo Federal e municipal junto as instituições Colônia de Pescadores Z-17 e SINDPESCA com a compra e distribuição simultânea.

Sobre as políticas do SINDPESCA relacionadas com o governo do estado estão em fase embrionária porque a entidade tem menos de uma década de atuação junto a luta pelo direito dos pescadores. De acordo com a representante do SINDPESCA ainda que dessa forma apresentam propostas que visam

[...] dar credibilidade ao pescador e pra sua família, dando melhores condições na estrutura do que vai trabalhar e também fazendo que seu grupo familiar tenha oportunidade de emprego ou de alguma forma melhorar suas condições de vida (Entrevista realizada em Pesquisa de Campo, 2019).

Uma luta importante das ações sociais do SINDPESCA é a busca de uma feira para o pescador artesanal. Em relação ao seguro desemprego Maia (2009, p.39) “agrega características regulatórias e redistributivas, englobando as ordens, proibições, decretos e portarias à redistribuição de renda, por meio do repasse do benefício”. Em primeiro plano, foi criada a lei nº 7.679 de 23 de novembro de 1988, a qual dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, no art. 1º diz que é proibido pescar: “(I) em cursos d’água nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para a reprodução e, em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova, reprodução ou de defeso”.

Na trajetória de trabalho do pescador artesanal diante mediante as leis percebemos que este passou a ter acesso ao seguro desemprego pela lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991 que assegurou o auxílio financeiro ao pescador artesanal conhecido popularmente como Seguro Defeso. Uma política desenvolvida para conservar os recursos pesqueiros que beneficia todos os pescadores associados.

Conclusão

Compreender o trabalho e como se constitui o modo de vida dos pescadores artesanais deve ser discutida, tendo em vista que desde o período colonial é uma profissão pouco valorizada e reconhecida. Esta categoria necessita de políticas públicas mais eficientes e que sejam de fato aplicadas e atenda a demanda desta população.

Diversas são as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, tais como: a falta de infraestrutura das instituições, ausência de apoio as famílias que sobrevivem da pesca, além do cansaço diário que muitas vezes resulta em danos à saúde. Desse modo, é necessário um olhar mais humano sobre as condições de trabalho dos pescadores da Amazônia.

Tal artigo teve como objetivo analisar as condições de trabalho e os desafios que os pescadores artesanais enfrentam, além da sua organização sindical que é um espaço de luta e voz da profissão.

Portanto, a profissão de pescador artesanal ainda é uma forma de ampliação de renda para muitas famílias Parintinenses. Apesar de todos esses empecilhos, os pescadores seguem resistindo e enfrentando os banzeiros da vida no chão amazônico.

Referências

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha**. Manaus: Adua, 2015.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **Ribeirinhos urbanos: Modos de vida no Puraquequara**. Manaus: Edua, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONCEIÇÃO, Adriele Carneiro. **Pescadores de Direitos: políticas públicas e entidades representativas de pescadores artesanais de Parintins- AM**. TCC de Graduação (Serviço social) – Universidade Federal do Amazonas, 2014.

Lopes, Maria Singelene Cardoso. **Pescadores Urbanos da Baixa de São José em Parintins-AM: Buscando Estratégias para a conservação da vida**. TCC de graduação (serviço social) – Universidade Federal do Amazonas, 2016.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução Crítica**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NO LAGO DO MÁXIMO

Adria Helena Xavier Albuquerque

Resumo

Este artigo faz parte de uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) Parintins, e se encontra em andamento em seu processo de análise e interpretações. Trata-se de uma pesquisa exploratória que visa proporcionar maior familiaridade com a problemática que envolve a participação social de jovens rurais. Os dados apresentados fazem parte do Primeiro Encontro com Jovens da Comunidade Nossa Senhora do Rosário, no Lago do Máximo, pertencente ao município de Parintins, Estado do Amazonas, organizado com apoio da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo – COOPMAFA. A partir dos resultados observa-se através de troca de ideias e experiências a importância de estratégias com suas finalidades voltadas para a construção de políticas públicas, participação social e sua força enquanto sujeitos em busca de direitos.

Palavras-chave: Juventudes rurais; Participação social; Comunidade ribeirinha.

Introdução

Diante de sua grandiosidade, a Amazônia brasileira envolve no seu processo de formação povos e etnias que caminham conectados com a natureza e seu grandioso rio. Diante dessa vivência os jovens ribeirinhos buscam entender e estar inserido na realidade de suas comunidades, aprendendo através de questionamentos, seus papéis enquanto liderança e partícipes sociais. Os jovens presentes nas comunidades rurais amazônicas representam distinções marcantes, e reafirmam a importância de seu papel social pouco pautado e que se tornam naturalizadas.

Este artigo faz parte de uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) Parintins, e se encontra em andamento, estando no processo de análise e interpretações das informações. Mas, já sendo possível identificar algumas inferências. Tem como escopo a participação ativa dos (das) moradores da Comunidade Rural de Nossa Senhora do Rosário – Lago do Máximo e suas implicações com a realidade vivenciada nesta comunidade.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar como se manifesta o processo de Participação Social dos Jovens da Comunidade Nossa Senhora do Rosário e suas relações com os movimentos sociais, economia e sua visão da comunidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. O interesse por esta temática surgiu a partir do estudo em sala de aula voltada para questões sociais da Amazônia, bem como da experiência

profissional de pesquisadora em atividades realizadas em centros comunitários de áreas rurais, em que se tornam espaços de discussão e processos de participação democrático. No entanto, percebeu-se a necessidade de maior espaço para a participação do jovem rural no processo de atuação social nas atividades desenvolvidas em suas comunidades.

Juventudes Rurais: O que é ser jovem?

Bango (2003) afirma que a necessidade de se implementar políticas públicas específicas para a juventude, ganhou notoriedade nos últimos 15 anos. O que ocorre devido a visibilidade no processo de democratização no final da década 1980 na América Latina. Para o autor, observa-se a inexistência de uma institucionalidade própria da juventude. Nesse sentido, abordar a fase da vida em que as singularidades precisam ser compreendidas, torna-se uma tarefa que cabe a sociedade de modo geral, o que necessita de um olhar atento para a sua realidade. O ser jovem abre um leque de possibilidades, e se limita muita das vezes em estigmas colocados pelo meio que o cerca.

De acordo com Calil (2008) a sociologia da Juventude defende que não há nada de imutável ou de universal no processo da juventude. Nesse sentido Borges (2018, p. 53) ressalta que:

Um jovem de periferia de um grande centro não pode ser comparado com um jovem rural. Embora possam ter a mesma idade e estar passando por transformações físicas e hormonais parecidas, culturalmente são bem diferentes. Em diferentes culturas, esta passagem pela juventude é diferencialmente marcada. Algumas civilizações, culturalmente, instituem ritos de passagem da infância para a idade adulta, tais como desafios, lutas, reclusões e marcações corporais. De uma forma ou de outra, todas as culturas têm seus rituais.

Cabe a urgência de abordar não mais “juventude rural” (no singular), mas “Juventudes Rurais” (no plural) devido a realidades específicas de cada grupo em que está inserido este jovem. Os questionamentos voltados para o ser jovem nos direcionam ao local em que este está inserido e como é apresentado quando o assunto é a assistência social. Nessa perspectiva, o ser jovem aborda o contexto psicológico e social e não apenas a faixa etária como atribuído na maioria das vezes pelos órgãos estatísticos.

A migração dos jovens das comunidades rurais

O acesso a políticas públicas de jovens rurais e a busca por trabalho ou a

continuidade nos estudos tornam-se práticas naturalizadas. O desejo de dar a continuidade aos estudos é visto como possibilidade de condições de vida mais favoráveis para os jovens moradores de comunidades de várzea e terra firme. O fato de sair em busca dessa qualidade de vida pode ser visto por comunitários como um caminho sem volta.

De acordo com Souza (2009) e Santos (2015) a justificativa dada para a continuidade no estudo acaba sendo naturalizada, mas neste processo não ocorre a indagação do porquê desses estudos não serem vinculados ao rural. Outra problemática pouco colocada em discussão está em torno da experiência desses jovens que retornam para a sua localidade após a tentativa do êxodo. Que devem ser evidenciadas desde a decisão de mudança. O retrato histórico-social desses jovens são acentuadas desde o término do ensino médio.

É nessa perspectiva que Carneiro e Castro (2007) ressaltam a vontade do jovem permanecer em sua localidade, mas sem abrir mão de novos conhecimentos, principalmente ligados a tecnologia. A área urbana já não é vista com fascínio devido principalmente à violência e a pouca qualidade de vida. Dessa forma, a juventude rural no seu desejo de busca de conhecimento e qualidade de vida provoca a reflexão de se implementar políticas públicas no âmbito estatal que possam se tornar alternativas para frear este êxodo naturalizado por gerações.

No contexto amazônico, uma das discussões nessa direção diz respeito à educação do campo, a qual busca problematizar a intervenção do Estado por meio da política de educação como possibilidade de assegurar ao jovem uma formação dentro de sua própria comunidade rural e com isso poder contribuir na formação de outros jovens. Daí a importância do movimento por parte dos comunitários e das esferas governamentais em responder as demandas, visto que a educação do campo assenta-se no processo educativo que considere as particularidades territoriais, culturais e sociais como singular na formação (VASCONCELOS; ALBARADO, 2020).

Assim, discute-se a seguir a experiência da participação social da juventude em uma comunidade rural amazônica.

Comunidade Ribeirinha Nossa Senhora do Rosário - Lago do Máximo

A comunidade ribeirinha aqui apresentada carrega em sua forma de trabalho, conhecimentos herdados de povos indígenas que viviam nesta região e participação de migrantes cearenses. Nossa Senhora do Rosário está situado no município de Parintins, Estado do Amazonas, pertence ao Projeto de Assentamento de Vila Amazônia do INCRA que são caracterizadas por famílias que ocupam às áreas de terra firme e várzea. De acordo com

Serra e Andrade (2013, p. 8):

Há poucos registros do surgimento da comunidade “Nossa Senhora do Rosário”, os dados apresentados narra um pouco da história de seus primeiros moradores e da própria denominação do lugar provém dos relatos dos moradores mais antigos, pois segundo estes, a comunidade possui aproximadamente 100 anos de existência, embora os relatos ainda que confusos, sendo que em um ponto os moradores mais antigos concordam quanto ao nome da referida localidade, a denominação “Lago do Máximo” foi adotado em referência a um dos primeiros moradores, que teria chegado à região da Cabeceira do Mauá por volta do início do século XX.

Apresenta o sistema de água encanada, proveniente de um poço artesiano, energia elétrica interligada a área urbana através do Programa do Governo Federal “Luz Para Todos” e acesso à internet. As casas são de madeiras cobertas de telhas, sendo algumas de palha. Para o escoamento de produção, alguns moradores possuem moto como transporte, além de voadeiras e bajaranas. A comunidade também possui a Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo – COOPMAFA, constituída no dia 20 de maio de 2014. Suas atividades econômicas: Farinha de mandioca, cultivo de mandioca, cultivo de melão, cultivo de melancia, cultivo de tomate rasteiro, cultivo de açaí, cultivo de banana, cultivo de caju, cultivo de cítricos (exceto laranja), cultivo de frutas de lavoura, hortaliças.

Desta forma, as geografias diversas para a composição da comunidade ligadas a migração, constrói uma identidade e uma cultura Amazônica única e presentes na forma de produzir tanto para o consumo, como para a comercialização (SILVA, 2014) e que são visualizadas através de dinâmicas culturais e sociais, sendo esta a responsabilidades de pesquisadores para uma melhor visualização de seu desenvolvimento social, político e econômico através da perspectiva dos jovens presentes nesta comunidade.

Aspectos sociais e econômicos na visão dos Jovens Rurais da Comunidade Nossa Senhora do Rosário – Lago do Máximo

Estes dados fazem parte do Primeiro Encontro com Jovens da Comunidade Nossa Senhora do Rosário – Lago do Máximo, organizado com apoio da Cooperativa Agroextrativista e Turismo do Lago do Máximo – COOPMAFA. Para o levantamento dos dados, foram necessários dois deslocamentos, um para visita de modo geral na comunidade e outro para entender o cotidiano dos jovens, seguido de exposição do projeto e delineamento das ações conjuntas na sede da comunidade.

O levantamento contou com a participação de 32 moradores com idades entre 14 anos a 46 anos. Para uma melhor observação relacionada à questão econômica e social,

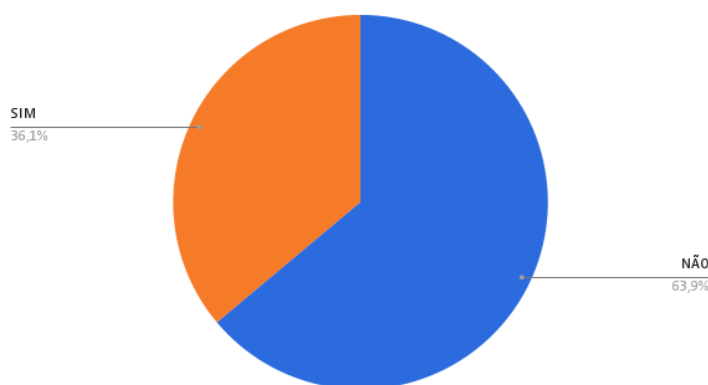
disponibilizamos um questionário com 20 perguntas sendo divididas em discursivas e objetivas.

Nesse sentido, o primeiro questionamento está em torno da formação destes jovens, sendo possível observar: 5,6% apresentam nível fundamental e 91,7% apresentam nível médio, os 2,8% tratam-se de nível superior. Segundo os moradores, o nível de educação oferecido para a comunidade trata-se de nível médio tecnológico.

Por se tratar de um primeiro encontro, levantamos questões como, o conhecimento sobre Educação no Campo e 63,9% dos jovens entrevistados não apresentam este conhecimento e 36,2% responderam que sim. A Educação do Campo, enquanto uma concepção de educação que nasce dos movimentos sociais populares do campo vem se constituindo como referência pedagógica para a efetivação de um projeto de emancipação dos povos do campo, historicamente marginalizados das políticas públicas sociais (CALDART, 2008; SOUZA, 2006).

A participação dos jovens no processo de entendimento sobre o assunto, apresenta-se como possibilidade de transformação da realidade do campo a partir da construção de uma consciência coletiva crítica sobre o campo e suas relações com a cidade e os direitos sociais. As abordagens envolvendo o tema juventude, além de estarem focadas nas características etárias e de classe social, se voltam para a análise da juventude como um “grupo social, cultural, político e histórico que reflete um aspecto geracional e resulta de construções históricas. São sujeitos de direito e devem ser considerados como tal” (CARVALHO; CORDEIRO, 2017, 242)

Gráfico 1 – Conhecimento dos jovens sobre educação no campo.
TEM ALGUM CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO?



Fonte: pesquisa exploratória, 2022.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o protagonismo Juvenil 86,1% não tem nenhum conhecimento sobre o assunto, sendo apenas 11,1% ao qual sabem do que se trata, como colocado por um entrevistado:

O que a gente sabe sobre o protagonismo juvenil é pouco. Eu a primeira vez que ouvi achei muito importante, e percebi que não temos isso aqui na nossa comunidade, antes até tinha atividade com jovens na igreja, mas hoje não temos mais nenhuma brincadeira ou alguma coisa que a gente possa se distrair só mesmo jogar o futebol e depois a gente volta a trabalhar (Informação verbal com um jovem durante atividades na Comunidade, 2022).

Diante destas respostas percebe-se a importância da discussão sobre este assunto e a continuidade de projetos para trabalhar de forma conjunta, face à situação de invisibilidade e exclusão que historicamente a juventude rural tem enfrentado na sociedade.

Nos diálogos que antecederam a reunião para a realização de estudos dirigidos com os/as jovens e lideranças, apresentamos o esboço de um questionário e o planejamento das oficinas temáticas, ao qual por meio de uma seleção de dinâmicas de estudos e debates com os/as jovens dos territórios rurais possibilitem a sua participação social, dentre as oficinas temáticas colocadas para opções faziam-se presente os seguintes cursos: Agricultura Familiar, Agricultura Orgânica, Agroecologia; Planejamento, Programação e Controle de Produção, Horticultor Orgânico, Meliponicultor e Sistemas Agroflorestal, todos ligados a produção rural em que foi possível observar qual o desejo dos jovens na continuidade dos estudos.

Assim, 36,6% gostariam de estudar Agricultura Familiar, 11,1% Agricultura Orgânica, Agroecologia 5,6%, Planejamento, Programação e Controle de Produção, 16,7% Horticultor Orgânico, Meliponicultor 2,6%, Sistemas Agroflorestal 2,8% e todas as opções 22,2%. Havia também a oportunidade de o jovem inserir outras formações que gostaria de estudar em oficinas temáticas na própria comunidade, sendo em sua maioria: Informática, Robótica, artesanato, corte e costura. De acordo com outro jovem participante:

Aqui seria muito legal a agricultura familiar, mas também a gente precisa saber da informática até robótica. Tem jovem na comunidade que leva jeito, ou um curso de mecânico que aqui nós temos muito problema com caminhões, um jovem indo para a cidade aprender já ajudaria muito (Informação Verbal com outro jovem durante atividades na Comunidade, 2022).

No Amazonas, a formação no Ensino Médio por Mediação Tecnológica tem cumprido o papel no processo de escolarização de jovens dos territórios rurais (VASCONCELOS, 2010), mas, em parte, não tem atendido aos reais interesses dos jovens do campo, porque não há diálogos com os saberes tradicionais e com a realidade social, cultural e política desses territórios.

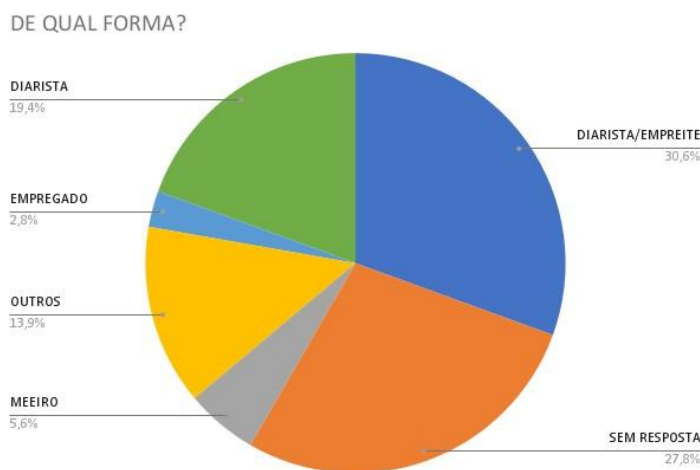
Para lideranças do movimento social do campo falta maior diálogo com as

experiências de vida social e cultural dos jovens, uma vez que esse diálogo também é importante para a formação de consciência crítica e a participação dos jovens na construção de experiências que afirmem seu protagonismo nos territórios rurais. O homem amazônico está intimamente aliado à apropriação dos recursos naturais presentes na região. Portanto, de acordo com Noda (2001), o produtor familiar tem o hábito de valorizar os recursos naturais existentes, respeitando seus limites de produtividade e exploração haja vista ele deter poucos insumos externos

Para a análise da questão socioeconômica houve a necessidade de um diálogo para o entendimento da forma como era referido a forma de trabalho dentro da comunidade onde 58,3% dos jovens apresentam renda própria e 41,7% não. Dos que apresentam renda própria 55,6% trata-se da agricultura e 5,6% agricultura/pesca, 30,6% não responderam por não possuir uma atividade definida ou por receber bolsa família.

Dos jovens presentes 38,9% trabalham para a família e 27,8% para terceiros, há também jovens que trabalham para família e para terceiros, em suas falas está a dificuldade de pagamento quando trabalham com a família e por conta disso buscam serviços com terceiros, a forma de trabalho dos jovens é por meio da diária e da empreita como apresentado no gráfico 2

Gráfico 2 – Formas e inserção no trabalho



Fonte: Pesquisa Exploratória, 2022.

Ao questionar quais os problemas que dificultam o desenvolvimento como trabalhador rural, em sua maioria está: o transporte para a produção e escoamento por conta da distância, acesso a crédito, agregamento de valores dos produtos e insumos agrícolas e apoio técnico.

Outro ponto observado trata-se do êxodo rural ou tentativa dos jovens de sair em

busca de oportunidades, para uma melhor observação foram inseridas duas perguntas dissertativas sobre o assunto: “Você já saiu daqui e morou em outros lugares? Se sim qual o lugar e como foi a experiência?”. No momento da entrevista alguns jovens responderam que não gostariam de falar sobre o assunto, o jovem 03 respondeu da seguinte forma:

Eu tive muita experiência indo para outras comunidades, assim como quem está aqui que foi pra Manaus e outros municípios e foi uma experiência de vida, em Parintins eu aprendi muito também, mas quem sabe um dia eu volte (Informação Verbal com o terceiro Jovem durante as atividades na Comunidade, 2022).

Dentre as palavras mais utilizadas para se referir a experiência está: experiência de vida, não era o que eu pensava, busca de recursos, boa, busca de melhorias, estudar e não obtive êxodo. Dessa forma, a participação dos jovens nesse processo apresenta-se como possibilidade de transformação da realidade do campo a partir da construção de uma consciência coletiva crítica sobre o campo e suas relações com a cidade e os direitos sociais, jovens rurais precisam de oportunidades.

Conclusão

A partir dos resultados encontrados neste artigo, torna-se possível observar através de troca de ideias e experiências a importância de estratégias com suas finalidades voltadas para a construção de políticas públicas. A formação de atores sociais ativos é fundamental, por se tratar de um desafio que envolve demandas da juventude e que apresentam como necessidade diálogos e interlocuções com outros jovens.

Nesse sentido, o desafio da participação social está atrelado a mecanismos de acesso a educação, saúde, qualidade de vida e a participação direta nos movimentos sociais na própria comunidade rural. O maior desafio observado através deste levantamento está em torno de conceitos de crescimento econômico de forma mais direta, geração de emprego.

Os jovens rurais não devem ser vistos como vítimas da sociedade e sim, participantes sociais para que assim, a sociedade tenha a percepção de sua representação e sua força enquanto sujeitos com direitos vigentes. Esta pesquisa abre a oportunidade para a inclusão destes jovens rurais no trabalho, escola e cidadania.

Referências

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Espaços de juventude. *In*: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, p. 192-209.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. dos (org.). Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação. Brasília: INCRA/MDE, 2008.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. **Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo: 2008. p. 218.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, V. dos S., CORDEIRO, G.N.K. **Juventude de Campo e expectativa de vida: um estudo na comunidade de Bacuriteua-Bragança-Pará**. In: SOUZA, D.V.S, VASCONCELOS, M.E. de O., HAGE, S.A.M. Povos ribeirinhos

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 380f. 2v.: il. 2005

NODA, Sandra do N. Noda et alii. Utilização e apropriação das terras por Agricultura Familiar amazonense de Várzeas. In: DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

SANTOS, C. R. B. **Estudo do lugar e Escolas** Famílias Agrícolas: valorização do campo como conteúdo educativo e espaço de vivência cotidiana-DOI 10.5216/ag.v9i1.24249. Ateliê Geográfico, v. 9, n. 1, p. 104-118. 2015.

SERRA, A.M; ANDRADE, F.A.V. Sistematização e caracterização de agriculturas sustentáveis em comunidades tradicionais na região do lago do máximo – Parintins-Am, Brasil. Malaga – Espanha: DELOS: Desarrollo Local Sostenible, vol 6, Nº 18,2013.

SILVA, L. J. S.; MENEGRETTI, G.A.; PINHEIRO, J.O.C.; **A dinâmica socioeconômica das comunidades rurais amazônicas: o caso de Nossa Senhora do Rosário – Parintins AM**. In: Congresso da sociedade brasileira da economia, administração e sociologia rural, 52., 2014, Goiania.anais.

SOUZA, J. D. A. A. **A pedagogia da alternância** – possibilidade para um novo modelo de educação do campo: um estudo na Escola Família Agrícola de Orizona, Goiás – Efaori. In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (Orgs). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 69-84.

SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo**. Propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VASCONCELOS, M. E. de O.; ALBARADO, E. da C. Educação, formação docente e territorialidades amazônicas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 223, jul./ago. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54489/751375150334>.

Acesso em: 02 fev. 2023.

VASCONCELOS, M. E. de O. **Identidade Cultural de estudantes rurais/ribeirinha a partir das práticas pedagógicas**. p.135, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS JUNTO AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

Aline Costa Vieira, Gisele Godinho Siqueira, Ione de Souza e Souza, Milliany Ventura Lopes

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência das Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Educação/SEMED no município de Parintins/AM que realizam atendimento a alunos e servidores nas escolas municipais do campo/comunidades ribeirinhas. Busca-se discutir a Política Nacional de Educação que perpassa a estrutura da sala de aula, teoria, aprendizado e de como está firmada a prática do Assistente Social, ponderando os desafios e possibilidades na garantia de direitos à População Tradicional Amazônica. A Educação é uma política pública que envolve diferentes sujeitos sociais e categorias profissionais, dos quais se encontra o Assistente Social, que busca compreender a realidade a partir de sua leitura crítica, convergindo com o projeto ético-político, caminhando com diversos movimentos pela defesa de políticas públicas de qualidade para todos, promovendo debates que protagonizem e valorizem um ensino voltado para a emancipação do homem e amenize as refrações da questão social no dia a dia.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Povos e Comunidades Tradicionais.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar informações acerca da prática dos Assistentes Sociais do Setor de Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação – SEMED junto às Comunidades Ribeirinhas, especificamente nas escolas do campo.

A Educação se constitui como uma política pública, que demanda o envolvimento de diferentes sujeitos sociais e diversas categorias profissionais. É nesse contexto que o Assistente Social está inserido, onde, um dos seus principais desafios é compreender a realidade a partir de sua leitura crítica, propondo um exercício profissional convergente com o projeto ético-político, objetivando caminhar com os diversos movimentos pela defesa e garantia de políticas públicas para todos.

O Serviço Social desempenha o papel de garantir os direitos dos cidadãos, contribuindo na sua formação individual e coletiva. No campo da educação, o profissional se articula com os demais atores promovendo debates que protagonizem a valorização do ensino voltado para a emancipação do homem. Esta luta não é específica apenas do assistente social, mas também dos outros atores atuantes na área, incluindo, evidentemente, a sua população usuária.

Desta maneira, a inserção do Serviço Social na Educação deve contribuir com ações que a tornem uma prática de inclusão social, de formação da cidadania, emancipação e construção dos sujeitos sociais.

No município de Parintins localizado a margem esquerda do Rio Amazonas e polo da Região do Baixo Amazonas no campo educacional, a Rede Municipal de Ensino conta com 146 escolas, em que 119 ficam na Zona Rural. Contudo, a escola e o Serviço Social, trabalham diretamente com a educação, com a sensibilização, com a oportunidade de possibilitar as pessoas que se tornem sujeitas de sua própria história, buscando expressar em seu bojo uma política educacional voltada para todos os níveis, etapas e modalidades assegurando aos povos tradicionais uma educação com qualidade social.

No entanto, este trabalho encontra-se estruturado em dois momentos: o primeiro descrevendo um breve histórico da Política de Educação organizada em forma de política pública e o segundo momento discorrendo sobre a prática do Assistente Social na Educação, suas possibilidades e desafios quanto o atendimento dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, contribuindo para troca de saberes e experiências para a promoção da democracia da educação do campo.

Política de Educação Brasileira

Ao refletirmos sobre de políticas públicas em especial a política de educação faz-se necessário uma compreensão conceitual em relação ao que seja essa política pública e como a mesma é elaborada.

A política de educação, organizada sob a forma de política pública, constitui-se em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista, partindo das lutas de classes pelo reconhecimento de seus direitos sociais, impulsionando a produção de consciência própria, ou seja, autônoma. Deste modo, compreender trajetória da política educacional é resgatar momentos marcados na história de legislações, mudanças institucionais, relações com a dinâmica de crises da sociedade do capital, e da reprodução de força de trabalho na realidade brasileira, (ALMEIDA, 2011).

A política de Educação implantada em nosso território foi fortemente influenciada e desenvolvida pelos estrangeiros, que conseqüentemente influenciaram na formação da sociedade brasileira, tanto no contexto político, social, e educacional.

De acordo com Saviani (2008), a história da educação no Brasil se divide em grandes períodos, como segue:

O primeiro período (1549 – 1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759 – 1827) está representado pelas “aulas regias” instituídas pela reforma pombalina como uma primeira tentativa de instaurar uma escola pública estatal inspirada nas idéias iluministas segundo a estratégia

do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827 – 1890) consiste nas primeiras tentativas, descontinuadas e intermitentes, de organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados, na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos nossos dias, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada, as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo a concepção produtiva de escola (SAVIANI, 2008, p.12).

Como o autor aborda sobre as questões históricas que dizem respeito a evolução temporal da educação brasileira, adotando como ponto de partida a chegada dos portugueses no Brasil seguindo a cronologia até os dias atuais, permitindo compreender a configuração da política de educação no país.

Nesse percurso, o sistema de educação passou a ser organizado no Brasil, a partir de 1549, com a chegada dos jesuítas, que mantiveram seu sistema por dois séculos, até o ano de 1759, quando foram expulsos da Colônia pelo Marquês de Pombal, (ROMANELLI,1985).

O sistema de educação dos jesuítas era um modelo europeu, baseado na educação religiosa, no ensino da moral e dos bons costumes, baseado na difusão da cultura europeia do cristianismo, e de aspecto estilista, um sistema de exclusão das camadas mais pobres, onde eram separadas da elite que eram preparados para os estudos superiores em fora do Brasil.

Com a igreja fora do comando na educação passando a ser administrado pelo estado, o Marquês de Pombal colocou em ação as reformas chamadas de pombalinas, com o objetivo de manter sob controle os indígenas, nessa reforma foram criadas escolas que separavam as classes de meninas e meninos proibindo o uso da língua nativa, sendo obrigatório o uso da língua portuguesa, também foram criadas as aulas régias com o objetivo de especificar o exercício profissional com as aulas em grego e latim.

Nota-se que o sistema da reforma pombalina continuava sendo excludente, deixando as camadas pobres sem acesso à educação, distanciando cada vez mais o ensino e a realidade concreta do país, houve uma estagnação da educação nesse período, com dificuldades em manter o pagamento dos professores a qualidade das aulas foram afetadas, além de não conseguir alcançar o nível de educação dos jesuítas.

Em 1808, houve uma tentativa de mudança com a chegada da família Real, dando início ao período imperial, dando início a uma nova reforma na educação, criando condições

necessárias para o bem-estar da própria corte e de seus membros, construindo escolas de nível superior, voltadas especificamente para a área médica, e outros cursos como de Matemática, Engenharia, Ciências Naturais e Ciências Físicas (BOAVENTURA, 2009).

No período imperial foi ortogada a primeira Constituição do Brasil, instituindo a instrução primária gratuita para todos, porém o imperado encontrou dificuldades para pôr em prática a Constituição, e a educação continuou seguindo na prática o mesmo sistema das aulas régias, continuando um sistema de exclusão direcionado apenas as elites deixando de fora a camada mais pobre do país.

Dando prosseguimento as reformas no período republicano, algumas foram realizadas com o objetivo de melhorar o ensino primário, secundário e superior. Foram estabelecidos os regimes: público e privado.

Com os fatos ocorridos após o início da República da Espada (1889- 1894) onde o poder estava nas mãos de governantes militares, a educação passa a ser responsável pela moralização e civilização do povo, fortalecendo a nação que estava surgindo com o novo regime político. O ensino educacional entra em convergência com o projeto social da nação brasileira, sendo pertinente a urgência de sua expansão em todo território nacional (SILVA,SOUZA,2011).

Nesse sentido, a educação passa a assumir um lugar importante na estrutura política, tornando-se uma estratégia de luta para os republicanos, dando início as reformas na organização pública. A educação brasileira passou a ser vista como política pública a partir de 1891, quando houve a descentralização da atribuição do ensino primário dos estados e membros da federação.

No período entre 1930 e 1964, o Brasil passou por distintas manifestações na sua estrutura e organização que sucederam na construção de um Sistema Nacional de Educação Pública, acontecerem várias reformas institucionais.

Muitas mudanças foram inseridas com as reformas, como: a educação como um direito de todos e dever do poder público, a educação popular, a alfabetização de jovens e adultos, os pioneiros da educação, ensino obrigatório e gratuito sem separação de alunos, diversidade e igualdade, liberdade e solidariedade, financiamento da educação, escola pública e laica, igualitária e sem privilégios, no regime militar a escola deixou de ser uma política pública, as atividades foram voltadas para o ensino técnico preparando o estudante para o mercado, vestibulares classificatórios, tudo isso foi realizado com o processo das reformas que ocorreram no sistema educacional nos períodos evidenciados.

Para analisarmos a política de educação na atualidade faz-se necessário conhecer e compreender todo o processo de organização do sistema educacional e todo o seu contexto histórico e como as novas perspectivas de espaços sócio ocupacionais abriram as portas para

inserção do Serviço Social na área de educação.

O Serviço Social na Política de Educação: a inserção e prática do Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Parintins

No ano de 2003, o município faz adesão ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, assumindo o compromisso com a formação docente, garantindo não somente o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas de ensino comum, mas assumindo a inclusão com qualidade no atendimento educacional e social. Sendo assim, o Assistente Social passa a fazer parte da Educação com apenas uma profissional para trabalhar este público.

No decorrer dos anos e com o aumento da demanda de atendimentos houve a necessidade de realizar mais contratações para atender toda a rede educacional (alunos e servidores). Conseqüentemente nos anos de 2018 a 2022 foi necessária a admissão de mais três Assistentes Sociais, tornando-se referência no Estado por ser o único com o maior número de profissionais e por avançar na implantação do setor do Serviço Social dentro da instituição com espaço físico adequado, equipamentos de informática e materiais pedagógicos que dão suporte para a realização dos atendimentos a comunidade escolar.

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação conta com 04 assistentes sociais que oferecem serviços de atendimento e apoio aos alunos, servidores e suas famílias, a fim de viabilizar o desenvolvimento integral e bem estar, melhorando a qualidade de vida de todos.

As atribuições e competências dos/as Assistentes Sociais, sejam aquelas realizadas na Educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996):

Elaborar laudos, pareceres e relatórios em matéria de Serviço Social quando solicitado; Encaminhar e orientar indivíduos, grupos e a população; Orientar indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos na defesa de seus direitos; Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; Atuar com a equipe interdisciplinar e intersetorial; Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; Assessorar tecnicamente, juntamente com as demais coordenações da Gerência de Ensino e Apoio Técnico-Pedagógico, as escolas na elaboração do Projeto Político Pedagógico e avaliar as ações definidas para o atendimento aos alunos; Assessorar e acompanhar o desempenho dos profissionais da educação que atuam nas salas de aula e nas salas de recursos multifuncionais; Integrar-se a outras secretarias municipais no que tange ao atendimento dos alunos com

deficiência, por profissionais especializados; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Diante de todo o arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo, o/a Assistente Social na Política de Educação, exerce sua profissão com competência, realizando um trabalho para que haja garantia de direitos de seus usuários, além de realizar uma leitura crítica da realidade em que está inserido.

Nas comunidades ribeirinhas observamos todas aquelas refrações da questão social encontradas na zona urbana como abuso sexual, uso de drogas licitas e ilícitas, violências, fome, miséria, falta de habitação e etc, que dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e servidores ali presentes, porém, algumas vezes de forma muito mais acentuada, pois, as situações emergentes são vista como naturais ou que perpassam de geração para geração, além disso, faz-se necessário ter um olhar diferenciado a esta população que em muitos casos ficam à margem de diversas políticas públicas devido sua situação geográfica.

A questão social é a matéria-prima do Assistente Social, necessitando de cuidado e buscando apreender a contradição da sociedade que vivemos que é a capitalista. No entanto a:

questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 28)

Diante do que foi supracitado, o assistente social realiza sua intervenção conhecendo a problemática daquele espaço em que está atuando, buscando reduzir as desigualdades sociais, as violações de direitos e fragilidades que as famílias encontram no seu cotidiano, além disso, contribuindo para o fortalecimento do processo de resistência do povo ribeirinho, das lideranças comunitárias, participação em conselhos, em movimentos sociais, reivindicando assim seus direitos.

Durante os atendimentos nas comunidades ribeirinhas, faz-se necessário destacar que o papel do Assistente Sociais saiu do caráter de caridade, assistencialista, conservador pra assumir um papel que compreende que a sociedade é dinâmica, que o ser social necessita ser visto na sua totalidade e não de forma fragmentada e que é detentor de direitos inerentes a ele.

Apesar de toda a dedicação e trabalho para garantir os direitos de seus usuários, o profissional encontra alguns desafios para sua atuação que segundo Iamamoto, (2000), este precisa redescobrir alternativas e possibilidades para o seu saber/fazer profissional, traçando horizontes e formulando proposta para minimizar a questão social. É necessário estar apostos e aptos para garantir o direito de cada usuário, mesmo que na instituição em que esteja inserido haja correlação de forças, realizando a mediação entre as partes e que todos consigam ser contemplados.

Além dos desafios de garantir os direitos de seus usuários, o/a Assistente Social ainda enfrenta outros como o institucional, onde muitas vezes suas atribuições e competências não reconhecidas por alguns profissionais no âmbito escolar e de trabalho, não havendo a valorização do Assistente Social como profissional de educação. Esta, ainda sendo equivocada, por se entender que a educação se resume em ensinar, ler, escrever e fazer cálculos, limitando a contribuição deste profissional na área da educação com execução de projetos que potencializam o ensino/aprendizado dos alunos e a participação dos familiares nesse processo por meio de instrumentos democráticos que objetive o desenvolvimento da cidadania.

Apesar desse contexto de possibilidades e desafios que o profissional encontra, no município de Parintins, o Serviço Social na área da Educação vem avançando e obtendo a liberdade de planejar e atender a comunidade escolar tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural.

Dispõe de uma sala de atendimento, um plano de ação, falas nas formações continuadas para os servidores, nas reuniões de pais e mestres, monitoramentos e até mesmo a criação de um guia de orientação para que a comunidade escolar possa conhecer e reconhecer a importância deste profissional na Política de Educação.

Diante do exposto, vale destacar que se faz necessário ter um olhar diferenciado para algumas comunidades ribeirinhas que não são contempladas com atendimento in loco devido os fenômenos naturais como cheia e vazante, desmoroamento de terras, estradas de difícil acesso, comunidades distantes da cidade, criando estratégias para que estas sejam contempladas no acesso às políticas públicas, em especial da Educação.

Conclusão

É nesse sentido que o presente trabalho teve como objetivo principal expor sobre a prática do Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação junto à grupo escolar dos povos e comunidades tradicionais, e a importância desse profissional na política de educação ressaltando a capacidade notória de contribuição do assistente social no que se refere às

suas possibilidades de trabalho, diretamente nas expressões da questão social, na garantia de direitos pertinentes aquele público.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais atingem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de riscos, a inclusão da pessoa com deficiência, etc.

O trabalho do Assistente Social está especialmente vinculado a proporcionar o encaminhamento aos serviços assistenciais que muitas das vezes são necessários aos alunos da rede pública que apresentam dificuldades econômicas, contribuindo para a efetivação do seu direito à educação. Assim, demonstra-se a importância de o Assistente Social integrar a equipe de ensino na área da educação, pois ele pode contribuir com a melhoria das condições de constituição do Direito À Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão social de crianças e adolescente em idade escolar.

Por fim, ressalta-se que o trabalho do profissional de serviço social, tem uma contribuição diferenciada dentro da educação do campo onde estão inseridos os povos e comunidade tradicionais da Amazônia, pelo fato de buscar trabalhar a família e a comunidade para a melhoria do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, trabalhar na busca pela promoção da democracia da educação fazendo uma interlocução onde possibilitará esclarecimento à população, fazendo a mediação entre a escola e a comunidade, contribuindo assim para que a instituição de ensino alcance sua função social garantindo os direitos fundamentais da população.

Referências

Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Lei da Regulamentação da Profissão**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993b.

Ney Luiz Teixeira. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO: Subsídio para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, junho de 2011.

BOAVENTURA, EM. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. **A educação brasileira no período joanino**. pp. 129-141. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books.

BRASIL. **Lei de regulamentação de profissional** - (Lei Nº 8.662/93). Brasília. 1993.

BRASIL. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação – Brasília, 2013. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFSS**.

Código de Ética Profissional Resolução CFESS n. 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, mar. 1993a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

Prefeitura Municipal de Parintins. **Plano Municipal de Educação – 2015;2025.** ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SAVIANI, Demerval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário.** Eccos, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147 – 167, 2008.

SILVA, Adailton, Soares, SOUZA, Aneilton, Oliveira. **Política Educacional no Brasil: Do Império a Republica.** Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE ano 5 n.5 dezembro de 2011.

APROPRIAÇÕES DA AMAZÔNIA NO SEU PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO: A DIMENSÃO CULTURAL E AMBIENTAL EM QUESTÃO

Amanda Coelho Farias, Luna Maria Ribeiro Lago, Maria Beatriz Monteiro, Milka Almeida de Souza, Sara Marques Moraes

Resumo

O artigo visa refletir sobre as questões que influenciaram no fator de apropriação da Amazônia no seu processo histórico de formação, discutindo de maneira clara e sucinta, e levando em conta uma reconstrução histórica do *modus operandi* da exploração feita nos espaços amazônicos. Problematizam-se momentos primordiais que marcaram o processo de expropriação pela ótica capitalista ocorrida na Amazônia, especificamente o processo que caracteriza a chegada dos invasores na Região, e posteriormente pelo projeto de integração da Amazônia ao restante do mundo, momento esse que fez soar o alarme da então questão social amazônica, refletida nas diversas tragédias que vem tragando de maneira devastadora o território. Resulta de revisão bibliográfica em autores que demarcam este debate.

Palavras-chave: História da Amazônia; Cultura; Questão Social; Capitalismo.

Introdução

O tema abrange historicamente pontos pouco debatidos a respeito da colonização que no decorrer tempo foi esquecido e desprotegido por parte do poder público e da própria população. Como consequência, a Amazônia e os povos originários e comunidades tradicionais foram alvos de ataques violentos por parte de garimpeiros. Tais violências afetaram os direitos humanos, principalmente, dos povos originários, como por exemplo, os Yanomamis que ganharam grande foco por parte das mídias no início do ano de 2023.

A problemática reflete elementos que demarcam os processos de apropriação da Amazônia no seu percurso de formação social, com ênfase nas questões culturais e ambientais. Trazer tal pauta para discussão é dar visibilidade a um tempo tão pouco visto como uma questão tão rica socialmente e culturalmente que vai além da fauna e flora.

Assim, o debate ora proposta emerge nas discussões fomentadas nas disciplinas “História Cultural da Amazônia, Questão Social na Amazônia e Antropologia Cultural”, todas ministradas no processo de formação em Serviço Social. As leituras nos textos, apresentações de seminários e debates interativos fomentou a troca de conhecimentos e relatos dos integrantes da turma que nos aproximaram do contexto dos conteúdos estudados.

No limite, a importância do tema buscar trazer à baila a reiteração de necessidade de ampliação de estudos sobre a Amazônia, e com isso dar mais visibilidade para a proteção e conscientização da importância social e cultural dos povos, não apenas da fauna e

flora, assim garantir os direitos de todos os cidadãos que residem nessa Região mais remota do Brasil, que por muito tempo foram esquecidos.

O artigo objetivo, refletir sobre elementos que demarcam os processos de apropriação da Amazônia no seu percurso de formação social, com ênfase nas questões culturais e ambientais. Resulta de revisão bibliográfica em autores que abordam o tema. Assim, no primeiro momento discute a dimensão cultural, considerando a colonização como elemento de opressão aos povos e comunidades tradicionais. Na sequência problematiza o século a questão ambiental, seguido das considerações finais.

Colonizadores: o primeiro ato de violência contra a cultura amazônica

A Amazônia sempre foi alvo de violência, por ter suas próprias riquezas, seu próprio modo de viver, enfim sua própria cultura que em si é diversa. Segundo Loreiro (2002) em 1500 houve o primeiro contato dos povos da região amazônica com o europeu colonizador através da figura do espanhol Vicente Pinzon e sua esquadra. Estes atracaram na ilha de Marajó e se maravilharam com a então “descoberta” de uma rica fauna e flora, além de um vasto número de habitantes; que apesar do grande choque das culturas e a diferença de fenótipos.

Vicente Pinzon foi bem recebido pelos habitantes locais, no entanto isso não o comoveu e não impediu sua ganância contra os indígenas. O europeu sequestrou, matou e os levou para serem vendidos na Europa. Nas palavras de Loureiro (2002, p.108) “Esse foi o primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia”. Os indígenas, portanto, começaram a ser comercializados como mercadoria pelo homem branco, apenas por serem e terem seu próprio modo de viver.

A partir disso a história da Amazônia começou a ser construída através de mitos e violências, garantindo direitos a exploração e controle que se encontravam sob ordem dos europeus etnocêntricos que tratavam os indígenas como animais inferiores.

Tal processo de colonização criou também mitos baseados em um olhar etnocêntrico. Soranz (2010) argumenta que esse contexto impactou muito a verdadeira história da região. Temos como exemplo o mito das guerreiras amazonas, sendo iniciado sob o relato do Frei Gaspar de Carvajal que ao se deparar com uma tribo indígena de mulheres com longos cabelos e sem seios, que de início foram associadas ao sexo masculino, porém posteriormente foi descoberto que na verdade eram um povo formado somente por mulheres e guerreiras tão ferozes que valem por “dez índios”. Banhados de etnocentrismo europeu em uma equivocada tentativa de compreensão transportaram um mito genuinamente grego, o mito das amazonas, para uma região onde ele não cabia, tentando explicar algo único e legítimo da região sob o olhar europeu.

Os mitos não foram somente utilizados para explicar e compreender algo nunca visto antes por eles (colonizador europeu), mas também foram utilizados com uma forma de intensificar o processo de colonização como por exemplo os mitos de Eldorado ou a Fonte da Juventude que iniciaram uma corrida vertiginosa ao novo mundo levando consigo centenas de europeus.

Os mitos criados sobre a região ainda na época colonial ajudaram e ajudam a formar a visão dos povos estrangeiros sobre a Amazônia. Um retrato claríssimo deste fato que perdura até hoje, é o mito do vazio demográfico com presença somente de uma floresta tropical exuberante em vida animal e vegetal, criado ainda na época colonial pelos primeiros viajantes. E isso foi utilizado como uma forma de visibilizar.

Os povos e culturas da região que impediam o processo de exploração predatória iniciado na colonização e intensificado com o advento do capitalismo na região. Porque se esses povos não são vistos, os tratam como inexistentes e não são valorizados. Portanto, podem ser explorados, massacrados e apagados. Os colonizadores mostraram que não vieram somente armados com espadas e armas, trouxeram também o olhar etnocêntrico que fundamentou boa parte de suas ações no Novo Mundo.

Os Viajantes que exploraram essa região relatavam o que tinham presenciado aos antropólogos, que segundo Laplantine (2003), só analisarem suas histórias, é importante se atentar que sem nunca pisar na região e sem nunca conversar com aquele povo, elaboravam etnografias equivocadas que em sua maioria inferiorizava os bárbaros dizendo que não “possuíam alma”. Esses antropógrafos, hoje são conhecidos como antropógrafos de gabinete por realizarem sua pesquisa baseando somente em relatos de terceiros e principalmente em uma perspectiva Cristã que, justificavam o processo de conquista e colonização da América, tanto que a Igreja Católica foi um importante agente.

De acordo com Rosa, Devitte e Machado (2012), nesse processo com muitos religiosos participando ativamente de esquadras colonizadoras, atos de extrema violência contra os povos indígenas que dizimaram civilizações, assassinaram e escravizaram milhares, foram baseados em uma ideologia que dizia ser dever do Povo de Deus de salvar e purificar os Bárbaros pagãos. A fé cristã foi utilizada com uma arma no projeto de dominação e agressão; através da religião marginalizaram hábitos e valores complexos e riquíssimos que remontam a muito antes da chegada de qualquer europeu, pois a Religião se trata de pura obediência.

O que prova que isso ocorreu apenas para possibilitar a entrada dos europeus no território para que ocorresse a exploração, pois parecia mais viável dizer que na Amazônia só haviam preguiçosos insensíveis do que dizer que haviam povos agricultores com seus próprios modos de uso dos recursos naturais onde tudo era de todos.

Amazônia no processo de acumulação do capital: breves reflexões sobre a dimensão ambiental

A emergência da entrada capitalista na Amazônia, em especial no século XX, mascarada pelo discurso de integração da região ao restante do mundo, pode ser considerada um dos pontos de partida do alarme da questão social na Amazônia, principalmente à aqueles que dizem respeito à questão ambiental e seus reflexos na vida dos povos que ali vivem (HAURADOU, 2021).

O discurso de integração da região Amazônica, em seus primórdios, partiu de uma ótica capitalista baseada em pressupostos que se caracterizavam pela ânsia e pressa ao tão esperado “progresso” da nação, tendo em sua frente, o desejo principal pelo desenvolvimento econômico nacional, que atuou de maneira desordenada e imperativa nas regiões brasileiras, e principalmente nos espaços amazônicos, que concentravam e concentram toda uma socio biodiversidade característica daquele lugar (CHAGAS, 2015).

O contato com modo de vida e pensamento consumista, destrutivo e explorador, acabou por abalar profundamente as estruturas complexas de vida que ali existiam e ainda tentam permanecer, fazendo com as condições necessárias para o bem estar dessas pessoas, sejam talvez ainda mais difíceis de serem alcançadas do que antes, trazendo a tona que este modo de ser capitalista não trouxe melhoria ou “desenvolvimento” para a região, mas sim, trouxe avaria para os diversos espaços amazônicos.

O prisma no qual pode-se compreender os dois lados controversos que residem e estão a vista na Amazônia, se encontra no meio entre o dito devassamento da região pela ótica capitalista que foi banhado pelo crescente anseio desfreado ao desenvolvimento em escala nacional que se fez sob uma exploração regional, e as características específicas da região em questão. Como alerta Chagas (2015), em decorrência da expansão do capitalismo em outros espaços brasileiros, a sua incorporação na Amazônia foi uma tentativa de abrir a região para o caminho entre a mesma e o extensivo e intensivo desenvolvimento capitalista, que tem sua própria origem uma série de processos de expropriação e acumulação do capital.

As políticas de integração ou modernização na Amazônia começaram através de uma lógica desenvolvimentista que incitaram medidas que geraram impactos diretos no ambiente amazônico. Os seus atos não são recebidos de maneira isolada, vão além disso sendo que sua própria vida são independentes em relação à natureza. As medidas tomadas em prol do desenvolvimento geraram consequências, como quase toda ação humana gera, consequências essas, de caráter e potencial devastador (TEIXEIRA, 2008).

O ecossistema tem sua própria dinâmica e as profundas modificações que sofreu

ao longo da história se assimilam de maneira diferente quanto feita por outros seres, é diferente de quando feitas por uma ação humana direta, que causa desequilíbrios na maioria das vezes, por serem ações consciente e destrutivas, que não são auto reguladas pelo ecossistema, trazendo assim a tona, as suas devastadoras consequências, que se tornam amplas e imprevisíveis ao contato com o exterior.

As atividades humanas, especificamente as que soltaram o alarme do olhar mais crítico e preocupante voltado para a Amazônia, aconteceram no sentido de penetração da área territorial como forma de intensas invasões de territórios com ocupantes originários do lugar; de mineração com consequências devastadoras no meio ambiente, sem falar na condições precárias de vida e de trabalho das pessoas que por falta de opção são levadas para aqueles lugares; derrubada da floresta para construção de estradas, portos, hidrelétricas. Conforme Loureiro (2002), esses pontos se encontram na linha direta que constitui o devassamento articulado no decorrer na história nos espaços amazônicos em vários períodos, mas sendo principalmente na passagem das décadas de 60/80 (período ditatorial no Brasil) . Houve uma diversificação no panorama da região, em outras palavras a acumulação do capital em sua reprodução ampliada só fez se atualizar, mas sem deixar a lógica de imposição do pensamento da propriedade privada capitalista, que atua diretamente através da violência das invasões e desapropriação, na expropriação e exploração dos recursos naturais e da força de trabalho que ali existem, além de contar com o apoio do Estado.

A penetração capitalista na Amazônia expropriou boa parte dos recursos naturais da mesma, deixando cada vez maior a dívida ao patrimônio físico e sociocultural com os povos e com o território devastado. A Amazônia enquanto palco de invasões promovidas pela crescente busca de lucro capital, se encontrou em uma situação de constantes e violenta e invasões, tensões sociais e ambientais, no qual os modelos pensados pelo alto, para o desenvolvimento da região, desprovidos de conhecimento da região, era e são incompatíveis com a realidade complexa e característica daquele lugar.

Elementos de reflexão sobre a questão social na Amazônia

A política nacional para a Amazônia não é algo que se decida e se pratique no vácuo. É preciso antes de tudo entender a geografia, a história e a evolução econômica, política e institucional dos estados que compõem a área amazônica no Brasil.

A partir de um diagnóstico realista é possível avaliar quais são as políticas públicas que podem melhor mitigar os problemas da região que, certamente vão além do meio ambiente, incluindo também um quadro social, econômico e político particularmente difícil,

mesmo no contexto de um país em desenvolvimento como o Brasil.

Ao se falar da questão social contemporânea na Amazônia, podemos observar que é fruto do projeto colonizador, que conseguiu produzir rachaduras na cultura original, como é o caso da desculturação e destribalização, em consequência a último relato presenciase a apropriação da cultura para garantir lucros e outro fato importante é a falta de assistência do estado para com as comunidades da região amazônica.

A partir da entrada dos colonos e da exploração da mão-de-obra indígena que ocorre a instalação e intensificação da atividade comercial na região. As Drogas do Sertão foram uma das principais atividades comerciais ocorrida pela exploração dos indígenas geridos pelas ordens religiosas (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p. 3).

O projeto de colonizar podemos resumir em subalternizar os indígenas, e resultou em uma desculturação e destribalização. Loureiro (2002, p. 109) afirma que “julgavam bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos e possivelmente desprovidos de uma alma”. Os colonizadores tinham intuito de fazer com que o indígena trabalhasse mais do que ele precisava, na verdade trabalhasse para os colonizadores, mas infelizmente a maioria das pessoas não compreende dessa forma e isso resulta na desculturação e destribalização onde se ver presente a prática de absorver a cultura do colonizador, e o modo de vida. Atualmente muitas pessoas não se consideram descendentes de indígenas ou africanos procuram sempre algum parentes de origem europeia para validar sua ancestralidade, se tem vergonha de ser associado aos povos originários.

A visão estrategista dos militares com os governos civis mostra a preocupação em dinamizar a fronteira. Em 1985, é criado no governo José Sarney o Projeto Calha Norte (PCN), a meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira. Um novo “ciclo” amazônico começa a ser desenhado com a implantação da Superintendência e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, institucionalizando a Amazônia Legal como área de atuação governamental. Na fomentação de créditos é criado o Banco da Amazônia (BASA) substituindo Banco da Borracha, demonstrando as mudanças de diretrizes econômicas para a região (LIMA; SILVA; SOUSA, 2012, p.5).

Segundo Soranz (2010), a Amazônia é mostrada para o mundo de forma exótica, com o desenvolvimento das cidades na região amazônica introduz a apropriação da cultura para obter lucros, que não são repassados para as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Muito se fala em fauna e flora, mas o debate sobre as condições de vida dos povos da Amazônia são esquecidos, o objetivo de mostrar mais a fauna e a flora são para atrair o turismo.

O Festival Folclórico que acontece na cidade Parintins, no Amazonas, tem aspectos da cultura indígena, também é uma festa conhecida mundialmente, e que trás um desenvolvimento econômico grande para a sua região como o turismo, e lucros altos para seus patrocinadores. No entanto nenhuma parte deste dinheiro chega nas comunidades indígenas pois usam sua cultura para obter dinheiro.

A falta de assistência do estado faz com que os indígenas, quilombolas e ribeirinhos fiquem em condições de subalternos, com dificuldade na agricultura de subsistência no seu desenvolvimento como a escoação dos seus produtos cursos profissionalizantes na agricultura, o difícil acesso a saúde, chegando a levar horas de viagem para chegar no hospital para assim terem o atendimento médico, são diversas dificuldades enfrentadas e que precisam de intervenção do poder governamental para que não cheguem a situações de extrema pobreza, que infelizmente se presencia. Enfim, tudo expressa reflexões sobre a questão social na Amazônia.

Conclusão

Após a discussão podemos concluir que houveram equívocos e ataques sofridos pela Amazônia ao longo da história, que a moldou e transformou também suas sociedades e culturas. Ainda na Amazônia Colonial podiam-se ver estes equívocos realizados em uma etnografia etnocêntrica, onde houve a tentativa de justificarem um ataque violento e brutal que quase dizimou os povos originários e chamaram esse ato de colonização.

Muitos mitos foram criados sobre a Amazônia ao longo da história, tais como aquele que diz que a Amazônia é um grande vazio demográfico, fala que muitos acreditam, pois até os dias atuais em alguns lugares do país acreditam que a Amazônia deve ser conhecida somente por seus bens naturais. Tendo em vista que a riqueza cultural dos povos se mantém por muitas vezes esquecidas e ignoradas. Isso pode ser notado pela forma como a história da região é contada, onde a presença de seus povos originários aparece somente de acordo com o olhar e no contexto dos colonizadores. Nesse processo de degradação ambiental iniciado no Brasil Colônia e intensificado com o advento do capitalismo na região, pode-se ver que processo esse afeta especialmente a vida dos povos locais.

Um exemplo que tem sido pautado nos dias atuais é a situação em que o povo Yanomami se encontra, onde tiveram seus meios de sobrevivência e suas terras contaminadas, este povo afirma ter mandado diversos pedidos de ajuda e tiveram todos os pedidos negados pelo governo anterior, que por sua vez apoiava a ação do garimpo ilegal em terras indígenas por mais que fossem terras demarcadas.

Essa triste situação em que se encontram teve uma forte influência do garimpo, que

lhes obrigou a ficar ilhados devido seu rápido avanço. O povo se tornou vítima da grave contaminação por mercúrio, além de apresentarem um grave nível de desnutrição, malária e etc. Sua situação veio a tona no governo atual, tendo em vista que a população brasileira passou a ter maior conhecimento sobre apenas após uma reportagem ter sido feita e ter dado maior visibilidade a situação e mostrado a real necessidade de ajuda que precisavam. É preocupante notar que o descaso ganhou tamanha proporção e tem causado adoecimentos e a morte de muitos em maior escala na região dos residentes tradicionais.

O último aumento no nível de desmatamento da Amazônia havia sido em 2004 e de lá havia decaído bastante. A volta com o aumento extremo de desmatamento ocorreu recentemente em 2021, que alarmou e preocupou boa parte da população em destaque a população indígena, pois algo muito peculiar da região é que os povos tradicionais possuem uma relação especial e simbólica com a natureza, porém esta relação vem sendo afetada até os dias atuais pela exploração predatória da riqueza natural regional.

Referências

Amazônia Brasileira. Estud. Av. 16 (45). Ago 2002; Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir; VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO, 2002.

Revista Ameríndia; Mecanismos e processos de conquista e colonização da América indígena; Louren Waiss da Rosa; Natália Devitte; Leni Galarce Machado, 2012.

Revista Somanlu; Revista de estudos amazonicos; ano 10, n.2, jul./dez. 2010; Do pensamento social sobre a Amazônia; Gustavo Soranz, 2010.

Aprender antropologia / François Laplantine ; tradução Marie-Agnes Chauvel ; prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz. -- São Paulo : Brasiliense, 2003.

O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A POSIÇÃO DA AMAZÔNIA; Ellana Barros Pinheiro, 2015.

A QUESTÃO SOCIAL E O CONTEXTO AMAZÔNICO; Luiz Felipe Barboza Lacerda ,2017.
A Integração Amazônica ao Capitalismo Global do regionalismo fechado ao aberto; Sérgio Veloso dos Santos Júnior, 2012.

Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo. / Bruno Malheiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Fernando Michelotti. —1.ed.-- São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo; **Expressão Popular**, 2021.

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

<https://www.researchgate.net/publication/324233219> **A QUESTÃO SOCIAL E O CONTEXTO AMAZÔNICO**

CHAGAS, R. P. Octavio Ianni, ditadura militar e Amazônia. **Textos&Debates**, Boa Vista, n.24,

p. 79-106, referência 2014.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta** – Faculdade de Serviço Social/RJ. n. 21, p. 141-152, jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/94/87>>.

Acess

o em: 20 set. 2017.

HISTÓRIAS DE VIDAS: POSSIBILIDADES NOS PROCESSOS DE ANÁLISES DAS IDENTIDADES RIBEIRINHA E QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ

Inês Conceição Pedreno, Maria Celeste de Souza Cardoso, João Marinho da Rocha

Resumo

O Rio Andirá tem uma configuração social e histórica híbrida, pois as suas comunidades são formadas pela junção de grupos sociais diversos. Este decorre de pesquisas de iniciação científica e uma monografia, voltados a região do Andirá, que apresenta relações interculturais e étnicas entre imigrantes e nativos Sateré Mawé. Os sujeitos trabalhados são descendentes de grupos que se fixaram no lugar e assimilaram a cultura do outro. Adelino Pereira é descendente de angolanos e Raimunda Cândida de espanhóis, suas trajetórias são fonte de informações variadas. Esta foi a primeira professora da região, aquele aprendeu a ler quando já estava rapaz, mostrando uma diferença de cultura, as trajetórias desses sujeitos versam além da história de si, sobre o seu coletivo, trazendo luz para pontos desconhecidos sobre a história e memória dos quilombolas e ribeirinhos do Andirá.

Palavras-chave: Andirá. Relações. Trajetórias. História. Memória.

Introdução

Este trabalho é resultado de projetos de pesquisas científicas iniciadas em 2019, do programa de Iniciação Científica - PAIC, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas - FAPEAM, voltados a área do Andirá, no município de Barreirinha, ainda encampados no Grupo de Estudos Históricos do Amazonas - GEHA e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB.

A primeira pesquisa (2019-2020) buscou mapear grupos sociais achegados ao Andirá, durante sua ocupação, por volta do final do século XIX, tinha por título "Rastros de Histórias no Baixo Amazonas, fins do século XIX e início do XX: catalogação e descrição de arquivos familiares", mapeou grupos que se fixaram em lugares, hoje comunidades.

Destacamos ainda as relações estabelecidas, as quais foram essenciais na permanência e sobrevivência desses sujeitos no Andirá. Houve ainda dois projetos, sendo continuação das investigações sobre os grupos sociais do Andirá. Das informações obtidas, um dos destaques é sem dúvida as relações interculturais entre portugueses, espanhóis, angolanos, judeus com os nativos indígenas Sateré Mawé, citamos as de trabalho, de educação, de casamentos e batizados, além das trocas de saberes e da cultura, fazendo do Rio Andirá, pluriétnico (Rocha, 2019).

Um fruto desses trabalhos foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), "Descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do Rio Andirá" (2022), que teve como orientadora a professora Msc. Maria Celeste de Souza Cardoso e como Co-orientador o professor Dr. João Marinho da Rocha, que se propôs descrever a fala de dois

moradores do Andirá, um da comunidade Granja Ceres, com seus descendentes espanhóis, os Pedrenos, na pessoa de Raimunda Cândida Pedreno. O outro morador da comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, com descendentes de angolanos, Adelino Pereira de Castro.

As histórias de vidas desses sujeitos mostram as trajetórias não apenas de si, mas de seu grupo social, memórias herdadas, que narram a vinda destes, como eram os trabalhos e as relações, informações que podem ser usadas como meio de construção de uma identidade ribeirinha e quilombola, pois, ainda é tímido os trabalhos que tratam sobre estes.

Memória, História e Oralidade

As histórias de vidas envolvem memória, história, oralidade, e ainda arquivos e documentação. Lembrando que este trabalho é um "braço" da monografia, voltado a construção de identidade por meio de histórias de vidas. Foi uma pesquisa bibliográfica desenvolvida por categorias, a da história e memória, arquivos, documentação; da imigração europeia para a Amazônia, destaque para os espanhóis; da escravidão negra, remanescentes dos antigos quilombos, destaque para os descendentes de angolanos que formam as comunidades quilombolas do Andirá.

As memórias tratadas são de velhos, devido a função social destes sujeitos, que segundo Bosi (1994) é a função social de lembrar, uma tarefa para a qual estão amadurecidos, num processo que faz surgir gentes já falecidos e fatos pouco ou nada conhecidos, "um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos" Bosi (1994, p. 33). Na obra "Memória e sociedade: lembranças de velhos" o autor trabalha a importância de ouvir as narrativas dos velhos, aponta que a memória não é individual, envolve o grupo no qual o indivíduo se identifica, "uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo" (BOSI, 1994, p. 407-408).

Pollak (1989) por sua vez afirma que memória está ligada ao sentimento de pertencimento, a qual "se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades" (POLLAK, 1989, p. 9). O autor trata que as memórias são estruturadas de forma hierárquica e apresentam um diferencial em relação a outros grupos, como meio de reformar o pertencimento, discorre também que há uma "permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido" (POLLAK, 1989, p. 9).

As histórias de vidas portanto são resultados de escolhas, e narram o que é

considerado importante a si e ao grupo, se relacionando com identidade, pois, a memória é "um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade" (POLLAK, 1992, p. 204). Sendo ainda uma continuidade, ou seja, a memória é essencial na construção da identidade individual e coletiva.

Motta (2003) e Nora (1993) trazem que há tipos de memória, a individual, a coletiva, e a nacional, modificadas pelo tempo e de acordo com as exigências do presente, podendo apenas serem explicadas por este, o que as torna fontes históricas, onde trazem também os lugares de memória, como aponta Nora (1993). Assim, é trabalhado a história oral, "uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber" (DELGADO, 2003, p. 23). Por trazer hábitos e valores, é uma forma de dar significado as experiências e vivências, interligando o individual e o coletivo (DELGADO, 2003).

E por meio da biografia é possível conhecer além da vida de uma pessoa, sobre sua época e sobre a sociedade (Borges 2008). As informações contidas nas trajetórias de vidas mostram traços sociais, culturais, políticos e religiosos, sendo um meio de reconstrução (MEIHY, 2005). A narrativa biográfica "deve contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores. Questões como a vida social, cultura, situação econômica, política e religião" (MEIHY, 2005, p. 151), ou seja, é focada no valor da experiência pessoal.

As trajetórias são obtidas pela Oralidade, e a pesquisa com estas fontes, "apoia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico)". (AMADO, FERREIRA, 2006, p. 14). É um meio de fazer História Oral, e por meio de entrevistas "pode-se perceber as formas de organização das narrativas, que sempre se apoiam em relatos que evocam o passado, determinando a configuração de memória e suas relações com identidade" Meihy (2005, p. 59).

A história oral é um meio de registrar várias possibilidades que dão sentido as formas de vida e escolhas dos grupos sociais (ALBERTI, 2008). Há nessas narrativas fatos que não foram vividos, chegaram pela oralidade, como continuidades, uma memória coletiva. A pesquisa foi de ordem qualitativa, por "interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem" (CHIZZOTTI, 2010, p. 28), no caso, as suas histórias de vidas. O método de abordagem foi o etnográfico, este parte do ponto de vista dos sujeitos, para construir conhecimento sobre a cultura da comunidade (PAIVA, 2019, p. 81).

Fizemos pesquisa de campo, observando o objeto no seu ambiente próprio, sem manuseio do pesquisador (SEVERINO, 2013). Utilizamos ainda para obter as trajetórias, a

técnica da entrevista que coleta "informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitado aos sujeitos pesquisados" (SEVERINO, 2013, p. 108). A entrevista é segundo Gil (2008) uma forma de interação social, um diálogo, de um lado, um busca informações e o outro é a fonte.

Este trabalho decorre de projetos de iniciação científica voltados a região do Andirá no município de Barreirinha, os sujeitos Adelino Pereira e Raimunda Cândida são moradores de duas comunidades dessa área que apresentam uma diversidade social e étnica característica. Pois, os grupos sociais achegados, precisaram estabelecer relações para permanecer e sobreviver nessas "paragens", ocorrendo uma assimilação da cultura do outro (BENCHIMOL, 2009). Desta forma as tradições hoje presentes remetem a mistura de culturas e saberes, que se mostram nas narrativas orais de trajetórias de vidas, configurando o rio Andirá como pluriétnico (ROCHA, 2019). Trataremos a seguir das duas comunidades onde os sujeitos da pesquisa moram.

A comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, é o centro das comunidades quilombolas do Andirá, uma área que vai do Núcleo da Paga, na parte "de baixo" até a Cabeceira das Formigas, na parte "de cima", englobando as comunidades de Santa Tereza, Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Trindade e seus núcleos, São Paulo do Açú, Lírio do Vale, São Marcos e Paga. Como resultado de engajamento dos comunitários descendentes de angolanos trazidos por portugueses a esta região, foi fundada em 16 de fevereiro de 2009 a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB. A demarcação é uma medida de garantir o acesso à terra, sendo ainda uma forma de identidade.

Adelino Pereira nasceu "na boca" de uma das cabeceiras que cercam a comunidade de Santa Tereza do Matupiri, quando esta ainda não tinha esse nome. A tradição oral quanto a fundação da comunidade, aponta que Benedito Rodrigues da Costa, quando ainda era cativo, foi trazido por portugueses, junto com os irmãos, Francisco, Maria e João. Na ocasião foi a uma festa no lugar, hoje Santa Tereza, onde conheceu e "se agradou" de uma moça indígena, Gerônima, a quem prometeu retornar. Tempos depois, como prometido, Bendito retornou e casou com a moça, tiveram cinco filhos. O lugar devido ao aumento das famílias, precisou ser ampliado, assim, a mata foi derrubada, dando lugar as novas casas.

Suas comunidades vizinhas mais próximas são Boa Fé, Ituquara e São Pedro. Quanto as suas festividades, em 20 de janeiro é festejado São Sebastião, na capela "da Ponta". Já em 15 de outubro são rendidas homenagens a padroeira da comunidade, Santa Tereza do menino Jesus, e em 20 de novembro ocorre o Festival de Verão, na praia de São Sebastião, onde também ocorre palestras e diálogos voltados ao dia da Consciência Negra, são apresentados ainda nessa ocasião as danças típicas.

Os moradores de Santa Tereza conforme as narrativas, tinha uma ligação com os

espanhóis Pedrenos da Granja Ceres, seja pela oferta de trabalho, educação e troca de mercadorias, este local foi um ponto de parada, tanto de quem vinha descendo ou subindo o rio Andirá. O local era de portugueses, e os Pedrenos só tinham vindo a passeio, devido a imprevistos na viagem que planejaram para Bolívia, porém, acabaram se fixando.

O nome Granja foi dado pelos Pedrenos, o nome de uma deusa Grega, da fartura e da fertilidade, estes adquiram o local dos portugueses e começaram a cultivar a terra, montaram até um comércio. Havia plantações de cana, de abacaxi, algodão, café e mandioca, era uma benfeitoria, oferecendo trabalhos e também educação, pois é na Granja que surge a primeira escola da região, tendo como professora, a primogênita dos Pedrenos, Raimunda Cândida. O "velho Zé Pedreno" casou com Astrogilda Pereira, filha de indígenas Sateré Mawé, vindo do Massauari, afixados em Freguesia do Andirá.

Com estes relatos etnográficos das comunidades, reafirmamos que as comunidades são frutos das relações interculturais e étnicas de grupos sociais, junto aos nativos Sateré Mawé, que deram o nome do rio. A seguir tratamos dos sujeitos e de seus grupos sociais, primeiro um breve resumo, seguido da transcrição de sua trajetória de vida.

Sujeitos e seus grupos

Adelino Pereira de Castro, descendente de angolanos

"Meu nome é Adelino Pereira de Castro, noventa e quatro [anos]. Meu pai era Pedro Marinho da Costa, [a mãe] Mariana Trindade. Eu nasci aqui, na Buca da Campina. Tinha [irmãos], Antônio, Álvaro, Henrique, Benedito, e eu e Luis, nós era seis zirmão, nenhum [está vivo]. Agora mulhé que era pouco, só três, Maria, Irda e a Defonça, eles trabalhavam com negó de roça, madêra, Itaúba, vivero, cascu. Nenhum tão vivo, só eu mermo, que tô bestando no meio dos zotros. Quando minha mãe murreu, meu pai espalhô nós, me deu pro Nerso Brandão, mandando por aí, passemos asque uns cinco, seis ano por aí, andando na casa dos zotros, quando eu cheguei pra casa, tava com quinze ano. Trabalhando, meu trabalho mais sabe o que era? Era lavá panela e lavá prato, eu lavava vinte e quatro prato de manhã, e xícara, um bucado de xícara da mulhé, vendia café, né. Aí lavar panela, dez panela, senão enchê água, tinha um tambô de água, naquele tempo não tinha água né, a gente enchia da bêra, enchia tudo aquilo, depois de tá tudo cheio, tumava café. Quando cheguei em Parintins que fui daqui do interiô, Parintins tinha três rua, a rua da frente, rua Rui Barbosa e a Amazonas. Mato! Era mato aí pra trás, mato feio, que tinha muito naquilo lá era tucumã, aquele lá chega tá derramado embaixo. Ah, eu trabalhei, trabalhei primêro com os Pedrenozada né, lá com Zé Pedreno, depois trabalhei com Peladu, trabalhei com seu Marcus, trabalhei com quem mais meu Deus? Amaro Trindade, Casimiro Trindade. Trabalhei com eles, aqui! agora lá pra fora,

trabalhei com diversos, Mamuru, Aicurapá, Parananema, trabalhei por aí, lá pela bêra do Amazona, até no Pará. O trabalho lá [na Granja] era só, fazia roça, plantá cana e juta, negó de marva e, pau rosa, trabalho mais dele era isso, pau rosa, trabalhei foi muito foi tempo ali botando pau rosa pra eles. Murei seis anos na Granja. Minha vida, era de fazê viage, andá com Zé Pedreno negociando pra cima e pra baixo, de Parintins, minha vida, minha maior na Granja foi isso, fazê viage. Quando eles [os Pedrenos] chegaram pra lá [Granja Céres], eles chegaram numa barca grande aí, encostaram lá, era umas barca, [parecia] um açaiçêro em pé, e viero, passaro, até aqui no Chapelêro, aqui vortaro, até aquele Ataíde tava lá, aí era ele que era o home da lá da Granja né. Eu conheci [seu Ataíde]. Ele, tavam saindo daí, o tempo que eles saíram tudo né, e deram esse terreno pra ele [Zé Pedreno] trabalhá, que tinha muito era argudão, matão cheio de argudão. A Paquita (Raimunda Cândida) era professora né! ela deu [aula] aqui, aqui no Matupiri, lá, lá no Tucumanduba amodo ela deu. Não aliás, eles estudavam na Granja mesmo, ela dava lá mesmo na Granja. Naquele tempo não tinha negó de, a gente ia estudá daqui lá pro Ituquara, a gente ia de canoa pra lá, estudá, assim era. Do Tucumanduba, iam estudá com ela [Raimunda Cândida]. A professora dela foi a vó dela mesmo, ela era formada em tudo né, tudo estudarum com a finada Cândida, de madrugada ela chamava aqueles pessoal, bora estudá pessoal? Bora! Encostava na mesa, e é já. Eu não estudei, olha, quando eu saí de casa, me derum pra mim estudá né! Aí eu cheguei lá no Parananema, foi uma vez na [aula], Anita Flô, o nome daquela professora, dona Anita Flô, eu fui lá, aquela velha era braba, uma pretona, mais brabo que só diacho, era boa pra ensiná essa gente, ensinava bem a gente mesmo, a gente saía de lá quando aprendesse a lição, senão num saía. Dia de domingo na Granja era uma festa, só deles mermo lá, nossa brincadeira era jogá baralho todo dia, domingo intêro, depois a gente ia jogá bola. Eu vim pra cá pro Matupiri eu tava com dezessete anos, meu irmão Benedito trabalhava na Granja né, eu disse, tem trabalho lá? Ah rapaz lá tem trabalho pra ti, muita coisa, panhar argodão e botá no sol, pra enxugá argodão. Naquele tempo lá, o trabalho era só argodão, tinha aqueles fardo de argodão grande assim, tinha que tirá tudo aqueles caroço, enfardá, iguar uma juta né. Quando eu cheguei pra lá tinha muito aqueles fardo lá, meu trabalho era de tirá aqueles caroço, lá tinha trabalho de tirá lenha, tirá mandioca, cortá cana, fazê mel, isso era o trabalho de lá da Granja, lá eu já comecei a estudá, eu estudei com a velha, a velha, dona Cândida né, tinha era muita gente estudando ali na Granja, aí da Granja tinha um bucado, só quase parentage deles né, do Amazonas, da velha Dalfina. Do Tucumanduba também tinha um bucado, estudavam na Casa Grande mesmo. Mas meu estudo é fora de aula né, eu estudava nas quadras, quando não tava fazendo nada, me chamava, agora ela me ensinô. Depois eu fui trabalhar em pau-rosa no Chapelero, trabalhava com Velho José, ele tinha achado muita madeira. Pro comércio ele trazia mercadoria de Parintins, que o Homero Fonseca, era patrão.

Ele levava muita mercadoria, que tô te dizendo, comprava farinha, comprava farinha tapioca, banana e tudo, tudo. Naquele tempo incurtava côro de caça né, de porco, de veado, de camaleão, de jucurarú, tudo isso ele comprava. E assim foi, foi, foi, depois eu saí fora. Eu vim aqui pro Andirá, trabalhei com velho Tiduca também, Velho Tiduca, um pai do Raimundo Dutra, ele era prefeito de Barreirinha, eu trabalhava só fazendo viage, eu trabalhei lá um bocado, depois saí. Vim aqui pro Andirá que nunca mais vortei.

Raimunda Cândida Pedreno, descendente de espanhóis.

"Eu sou Raimunda Cândida Pedreno Torre, filha de José Pedreno Torres e Astrogirda Perera do Santos, meu pai é espanhol, minha mãe brasileira, nata! Meu pai veio da Espanha, ainda bem jovem, e aqui se aclimatô, aqui no interiô, e aqui ele viveu até a morte dele. Acho que chegou com uns quinze anos, mais ou menos, ele veio com os pais dele, o pai André Pedreno Galves e mãe Cândida Torres Alvares, que aliás eles não vinham pra cá pro Amazonas, eles iam pra Bolívia. Aconteceu uma revolta pra lá, aí o negócio ficou aperreado, como não podiam irem pra lá pra Bolívia, meu avô conheceu pessoas que tinham trabalho pra cá [Andirá], como esse senhor que trabalhava aqui, ele tinha uma possessão aqui, ele era de fora, num sei de que nacionalidade, mais vieram de Manaus, conversando com meu avô, contô que ele vivia aqui [Andirá], como meu avô ficou pra bem dizer, ficaram lá preso, esse senhor convidou já eles, se ele não queria dá uma volta por aqui [Andirá], esperando que as coisas apaziguassem lá pa Bolívia, vieram pra cá num negócio de passeio né, e acabaram ficando, aí foram gostando, foram gostando, ficando, ficando, ficando. Meu avô depois já estava se familiarizando com os trabalho aí, que tudo eram pra cá, era plantação de cana, de abacaxi, não sei o que mais. Nós tínhamos engenho, que nós, meu pai, nós já fazíamos mel, açúcar, ele [José] continuou trabalhando, trabalhavam em cana, na mandioca, era isso que faziam, papai, devia ter frutas né! tem planta, tem plantação, papai fazia canavial, denda roça tinha o canavial, que a gente fazia mel, açúcar, rapadura, tudo a gente fazia. No tempo do papai ele fazia canavial, no tempo que o papai chegara por aqui esse pessoal do Massauari eles, aqui era lugar de passagem né, que os moradores daqui eram pessoas que, muita gente passava por aqui, sabe? E eles continuavam. Pessoas que io, vinha de lá, e perguntavam aqui, daqui iam pra Freguesia, otros que iam pra Parintins seguiam viagem, e assim viero. Tudo era assim. Foi passando o tempo, minha avó chegô já com os filhos moços, meu pai já era rapaz, isso já foi muito depois, sei que meu pai acabou arranjando minha mãe pronto. Acabou ficando aqui com ele, e a minha avó foi embora e ficou só ele aqui. Quer dizer só ele da família, que tinha otras pessoas que trabalhavam, moravam por aí, por que o antigo, os homens tudo vinham trabalhar aqui. Papai fazia trabalho assim de roçado, convida aquela

porção de pessoa, de homem, vinham trabalhar, que na plantação vinha as mulheres também, aí dependendo do trabalho que fosse né! e esse pessoal até parente da minha mãe que vinha do Massauari, aqui era o ponto de parada né, por onde eles passavam, a Granja é passagem, tava vento forte, encostava, ficavo parado até acalmá o tempo, as vez dormio assim sabe, isso era tudo tempo. Aqui só tinha essa casa grande, depois que papai mandô fazer varanda, essas casas tudo são nova, não tinha nem barracão, no tempo do primeiro dono, tinha um barracão grande ali que era dos trabalhado. Só sei que no Atalaia era ponto de venda de castanha, tiração, por exemplo, o Açú era lugá de castanha, era castanhal né, e lá pra cima também. Em cada lugar aparecia um comerciante que, vinha comprá, se alojava lá, trazia mercadoria, vendia, comprava, era assim. Papai aqui também depois, depois de muitos anos já, começou, vendia tudo que é rancho de casa, vinham pessoal daqui, tuda redondeza vinham comprá, depois que papai já tinha rancho aqui. O pessoal vinham do Tucumanduba, dali do, de cima, do Matupiri, do Açú, do Môra, tudo vinha comprar aqui. Papai trabalhava pra usina né, ele tirava lenha pra usina do seu Oméro Fonseca que era, era ali no Camaleão. Eu estudei aqui em casa com minha avó primero, minha avó era espanhola, eu aprendi lê, escrevê, tudo em espanhol. Depois papai, eu me lembro, disse assim, "mais tem que aprender também português". Depois que eu já sabia bem ler e escrever, comecei a ensinar meus irmão. Comecei dar aula, se juntou, até já tinha era uma turma grande de alunos aqui, aqui na sala, aí na varanda, aqui que era minha sala de aula. Eu ensinava as crianças daqui do aurreador, dali da Paga, depois vinham dali do Tucumanduba, assim que era, as criança, os de casa mesmo. Depois que nós se casamos com Pimentel, que eu fui já pra Manaus com ele. Eu sei que fui estudando assim, aos pedaços, fazia aqueles curso de professores. Estudo, estudo, eu não fiz estudo fora, fiz já depois de moça, tempo quando eu já era professora. Não fui professora, aquela que se formou lá nos colégio não! Depois que eu comecei a trabalhar como professora, aí apareceu os cursos dos professores não titulados em Barreirinha. Eu trabalhei aqui [Granja Céres], trabalhei no Matupiri, trabalhei em Barreirinha, fui terminar lá em Manaus. Eu gostava demais de escrever as coisa, eu sabia até inventá histórias, eu gostava de fazer história.

Como suas trajetórias podem ser meios de construção de identidade

O rio Andirá é pluriétnico por ter recebido grupos sociais diversos, estes por sua vez passaram pelo processo de hibridação (Canline, 2013), não somente da cultura, mas da língua, das tradições, dos saberes, sustentadas pelas relações estabelecidas. E quanto aos negros do Andirá, os quilombolas, a documentação sobre sua história é tímida, e um meio de fechar essa lacuna, é por meio das memórias dos velhos, que pode levar a um

reconhecimento sobre sua própria história, dando uma identidade a estes sujeitos.

Trabalhar com narrativas orais de trajetórias de vidas de velhos moradores do Andirá, é uma forma de estudar a ancestralidade para sua valorização, pesquisar sobre as trajetórias individuais de determinados sujeitos, como descendentes de espanhóis e de angolanos, mostra também sobre seus grupos sociais, pois, memória está estritamente ligado a identidade, e esta é construída por vivências e experiências do coletivo. Os velhos pela sua função social (Bosi, 1994), a de lembrar, trazem a ancestralidade pelas suas narrativas orais sustentadas por memórias que lhe foram repassadas pelos membros do seu grupo.

Nas narrativas orais de trajetórias de vidas são perceptíveis as relações grupais, as memórias remetem a fatos que ocorriam, como o comércio de couro de animais, da extração de pau rosa, da coleta de castanhas, dentre outros, aqui reforçamos que as histórias de velhos, são essências pra entender sobre o passado da região, e assim significar o presente. Escutar, ouvir as trajetórias de vidas é um meio de desvendar sobre o passado dos angolanos e espanhóis no Andirá, e as memórias desses sujeitos pesquisados estão ligadas pelas relações estabelecidas entre os grupos sociais. Então, estas narrativas podem ser usadas nas escolas, como forma de atender as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, quanto a obrigatoriedade do ensino da história e cultura da África e Afro-brasileira, e ainda a Resolução Nº 8 de 2012, que estabelece diretrizes para a educação escolar quilombola. Garantindo uma identidade a estes sujeitos.

Conclusão

A identidade está relacionada com memória, e as histórias de vidas são feitas de memórias, porém não é um simples gesto de lembrar, mais de reconstruir, acalmar as águas revoltas do passado (BOSI, 1994). As narrativas orais se mostram como uma forte ferramenta para estudar sobre grupos sociais que chegaram e se fixaram no Andirá, pois não havia escolas, a alternativa foi a oralidade, por isso temos as tradições orais, tratando não somente de história para crianças, mas sobre a ocupação da região do Andirá, sobre os tipos de trabalho, as relações estabelecidas, os saberes, os acontecimentos os pensamentos sobre as situações que ocorriam no mundo, como a guerra.

Os depoimentos são entrecortados por narrativas, que mostraram diversas "imagens" e "paisagens" no Andirá, configurando o rio como pluriétnico (ROCHA, 2019). Estudos voltados aos quilombolas e ribeirinhos do Andirá são tímidos, são comunidades que pouco ou quase nada conhecem sobre sua própria história, fazendo inclusive com que não se reconheçam como quilombolas. Neste tratamos de como as memórias reforçam o sentimento de identidade, auxiliando no processo de descoberta de sua própria história, garantindo um

reconhecimento sobre quem se é.

Desta maneira, as histórias de vidas podem ajudar no processo de construção de identidade, pela gama de informações sobre a trajetória dos grupos sociais até a região, mostrando as relações, os costumes, reforçando o sentimento de pertencimento, fazendo os sujeitos conhecerem a história e memória dos seus ancestrais. Este trabalho trata da importância das narrativas orais como fonte de conhecimento, dando luz a pontos ainda desconhecidos.

Referências

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação** social e cultural. 3ª. Ed. - Manaus: Editora Valer, 2009.

BOSI, Cléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINE, Nestor Garcia. Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa, trad. da introdução Gênese Andrade. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidade. História Oral, 6, 2003, p. 9-25.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MEIHY, José Carlos Sebe B. Manual de História Oral, São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOTTA, Márcia Menendes. "História e memória". **Cadernos do CEON Memória Social** n. 17 (16) p. 179-199, 2003.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Manual de Pesquisa em estudos linguísticos. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019

POLLAK, Michael. "**Memória, esquecimento, silêncio**" Estudos Históricos vol. 2, n. 3 (1989) p.3-15.

ROCHA, João Marinho Da. **Das sementes aos troncos: História e memória dos movimentos Quilombola do Rio Andirá.** Manaus: Tese (Doutorado em Sociedade e cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: GUARDIÕES DO BEM VIVER NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA DO PAE-LAGO GRANDE EM SANTARÉM/PA.

Elouize da Silva Barbosa, Karine de Andrade Soares, Rosangela Maria de Farias Castro, Thais da Silva de Souza, Valdilene Lopes

RESUMO

O presente artigo consiste em fazer uma reflexão acerca da importância das lutas sociais ribeirinhas com a demarcação em defesa de seu território. Com o objetivo de identificar a presença desses movimentos no assentamento agroextrativista da PAE, em Santarém-Pará, como meio de discutir as problemáticas que o capital acarreta nas comunidades tradicionais e ribeirinhas diante do avanço da extração de madeiras e mineradoras em seu território, gerando assim um movimento contemporâneo dos Guardiões do bem viver, formado por uma comunidade de jovens que visa defender seu território da investida do capital.

Palavras-chave: Guardiões do bem viver; Comunidades Tradicionais; Lutas Sociais; Defesa do Território.

Introdução

O projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande, situado no município de Santarém/Pará, foi criado em 2005. Segundo Silva (2020), sua área territorial é de aproximadamente 250 mil hectares, formada por 154 comunidades tradicionais e mais de 6.600 famílias entre indígenas, ribeirinhos e populações que já viviam e moravam na área desde muito tempo. A criação desses assentamentos teve como objetivo preservar essas reservas extrativistas dos vários conflitos territoriais que acometiam a região desde o século XX.

Com o avanço do setor de agronegócio da produção de soja, a mineradora ALCOA, instalou um projeto de extração de bauxita e madeiras na região e, portanto, o avanço a terra do Lago Grande de forma ilegal começou a ameaçar as famílias assentadas sobre seu território, criando assim, movimentos de lutas para a preservação de suas propriedades diante da investida do crescimento de exploração dessas terras.

Os guardiões do bem viver são formados por jovens dessa comunidade que lutam pela aquisição do título definitivo de suas terras, visto que na Amazônia esses assentamentos sofrem com a imprevisão da tomada de terras pelo INCRA, diante de uma política que privilegia o capital perante a constante instabilidade de ter apenas seu espaço territorial cedido para sua sobrevivência, mas que dependendo do Estado a qualquer momento esse território pode ser afetado pelo capital.

Assim, este texto tem por objetivo refletir sobre a luta do movimento protagonizado

pelo Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande, em Santarém-Pará, como meio de discutir as problemáticas que o capital acarreta nas comunidades rurais. Resulta de revisão bibliográfica e levantamento exploratório no contexto do Assentamento.

O interesse na abordagem do tema emerge das reflexões em sala de aula nas disciplinas que discutem a Amazônia em sua diversidade étnica de povos e comunidades tradicionais, a exemplo das disciplinas “Questão Social na Amazônia, História Cultural da Amazônia e Introdução a Antropologia Cultural”.

Diante dessa temática, em um primeiro momento este trabalho apresentara uma discussão generalizada sobre o processo histórico da região amazônica. Em segundo, a problemática decorrente por territórios, sobretudo mobilizações lideradas pelos próprios ribeirinhos. Em terceiro, focaliza especialmente a região do PAE Lago Grande, entre os municípios de Santarém e Juruti.

A ocupação da Amazônia

Com a chegada do ciclo da borracha no século XIX, o Estado Novo motivou a entrada de novos imigrantes para povoar a Amazônia, e fortalecer o ciclo de produtividade que trazia o momento de abundância da matéria-prima para diversas empresas estatais nacionais e internacionais.

Todos esses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia, entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque. A colonização, em sua maioria, considerava a floresta como fonte de matérias-primas para serem exploradas, sem a preocupação de devolver algo em troca e sem a consciência de que a espécie humana é parte da natureza e não seu dono.

Assim, desde o período colonial, a floresta amazônica sempre foi vista como algo a ser explorado e apropriado, sem a preocupação de preservá-la para as gerações futuras. A exploração de minerais, madeiras, terras e animais, sempre foi a principal preocupação das grandes companhias que atuam na região.

Em meados de 1940 o país é comandado pelo governo cívico militar, conhecido como a Era Vargas, que viabilizou novas entradas econômicas para a Amazônia, trazendo o “progresso” a região. Segundo Cardoso (1977, p. 1), “A penetração geográfica na Amazônia e a história da região devem ser vistas, portanto, em relação com o processo de expansão do capitalismo, em função da forma, ritmo e volume de acumulação ocorrida nas regiões brasileiras”.

Vale registrar que, a partir do século XIX, o governo brasileiro investiu em políticas de ocupação da Amazônia que incentivavam a colonização, a agricultura e a pecuária. Muitos

colonos, no entanto, não conseguiram sucesso devido às condições difíceis da floresta. Além disso, essas políticas levaram a abusos e violações dos direitos dos povos indígenas que habitavam a região. Segundo Leal (2010 apud Gomes, 2015), “o interesse capitalista por essa riqueza era tão grande, que mesmo, àquela época [...] tentou-se vencer de qualquer modo a barreira da floresta”.

Na década de 1970, o governo brasileiro começou a implementar programas mais direcionados para a ocupação da região, como o Projeto de Integração Nacional (PIN). Esse projeto estimulou o desenvolvimento da infraestrutura e o aumento da produção agrícola, industrial e pecuária na Amazônia, mas também levou ao desmatamento e à destruição dos ecossistemas naturais.

Movimentos Sociais, povos da floresta e a defesa do território

É importante ressaltar que esse processo de colonização foi provocado, como explica Freitas (2009, p. 23-24):

As populações contemporâneas da Amazônia são compostas de grupos sociais urbanos e rurais heterogêneos do ponto de vista da situação econômica ; de sociedade e comunidades indígenas de distintos e diversos modos de adaptação e articulação histórico cultural ; de grupos isolados remanescentes de Inter étnicas e de arranjos próprios de sobrevivência com a sociedade nacional; e , ainda, de grupos e contingentes populacionais deslocados para a região por mecanismos governamentais ou promovidas por fluxos de exploração econômica ou reajustes institucionais na Amazônia.

Assim como os povos originários os povos que habitam a região da Gleba, precisam que seus direitos sejam respeitados, em que as futuras gerações possam usufruir da riqueza e beleza naturais que a Amazônia.

Com a abertura das portas para o processo de colonização da Amazônia nessa década (1970) muito se alterou nas condições sócio espaciais daquela região. Dezenas de povos indígenas foram assoladas e devastadas pela doença, as invasões e a destruição dos seus recursos naturais. Os movimentos sociais da Amazônia surgiram neste ambiente de devastação onde os vários grupos se uniram em prol de um mesmo objetivo a luta pela terra, pelos seus recursos e usos (CERQUEIRA, 2016).

Esses movimentos procuram promover os direitos territoriais dos indígenas, a preservação da floresta e a utilização sustentável dos recursos naturais. Os movimentos sociais têm lutado pela criação de áreas protegidas, por reformas agrárias e por leis que garantam melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores rurais. Além disso,

eles têm buscado o reconhecimento e o direito à terra dos povos indígenas, o fim da exploração ilegal de madeira e minérios, a diminuição da pressão sobre as florestas e a preservação da biodiversidade. Esses movimentos têm sido fundamentais para a preservação da floresta Amazônica e para a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Nessa direção, expressa-se a questão social na Amazônia que, Teixeira (2008), em seu texto “meio ambiente; Amazônia e serviço social”, teve seu processo histórico originário por meio do capital mercantil que se apropriou do valor do trabalho via coleta dos povos da Amazônia, (índio caboclo, ribeirinho, quilombola, povos tradicionais) pela apropriação indevida de terras. Criada pelo governo na tentativa de mudar está realidade a Reforma Agrária vem garantir o direito ao acesso à terra como aos pequenos agricultores e a outras pessoas sem-terra.

Esta redistribuição de terras acontece de duas formas, a primeira é feita através de uma desapropriação grande de propriedades e depois é redistribuída a famílias sem-terra, sendo assim chamado de Assentamento Convencional. A família que recebe o loteamento pode ter o título da propriedade a qual passa a ocupar.

A segunda forma de redistribuição de terra é feita de modo a beneficiar a comunidade de muitas gerações que já ocupa a um território público dando a estas famílias uma garantia de que não sejam expulsas daquele local, assim são criados os Assentamentos Ambientalmente Diferenciados que atende as famílias de agricultores e extrativistas.

Estes possuem uma titulação coletiva, concedida pelo Estado para a Associação ou Federação que representa as famílias, sendo a venda de terreno proibida. O fato dessa regra existir é voltado para a proteção do território de ameaças por parte do capitalista.

O despertar da juventude para o avanço do capital e sua expropriação

O despertar das recentes gerações em direção a valores ecológicos tem sido denominado de várias maneiras, tais como: Conscientização ecológica ou ambiental, Percepção ecológica ou ambiental, e Sensibilização ecológica ou ambiental CAMARGO (2003P.43).

Justamente nessa percepção ecológica e ambiental que os jovens se mobilizam para proteger as terras deixadas pelo seus ancestrais em prol do bem viver, na busca do coletivo do título definitivo das suas terras, para dá engajamento na luta por políticas públicas e demais ações ecológicas.

No que tange as políticas públicas no país, o PAE Lago grande é um assentamento de reforma agrária. É um programa de governo que busca mudar essa realidade e garantir o

acesso à terra para camponeses sem terra, pequenos agricultores e assalariados rurais em geral, já que cerca de 48% das terras estão concentradas em apenas 1% da população do Brasil essa realidade visa estabelecer uma redistribuição.

Para Girard (2008) a Amazônia tem sustentado a reforma agrária conservadora como principal escape para o desenvolvimento da política de assentamentos rurais, através de projetos ambientais e de ocupação da região do país no que se refere a implementação da reforma agrária, tanto em números de famílias assentadas quanto na área ocupada.

De acordo com o projeto essa modalidade tenta viabilizar a necessidade de proteger essas riquezas naturais, pois são constantemente ameaçadas de perderem suas terras para grileiros, sojeiros, madeiras, mineradoras etc. Assim a criação do assentamento agroextrativista PAE Lago Grande, a titulação da terra é coletiva, os lotes podem ser transmitidos por herança, mas sua venda é proibida.

Jovens na rede o ativismo digital na diversidade ribeirinha

Através dos canais e plataformas digitais os guardiões do bem viver, buscam protagonizar o ativismo socioambiental nos mais variados meios midiáticos com os canais de educação e cyber ativismo fazendo assim da internet um aliado para difundir o movimento e suas temáticas voltadas para fortalecer o movimento de lutas e questão social na Amazônia.

Nesse aspecto Castells (1999) chama de “Sociedade de Informação”, configurado no bojo da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a prática social, econômica, cultural e política das sociedades do início do século 21.

Através de projetos como “não abra a mão da sua terra” são feitos palestras e cursos para os jovens para divulgar e cobrar do poder público políticas públicas pela garantia direitos como saúde, educação questões de infraestrutura, assim os jovens aprendem a se conectar e cobrar e falar sobre assuntos pertinentes da sua comunidade.

Para tanto a tecnologia é fundamental, mesmo a internet na Amazônia mesmo sendo de baixa qualidade é um forte aliado na divulgação e defesa de suas ideias, assim são produzidos *podcast*, *websérie* e demais conteúdos e divulgados através das redes sociais e demais meios midiáticos. Segundo Marta Silva repórter e uma das idealizadoras da oficina realizado com os jovens guardiões do bem viver, “a juventude tem muito a construir e contribuir no processo de defesa dos territórios e essas oficinas tentam os instrumentalizar e isso é forte e potente”.

Assim a internet como toda a rede de comunicação é uma potente ferramenta de interligação entre as comunidades da PAE Lago e o resto do mundo, protagonizando a luta dos povos ribeirinhos, originários e caboclos dessa Amazônia rica em diversidade cultural e

social.

Titulação Definitiva uma Questão ambiental e social

O Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande) tem o seu diferencial, pois tem um território repleto de riquezas minerais que chamam atenção de mineradoras que desejam explorar esse minério. A AICOA é uma das mineradoras que estava se infiltrando na região e o seu projeto de extração de bauxita em Juruti visa adentrar em terras preservadas para a extração de demais riquezas. Inclusive a extração ilegal de empresas madeireiras na região do alto Arapiuns.

Sobre pressão dos interesses econômicos as terras das famílias da região correm sério risco de serem abandonadas deixando as comunidades esvaziadas, e se instalando nas periferias das grandes cidades, para que não se perdesse essa herança deixada por suas ancestrais diferentes comunidades decidiram solicitar ao INCRA a criação do projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande.

O projeto é uma criação de um de um Assentamento Ambiental diferente que prevê uma titulação coletiva. Com o apoio do Ministério Público Federal e outras organizações da região, em novembro de 2005, foi publicado pelo INCRA o decreto da criação PAE Lago Grande com intuito de representar as comunidades junto aos órgãos públicos recebendo o título coletivo em nome das famílias. Segundo o folder do projeto: “Quando o PAE Lago Grande foi criado também foi constituída a FEAGLE- Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande com o objetivo de representar junto ao poder público, as comunidades da região do Lago Grande, Arapiuns e Araxipuna que compõem o PAE Lago Grande”.

A mais de 10 anos as famílias esperam pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). O documento que legitima a posse das terras públicas as famílias cuja FEAGLE- representa o qual ainda não foi assinado pelo INCRA. A demora em receber o (CCDRU) impede que as comunidades venham receber as implementações das políticas de reforma agrária os quais as famílias têm direito.

Os impactos causados a esta reserva PAE Lago Grande, causariam um significativo impacto socioambientais de forma grave sendo este um assentamento agroextrativista onde a biodiversidade se encontra presente junto a comunidades tradicionais agroextrativistas.

Com a titulação coletiva concluída as famílias existentes no PAE poderão contar com a proteção da posse da terra as estas famílias, além de segurança fundiária e política.

Portanto esse artigo busca através do projeto dos guardiões do bem viver estabelecer

uma inter-relação com as disciplinas ministradas no curso de serviço social: Questão Social na Amazônia, História da Amazônia e Antropologia Cultural, em que se busca desconstruir uma visão romântica para entender a barbárie e serias ameaças desde a chegada dos invasores europeus até os dias atuais com a investida do capital, a resistência vem desde os povos originários até hoje, em pleno século XXI.

Em relação à questão social, Alejandra Pastorini (2004), faz uma análise social, política e econômica, corroborando que a sociedade no sistema capitalista não apresenta novas problematizações, e sim, apenas as problemáticas podem ganhar novos contornos.

Assim pode se analisar que os jovens na imensidão de floresta não estão preocupados apenas com o seu bem-estar, mas com as futuras gerações, em que possam usufruir e ser atores desse grande movimento em defesa do território e da sua herança ancestral e cultural.

Desta maneira, a “questão social” entra em discussão em ser considerada “nova” ou “velha”, que primeiramente, autores como Castel (2004) defende a então nova questão social, como uma realidade completamente diferente do passado ao mundo atual. Ainda o autor entende que no passado as proteções e determinados sistemas estavam interligados com o emprego.

A ideia de Castel retrata como superado esses sistemas, porém, outros autores afirmam que houve uma transformação longeva. Assim podemos dizer que existem diferentes estágios capitalista e, portanto, diferentes respostas dadas a ela por parte da sociedade no decorrer da história, mas mantendo os elementos da busca por estabilidade e manutenção da ordem estabelecida, da preocupação da reprodução dos antagonismos e contradições capitalistas e da legitimação social como denominados comum entre as diferentes versões. (PASTORINI, 2004, p. 128).

Neste sentido, a autora deixa bem claro suas análises em cima das transformações ao longo do tempo. O coletivo denominado Guardiões do Bem Viver, é formado por pessoas com um único interesse, a luta por seus direitos básicos e que são fundamentais para esse povo, sendo eles o direito a terra, a saúde, educação e energia elétrica, que ainda nos dias atuais é bastante escasso em algumas comunidades. Esses Guardiões lutam pelo seu território, a fim de assegurar sua terra contra os diversos crimes ambientais que acontecem naquela região.

Iamamoto e Carvalho (2006), diz que a Questão Social é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Conclusão

Conforme expresso no corpo do texto, há desde que se tem notícias, demasiado interesse nas riquezas contidas na região amazônica devido seu vasto arsenal não apenas de recursos naturais, mas humanos. Contudo, muito antes de se estabelecer enquanto sistema capitalista, medidas de exploração a região já haviam se manifestado, que ultrapassaram gerações. Estas, por sua vez, criaram raízes, alicerçadas por um regime infiel a qualquer manifestação de direitos. Para esta reflexão compete retomar dois eventos já explanados, primeiro, a constante mobilização de moradores/ribeirinhos de um extremo a outro amazônico, em conformidade à validação de seu direito de proteção e habitação à terra.

Em segundo, a junção das singularidades em função a obtenção de objetivos em comum, habitar e preservar. Porém, nesse contexto, há ainda necessidade de refletir expressões próprias dos avanços capitalistas na região, que acarretam em sua maioria, consequências irreversíveis, tanto para povos que vivem nesses locais, quanto a fauna e a flora, que propícia outros fatores que emergem dessas explorações, sendo, acentuadas desigualdades sociais, atos violentos cometidos contra ribeirinhos, exploração da mão de obra, e muitos outros.

Para tanto os impactos causados a esta reserva PAE Lago Grande, causariam um significativo desgaste socioambientais de forma grave sendo este um assentamento agroextrativista onde a biodiversidade se encontra presente junto as comunidades tradicionais agroextrativistas. A sociedade no sistema capitalista visa o lucro destemido, e a participação desses jovens na defesa de sua comunidade não se preocupam apenas com o seu bem-estar, mas com as futuras gerações, em que possam usufruir e ser atores desse grande movimento em defesa do território e da sua herança ancestral e cultural.

O coletivo denominado Guardiões do Bem Viver, é formado por pessoas com um único interesse, a luta por seus direitos básicos e que são fundamentais para esse povo, sendo eles direito à terra, a saúde, educação e energia elétrica, que ainda nos dias atuais é bastante escasso em algumas comunidades.

Além disso, com a destruição dessa reserva, haveria um aumento de assoreamento dos rios, que são essenciais para a sobrevivência das comunidades, pois são fontes de alimento, medicamentos e abrigo para a fauna aquática. A destruição dessas áreas também poderia afetar o aproveitamento de recursos naturais, como o extrativismo de frutos e outros produtos, que é a principal fonte de renda para essas comunidades. Por fim, essa destruição também poderia afetar a qualidade de vida dessas comunidades, pois elas dependem da natureza para seu sustento e seu desenvolvimento. O desmatamento e a contaminação do solo e da água, além de prejudicar a fauna e a flora, podem levar a problemas de saúde aos

habitantes dessas comunidades, que são ainda mais vulneráveis a doenças devido às condições de vida ribeirinhas.

Portanto, a destruição da reserva PAE Lago Grande traria impactos socioambientais graves para as comunidades agroextrativistas que a habitam. É importante que haja uma maior conscientização sobre a defesa desse território, para que essas comunidades possam continuar a desfrutar dos seus direitos e da sua herança ancestral.

Referências

SILVA, Valdecy dos Anjos da; et al. **História e marco legal de um projeto de assentamento agroextrativista na Amazônia Oriental, Brasil.** Disponível

em:

<<http://dx.doi.org/10.20435/multi.v26i62.3133>>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

CARDOSO, Fernando H.; MULLER G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.) **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997, p. 235-264.

CERQUEIRA, Aline Soares; JESUS, Rodrigo Sismando; JUNIOR, Francisco José Avelino. **Movimentos Sociais e a luta dos Povos da Floresta.** Maranhão, 2016. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. [online]. Disponível

em:

<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468288617_ARQUIVO_artigoMovimentossociaisalutadospovosdafloresta.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2023. ISBN 978-85-99907-07-8.

GOMES. Laura Michele Serrão Lima; Baracho. Gessyca Anne da Silva. **“QUESTAO SOCIAL” NA AMAZÔNIA: aspectos da realidade paraense frente à dinâmica do capital.** 8ª Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2015. UFMA [online]. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/questao-social-na-amazonia-aspectos-da-realidade-paraense-frente-a-dinamica-do-capital.pdf>>. Acesso em 22 janeiro de 2023.

AMAZONIA :mosaico de reflexões interdisciplinares/Lucas milhomens; Marcos André Ferreira Estacio & Milena Fernandes Barroso(Orgs.), _ Manaus :editora Valer; UEA edições, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria da questão social em debate.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 128.

CAMARGO, Ana Luiza. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios –Campinas, SP: Papirus , 2003- (coleção educação).**

IMAGENS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A COVID-19 NOS PORTAIS DE NOTÍCIAS DE PARINTINS: A EVIDÊNCIA DAS PERSONALIDADES POLÍTICAS⁴⁰

Gabriella de Souza Barros, Marcelo Rodrigo da Silva

Resumo

Este artigo tem objetivo de analisar a produção e circulação midiática de sentidos associados à pandemia de covid-19 no Amazonas e, mais particularmente, em Parintins-AM, a partir da veiculação das imagens de destaque nas notícias de portais de notícia da região. Para tanto, foram selecionados os dois primeiros portais de notícias com atuação local catalogados pela plataforma Guia de Mídia: AM em Pauta e CNA7. A partir de então, utilizando-se as ferramentas de busca dos próprios portais com o termo “covid”, foram identificadas todas as notícias veiculadas durante o mês de janeiro de 2021 – período mais crítico da crise da pandemia de Covid-19 no Amazonas – e selecionadas as imagens de destaque de cada uma delas. Ao todo, foram selecionadas 314 imagens – 91 do Portal AM em Pauta e 223 do Portal CNA7 – que foram organizadas em categorias de análise com base nas técnicas da Análise de Conteúdo. Foram estabelecidas 20 categorias criadas a partir do assunto principal das imagens (tema em destaque, ao centro e/ou em primeiro plano). Verificou-se que quase um terço (28,7%) do total de imagens em destaque veiculadas com notícias relacionadas à covid-19 nos portais trazem como tema central personalidades políticas e/ou representantes do poder público, em especial prefeitos, governador e presidente da república. Compreendeu-se que o período mais crítico da pandemia no Amazonas foi também um momento de visibilidade midiática de políticos e gestores públicos e, portanto, teve a produção de sentidos mais fortemente associada à aparição de autoridades políticas e governamentais.

Palavras-chave: Portais de Notícia; Imagem; Produção de Sentidos; Covid-19; Parintins.

Introdução

O novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da pandemia de covid-19, começou a se alastrar no mundo no final do ano de 2019, na China, e, em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de covid-19. No dia 26 de fevereiro de 2020 o vírus foi detectado no Brasil. No Amazonas, em Parintins – segunda maior cidade amazonense –, foi diagnosticado o primeiro caso e óbito da doença no Estado.

O Amazonas foi o 13º estado do país a confirmar uma contaminação pelo novo vírus. Contudo, pouco mais de um mês depois, a situação da epidemia no estado era a mais grave do Brasil, com 521 casos para cada milhão de habitantes, o que tornava sua taxa de contaminação equivalente a 2,75 vezes a média nacional. Além disso, o estado também despontou com a pior taxa a mortalidade, com 45 óbitos por cada milhão de habitante, quase o dobro do registrado nos segundos colocados – Pernambuco e Rio de Janeiro – que, até então, tinham 24 óbitos por milhão, conforme boletim do Ministério da Saúde emitido em 20 de abril. (SILVA, 2021, p. 34)

⁴⁰ Pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Edital PIBIC/PAIC-2021/2022.

Em decorrência da catástrofe da pandemia, a doença passou a pautar os portais de notícias em todo o mundo. Faz-se necessário, contudo, observar o processo de produção de sentidos resultante da circulação dessas notícias, especialmente no que tange às visualidades das imagens.

As fotografias e demais tipos de imagens utilizadas em destaque juntamente com o texto verbal são responsáveis pela constituição de um repertório de sentidos envolvendo a coletividade. São narrativas visuais que estabelecem relações simbólicas (PEIRCE, 2010) que se fortalecem à medida em que essas imagens são novamente veiculadas e realimentam os circuitos (BRAGA, 2017) de circulação midiática (SOULAGES, 2007; BRAGA, 2006).

Para o pensador francês François Soulages (2007), as imagens circulantes são um terceiro momento da imagem: o primeiro foi o da imagem estática, com a invenção da fotografia; o segundo, da imagem em movimento do cinema; agora, o terceiro momento, o qual vivemos atualmente, é o da imagem que circula, “a imagem da velocidade”.

Ainda conforme o autor, o que importa na contemporaneidade não é a contemplação, mas sim a circulação. A imagem torna-se, segundo ele, um elemento que circula de maneira rizomática entre as máquinas e os homens, o que acarreta uma mudança total na circulação e na recepção da imagem. “As duas grandes aquisições são o fluxo e o rizoma. Acabou a contemplação solitária; é o fim do monge solitário na arte. Chegamos a uma prática rizomática da imagem e a seu uso interativo” (SOULAGES, 2007, p. 96).

Braga (2017) argumenta também argumenta que o processo de circulação tem como base a formação de circuitos, definidos por ele como “a base objetivada para aquilo a ser repassado como circulação “de mãos em mãos”” (BRAGA, 2017, p. 45). Para ele, quando se trata de valores simbólicos e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação posterior à recepção. Quando se trata de valores simbólicos e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação posterior à recepção. [...] O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA, 2006, p. 28).

Para investigar a movimentação social dos sentidos de que trata o autor, este estudo observou a veiculação de imagens em destaque nas notícias publicadas em dois dos principais portais de notícia que realizam a cobertura jornalística da região polarizada por Parintins: AM em Pauta e CNA7. Os dois portais são listados na catalogação disponível no site Guia de Mídia (www.guiademidia.com), na qual constam, ainda, os portais DeAmazônia, Parintins 24 Horas, Parintins Amazônia, Parintins Notícias e Parintins Press.

O Portal AM em Pauta (www.amempauta.com.br) foi criado em 2018 e veicula informações internacionais, nacionais, regionais e locais. Está organizado com as seções:

“início”, “destaque”, “notícias”, “artigos”, “polícia”, “diário de bordo”, “fotos”, “concursos”, “celebridades” e “das antigas”. O portal tem perfis nas redes sociais digitais do Facebook, Twitter e Instagram, onde replica as notícias veiculadas no próprio site. O conteúdo da página é gratuito e de livre acesso.

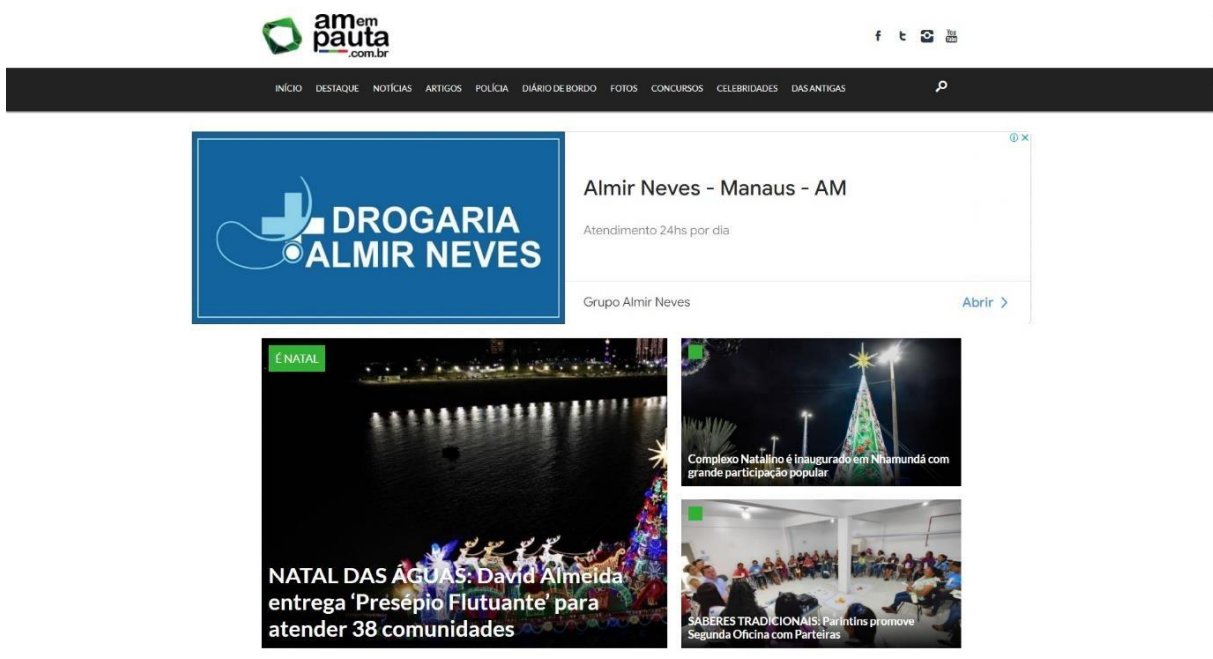


Fig. 1: Layout do portal de notícias AM em Pauta. Fonte: www.amempauta.com.br

O Portal CNA7 (www.cna7.com.br) também foi criado em 2018. Seu conteúdo está organizado nas seções: “economia”, “esportes”, “entretenimento & cultura”, “política”, “concursos”, “polícia”, “saúde”, “geral”, “educação” e “internacional”. Assim como o anterior, este portal possui perfis nas redes sociais digitais do Facebook, Twitter e Instagram, onde replica as notícias veiculadas no próprio site. O conteúdo da página também é gratuito e de livre acesso.



Fig. 2: Layout do portal de notícias CNA7. Fonte: www.cna7.com.br

Procedimentos e Métodos

Para desenvolver as análises propostas, este estudo se ateve à observação das imagens veiculadas durante o mês de janeiro de 2021, quando aconteceu o período mais crítico da pandemia de Covid-19 no Amazonas, em decorrência do elevado número de casos da doença, que colapsou a rede pública de saúde na Capital, Manaus, e em Parintins, a segunda maior cidade do Estado.

Para tanto, foram utilizadas as ferramentas de busca dos próprios portais, a partir do termo “covid”. Ao todo, foram selecionadas 314 imagens – 91 do Portal AM em Pauta e 223 do Portal CNA7 – veiculadas em destaque em notícias das duas páginas. Para que fosse possível uma sistemática de análise das imagens que combinasse as abordagens quantitativa e qualitativa, foram adotadas as técnicas da Análise de Conteúdo (LASSWELL & KAPLAN, 1979).

Com base nos preceitos desse modelo metodológico de pesquisa científica, foram estabelecidas 20 categorias de análise nas quais as imagens selecionadas foram agrupadas. A distribuição das imagens nas respectivas categorias seguiu uma análise visual inicial em torno do assunto principal das imagens, ou seja, o tema em destaque ao centro e/ou em primeiro plano em cada imagem.

É importante frisar que o conjunto de imagens selecionadas foi observado levando-se em consideração o que se refere às relações entre o signo e o objeto com base na Teoria Semiótica peirceana, que estabelece três categorias: os ícones, os índices e os símbolos.

De forma resumida e bastante abreviada, os ícones caracterizam os signos que representam o objeto por semelhança. Os índices caracterizam os signos que possuem uma relação factual com o objeto. E os símbolos caracterizam os signos que representam um objeto porque assim determina uma regra ou uma convenção.

Sendo assim, esta primeira análise qualitativa – assim como as posteriores – observou as relações de sentido estabelecidas após a última etapa do processo de decodificação dos desenhos pela mente humana. Ou seja, considerando as três categorias elementares escolhidas por Peirce para nomear as instâncias em que decompôs a apreensão de qualquer fenômeno – primeiridade, secundidade e terceiridade –, o olhar reflexivo desenvolvido nesta pesquisa aplicou-se sobre os sentidos resultantes da última etapa de apreensão e decodificação do signo, quer dizer, resultantes da terceiridade (PEIRCE, 2010).

Em outras palavras, a discussão aqui proposta não se ateu às sensações puras resultantes do primeiro contato com as imagens (primeiridade), nem às impressões decorrentes da incidência delas como um fato pontual e imediato (secundidade), mas àqueles sentidos que conectam os desenhos a um hábito, à memória e à continuidade (terceiridade) (SANTAELLA, 2002).

As categorias de análise criadas foram: ambiente escolar; ambiente fluvial; ambiente hospitalar/atendimentos; ambiente institucional (interno); ambiente urbano/imagens aéreas de cidades; aplicação de vacina; cemitérios/óbitos; dispositivos tecnológicos; esporte (futebol); fachada de prédios públicos/monumentos; festividades; imagens figurativas/ilustrativas/criações gráficas; indígenas; personalidades famosas/populares; personalidades políticas/representantes do poder público; pessoas aleatórias; profissionais especialista; remoções (ônibus/ambulâncias/aviões); transporte de suprimentos (vacinas, alimentos, oxigênio); e vacina/injeção.

A tabela abaixo sintetiza as informações especificadas. Os números percentuais foram arredondados para a primeira casa decimal quando o número da segunda casa decimal resultou em um valor \geq a 5.

Tabela 1: Categorização das imagens por assunto

Assunto principal das imagens	AM em Pauta	CNA7	Total	%
Personalidades políticas/representantes do poder público	24	66	90	28,7
Personalidades famosas/populares	20	14	34	10,8
Fachada de prédios públicos/monumentos	9	22	31	9,9
Transporte de suprimentos (vacinas, alimentos, oxigênio)	4	21	25	8,0
Ambiente urbano/imagens aéreas de cidades	2	15	17	5,4
Remoções (ônibus/ambulâncias/aviões)	5	10	15	4,8
Esporte (futebol)	1	13	14	4,5

Pessoas aleatórias	1	11	12	3,8
Aplicação de vacina	1	10	11	3,5
Ambiente hospitalar/atendimentos	4	6	10	3,2
Vacina/injeção	5	5	10	3,2
Imagens figurativas/ilustrativas/criações gráficas	4	6	10	3,2
Ambiente escolar	2	6	8	2,5
Cemitérios/óbitos	1	6	7	2,2
Dispositivos tecnológicos	1	6	7	2,2
Indígenas	2	3	5	1,6
Profissionais especialistas	3	-	3	1,0
Ambiente institucional (interno)	1	2	3	1,0
Festividades	-	1	1	0,3
Ambiente fluvial	1	-	1	0,3
Total	91	223	314	100

Fonte: Autores da pesquisa

A partir de então, verificou-se que quase um terço (90 quadros ou 28,7%) do total de imagens em destaque veiculadas com notícias relacionadas à covid-19 nos portais analisados trazem como tema central personalidades políticas e/ou representantes do poder público, em especial prefeitos, deputados, governadores e presidente da república. São imagens em plano aberto, pano fechado ou plano americano que apresentam essas personalidades sozinhas ou em grupo, acompanhadas por outras autoridades políticas e/ou governamentais.

O segundo assunto mais recorrente nas narrativas visuais das imagens veiculadas nos portais estava relacionado a personalidades famosas ou populares, principalmente no cenário regional e local. Essas imagens somaram 10,8% (ou 34 imagens) do total selecionado. As imagens dessas personalidades estavam relacionadas à divulgação dos casos de contaminação, internação, recuperação ou óbitos em decorrência do contágio por covid-19.

Discussões

Após a organização das imagens em categorias de análise, partiu-se para as análises qualitativas do assunto mais recorrente, conforme a tabela apresentada anteriormente: personalidades políticas/representantes do poder público. Foram identificadas as personalidades que figuravam como assunto principal nas 90 imagens agrupadas nesta categoria de análise e verificou-se que as duas mais recorrentes – coincidentemente com a mesma quantidade de figurações cada uma: 13 publicações ou 14,5% do total desta categoria – foram o então prefeito de Parintins, Frank Luiz da Cunha Garcia (Bi Garcia) e o então governador do Amazonas, Wilson Miranda Lima. O processo

semântico que se desenvolve a partir de então produz reflexos diretos no processo de produção simbólica em torno dessas personalidades.

No sentido mais geral, a semântica faz parte de uma teoria semiótica mais ampla sobre comportamento significativo e simbólico. Portanto, não temos somente uma semântica das elocuições, ou atos da linguagem natural, mas também do comportamento não-verbal ou paraverbal, como gestos, pinturas, filmes, sistemas lógicos ou linguagens de computador, linguagens de sinais de surdo, e talvez, a interação social em geral. (DIJK, 1992, p. 36)

Como se pode compreender a partir das palavras de Dijk (1992), todos os significados explorados na linguagem das imagens – como elocuições e elementos não-verbais e paraverbais – resultarão na sua semântica e, conseqüentemente, nas formações simbólicas que envolvem as personalidades neles representadas.

É válido salientar que, predominantemente, a narrativa visual apresentava essas personalidades em situações positivas, associadas a sentidos de ação, empenho, envolvimento e trabalho. Repetidas vezes, tanto o prefeito quanto o governador figuravam usando máscaras e em composições compostas por ambientes de reuniões, coletivas de imprensa, em aeroportos recepcionando a chegada de materiais e insumos e concedendo entrevistas. É interessante dar destaque, especificamente, a uma imagem em que o prefeito Bi Garcia aparece emocionado e que é precedida pelo título da notícia: “ASSISTA: Bi Garcia chora ao falar sobre situação de municípios do Amazonas sem oxigênio”, publicada em 17 de janeiro de 2021 no Portal AM em Pauta.



Fig. 3: Exemplo de imagem veiculada no Portal AM em Pauta, dia 17/01/2021. Fonte: AM em Pauta

A narrativa visual do quadro é um exemplo de processo de produção de sentidos relacionados à pandemia de covid-19 no Amazonas e, mais particularmente, em Parintins verificada nos portais de notícia locais. A composição apresenta ao centro o prefeito Bi

Garcia em plano fechado, usando máscara e camisa social com listras azuis, o que transmite o sentido de “seriedade” e “sobriedade” da pessoa fotografada.

O prefeito está com os olhos marejados, em um espaço aberto com elementos que indicam sua geolocalização no momento da captura da imagem, como a torre de controle e parte do prédio do Aeroporto Regional Júlio Belém, em Parintins. A composição também inclui microfones com as canoplas de identificação de diversos veículos de comunicação, além de celulares, todos direcionados à boca do gestor municipal, o que também estabelecem sentidos de “oficialidade”, “respaldo”, “legitimidade” e “autoridade”, dada a credibilidade tradicionalmente atribuída aos veículos de comunicação e suas fontes de informação.

Imagens como esta estimulam em que as visualidades narram a emoção humana estimulam a produção de sentidos positivos como os de “solidariedade”, “compaixão” e “afeto”, na medida em que, pelo sentimento de empatia naturalmente desenvolvido pelo processo humano de autorreconhecimento de si no Outro, o observador estabelece uma conexão empática, o que resulta na aproximação positiva com a personalidade fotografada. O ângulo da imagem em *contra-plongée* (câmera abaixo do nível dos olhos, voltada para cima, de baixo para cima) eleva o assunto fotografado, sugerindo ideia de grandeza.

Neste sentido, torna-se pertinente observar o que discutiu Patrick Charaudeau (2016) em seu livro “A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas”. Debruçando-se sobre a arena das disputas políticas eleitorais, o autor identifica estratégias discursivas utilizadas por candidatos políticos para tornar-se credível e ter a seu favor a opinião pública. Seriam estratégias de persuasão e de sedução para dotarem-se de imagens de “caráter”, de “potência”, de “humanidade”, de “inteligência”, resumindo, de “chefe”, segundo sua personalidade.

No espaço do debate político, como o que está em jogo é uma questão de persuasão e de sedução, não é de se espantar que se apele para os sentimentos e que se procure tocar a sensibilidade [...] Um ato de fala, qualquer que seja, é suscetível de produzir um efeito emocional combinando três fatores: (1) a natureza mais ou menos dramática do assunto de que se fala (vida, morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.); (2) a maneira pela qual a palavra é posta em cena, que poder ser trágica, dramática, humorística ou violenta; (3) a circunstância na qual o público recebe o discurso, que faz com que este seja recebido positiva ou negativamente, fria ou calorosamente. [...] É, pois, da encenação dos dramas da vida social que os atores políticos se ocupam (CHARAUDEAU, 2016, p. 89-90).

Mais fortemente no contexto da pandemia – em que as pessoas precisavam se manter isoladas e passaram a apresentar uma postura mais ativa em busca de informações

e notícias jornalísticas sobre o quadro evolutivo da doença – a recorrência de imagens que tinham como assunto principal autoridades políticas e governamentais em circulação midiática otimizou a associação de sentidos dessas personalidades com a covid-19. Entretanto, o que é ainda mais sutil e sensível nas narrativas visuais era a forma como essa associação se desenvolveu.

Em outras palavras, o que este estudo verificou foi que, a cada três notícias veiculadas nos portais de notícias observados durante o mês de janeiro de 2021, uma trazia uma personalidade política ou gestor público como assunto principal. E, além disso, a presença dessas autoridades políticas e governamentais esteve, predominantemente, ligada a sentidos positivos – ainda que em contextos tensos e negativos – tais como o de “envolvimento”, “comprometimento”, “presença”, “atuação”, “trabalho” e “solução”. Isso é perceptível pela composição das imagens em que se verifica a recorrente postura disponível em conversa com os jornalistas, abertura para entrevistas coletivas, acompanhamento de descarregamento de materiais e insumos, participação de reuniões, etc.

Considerações Finais

Tornou-se possível conhecer, por meio desta pesquisa, os sentidos mais comumente associados à temática da covid-19 nos portais de notícias AM em Pauta e CNA7, durante o período de janeiro de 2021. Apesar de tomar como corpus de análise um período amostral, estima-se que o perfil de imagens publicadas tenha se mantido aproximado, dada a recorrência de aparições públicas de personalidades políticas e gestores públicos para tratar de assuntos relacionados à pandemia.

Este estudo salientou também a importante de se observar e acompanhar o funcionamento das engrenagens midiáticas e seus reflexos no fluxo de consumo da informação jornalística no ciberespaço, tendo em vista que o conhecimento compartilhado na sociedade é fruto, em grande medida, da produção e circulação de informações visuais em rede na internet.

Não se pode deixar de ressaltar, entretanto, que se compreende que uma parte significativa dos conteúdos publicados nos portais de notícias estudados é proveniente das assessorias de imprensa das personalidades políticas e gestores públicos identificados na pesquisa. Em decorrência de diversos fatores, tais como: equipes reduzidas de trabalho com poucos profissionais jornalistas; incentivo financeiro por parte dos próprios políticos para custear espaços de divulgação de seus conteúdos jornalísticos, por meio dos releases ou das chamadas “matérias pagas”; e, ainda, a influência política que alguns partidos exercem sobre os veículos de imprensa. Tais fatores impactam diretamente na cobertura jornalística

regional e local da pandemia de covid-19, tendo em vista que, por ser um problema de saúde pública, impacta diretamente no respaldo e aprovação da opinião pública sobre a gestão governamental dessas autoridades.

Apesar desses fatores, também há que se reconhecer que a presença dessas personalidades políticas na mídia é uma consequência natural do processo de cobertura midiática da pandemia, tendo em vista que a evolução da pandemia e o atendimento da população dependia diretamente da decisão e da gestão das autoridades públicas em todas as esferas governamentais.

Contudo, é preciso sempre ter em mente que o fluxo comunicacional é uma teia fluida por onde percorrem sentidos que podem ser construídos ou desconstruídos a partir do compartilhamento intermitente de informações verbais e não-verbais. Cada fotografia e cada imagem que entra no fluxo de circulação midiática irá interferir em maior ou menor grau para a consolidação de sentidos convencionalmente estabelecidos na sociedade.

Este artigo não pretende encerrar as discussões que apresenta. Ao contrário, apresenta-se como um estímulo na intenção de expandir as discussões e problemáticas envolvendo práticas jornalísticas cotidianas e a circulação midiática de visualidades no Amazonas e, mais particularmente, na região polarizada por Parintins.

A partir do que foi exposto, percebe-se que há bastante o que se discutir sobre o assunto. Diariamente surgem novos portais de notícias publicando imagens associadas a temáticas diversas e tais visualidades influenciam diretamente na construção simbólica de sentidos. Por isso, é interessante ao campo científico do Jornalismo estar cada vez mais atento ao processo de produção de sentidos a partir das imagens, tendo em vista o apelo social gradativamente mais latente pelas visualidades.

Referências

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon. (org). **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade.** Campina Grande-PB, EDUEPB: 2017.
BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática.** São Paulo: Editora Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. **Circuitos versus Campos Sociais.** In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação e Miatização.** Livro Compós 2012. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** São Paulo: Contexto, 2016.

DIJK, Teun Adrianus Van. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 1992.

JANIS, Irving. **O problema da validação da análise de conteúdo.** In: Lasswell H, Kaplan A, organizadores. **A linguagem da política.** Brasília: Editora da Universidade de

Brasília; 1979.

LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham (org). **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; 1979.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010. SANTAELLA, Lucia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Thomsom Learning, 2002.

SOULAGES, F. **A revolução paradigmática da fotografia numérica**. ARS (São Paulo), São Paulo, v. 5, n. 9, p. 74-99, 2007.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. O. **A água e o homem na várzea do Careiro**. 2ª ed. Belém: Emilio Goeldi, 1998. 248p.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9ª ed. Manaus: Editora valer/Edições Governo do Estado, 2000.

VASCONCELOS, Corina. **Pedagogia da Identidade: interculturalidade e formação de professores (TESE DE DOUTORADO)**, Universidade Federal do Amazonas, 2016.